



Coleção Expressão Acadêmica

Júlio da Silveira Moreira

# Violência contra migrantes no México

2ª edição



**UFG** Universidade Federal de Goiás

Reitor  
*Edward Madureira Brasil*

Vice-Reitora  
*Sandramara Matias Chaves*

Diretor da Editora UFG  
*Anselmo Pessoa Neto*

---



Conselho Editorial da EDITORA UFG

*Anselmo Pessoa Neto (Presidente);  
Jesiel Freitas Carvalho;  
Laerte Guimarães Ferreira Júnior;  
Vicente da Rocha Soares Ferreira;  
Wolney Alfredo Arruda Unes*

Comissão julgadora da Área de Ciências Humanas

*Andréa Freire de Lucena (coordenadora)  
Revalino Antonio de Freitas  
Maria Meire de Carvalho Ferreira  
Silvana Beline Tavares  
José Vanderley Gouveia*

---

Júlio da Silveira Moreira

# Violência contra migrantes no México

2ª edição



Expressão  
Acadêmica

© Editora UFG, 2021

© Júlio da Silveira Moreira, 2021

*Revisão*

Luiz Carlos Machado

*Projeto gráfico*

André Barcellos Carlos de Souza

*Capa*

Alanna Oliva

*Editoração*

Imidio Vilela

1ª edição pela Editora UFG em 2016, impressa

<https://doi.org/10.5216/MOR.vio.ebook.978-65-86636-10/2021>

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**GPT/BC/UFG**

---

M838 Moreira, Júlio da Silveira.

Violência contra migrantes no México [E-book] / Júlio da Silveira Moreira; revisão, Luiz Carlos Machado; projeto gráfico, André Barcellos Carlos de Souza; capa, Alanna Oliva; editoração, Imidio Vilela. - 2. ed. - Goiânia: Editora UFG, 2021.

262 p. ; il. - (Coleção Expressão Acadêmica)

Inclui referências.

ISBN (E-book): 978-65-86636-10-9

1. Emigração e imigração – Brasil – México – Estados Unidos. 2. Violência. 3. Condições sociais. 4. Mães. 5. Sequestro. I. Título.

CDU: 314.151.6

---

Bibliotecária responsável: Adriana Pereira de Aguiar / CRB1: 3172



Ya me gritaron mil veces que me regrese a mi tierra,  
Porque aquí no quepo yo  
Quiero recordarle al gringo: Yo no crucé la frontera, la frontera me  
cruzó.

*Los Tigres del Norte*

## Música e pesquisa

Não é apenas a razão que acompanha um doutorando no longo período em que desenvolve os estudos e pesquisas que levam a sua tese. Uma vez que decide pelo tema, este se incorpora na sua pessoa, tal como o sonho da emigração se incorpora na perspectiva do futuro migrante. O doutorando carrega o seu tema aonde quer que vá. Fala dele, justifica, tenta mostrar a importância do que está pesquisando, busca fontes incessantemente. Conforme a pesquisa se confunde com o pesquisador, suas emoções passam a fazer parte da pesquisa.

A música possui uma carga emocional muito forte. Algumas músicas despertam no indivíduo um sentimento tal que se transforma numa busca de viver o que está sendo cantado, produzindo uma migração psicológica. A vida também produz algumas situações nas quais o que se está vivendo combina com a música escutada no mesmo momento. Nessas horas, a gente diz que o momento vivenciado “parece um filme”.

Muito antes de estudar a migração indocumentada, a música *Clandestino*, de Manu Chao, já era para mim um hino contra tudo o que a globalização produz em termos de mobilidade humana. E também uma motivação para conhecer o México e tudo o que esse país significa como fronteira contraditória com o maior império do mundo atual.

Viajar em um ônibus pelo interior do México, junto com as mães centro-americanas em busca de seus filhos desaparecidos, também foi algo muito significativo e transcendental. As brincadeiras, risadas e cantorias brotavam com a mesma intensidade com que o sofrimento, o cansaço e a persistência tomavam conta do ambiente. As músicas que saíam das caixas de som me chamavam a atenção, porque eram muito diferentes daquelas ouvidas no Brasil e muito pouco conhecidas por aqui. Uma estrofe imediatamente me prendeu a atenção:

Cuando han sabido  
que un doctor un ingeniero  
se han cruzado de braceros  
por que quieran progresar  
o que un cacique deje tierras y ganado  
por cruzar el Río Bravo  
eso nunca lo verán.

Era um desses momentos em que a música representa a vida e vice-versa. Trata-se da música *El otro México*, do grupo Los Tigres del Norte, típica música *norteña* ou *ranchera*. Esse grupo musical foi capaz de representar e sintetizar na música a dura realidade do povo mexicano, em seus aspectos fundamentais, e de representar e sintetizar as questões fundamentais que abordo neste livro.

Era também dentro do ônibus que eu escrevia partes do meu diário de campo. Entre elas, uma poesia, escrita no calor do momento, inspirada na saga das mães centro-americanas. Que a luta dessas mães sirva de exemplo, reforçando a perseverança de muitos familiares que lutam por justiça em outras partes do mundo.

Agradeço à minha mãe, Anailda, que me apoiou em todos os momentos da vida. Ela representa aqui todas as mães e familiares de migrantes que aparecem neste livro, seja pisando as rotas de migração no México, seja lutando por justiça no Brasil. O sentimento que dedico a ela é o mesmo que todos os migrantes dedicam às suas. A mãe que é Maria, Guadalupe, Aparecida, Yasoda, Tonantzin, Pachamama, Didá. É criação, luz, proteção e expressão maior da força e fé do povo latino-americano.

## Mães centro-americanas

*(Júlio Moreira)*

Com faixas e bandeiras  
E as fotos dos seus queridos  
Vão pelas ruas  
A ausência lhes impõe o silêncio  
Mas não vão em silêncio  
Por dias e dias  
Cruzam o território  
Como fizeram seus filhos  
As viagens são largas  
Mas nunca estão cansadas  
Em protesto vão gritando:  
“Vivos vieram, vivos os queremos!”  
Em protesto pelas ruas  
E pelas linhas do trem  
E perguntam aos moradores:  
“Vocês viram este rapaz?”  
Esteve passando por aqui”  
Muitos se calam, muitos têm medo  
Outros acendem a esperança:  
“Eu me lembro, dei comida pra ele!”  
E os governos? Não fazem nada  
Não valem nada  
Estão associados aos que sequestram  
E maltratam  
Apenas as mães, organizadas,  
Incansáveis,  
É que podem encontrar-lhes  
A elas não basta o consolo  
Um abraço  
Muito menos uma voz que parece dizer:  
“Desista! Seu filho está morto!”  
O que fazem é inútil!”  
Pelo contrário  
Elas prosseguem – e conseguem!

## Sumário

- 11 Prefácio
- 14 Introdução
- 32 Migração e violência
  - A migração como sistema
  - Introdução às teorias das migrações
  - Funcionamento das redes sociais
  - Violência simbólica na trajetória do migrante
  - O Estado na migração e o migrante indocumentado
  - Dados sobre a migração indocumentada
- 81 Migração de trânsito no México
  - México como país de trânsito
  - Rotas de migração
  - Trabalho de campo e violência simbólica
  - Filhos ausentes, mães ausentes
  - José e Maria na rota migratória
  - A elghorba hondurenha*
- 133 A emigração brasileira para os EUA
  - Dados e perfis

A região de Governador Valadares  
A Cabília brasileira

165 A rota do México

Surgimento da rota  
Consolidação da rota  
Tipos de contrato  
Embarque em São Paulo  
Aeroporto da Cidade do México  
Rumo ao norte  
Cruzar o Rio Bravo  
EUA – emoção e desilusão  
CPMI da Emigração e a migração como desvio

208 MASSACRE E POLÍTICA MIGRATÓRIA

O massacre de San Fernando  
Razões mais profundas do massacre  
Significado da guerra às drogas  
Negócio de sequestrar migrantes  
Significado da violência contra migrantes

237 Conclusão

244 Referências

## Prefácio

Diz o filósofo alemão Peter Sloterdijk que o livro é uma carta aos amigos distantes – os leitores, os interlocutores e todos que reconhecem na palavra escrita uma forma de diálogo e de busca de entendimento. A prática de “troca de cartas”, ao longo da história humana, conforme Sloterdijk discorreu em seu ensaio *Regras para o parque humano*, de 2002, foi fundamental para que a humanidade se reconhecesse e, sobretudo, estabelecesse parâmetros para sua coexistência. Se hoje somos o que somos, muito se deve, conforme afirmou, ao gesto de trocar cartas. Isso implicou um minucioso e cuidadoso ato de ler e compreender o que está ocorrendo na vida do outro.

O leitor ou leitora deve se aproximar do livro de Júlio da Silveira Moreira como se recebesse uma carta em que ele envia notícias de um lugar que, embora longínquo, possui muitas semelhanças com o nosso meio. Ele remete histórias de longe, mas que necessitam ser lidas para que todos saibam o que está ocorrendo do outro lado do mundo.

A leitura é fundamental para que não percamos nossa humanidade e, espera-se, não sejamos indiferentes e desprezemos as pessoas como se elas fossem descartáveis. Ler é um passo fundamental. Mas precisamos ir além da leitura exploratória e de deleite; também precisamos da crítica sobre as práticas que edificam o estado de coisas que observamos em nosso redor e em lugares distantes.

Portanto, ainda que o livro seja uma carta longa, digo que o leitor ou leitora será absorvido pelas narrativas apresentadas por Júlio Moreira. Em suas palavras, o autor traz muito da vida cotidiana das pessoas, do dia a dia das mães que buscavam notícias dos seus filhos desaparecidos, e das passeatas dos movimentos sociais que questionavam a prática de “guerra às drogas”. Apenas no México, aproximadamente 30 mil pessoas desapareceram desde que se implementou a política de guerra às drogas, conforme destacou o poeta mexicano Javier Sicilia.

Hoje, relendo seu livro, tento ver o jovem doutorando entrando em minha sala e apresentando sua proposta de trabalho. Foram vários encontros e diversas trocas de mensagens sobre os rumos a tomar. Júlio Moreira é um advogado e tornou-se um doutor em sociologia pela sua coragem de seguir as trilhas deixadas pelos imigrantes e conhecer o mundo real da fronteira que separa o México dos Estados Unidos.

Mais que uma mediação entre o pesquisador e o mundo do conhecimento, a orientação foi um processo de aprendizado. Já conhecia a realidade de brasileiros que tentaram a vida no exterior. Desde muito tempo, em especial desde a chamada “década perdida”, nos anos de 1980, brasileiros migram para os mais variados países em busca de um futuro melhor.

Nos últimos anos, ouvi e presenciei histórias de amigos e desconhecidos sobre suas procuras por oportunidades fora do Brasil. Ouvi relatos das dificuldades comuns a todos e todas ao vivenciar a experiência de ser estrangeiro; isto é, ser o estranho, o de fora (o forasteiro). Mais que isso, ser visto como um intruso, um problema, um incômodo. Todos sentiram na pele ao se verem, em poucas caminhadas pelo mundo, observados e vigiados. A cada passo, um olhar; a cada gesto, uma câmera.

Mas, se os relatos de amigos e conhecidos deram pequenas amostras do que é ser estrangeiro, nada se aproxima das abissais histórias dos migrantes que tentam atravessar as fronteiras dos Estados Unidos, via México.

Segundo o *Informe de Misión a México*, de 2013, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, aproximadamente 150 mil migrantes viajam anualmente através do México para cruzar a fronteira



norte. Esses migrantes acabam sendo vítimas fáceis de seqüestro ou de extorsão. Ainda de acordo com o *Informe*, entre abril e setembro de 2010, em torno de 11.333 migrantes foram sequestrados, principalmente por grupos vinculados ao crime organizado.

A despeito dos riscos, muitos ainda sonham atravessar as fronteiras do México e entrar nos Estados Unidos; entre eles, inúmeros brasileiros. Para saber mais e compreender o que move tantas pessoas a experimentar esse risco, recomendo, leiam a carta enviada por Júlio Moreira. Aprenderemos muito com ela.

Goiânia, 14 de julho de 2016

*Dijaci David de Oliveira.*

Diretor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Universidade Federal de Goiás (UFG).

## Introdução

Os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separar seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra.

*Wright Mills*

Este livro resultou de um trabalho de pesquisa iniciado formalmente em abril de 2011, mas que, de fato, iniciou-se em 24 de agosto de 2010. Eu estava concluindo o mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, e comprometido com os assuntos internacionais, seja na academia, como professor e pesquisador, seja na militância, como membro da Associação Internacional dos Advogados do Povo (IAPL). Naquele dia, soube do massacre de 72 migrantes no norte do México. Como era possível uma quantidade tão grande de vítimas inocentes? Como situar tal massacre na compreensão dos conflitos internacionais e das lutas pela transformação da sociedade?

Ao mesmo tempo que esse massacre representava a síntese da globalização, apresentava algo novo nos conflitos internacionais. Síntese da globalização, porque descortinou a realidade do “mundo sem fronteiras” pro-

pagandeado pelas grandes corporações e apresentou elementos-chave para a sua compreensão: migração indocumentada, militarização das fronteiras, crime organizado transnacional. Um massacre que, embora tenha acontecido numa região pouco conhecida e pouco habitada do mundo, teve repercussões continentais, expondo os problemas políticos e sociais dos Estados Unidos da América (EUA), como país de destino, do México, como país de trânsito, e dos demais países do continente, como países de origem dos migrantes. E apresentava algo novo porque não se tratava de um conflito declarado entre Estados, nem de um ato do qual um ou outro Estado tenha reivindicado a autoria, mas, ao mesmo tempo, revelava nítidas implicações estatais. Esse massacre teve ainda uma importância especial para se pensar a realidade social do nosso país: 4 jovens brasileiros, com idades entre 20 e 23 anos, estavam entre as vítimas, numa época em que já não se falava mais da emigração brasileira para os EUA.

Como representante da IAPL, fui convidado para compor a comissão jurídica do Tribunal Internacional de Consciência dos Povos em Movimento (TICPM), um evento de organizações da sociedade civil de vários países ocorrido no México entre outubro e novembro de 2010. Essa viagem, além de me permitir conhecer muitos pesquisadores e ativistas dedicados à defesa dos direitos dos migrantes, abriu minha visão para a quantidade de problemas que perpassam as migrações internacionais contemporâneas e que envolvem, em muitos casos, a passagem pelo México para se entrar irregularmente nos EUA.

Na entrada da Comissão de Direitos Humanos do Distrito Federal (CDHDF), na Cidade do México, lugar onde se daria a abertura dos trabalhos do tribunal, um altar memorial trazia fotos, calçados usados e outros objetos pessoais, lembrando as vítimas do massacre. Lá dentro, o padre Alejandro Solalinde – fundador do Albergue Migrante Hermanos en el Camino, em Ixtepec, Oaxaca, sul do México, e um dos mais conhecidos defensores dos direitos dos migrantes naquele país – falava da situação vulnerável das casas de migrantes, infomando que também havia migrantes brasileiros sendo sequestrados no México.

O padre relatou que os grupos criminosos tinham a prática de se infiltrar nas casas e albergues onde os migrantes encontram repouso, para obter in-

formações e sequestrá-los após sua saída. Afirmou, então, que os brasileiros migrantes eram os mais vulneráveis, pois denunciavam sua origem ao falar uma língua diferente do espanhol, e também porque, vindos de um país distante, as extorsões cobradas deles ou de seus familiares no Brasil eram maiores. Em outro momento, a Caravana de Mães Centro-Americanas em Busca de Seus Filhos Desaparecidos no Trânsito pelo México tomou conta do evento, apresentando uma lista de mais de oitocentos familiares desaparecidos que elas procuravam naquele país.

Quando propus ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) uma pesquisa sobre a violência contra migrantes em trânsito pelo México, já estava convencido da importância das migrações internacionais como um dos elos fundamentais das dinâmicas de dominação e resistência do mundo globalizado, juntamente com as guerras de ordenamento mundial e as ações policiais globais do Ocidente, sob a liderança dos EUA, como reflete Kurz (2005). Para Bacon (2008), as pessoas são despojadas dos seus territórios e levadas a se mover para procurar trabalho, sendo que as dinâmicas de exploração que promovem o despojo são as mesmas que atraem o migrante para o estrangeiro. Para Bauman (1999, p. 8), a globalização se relaciona diretamente com a mobilidade humana, seja ela física ou simbólica: “Ser local num mundo global é sinal de privação e degradação social”.

As migrações internacionais são um problema social de extrema relevância na contemporaneidade, marcada por crises econômicas que desencadeiam a contraditória lógica de atrair trabalhadores migrantes para os centros do mundo capitalista e, ao mesmo tempo, negar-lhes direitos. Regiões como a Europa e os EUA, as quais, ao longo do século XX, afirmaram-se como locais de progresso econômico e social (se comparadas com o chamado Terceiro Mundo), têm negado esse progresso aos trabalhadores imigrantes, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, e têm aplicado a eles um estatuto jurídico diferenciado que implica a vulnerabilidade de sua condição e, em consequência, o aumento de sua exploração.

O mundo do livre comércio fortaleceu suas fronteiras e não admite a livre mobilidade humana. “As fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais

e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes: essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais”, constata Martine (2005, p. 8). Esse cenário tornou-se ainda mais evidente quando, nos marcos de uma política universalizante de guerra ao terror, após o 11 de setembro de 2001, a migração internacional passou a ser tratada como matéria de segurança nacional em diversos países.

No caso particular dos EUA, todas essas perspectivas são percebidas, com o agravante de sua política de vistos ser extremamente restritiva. Ali se observa o que significa ser um migrante indocumentado. A fronteira desse país com o México, por sua vez, tornou-se uma das regiões mais militarizadas do mundo contemporâneo – e ainda assim, milhares de pessoas passam irregularmente por ela, todos os anos. São mexicanos, em sua maioria, mas há pessoas de outras nacionalidades, vindas de países da América Central e também do Brasil. “Passei pelo México” – essa frase tem feito parte do imaginário brasileiro, especialmente depois do auge da emigração brasileira indocumentada para os EUA, nos anos 2005 e 2006.

Acontece que no México, em decorrência das políticas de guerra ao terror e às drogas, há um cenário de extrema violência contra migrantes – tais como os 198 sequestros de migrantes, com 9.758 vítimas, apenas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 (Comisión..., 2009). Em 2010, o massacre de 72 migrantes no norte do México reavivou os problemas relacionados à violência contra migrantes e suas dimensões globais – entre eles, a relação entre Estado e crime organizado.

Tal cenário justifica a relevância do projeto que comecei a construir em 2011, a partir de pesquisas exploratórias ainda em 2010. Meu ponto de partida era buscar os significados do massacre dos 72 migrantes e, a partir deles, fazer uma pesquisa original sobre as migrações internacionais contemporâneas. Estabelecido o tema, o objeto e os problemas foram sendo construídos no próprio decorrer da pesquisa.

Ainda que o projeto de pesquisa inicial estivesse suficientemente delimitado, o objeto e os problemas só tomaram corpo quando o trabalho social de construção do objeto foi submetido a reflexão, quando a revisão literária

e as atividades de campo estavam em pleno curso. Como ensina Bourdieu (2011a, p. 26 e 27):

a construção do objeto [...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Abdelmalek Sayad (1998, p. 13) concorda com essa perspectiva, ao dizer que “é igualmente o desenrolar do processo que determina, em função das necessidades que encontra ou que faz surgir, não só a natureza das interrogações como também a forma que elas adotam”. Weller (2005, p. 269), explicando o método documentário de Manheim, reforça: “A interpretação documentária não parte de teorias ou metodologias elaboradas previamente: essas são desenvolvidas ou incorporadas de forma reflexiva durante o processo da pesquisa”; por isso o sociólogo se vale da ferramenta da reconstrução para expressar a realidade observada de maneira sociologicamente qualificada.

Os acúmulos desta pesquisa podem ser divididos em três partes ou momentos: o período em que cursei as disciplinas do programa; os períodos de estudos e pesquisa de campo no Brasil; e os períodos em que estive no México, especialmente o período de um ano correspondente ao Doutorado Sanduíche. Isso sem contar outros momentos curtos, como participações em congressos e eventos dentro e fora do Brasil. Em todos eles houve ricas trocas de experiências com colegas pesquisadores e professores, as quais, somadas às leituras e aos desafios da prática, contribuíram para formar o fazer prático e teórico baseado no conhecimento sociológico como um conhecimento diferenciado da apreensão imediata da realidade. “A invenção nunca se reduz a uma simples leitura do real, por mais desconcertante que seja, já que pressupõe sempre a ruptura com o mesmo e com as configu-

rações que ele propõe à percepção” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2010, p. 24).

Aplicando a sociologia reflexiva ao estudo das migrações internacionais, Sayad aponta que a migração é um fato social total. Falar dela é falar da sociedade como um todo, em sua perspectiva histórica (diacrônica) e em sua extensão no plano das estruturas e no funcionamento da sociedade (perspectiva sincrônica). Castles e Miller (2004) dizem que a migração é um processo que afeta todas as dimensões da existência social, desenvolvendo uma complexa dinâmica própria. Carassou (2006) nota que os estudos sobre as migrações pertencem a vários campos e dimensões do conhecimento, resultando que sua compreensão, em qualquer campo, só pode se dar numa base transdisciplinar e sob métodos que reconheçam essas interações.

O que há, então, de particular na construção da migração como objeto da sociologia? Carassou diz que a sociologia das migrações deve estudar as práticas e representações sociais ligadas aos migrantes, observando sobretudo as motivações que os levam a mudar-se de lugar, num contexto relacional. Para Portes (1995), essa decisão não parte de um ato individual isolado, mas, sim, socialmente condicionado, sendo, portanto, uma ação econômica socialmente orientada. Para Sayad, o estudo das migrações possui dupla dimensão, de fato coletivo e de itinerário individual. Para Castles e Miller, as macroestruturas e as microestruturas interagem para determinar os fluxos migratórios, assim como os países de envio e de recepção dos migrantes se conectam por vínculos socioculturais e econômicos. Abandonando a falsa dicotomia segundo a qual o estudioso das migrações deve optar pelo macro ou pelo micro, pelo indivíduo ou pela estrutura, tais autores observam o fenômeno em sua totalidade.

Na construção dos problemas a partir do objeto, apoio-me nas contribuições de Manheim (1952, 1987) em seu método documentário e sua análise sociogenética. Para esse referencial metodológico, o sociólogo deve interpretar a sociedade em três níveis (objetivo, expressivo e documentário), dos quais o terceiro, ao qual se chega a partir dos dois anteriores, permite uma interpretação crítica que vai além do significado objetivo imediato de uma prática social e do sentido atribuído a ela pelo próprio sujeito (expressão). O pesquisador

cumpra a função de conceituar teoricamente um conhecimento que se constitui de visões de mundo atóricas sobre as práticas sociais.

Seguindo essa linha metodológica, o problema geral que se apresenta é: *como a violência é praticada contra os migrantes em trânsito pelo México?* Essa pergunta, todavia, além de ser genérica, não pode ser respondida apenas com uma descrição (nível objetivo de interpretação). Por exemplo, a descrição das rotas de migração atende a essa perspectiva. Resta, porém, analisar como reagem a essa violência os sujeitos e atores envolvidos nela (nível expressivo). Essa perspectiva se dá na exposição das entrevistas e fontes indiretas arroladas ao longo da pesquisa. Permito que as falas dos sujeitos apareçam em sua plenitude e extensão, realizando a expressão do sujeito qualificada pela expressão do sociólogo, o que preconiza Sayad, e que é, ao mesmo tempo, a transição do nível expressivo para o nível documentário de que fala Manheim.

Dois discursos que são um só: o discurso do informante que o sociólogo constrói pela interrogação, o discurso do sociólogo que, para apropriar-se da teoria da emigração que o informante produz com os meios que lhe são próprios e com ela trazer uma contribuição à ciência sociológica, deve fazer a ciência das leis de construção do que fala o informante. (Sayad, 1998, p. 25).

Manheim ensina que interpretar é diferente de compreender. Os sujeitos podem ter uma compreensão de suas práticas sociais e relacionar-se entre si com base nessa compreensão, sem que para isso seja necessária uma conceitualização teórica, que está no plano da interpretação.

Partindo da questão fundamental, realizo a interpretação das várias práticas e expressões da violência contra migrantes no México e chego a novas perguntas, novos problemas mais específicos que perfazem a robustez teórica que este livro pretende ter, quais sejam: se o migrante sabe do risco que corre com a violência no trânsito, por que continua indo para os Estados Unidos? Como atuam as redes sociais na reprodução dos fluxos migratórios? Qual o vínculo existente entre a política migratória e a violência? Por que os Estados controlam e restringem a migração, se há uma demanda pelo trabalho dos migrantes?



As duas primeiras perguntas partem do sujeito (o indivíduo migrante em suas esferas psicológica, familiar e social), e as duas últimas partem da estrutura (os mecanismos públicos ou privados que funcionam direta ou indiretamente controlando o fluxo migratório). Para cada pergunta, assim como para a pergunta fundamental, há um arcabouço teórico que explica o problema *a priori* e de maneira genérica, demonstrando essas explicações no objeto específico da pesquisa e culminando com a interpretação qualificada desse objeto na conclusão.

Ao me debruçar sobre o objeto, o fenômeno que encontrei resultou muito mais amplo que o próprio massacre de 72 migrantes. A violência contra migrantes no México é um fenômeno estrutural e cotidiano. Ela não se refere a um fato histórico (o massacre), mas a um complexo de práticas envolvendo milhares de migrantes de várias procedências que cruzam o território mexicano todos os dias, em meios múltiplos que vão desde viajar em massa por cima dos vagões de trens de carga até cruzar o deserto a pé.

Os materiais obtidos e vividos no início da pesquisa foram mostrando isso: além da experiência com a participação no TICPM – que se prolongou como parte integrante do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), atuando no tema da violência contra migrantes no México –, tive acesso a uma dezena de relatórios de organizações de direitos humanos, mexicanas e internacionais (cito como exemplo os relatórios da Comissão Nacional de Direitos Humanos – CNDH – e da Anistia Internacional), e conheci diretamente movimentos sociais relacionados à violência contra migrantes, especialmente as caravanas de mães centro-americanas em busca de seus filhos migrantes desaparecidos no México e os coletivos, religiosos ou não, que mantêm albergues ou casas de migrantes ao longo das rotas migratórias. Esses primeiros contatos com o objeto me despertaram para a busca de um conhecimento mais detalhado.

Inicialmente, quis conhecer em detalhes as rotas pelas quais os migrantes passavam. Era importante visualizar topograficamente o fenômeno. Os relatos esparsos com os quais tinha tido contato até então me davam apenas nomes isolados de lugares, o que eu não podia articular, até porque era necessário um conhecimento amplo da geografia mexicana. Além disso, o

registro de dados qualificados sobre as rotas e os tipos de violência é prejudicado pelo fato de que a migração se dá, em certa medida, de forma clandestina, longe dos registros oficiais.

O trabalho de Casillas Ramírez (2007, 2008, 2011, 2012) foi o que mais luz deu a esse objetivo da pesquisa, pois destaca em mapas geográficos as rotas, com seus meios de transporte e pontos de partida, além de outros eventos recorrentes, como localização de postos de controle e centros de detenção de migrantes. Em etapa posterior, esse mesmo objetivo foi cumprido com o exame do relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Emigração, do Congresso Nacional brasileiro (2006). Assim, formulava-se o nível objetivo, descritivo, da interpretação, que aparece também em outros momentos, especialmente quando mostro o contexto de um objeto (por exemplo, quando caracterizo a emigração brasileira para os EUA em termos históricos e geográficos).

Um outro nível de pesquisa consistiu em viagens de campo, no Brasil e no México. O projeto, com especificação das atividades de pesquisa de campo, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFG e aprovado. As entrevistas, quando registradas, foram feitas mediante prévia explicação, leitura e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a clareza de que se tratava de participação voluntária e com o compromisso de que as identidades dos entrevistados não seriam reveladas.

Os sujeitos da pesquisa são pessoas que viveram direta ou indiretamente a experiência do trânsito migratório pelo México, visando chegar aos EUA, tendo ou não obtido sucesso na empreitada. No Brasil, essa pesquisa envolveu migrantes retornados, assim como familiares de pessoas que sofreram violência. Essa definição implica uma característica ou recorte específico de migrante – aquele que, a partir da década de 1980, possuía uma condição econômica média ou baixa no Brasil e tentou ir aos EUA para trabalhar e ganhar dinheiro, em geral permanecendo ali como migrante indocumentado.

Os migrantes retornados não se encontram concentrados em um local específico, mas estão dispersos entre a população de determinadas regiões. O pesquisador deve, de certa forma, sair à procura dos possíveis informantes em locais diretamente afetados pela migração para os EUA, locais

com indícios de que haverá informantes cujas entrevistas darão um significado para a pesquisa. Foi isso que tornou aplicável a técnica de amostragem por bola de neve (*snowball sampling*) (Biernacki; Waldorf, 1981). A partir de contatos iniciais, nessas áreas, com colaboradores e alguns migrantes (informantes-chave), pude chegar a outros entrevistados, e assim sucessivamente.

Os critérios de inclusão e exclusão se dão, inicialmente, pelo perfil sociodemográfico, e se desenvolvem a partir de entrevistas em profundidade com os informantes-chave. O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados começam a repetir elementos e conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores. A compreensão das redes sociais entre os locais de origem e de destino da migração, que é um elemento fundamental deste livro, também se aplica aqui, pois através dessas redes os sujeitos se comunicam uns com os outros. Nessa técnica de amostragem estão também elementos das técnicas de pesquisa apontadas por Bourdieu (2011b) para a escolha dos entrevistados e sua proximidade com o entrevistador.

Ao esboçar essas estratégias, defini um *locus* para concentrar a pesquisa de campo no Brasil: a região de Governador Valadares, que é paradigmática em nível nacional como região de envio de migrantes para os EUA. Eu tinha clareza de que ali iria encontrar um “laboratório” ao ar livre para pesquisar a emigração brasileira – e meus achados foram muito além das expectativas iniciais. Além disso, 2 dos 4 jovens brasileiros vítimas do massacre dos 72 migrantes eram procedentes dessa região.

A experiência vivida foi muito além da realização de entrevistas e incluiu atividades exploratórias e observação participante, que “pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles” (Boni; Quaresma, 2005, p. 71). Busquei formas sensíveis e reflexivas de abordagem para alcançar a empatia com os grupos pesquisados e, assim, obter os dados na perspectiva de comprometimento mútuo e solidário com as lutas e sofrimentos dos sujeitos, para trazer a lume as pequenas misérias invisíveis numa ordem social que estabelece as grandes misérias como parâmetro de referência (Bourdieu, 2011b).

Em outras palavras, minha imersão no mundo dos sujeitos buscava compreender e revelar a violência simbólica, exercida no dia a dia pela própria maneira com que os sujeitos reproduzem seus modos de vida. Cumpre ressaltar que tal imersão não foi instantânea e requereu processos graduativos para superar o choque da aproximação de um desconhecido, decorrente da “intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca” entre pesquisador e pesquisado (Bourdieu, 2011b, p. 695).

Dessa forma aconteceram as duas incursões na região de Governador Valadares – em janeiro de 2012, com caráter exploratório, e em setembro de 2013, cada uma com a duração de duas semanas –, que não teriam ocorrido satisfatoriamente sem o contato inicial e a contribuição de certos atores, como uma advogada e amiga da cidade, comprometida com causas de migrantes; membros do Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT); pesquisadores da Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE), incluindo a professora Sueli Siqueira; e servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de Governador Valadares.

A professora Sueli Siqueira me repassou noções preliminares práticas para a condução das entrevistas, complementando ensinamentos anteriores e as indicações do meu orientador. Ela chama atenção para os aspectos cognitivos na execução e interpretação das entrevistas (Siqueira, 2006), em que a compreensão vai além da mera expressão verbal do entrevistado. Suas explicações me deram clareza para optar pela estratégia de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e de amostragem em bola de neve (*snowball sampling*).

A opção pelas entrevistas semiestruturadas decorre da subjetividade presente no problema e na percepção de situações de violência. Essa forma de entrevista “permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes” (Boni; Quaresma, 2005, p. 75). Por exemplo, não se poderia esperar que um migrante retornado respondesse afirmativamente a uma pergunta objetiva tal como: “Você sofreu algum tipo de violência?”. Por outro lado, a resposta negativa não teria efeitos práticos para a pesquisa, já que a palavra violência, na per-

gunta, remete a um significado de agressão física grave, excluindo situações mais complexas de violência.

Para se chegar à interpretação da violência real e simbólica no processo migratório, foi preciso propor ao entrevistado uma narrativa mais ou menos livre sobre sua trajetória, interrompendo-o periodicamente para controlar o objeto e, ao mesmo tempo, incentivar a narrativa. Tudo se dá como se fosse um testemunho de vida acompanhado de uma conversa, mas com perguntas fundamentais predeterminadas no roteiro e na consciência do entrevistador. Busquei, assim, “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário”, como ensinam e aplicam Bourdieu (2011b, p. 695) e seus seguidores, como Sayad. Essa postura instaura uma relação de cumplicidade entre entrevistador e entrevistado, no sentido de

submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas [...]. (Bourdieu, 2011b, p. 695).

Esta maneira de conduzir a entrevista resultou em extensas transcrições da fala do entrevistado, recortadas por curtas intervenções do entrevistador, tal como as entrevistas transcritas na obra coletiva coordenada por Bourdieu (2011b) e no texto de Sayad (1998). É a análise do conjunto da entrevista, e não de suas partes isoladas, que permite ao pesquisador uma interpretação marcada pela totalidade – o que é o objetivo da pesquisa, mais além da mera descrição dos fenômenos (Triviños, 1987).

Foi preciso, também, ler nas entrelinhas. “Durante todo o processo da pesquisa o pesquisador terá que ler nas entrelinhas, ou seja, ele tem que ser capaz de reconhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso do entrevistado” (Boni; Quaresma, 2005, p. 77). Isso inclui compreender não só as expressões positivas, mas também as resistências, as pausas e os silêncios do entrevistado.

Uma vez na região de Governador Valadares, uma segunda imersão permitiu um contato ainda mais profundo, uma percepção do fenômeno da

emigração que não se obtém nas ruas dessa cidade. Isto porque tal fenômeno, marcado por uma “cultura de migrar para o exterior” (Margolis, 2013), atualmente é percebido com mais impacto na zona rural que na zona urbana. Foi ali, na cidade de Santa Efigênia de Minas, que encontrei a acolhida e o apoio de familiares de migrantes, eles próprios também migrantes, com os quais permaneci em plena convivência. Nessas situações, a percepção da pesquisa de campo vai além das entrevistas formais, ressaltando o aprendizado decorrente da observação participante e de entrevistas informais. Pela dimensão dos achados da pesquisa e semelhança com as percepções de Sayad sobre a migração argelina para a França, posso dizer que encontrei em Santa Efigênia uma Cabília brasileira.<sup>1</sup>

Há que se falar também da experiência de campo no México, sem a qual este livro não teria existido, a começar pela concepção progressiva do objeto da minha pesquisa desde a primeira ida ao país, em novembro de 2010. As dimensões do trânsito de migrantes pelo México não podiam ser percebidas apenas por dados e fontes indiretas; era preciso participar e conhecer os processos e movimentos sociais ligados ao fenômeno, conhecer os próprios migrantes que por ali viajam, os familiares que buscam migrantes desaparecidos e as iniciativas criadas para lhes dar apoio.

Além disso, o tema é muito abordado nos ambientes acadêmicos, como na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), instituição que me acolheu como pesquisador visitante durante o período do Doutorado Sanduíche no exterior, com orientação direta da professora Ariadna Estévez López, do Centro de Investigaciones sobre América del Norte (CISAN). Ali apresentei resultados parciais de minhas pesquisas, incluindo

---

<sup>1</sup> A Cabília é uma região camponesa da Argélia, onde Bourdieu teve suas primeiras experiências de pesquisa de campo, e é também a região de origem dos imigrantes argelinos pesquisados por Sayad. O impacto da emigração nessa região é tamanho, que gera nos jovens da localidade a impressão de que emigrar é o único projeto de vida possível. Santa Efigênia, em outras proporções e com devidas particularidades, é também uma cidade totalmente influenciada pela emigração, onde se visualizam os problemas relatados na exposição de Sayad. Reforço essa ideia até mesmo para contrapor-lá a Governador Valadares, uma cidade que já possui uma lógica própria e uma estrutura econômica e social que a tornou de certa forma independente da emigração.

trabalhos sobre a necropolítica do migrante indocumentado e as questões do retorno de migrantes na região de Governador Valadares.

A estadia de um ano no México, entre agosto de 2013 e agosto de 2014, teve uma implicação muito maior que a realização de pesquisas de campo. Tratou-se de um estado de intensa mobilidade objetiva e subjetiva, em que também vivi alguns aspectos da experiência da migração. Fui para a Cidade do México – uma das maiores cidades do mundo e uma síntese da América Latina, do Terceiro Mundo, da opressão e exploração, das contradições e desigualdades econômicas e sociais – e a partir dali me desloquei por um amplo raio de mobilidade, desde a fronteira sul até a fronteira norte do país.

Minhas estratégias de imersão no campo levaram em conta o prazo relativamente largo para a realização da pesquisa, o que me permitiu um processo de familiarização, sensibilização e conhecimento das particularidades do país e do objeto pesquisado. Comparando com as pesquisas realizadas em nossa “própria casa”, tratava-se, agora sim, de uma imersão em terreno desconhecido, até mesmo por conta das diferenças culturais, linguísticas e geográficas. Além disso, para abordar os processos de migração de trânsito, era necessário tomar parte solidária nos movimentos de apoio aos migrantes, conviver passo a passo com os demais ativistas, jornalistas, artistas, estudantes, pesquisadores e religiosos que atuam nesses movimentos.

Dei continuidade aos trabalhos do TICPM, que se desenvolveram como grupo de Migração, Refúgio e Deslocamento Forçado, do Tribunal Permanente dos Povos. Nesse plano de experiência, ajudei a organizar e participei de eventos-chave no cenário nacional. Integrei a Caravana de Mães Centro-Americanas em Busca de seus Filhos Desaparecidos em Trânsito pelo México, que se realizou entre 15 de outubro e 3 de novembro de 2012 e percorreu 4.600 quilômetros pelo território mexicano, de ônibus e a pé, indo do sul ao norte e do norte ao sul, parando em praças públicas, linhas e estações de trem e casas de migrantes. Durante essa marcha, realizei entrevistas e outros registros de áudio, assim como fotografias e diário de campo. Fora do período da caravana, realizei duas visitas de campo à Casa de Migrantes de San José Huehuetoca, no estado do México.

Realizei entrevistas dentro das casas de migrantes e na própria rota migratória, às margens da linha de trem ou em outros locais públicos das pequenas cidades ao longo da rota. Entrevistava as pessoas no mesmo momento em que atividades intensas e tensas estavam acontecendo, com pessoas em plena condição de vulnerabilidade. Havia uma grande dificuldade em ligar o gravador, pois este ato fatalmente cortaria o ritmo da narrativa. Nos casos em que a conversa foi gravada, isso foi negociado com antecedência, respeitando-se os procedimentos da ética em pesquisa. Em outras ocasiões, gravei discursos públicos e rodas abertas de conversa (como, por exemplo, a situação em que um grupo de migrantes denunciava para os membros da caravana, incluindo jornalistas com seus ostensivos equipamentos, a tentativa de sequestro que havia sofrido na noite anterior).

Como experiência em regiões de fronteira, realizei três travessias terrestres: duas vezes na fronteira México-Guatemala (pelo Rio Suchiate, em novembro de 2012, e pelo Rio Usumacinta, em dezembro de 2012) e cruzamento da fronteira México-EUA na passagem fronteiriça de San Ysidro, entre Tijuana e San Diego. Tais experiências me colocaram em contato mais direto com os mecanismos de controle estatal da mobilidade. Aliás, todas essas passagens fronteiriças são marcadas pela ostensividade militar e estão nas rotas do tráfico de drogas. Percebi claramente como o controle é discriminatório.

No estado de Chiapas, a kombi em que eu viajava foi abordada em um bloqueio militar e um jovem local foi humilhado, tendo de mostrar que falava o idioma indígena da região para provar que não era migrante. Na passagem de San Ysidro, um dos principais pontos de cruzamento da fronteira México-EUA, os paradoxos são cotidianos. É possível refletir sobre a vida binacional daqueles que vivem no México e trabalham do outro lado, tendo de cruzar a fronteira todos os dias e lidar com os mecanismos de controle. Várias histórias particulares surgiram dessa experiência, conectando-se com meu objeto de pesquisa e fornecendo material para outros trabalhos, como o estudo que tenho realizado sobre a cultura de fronteira em Tijuana e o problema das deportações de mexicanos que vivem nos EUA.

Nessa pesquisa de campo entre Tijuana e Califórnia, em julho de 2013, fiquei duas semanas alojado na Casa de Migrantes de Tijuana, realizando



observação participante, entrevistas, serviço voluntário e contatos com pessoas deportadas e acadêmicos da região. Do outro lado da fronteira, realizei viagens e observação de campo em bairros de imigrantes em Los Angeles e na área circundante de San Francisco.

Também estabeleci relações e trocas de experiências e informações com acadêmicos de várias instituições e centros de pesquisa, e apresentei muitos trabalhos em eventos acadêmicos em diferentes cidades do México. Realizei cursos de curta duração que aproximavam a análise do fenômeno migratório com as teorias da violência e os processos de acumulação capitalista.

Toda a pesquisa (objeto, problema, referenciais teóricos) foi se reconstruindo de acordo com as novas descobertas. Se o ponto de partida foi o massacre dos 72 migrantes, a convivência com o problema dos migrantes centro-americanos — incluindo os sequestros, as condições de viagem no trem etc. — alargou o objeto para além do massacre e da emigração brasileira. Se o foco era observar o trânsito de migrantes indocumentados pelo México rumo aos EUA, era necessário abrir o olhar pesquisador sobre esse problema humanitário de enormes dimensões, tão pouco conhecido pelos brasileiros. Ao mesmo tempo, o desdobramento da pesquisa lançou novas indagações sobre as rotas de migração indocumentada pelo México, observando-se as variações entre as rotas usadas por parte dos centro-americanos e pelos brasileiros em geral.

Cabe relatar, ainda, as consequências de ter decidido por um objeto e um problema permeados de situações de violência extrema — o que envolve um estresse, tanto do pesquisado quanto do pesquisador, e lança desafios enormes para o desenvolvimento da pesquisa. Desafios, até mesmo, de ordem ética.

Por exemplo. Em minhas idas à região de Governador Valadares, não só entrevistei familiares de 2 dos jovens mortos no massacre dos 72, como participei, em certa medida, do seu mundo particular. Como o meu contato com eles era prolongado, a conversa sobre o fato violento não surgia na primeira abordagem, como quem chega, faz uma entrevista e desaparece. A conversa surgia periodicamente, em situações da vida cotidiana (com-

partilhando um lanche, por exemplo). Como diz Bourdieu (2011b, p. 698), ao objetivar o interrogado, o interrogador objetiva a si mesmo – “é posto à prova, tanto quanto aquele que ele interroga”. O pesquisador, ao obter a generosidade daquele que aceitou ser pesquisado, compromete-se, nesse mesmo momento, ainda que implicitamente, a provar para o pesquisado que seu ato tem alguma importância para ambos, e não apenas para o pesquisador.

No relato da situação limite, o choro era recorrente e a lembrança dos fatos passados trazia de volta o sofrimento, fazendo-me questionar e refletir sobre a importância daquela pesquisa: por que resolvi vir até aqui? O que eu farei de útil para essas pessoas depois que sair daqui? Para que vale trazer a eles de volta a memória da violência? Não é um ato extremo de egoísmo fazer tudo isso para concluir uma tese? Tudo isso passava pela minha cabeça naqueles momentos.

Para completar, naqueles dias estava lendo o livro *O que resta de Auschwitz*, de Agamben (2008) – e o modelo teórico do *Homo sacer*, da vida nua e exterminável, portanto descartável, acoplava-se aos relatos das entrevistas. Por outro lado, existe algo mais no testemunho, que é transformar a dor em resistência e o trauma em memória (Vezzetti, 2009). Isso, certamente, verificou-se com os familiares, já que a existência de alguém honestamente comprometido em ouvir sua história lhes dava a esperança de que algo mais pode ser feito pela justiça. O compartilhamento da dor e do sofrimento estabelece laços de solidariedade e construção identitária (Araújo, 2011).

Ainda sobre a dificuldade em pesquisar situações de violência e a maneira como as pessoas recebem a presença intrometida e arbitrária de um pesquisador: quem vai se arriscar a conversar coisas pessoais com um desconhecido, sem ter clareza de qual proveito real terá disso? Em Governador Valadares, uma assistente entrou em contato com dois rapazes que tinham acabado de retornar, após serem deportados dos EUA. Mas eles não queriam dar entrevistas, pois estavam planejando emigrar novamente. “Esses que querem voltar nunca dão entrevistas mesmo. Quanto mais ocultos estiverem é melhor para eles”, disse a assistente. Ora, era exatamente com estes que eu precisaria conversar! Mas, assim, vão ficando essas limitações – o

que corrobora a tese de Agamben (2008), de que a testemunha integral é aquela que não pode dar testemunho.

Em minha segunda viagem à região, eu não encontrava (por razões óbvias) pessoas que estivessem planejando partir para os EUA de maneira irregular, e era importante para a pesquisa entender qual a rota que estava sendo usada, para pôr à prova o argumento de que os brasileiros já não estariam mais usando a rota do México. Então, jogando sinuca num bar à beira da rodovia, comecei a conversar com meu parceiro de jogo, dizendo que eu mesmo queria ir para os EUA. Ele me informou que estavam formando um grupo de seis pessoas para partir. Para fechar o grupo, faltava apenas um deles vender sua casa para conseguir dinheiro e pagar os agenciadores. Perguntei de que maneira estavam indo, por onde iam passar, e ele disse que seria pelas Bahamas. Fiquei de lhe procurar nos próximos dias, e não segui adiante na combinação.

E quanto à tensão de pesquisar a violência no México? Esta foi ainda maior e surgiu desde o momento em que decidi pelo tema da pesquisa. Quando planejei o Doutorado Sanduíche no México, já conhecia a situação declarada de violência no país. Em 2006, o então presidente Felipe Calderón decretou sua guerra às drogas, estabelecendo no país uma situação de alerta permanente contra o crime organizado. Após o massacre dos 72, tornou-se ainda mais conhecido o quadro de violência, especialmente no norte do país. Várias pessoas, no Brasil e no México, fizeram-me recomendações sérias para que não fosse para o norte. Mesmo assim, não estava livre do estado de alerta permanente em que vivem todos os mexicanos. Essas situações, embora tenham causado limitações no processo de pesquisa, não prejudicaram as entrevistas, que foram realizadas em casas de migrantes ou nas rotas migratórias, num contexto de mobilização social em que havia um consenso de que a situação dos migrantes devia ser visibilizada.

## Migração e violência

Não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes; não se pode escrever sem se perguntar o que significa escrever sobre esse objeto, ou, o que é o mesmo, sem interrogar-se acerca do estatuto social e científico desse mesmo objeto.

*Abdelmalek Sayad*

Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo”, de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social.

*Pierre Bourdieu*

O tema deste trabalho introduz duas categorias aparentemente separadas – migração e violência. A dificuldade em articular um percurso teórico reside na amplitude dessas duas categorias, que aparentemente não dialogam entre si: as teorias da migração não falam de violência e as teorias da violência não falam da migração. A pesquisa exigiu um domínio teórico nos dois campos. A enorme quantidade de obras estudadas para compreender essas duas categorias se reflete na extensa bibliografia. Muitas outras obras

estudadas ficaram, porém, fora do produto final, pois, embora pertinentes à matéria, não se enquadraram nos percursos metodológicos e teóricos definidos para a abordagem.

O método de exposição não corresponde ao método de investigação (Marx, 1987), assim como a síntese não é uma reprodução idêntica da análise, mas um nível superior de conhecimento decorrente da integração constante entre teoria e prática. Os fenômenos não se apresentam, na realidade, de maneira compartimentada, sendo esta compartimentação feita apenas para promover a compreensão do objeto. Portanto, neste trabalho, a reflexão teórica sobre a migração aparecerá sempre relacionada com a reflexão teórica sobre a violência.

O que apresento neste capítulo são análises teóricas que respondem aos problemas fundamentais da pesquisa: como se dá a violência contra migrantes no México, por que as pessoas emigram, como atuam as redes sociais, qual o vínculo entre política migratória e violência, e qual a lógica de controle e exploração do migrante. Para tanto, farei uma introdução às teorias das migrações para me concentrar na teoria dos sistemas migratórios (Castles; Miller, 2004), que por sua vez introduz a compreensão sobre as redes sociais nos processos migratórios. Em seguida, apresentarei o conceito de violência simbólica, que favorece a abordagem reflexiva de Sayad (1998). Depois, caminhando para responder às perguntas que tratam de aspectos estruturais do problema, farei uma reflexão sobre o que significa a migração indocumentada na sociedade contemporânea, concluindo com os mecanismos de controle e exploração dos migrantes que perfazem um quadro de violência estrutural.

## Introdução às teorias das migrações

O ponto de partida para se compreender as migrações internacionais no campo da sociologia reflete as preocupações mais gerais sobre a teoria social, como o estudo das determinações recíprocas entre indivíduo e estrutura. Assim como, na teoria social, há teorias que focam no micro, na ação individual, e outras que focam nos processos estruturais e dão opacidade

às ações individuais isoladas, também na teoria das migrações internacionais esse debate acontece (Carassou, 2006). E a solução para o problema é a mesma, compreendendo que não se pode ser unilateral e determinista, devendo-se observar as implicações recíprocas entre indivíduos e estrutura com olhos para a totalidade social, compreendida como sistema.

As migrações constituem um fato social total, pois sua compreensão corresponde à compreensão da sociedade como um todo (Sayad, 1998). Em outras palavras, são frequentemente causa e efeito de várias formas de conflito: “A migração é um processo que afeta todas as dimensões da existência social, que desenvolve uma complexa dinâmica própria” (Castles; Miller, 2004, p. 34, tradução nossa). Isso implica que os estudos sobre as migrações internacionais pertencem a vários campos e dimensões do conhecimento – demográfico, geográfico, histórico, econômico, sociológico, político, jurídico, psicológico e cultural, para ficar apenas nos mais amplos –, resultando que sua compreensão, em qualquer campo, só pode se dar numa base transdisciplinar e sob métodos que reconheçam essas interações. Os enfoques especificamente sociológicos se debruçam sobre os comportamentos, práticas e representações sociais ligados aos migrantes, ou, como diz Carassou (2006), as análises das motivações e implicações sociais de um ponto de vista qualitativo.

As migrações internacionais constituem um enclave essencial em qualquer discussão sobre a chamada globalização. Juntamente com as guerras de ordenamento global, elas são elemento e consequência fundamental das dinâmicas de acumulação capitalista na sua atual fase (Kurz, 2005). Os fluxos e processos migratórios “constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global” (Patarra, 2006, p. 8). É o próprio sistema social e econômico que provoca os processos de mobilidade humana (Bacon, 2008), sendo que o deslocamento não é apenas físico, mas também simbólico (Bauman, 1999). Devido aos laços sistemáticos que envolvem todos os países, as migrações afetam todas as sociedades envolvidas na passagem dos migrantes (territórios de origem, de trânsito e de destino), relacionando essas sociedades, quase sempre, de maneira conflituosa.

A primeira tarefa de uma teoria das migrações é definir o termo: o que é um migrante? Existem muitas formas de se definir o migrante nas ciências humanas. Os primeiros campos que ofereceram explicações sobre as migrações foram o direito e a geografia. O direito, pela necessidade das legislações estatais de dispor sobre nacionalidade e regulação dos direitos dos estrangeiros em seu próprio território (antes das migrações serem um problema para a ciência, já o eram para o direito estatal). A geografia, porque os primeiros estudos científicos sobre migração foram dados por Ravenstein (1885), que estabeleceu leis gerais comuns a todos os fluxos migratórios.

Segundo Carassou (2006), o migrante é aquele que passa de um lugar a outro, cruza uma fronteira que pode ser definida de forma geográfica, jurídico-política e sociocultural. Quanto à percepção geográfica, há aspectos espaciais (distância percorrida) e temporais (tempo de permanência) que tentam caracterizar o *status* de um migrante. Em relação à fronteira jurídico-política, o Estado define um migrante ao diferenciar nacionais e estrangeiros, estabelecendo diferentes tipos de condição jurídica outorgada aos estrangeiros conforme a finalidade de sua permanência. Não há uma definição jurídica universal, já que cada Estado tem a prerrogativa de controlar o reconhecimento dessa condição a partir de decisões administrativas e critérios estabelecidos em suas legislações.

Essas percepções geográficas e jurídico-políticas não podem ser estabelecidas sem se observar o quadro sociocultural do sujeito – aqui a sociologia das migrações joga um peso especial, demarcando seu objeto como a busca da motivação para o ato de migrar e, também, o modo como são formados socialmente os mecanismos que condicionam as ações dos indivíduos migrantes e dos que se relacionam com esses. O sujeito se muda para outra comunidade, abandonando a sua própria e mudando seu marco sociocultural. O fator psicossocial importa no modo como o sujeito se relaciona com os obstáculos simbólicos e psíquicos na passagem da sociedade de origem para a de destino.

O conflito identitário na região de passagem e de destino também é fundamental na condição do imigrante. Como demonstram Elias e Scotson (2000), os que já estão estabelecidos (no nosso caso, os nacionais de um

determinado país) tendem a ver os forasteiros recém-chegados como uma ameaça ao seu modo de viver e a colocá-los num plano de inferioridade. A violência contra migrantes no nordeste do México também possui uma base social, como mostra Casillas (2012), sem negar a relação entre Estado e crime organizado.

Acontece que as determinações jurídico-políticas do fenômeno migratório não podem ser subestimadas para o objeto dessa pesquisa. Mais que as variantes geográficas, é o Estado que cria o imigrante, ao definir quem é estrangeiro e quais direitos devem ser dados a cada um. Existe uma relação de causalidade direta entre a vulnerabilidade social do migrante e o ato político de constituir uma fração do universo de trabalhadores como sujeitos de direitos diferenciados. Uma explicação sobre por que os Estados criminalizam os migrantes e ao mesmo tempo necessitam de sua força de trabalho só pode ser apresentada se considerada essa premissa – levando em consideração um fenômeno típico da contemporaneidade, que é a migração indocumentada como regra e não como exceção.

Embora haja muitas maneiras de definir a atividade exercida por um imigrante, a sua representação está atada ao motivo predominante dos fluxos migratórios contemporâneos, que é a busca de progresso econômico – especialmente por meio do trabalho. A incidência dessa condição é tão significativa que Sayad (1998, p. 109) faz uma universalização da figura do imigrante a partir da figura do operário sem especialização (definido na França como “O.S.”):

A identificação que se estabelece entre ‘ser um imigrante’ e ‘ser um O.S.’ não se limita apenas à esfera do trabalho. Na verdade, ela marca toda a existência do imigrante, pode ser encontrada em todas as suas práticas sociais, sendo a relação no trabalho, no limite, em grande parte, uma tradução da relação com a condição de imigrante.

É importante, todavia, notar que, nas condições atuais de crise do capitalismo, uma grande parte dos imigrantes não é absorvida pelo mercado de trabalho no país de destino, ou é simplesmente descartada desse mercado depois de certo período, pois há um processo de desmobilização da força de



trabalho (Kurz, 2005). Isso gera uma contradição fundamental na vida do imigrante, pois sua permanência só pode ser justificada jurídica e sociologicamente pelo trabalho.

Quanto às motivações para a decisão de migrar, que Carassou (2006) define como a marca fundamental da abordagem sociológica das migrações internacionais, há uma discussão sobre a relação entre indivíduo e estrutura na determinação dessas motivações. Para Alejandro Portes (1995), tal decisão não parte de um indivíduo isolado, mas, sim, socialmente condicionado, o que chama de ação econômica socialmente orientada, observando as estruturas sociais que afetam a mobilidade espacial e socioeconômica dos indivíduos. Ariadna Estévez-López (2009), por sua vez, baseada na teoria da estruturação de Giddens (2000), mostra que os migrantes, ao mesmo tempo que são frutos das dinâmicas atuais da globalização, também são agentes sociais com relativa autonomia, o que faz com que transformem as estruturas sociais dos países de origem, de trânsito ou de destino.

Dentro do referencial teórico marxista, essa decisão está relacionada à estrutura econômica mundial que demanda o trabalho do imigrante, o que está justificado pela teoria do mercado de trabalho segmentado ou dual, de Piore (1979). Para outros autores (Germani, 1971; Castles; Miller, 2004), a decisão de migrar é marcada pela interação entre fatores psicológicos e estruturais, combinando razões que atraem o migrante para o local de destino e outras que o repelem do local de origem. Há ainda o papel fundamental das redes sociais como condicionante da decisão de migrar.

## A migração como sistema

Na perspectiva da individualidade isolada, a migração é fruto de um cálculo racional de custos e benefícios: o sujeito decide se o benefício salarial no país de destino supera os custos (econômicos, sociais e afetivos) decorrentes da mudança. Em outras palavras, “o migrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória e é isso que influencia e determina a sua decisão, sendo que a migração é entendida aqui como simples somatória de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda” (Sasaki;

Assis, 2000, p. 6). No plano da macroeconomia neoclássica, a relação entre migração e demanda por força de trabalho tenderia ao equilíbrio por leis naturais de mercado – o país que necessitasse de força de trabalho estrangeira ofereceria salários mais altos, e o país que perdesse trabalhadores elevaria os salários para recompor a oferta de trabalho.

Esse modelo pode ser questionado em suas próprias bases, já que o crescimento da população não está governado por leis autônomas, mas em função do processo social de acumulação do capital. Há que se considerar, dentro disso, que a população ativa desempregada não constitui necessariamente um desajuste na sociedade capitalista, mas uma necessidade do sistema. A marcha do migrante nem sempre é uma marcha do desemprego ao emprego, mas ao subemprego ou à manutenção do desemprego, formando o exército industrial de reserva inerente à dinâmica do capitalismo.

Analisando as condições que travavam a acumulação de capital nas colônias, Marx (1988b) afirmava que nelas a população absoluta crescia mais rapidamente que nas metrópoles, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho permanecia subabastecido, o que fazia desmoronar a lei da oferta e procura de trabalho. Essa contradição pode ser identificada pelo atrofiamiento do mercado interno, pelo descompasso entre as esferas de produção e circulação de mercadorias (produção dentro e consumo fora), travando o mecanismo de acumulação de capital internamente e gerando atraso econômico correspondente à cadeia de dominação imperialista (Marini, 2000; Nikolanikos, apud Carassou, 2006).

Na fase do capitalismo centralizado e monopolista, as potências econômicas estatais só podem manter a lógica de acumulação se explorarem o mercado, as matérias-primas e a força de trabalho dos países subordinados, formando uma rede de divisão internacional do trabalho. Para conter a tendência à queda das taxas de lucro, precisam manter o atraso econômico e social das regiões subordinadas, reproduzindo o ciclo de dependência, impedindo o desenvolvimento das forças produtivas e contendo os movimentos de libertação e independência (Moreira, 2011, p. 117).

O desenvolvimento histórico do capitalismo, assim como levou à constituição de um mercado mundial de trocas comerciais, levou também à cons-

tituição de um mercado mundial da força de trabalho: “Milhões de pessoas têm sido há séculos espalhados por todo o mundo, como trabalhadores, e só como tal, isto é, reduzidos à função de meros fornecedores de força de trabalho viva” (Potts, 1990, p. 2, tradução nossa).

A acumulação primitiva representa um processo constante de passagem das relações de produção não capitalistas para relações capitalistas, sendo a força de trabalho formada em condições não capitalistas aproveitadas dentro do próprio sistema. A economia doméstica, embora não constitua um sistema doméstico tipicamente capitalista, está incorporada na circulação capitalista e a ela fornece trabalho gratuito ou barato. Em outras palavras, “apenas a existência de grupos e países não capitalistas pode garantir tal suprimento de força de trabalho adicional para a produção capitalista” (Luxemburgo, 2003, p. 342, tradução nossa).

A migração da força de trabalho é parte do desenvolvimento do capitalismo desde sua forma mercantil, baseada na escravidão e no trabalho forçado, assumindo novas formas até chegar ao período da industrialização, no século XIX, quando assume o caráter de trabalho assalariado, sem abrir mão das formas anteriores. As formas anteriores de exploração laboral não desaparecem, mas se entrelaçam com as novas formas.

Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o padrão colonial de exportação de capitais e exploração da força de trabalho nativa é complementado pela importação de força de trabalho para os países centrais, sem interromper as relações de subordinação entre periferia e centro, levando, portanto, à superexploração dos imigrantes, ao mesmo tempo que a imigração é reproduzida como processo.

O que foi dito até agora explica como o trabalho do imigrante nos grandes centros da economia mundial se tornou necessário ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Para ir mais fundo no modo como as populações de países relativamente atrasados são postas em mobilidade para integrar o exército de trabalhadores migrantes nos países relativamente avançados, é importante observar os processos econômicos, culturais e ideológicos inseridos nos países de origem, obtendo-se, assim, uma compreensão sobre a base social na qual a pessoa decide emigrar.

Como dizem Massey e outros (2008, p. 453), “a penetração das relações econômicas capitalistas nas sociedades periféricas não capitalistas cria uma população nômade propensa a migrar para o exterior”. A inserção de capitais estrangeiros provoca mudanças (processos de desestruturação e reestruturação) nas relações de produção no campo. O latifúndio se torna o modelo de acumulação de riqueza no campo, gerando os minifúndios e os inúmeros camponeses sem terra; a mecanização reduz a procura de trabalho manual; a monocultura para exportação avança sobre as produções de subsistência e multiculturas voltadas para o mercado interno; os monopólios controlam os preços e impõem um regime de carências aos pequenos produtores; para estes torna-se inviável competir com os produtos colocados no mercado pelos monopólios, não restando opções senão incorporar-se à cadeia como trabalhador superexplorado. Enfim, a atividade do capital internacional escraviza o povo do campo e torna inviável, especialmente para os jovens, qualquer perspectiva de mobilidade social, econômica e profissional.

Seja pela desestruturação e precarização das condições de sobrevivência no modelo agrário, seja pelas remoções e despejos provocados pela instalação de indústrias ou grandes projetos de investimento, como usinas hidrelétricas etc., os povos são desenraizados (ou, melhor dizendo, desterritorializados) mesmo quando não estão, em princípio, interessados em mover-se:

Os de ‘baixo’ volta e meia são expulsos do lugar em que gostariam de ficar. [...] Se eles não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés, de modo que é como se estivessem de qualquer forma se mudando. [...] estão se movendo porque foram empurrados – tendo sido primeiro desenraizados do lugar sem perspectivas. (Bauman, 1999, p. 95 e 101).

O processo que desenraiza as pessoas nas suas próprias terras, desestrutura a economia local e mina as possibilidades de ascensão social é o mesmo que oferece o *american way of life* e mostra as vantagens da emigração: “O mesmo processo econômico capitalista que cria a imigração nas regiões periféricas, simultaneamente atrai até eles os países subdesenvolvidos” (Massey et al., 2008, p. 455, tradução nossa).

Isso acontece conforme são criados vínculos materiais e ideológicos com os lugares onde o capital se origina. O movimento internacional de força de trabalho geralmente segue o movimento internacional de bens e capitais, mas em sentidos opostos. Os vínculos materiais que provocam a emigração são facilitados pelas infraestruturas de transportes e comunicações entre os dois extremos da relação (constituídas originalmente para o escoamento das matérias-primas extraídas na periferia).

Massey et al. (2008) explicam que as origens das relações desiguais entre determinados países ocasionam impactos ideológicos que motivam pessoas a migrar e depois reproduzem a corrente migratória. Parte desses laços ideológicos estão ligados aos primeiros séculos da colonização, quando as metrópoles instalaram nos países subordinados seus padrões de institucionalidade, instrução e dominação cultural.

Deve-se observar, portanto, “a existência de vínculos prévios entre países de envio e recepção baseados na colonização, influência política, intercâmbio, inversão ou vínculos culturais” (Castles; Miller, 2004, p. 39, tradução nossa), o que explica por que migrantes de países anteriormente colonizados tendam a trasladar para o território dos colonizadores, ou por que os Estados Unidos e a Europa sejam polos de atração em razão do domínio cultural que exercem sobre o restante do mundo.

Essa abordagem histórica explica o desenvolvimento de redes migratórias entre países que tiveram uma relação colonial, como França e Argélia, Inglaterra e Índia. Mas explica também as redes migratórias entre países nos quais, mesmo sem uma prévia relação colonial típica, têm havido relações de dominação econômica e política sob a forma da independência formal. É o caso das redes migratórias direcionadas aos Estados Unidos, como, por exemplo, os fluxos vindos do México e da América Central.

Soma-se a isso o fator da indústria cultural, a propaganda sobre as intermináveis vantagens de viver no chamado Primeiro Mundo – uma fetichização dos desejos de consumo, da organização urbana e das liberdades democráticas.

Estas conexões ideológicas e culturais são reforçadas através dos meios de comunicação de massas e pelas campanhas de propaganda lideradas pelos países do núcleo capitalista. A programação televisiva dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Alemanha transmite informação sobre os estilos e os padrões de vida do mundo desenvolvido, e a publicidade comercial realizada por agências estrangeiras incute gostos de consumo modernos na população periférica. A difusão das línguas dos países principais e os modelos culturais, assim como a expansão de modelos de consumo moderno, interagem com a emergência de infraestruturas de comunicação e meios de transporte que canalizam a migração internacional em direção aos países do núcleo capitalista. (Massey et al., 2008, p. 456, tradução nossa).

Stephen Castles e Mark J. Miller (2004) também tratam da interação dos fatores que operam nos países de origem e de destino. Incorporam à análise dos processos migratórios os vários fatores incidentes na decisão de migrar, sejam de ordem macro ou micro, objetiva ou subjetiva, econômica ou psicossocial – tudo isso constitui um sistema migratório:

O princípio básico é que qualquer movimento migratório pode ser visto como consequência da interação entre macroestruturas e microestruturas. As macroestruturas fazem alusão a fatores institucionais em grande escala, enquanto as microestruturas compreendem as redes, práticas e crenças dos próprios migrantes. (Castles; Miller, 2004, p. 40, tradução nossa).

As macro, meso e microestruturas estão interligadas no processo migratório e não há uma divisão nítida entre elas. Nenhuma causa por si só é suficiente para explicar o motivo que leva as pessoas a abandonar seu país e se estabelecer em outro. (Castles; Miller, 2004, p. 42, tradução nossa).

A análise, portanto, é multicausal e interacionista, afastando abordagens unilaterais e deterministas que tendam a reduzir as causas da emigração a um só fenômeno, no falso dilema entre micro e macro, indivíduo e estrutura.

Devem-se observar os fatores de repelência no país de origem integrados com os fatores de atração no país de destino, constatando-se, também, as interações dos processos materiais (como a situação socioeconômica do país de origem) com os processos de transformação (a partir da influência

sociocultural do país de destino) na mentalidade das pessoas, fazendo com que parte delas decida por migrar a outro país.

## Funcionamento das redes sociais

As teorias das migrações permitem entender quais razões estruturais fazem com que as carências de uma região produzam subjetividades propensas a emigrar para outro país, o que se compõe, num sistema migratório, com os fatores subjetivos que representam essa emigração como viável a partir dos símbolos positivos que esse outro país oferece. De maneira processual e histórica, forma-se uma cultura de emigração para o exterior. Dentro disso, uma questão que resta ser melhor entendida é por que, em um mesmo segmento populacional, sob efeito das mesmas condicionantes estruturais e sob uma mesma subjetividade migratória, algumas pessoas migram e outras não? A resposta pode ser encontrada num campo de estudo chamado Análise das Redes Sociais.

As redes sociais designam um conjunto de atores ligados por um tipo específico de relação, que se manifesta na interligação de subjetividades e de regiões geográficas. As relações apresentam um conteúdo, que é a natureza dos laços (amizade, parentesco, poder, afetividade etc.), e uma forma, composta pela intensidade ou força do laço e pela frequência e grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta. Segundo Soares e Rodrigues (2005, p. 75):

As redes funcionam como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais possíveis que ligam certos atores/nós; remetem ao fato de que a interação carece de princípios “ordenadores”, de representações sociais por meio das quais as pautas de conduta possam ser exercidas e, até mesmo, mudadas. Elas são dinâmicas, suscetíveis de alterações ao longo do tempo e, portanto, possuem dimensão processual, histórica, uma vez que expressam as regularidades presentes nas interações sociais.

As redes migratórias se diferenciam das redes pessoais por constituírem um conjunto (uma rede mais ampla) de redes sociais, voltadas para

a geração de fluxos migratórios. Elas implicam recortes territoriais que se articulam por intermédio de fluxos migratórios. Constituem, assim, uma

teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino. (Soares, 2002, p. 21).

Corroborando essa explicação e agregando-a à teoria dos sistemas migratórios, apontam Castles e Miller (2004, p. 40) que “as redes informais incluem relacionamentos pessoais, padrões de organização da família e da casa, laços de amizade na comunidade e a ajuda mútua em assuntos econômicos e sociais”.

As redes sociais interferem nos fluxos migratórios por meio de uma relação entre custos e benefícios no projeto migratório de cada migrante ou futuro migrante, e na maneira pela qual as vantagens da rede podem agregar capital social ao migrante. O migrante procura na emigração uma oportunidade de ascensão social que não encontra fora dela, ou seja, no meio social em que está inserido no lugar de origem. Mas, para assumir os custos e riscos do projeto migratório, precisa ao menos projetar uma vantagem que faça esse esforço compensar. Zenólia Almeida (Congresso Nacional, 2006, p. 90) assim explica:

Nas migrações de longa distância, as redes sociais desempenham importante papel no sentido de minimizar riscos, criando alternativas de suporte aos recém-chegados através de uma rede informal de solidariedade, prestação de serviços e informações interpessoais. A escolha do lugar de destino dos imigrantes é orientada pela presença de redes sociais que mantêm fortes ligações com seu local de origem; pode-se dizer que, de certa forma, elas estabelecem limites em relação às escolhas dos imigrantes, levando-os a se concentrarem, espacialmente, em determinadas localidades.

Em razão da distância cultural e linguística com os nacionais do país de destino, por um lado, e a convivência constante com pessoas do próprio país, por outro, os migrantes tendem a construir relações sociais mais



sólidas (amizade, relações afetivas) dentro da sua comunidade, que pode funcionar como uma rede de ajuda mútua. Castles e Miller (2004) mostram que, quando existe aceitação do amplo meio social a certo grupo de estrangeiros, forma-se uma comunidade étnica; quando essa aceitação não existe, o grupo é marginalizado e reage a essa marginalização consolidando mais ainda seus laços e assumindo uma postura de confrontação, formam-se as minorias étnicas, que também podemos chamar de guetos.

Nesse mesmo sentido, Soares (2002, p. 20) mostra que os imigrantes, em vez de assimilarem toda a subjetividade social do país de destino, recriam relações sociais baseadas na hibridez entre a conexão com o local de origem e as particularidades da sua condição no local de destino: “Em vez de uma série de transformações individuais na direção de uma cultura dominante no destino, os migrantes negociam novas relações/categorias dentro e por meio das redes”.

Outro elemento das redes sociais informais é a manutenção do vínculo com a família e a comunidade que ficaram na região de origem. Como dizem Castles e Miller (2004, p. 40, tradução nossa), “a família e a comunidade são decisivas nas redes migratórias”. A família incide desde o momento em que pode se reunir e decidir enviar um de seus membros para fora do país, para aumentar a renda familiar. Uma vez que o migrante já está lá, o vínculo é mantido principalmente com o envio das remessas financeiras. Dependendo da situação da família, essas remessas podem constituir a principal fonte de renda para sua manutenção. As remessas chegam a ser apontadas como fator macroestrutural, responsáveis por parte considerável do Produto Interno Bruto dos países de emigração, e há correntes teóricas que sustentam ser essas remessas fatores fundamentais de desenvolvimento nesses países.

Além das remessas, o vínculo com a terra natal é potencializado com o avanço dos meios de comunicação e trocas. A comunicação audiovisual, através das redes sociais virtuais, programas de videoconferência, chamadas telefônicas e até mesmo programas de tv, assim como um mercado de trocas em esfera individual (envio de produtos por meio de visitantes, lojas com produtos importados etc.), fazem com que os migrantes, mesmo estan-

do em territórios longínquos, mantenham laços subjetivos com a terra de origem (e também laços objetivos, relacionando-se com a comunidade de migrantes do seu país).

Por fim, a rede pode se completar com os fluxos de reunificação familiar: “o que começou como um fluxo de trabalho temporário torna-se um fluxo de reunificação familiar” (Castles; Miller, p. 45, tradução nossa). Uma vez que o migrante esteja estabelecido, pessoas do seu núcleo familiar imediato podem decidir migrar, não diretamente por uma proposta de trabalho, mas sim com a finalidade de reunificar a família. Esse, contudo, não é o único e natural caminho, sobretudo porque o projeto de migração pode sofrer desvios de rota, como explica Sueli Siqueira (2009): o migrante pode constituir novas relações afetivas no país de destino, cortando as relações com sua família no país de origem; pode, também, retornar, porque esse era seu plano ou porque não alcançou êxito no projeto migratório.

Ao decidir migrar, a pessoa conta com algum apoio na cidade de destino, vindo de pessoas conhecidas a partir de círculos familiares, de amizades ou de ambientes de trabalho. Quase sempre há uma ou várias pessoas no destino que dizem: “Venha que aqui há trabalho para você”. É por isso que o migrante, quase sempre, já sabe em qual cidade deve chegar depois de cruzar a fronteira.

Na história da emigração de Governador Valadares, os primeiros emigrantes foram aventureiros de classe média que partiram para viver nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. Ao abrir caminho e encontrar progresso, encorajaram outros valadarenses a partir. Aí foi formada a rede. Cada nova pessoa que ia tinha o contato de alguém que já estava lá.

Quando não existe uma rede social formada entre origem e destino, como no caso das primeiras emigrações de Governador Valadares para os EUA, o projeto migratório se reveste de um caráter de aventura e exploração, em que o sujeito possui uma base social segura que lhe ampare caso o projeto seja frustrado; ou, então, o sujeito pode estar realizando uma fuga desesperada e cega (o que é pouco passível de verificação, já que, até mesmo na figura do refugiado, existem condicionamentos sociais, geográficos e históricos na escolha do local de destino).

Nenhuma das duas hipóteses se aplica à onda de emigração brasileira para os EUA que se iniciou na década de 1980. Conforme será demonstrado, já existiam redes sociais em que os emigrantes partiam com um mínimo de relações sociais constituídas no local de destino – um familiar ou amigo que oferece apoio no período inicial, uma proposta de trabalho etc. Como diz Assis (2002, p. 45), ao analisar a formação da emigração valadarense:

Quando a crise econômica se aprofundou na década de 80, a partida de valadarenses para os Estados Unidos tornou-se significativa, por que já fazia parte de nossa subjetividade esta possibilidade: a utopia americana. Já conhecíamos as oportunidades de emprego, onde ficar e possuímos pessoas para nos ajudar, por isso a escolha dos Estados Unidos.

Por conta do funcionamento das redes sociais, os migrantes que vão depois são beneficiados com a diminuição dos custos e riscos do projeto migratório. Em contraparte, a diminuição dos custos e riscos permite que a emigração seja expandida como alternativa também para pessoas com menos capital social. Na emigração brasileira para os EUA, foi observada uma diversificação no perfil dos migrantes, entre os períodos iniciais e os posteriores. Como explica Margolis (2013, p. 67-68):

Ao diminuir os custos da migração e aumentar os lucros, as redes sociais ajudam a criar um perfil demográfico do migrante que passa a refletir, cada vez mais, a população do lugar de origem. Em termos mais simples, os migrantes mais pobres, que antes não tinham acesso à informação e recursos necessários para emigrar para o exterior, agora passam a ter as duas coisas graças à assistência monetária e aos conselhos dados por amigos e parentes que já se estabeleceram fora do país.

Tal constatação corrobora a análise geral de Tilly (1990). As redes migratórias não podem ser entendidas como características ou intenções individuais, mas como a mobilidade de uma estrutura comunitária. Em sua complexidade, por ser uma rede de redes sociais, as redes migratórias transplantam para o outro país as redes que trazem em si. Essas redes migram para o país de destino e as relações dos migrantes entre si – e entre os migrantes e o meio social – recriam seletivamente as cadeias simbólicas

de desigualdade e dominação existentes no país de origem. Isso faz com que tais redes não incluam apenas relações de consenso e colaboração, mas também de conflito.

Isso fica demonstrado quando, por exemplo, um imigrante explora outro do mesmo país, dentro de um processo de especialização das atividades no mercado de trabalho dos imigrantes nos EUA. Nas áreas de limpeza doméstica e construção, por exemplo, alguns imigrantes brasileiros já estabelecidos e com uma ampla demanda de serviços formam pessoas jurídicas que subcontratam outros imigrantes brasileiros.

Na teoria dos sistemas migratórios, a carência econômica e a busca de trabalho, que marcam o caráter da migração que estudamos como migração laboral, em dado momento podem ser determinantes na decisão de migrar, mas também podem não o ser, em outro. Pela atuação das redes sociais, os fluxos migratórios alcançam autonomia relativa: uma vez iniciados, convertem-se em processos sociais relativamente autossustentados (Castles; Miller, 2004).

Assim, a compreensão sobre as redes sociais, associada à teoria dos sistemas migratórios, parece dar resposta a falsas dicotomias nos estudos migratórios: o macro e o micro, o objeto e o sujeito, a estrutura e o indivíduo. Se é certo que a estrutura social – por meio da conformação estrutural da região de origem e da demanda por trabalho na região de destino – determina e caracteriza os fluxos migratórios na contemporaneidade, também é certo que, uma vez iniciados, esses fluxos se reproduzem por mecanismos internos à sua lógica sistemática, afastando-se da determinação direta pelas condições estruturais que o geraram.

Aplicando às redes sociais o olhar da demografia cultural, Soares (2002) observa que elas se realizam num contexto de trocas simbólicas, num circuito em que as representações são negociadas. Essa compreensão abre espaço para a abordagem que Sayad (1998) faz da migração como construção social, em que a emigração é justificada (tanto pelo migrante como pelo seu meio social) em seu duplo caráter de ilusão consentida e de única saída, nos marcos da violência simbólica.

## Violência simbólica na trajetória do migrante

As teorias dos sistemas migratórios, assim como a questão das redes sociais, respondem objetivamente às perguntas propostas neste livro, especialmente aquela que questiona por que a pessoa decide emigrar. Um fluxo migratório pode se iniciar por razões econômicas e/ou históricas, mas sua continuidade atende a regras inerentes ao funcionamento relativamente autônomo das redes sociais formadas entre migrantes atuais, futuros migrantes e atores que participam do processo. Resta analisar o modo como essas influências atuam na subjetividade do migrante; ou seja, entender como a rede se internaliza no indivíduo.

Aqui entram as explicações fundamentais de Bourdieu, segundo o qual, por meio do que chama de violência simbólica ou poder simbólico, a estrutura (a ordem social) é impressa no corpo e na linguagem dos indivíduos, conformando o seu *habitus*. O indivíduo, assim, reproduz os valores dominantes na estrutura, de maneira inconsciente ou não. Abordarei o problema da violência simbólica no objeto específico da migração, fazendo referência a Sayad (1998), o autor que tratou dessa tarefa com maior profundidade.

Para tratar de violência simbólica, é preciso colocar em questão o conceito de violência, ampliando-o para além da concepção estrita de agressão física e visível. É preciso um conceito de violência que explique a injustiça social, a discriminação, o preconceito, a submissão. Mais que isso, que explique como a violência está profundamente enraizada no dia a dia das relações sociais, porque é inerente à estrutura. Como enuncia Labica (2009, tradução nossa):

Sabe-se que a pior das violências não é sempre física e visível. Assim, existe a violência inerente às relações sociais, que não é naturalmente uma característica peculiar dos regimes totalitários ou ditatoriais, mas, ao contrário, caracteriza toda sociedade fundamentada na exploração do trabalho – da qual o contrato salarial representa a forma mais elementar.

Para esse autor, existe uma violência estrutural na sociedade capitalista, que é a exploração do trabalhador sob a chancela da liberdade e da igual-

dade jurídicas; ou seja, a violência ocultada por um contrato de trabalho com aparência de direitos iguais, com a ocultação da mais-valia, processo revelado pela primeira vez por Marx (1988a).

Para demonstrar os mecanismos da violência simbólica, Bourdieu (2001, p. 247) também se vale desse modelo teórico para explicar a existência da dupla verdade (verdade objetiva e verdade subjetiva) no processo do conhecimento:

O lance de força objetivante que se faz necessário para constituir o trabalho assalariado em sua verdade objetiva fez esquecer que essa verdade teve de ser conquistada contra a verdade subjetiva, a qual, como o próprio Marx indica, só se torna verdade objetiva em certas situações excepcionais de trabalho: o investimento no trabalho, logo o desconhecimento da verdade objetiva do trabalho como exploração, que leva a encontrar no trabalho um ganho intrínseco, irredutível ao mero rendimento em dinheiro, faz parte das condições reais da consecução do trabalho e da exploração.

Nessa relação, a verdade objetiva do trabalho corresponde ao seu caráter real de exploração, enquanto a verdade subjetiva corresponde ao caráter aparente de igualdade; é aquilo a que o trabalhador é levado a crer (portanto, algo subjetivo) e revela a sua alienação como mascaramento da exploração.

A violência simbólica, além de ser inerente à estrutura, difusa e extrafísica, é reflexivamente aceita, legitimada e reproduzida pelo próprio sujeito que a sofre, acreditando ter algum benefício com isso; ou seja, praticando condutas que mantenham sua posição no meio social, sem consciência de que tais condutas são a condição para a sua própria dominação. Por exemplo, no ambiente de trabalho desenhado nos parágrafos anteriores, Bourdieu não está apenas sustentando que o trabalhador consente com sua exploração porque ela está mascarada. Ele explica que o trabalhador é levado a “encontrar no trabalho um ganho intrínseco, irredutível ao mero rendimento em dinheiro”.

Ou seja, não basta que o trabalhador seja privado dos meios de produção de sua subsistência e levado às fileiras do trabalho assalariado por

necessidade. Uma vez que ele já está dentro desse sistema, o capitalista precisa criar mecanismos para explorá-lo ao máximo e, assim, garantir a mais-valia.

Isso que Marx (1988a) chama de incremento da mais-valia absoluta e relativa, Burawoy (2010, p. 89) denomina garantia do excedente, aplicada por meio da dominação despótica ou da “amarração dos interesses do trabalho aos interesses do capital”. Ao conceber a estrutura social como um jogo, Burawoy (2010, p. 90) mostra que os trabalhadores “jogam e procuram conquistar liberdades e recompensas que efetivamente contribuem para a exploração e vantajosamente a mascaram”. Assim, completa Bourdieu (2001, p. 248), “os trabalhadores podem contribuir para sua própria exploração inclusive pelos esforços que fazem para se apropriar de seu trabalho e que os prende a ele por intermédio das liberdades, por vezes ínfimas e quase sempre ‘funcionais’”.

Uma questão importante é indagar qual a margem de consciência de sua própria dominação que os dominados possuem. Ao discutir esse ponto, Burawoy (2010) compara o conceito de violência simbólica de Bourdieu com o conceito de hegemonia de Gramsci, levantando uma aparente oposição logo esclarecida. Para Gramsci (apud Burawoy, 2010), a dominação é assegurada pelo fato de que a classe dominante procura apresentar seus interesses particulares como universais; esse domínio, gerenciado por intermédio do Estado, busca obter a submissão dos dominados com seu próprio consentimento, havendo, portanto, uma falsa consciência.

Para Bourdieu, por sua vez, não haveria uma falsa consciência, um vício de consentimento, mas, sim, a submissão dos dominados pela incorporação da estrutura social em sua subjetividade, “uma dominação que se aloja profundamente no inconsciente por meio dos sedimentos cumulativos da estrutura social” (Burawoy, 2010, p. 102). Ou, dito pelo próprio, “essa cumplicidade não é concedida por um ato consciente e deliberado; ela própria é o efeito de um poder, que se inscreve duravelmente no corpo dos dominados” (Bourdieu, 2001, p. 207).

Na opinião de Burawoy, a naturalização da dominação com o consentimento dos dominados (Gramsci) parece ser uma descrição incompleta do

mecanismo. Por outro lado, o que se aplica aos dominados não é um pleno desconhecimento da exploração (Bourdieu), mas a sua mistificação, que tem o consentimento como uma pré-condição.

O problema na concepção de Bourdieu é subestimar as margens de ações autônomas em relação à estrutura e reduzir os horizontes para a ruptura dessa ordem social e sua transformação pelas mãos dos próprios dominados. Diferentemente, Burawoy (2010, p. 104) concebe que “o *habitus* desempenha papel coadjuvante na reprodução da dominação, porém, pode desempenhar o papel principal na criação de novas ordens”. Esse limite na teorização de Bourdieu não põe em cheque a integralidade do seu trabalho. Pelo contrário, este traz uma contribuição fundamental para que as questões estruturais deste livro sejam respondidas.

Bourdieu ajuda a encontrar o mecanismo de reprodução da migração, ou seja, a resposta ao porquê de as pessoas continuarem migrando para os EUA, mesmo sabendo dos riscos a que estão sujeitas. Dentro do caráter duplo da verdade, esse autor (2001, p. 235) mostra como a verdade subjetiva (aquela que mascara a verdade objetiva) é constantemente construída (reproduzida) no próprio meio social do sujeito:

Os agentes sociais podem surgir ao mesmo tempo como enganadores e enganados, podem parecer enganar e se enganar eles mesmos a respeito de suas “intenções” (generosas), porque seu embuste (do qual também se pode dizer, em certo sentido, que não engana ninguém) tem a garantia da cumplicidade tanto dos destinatários diretos de seus atos, como de terceiros.

A contradição aqui é evidente: um embuste que engana a todos e ao mesmo tempo não engana ninguém, mas que se crê necessário para a manutenção da vida social. Em outras palavras, “só pode haver ilusão eficiente, ou seja, ilusão que não sabe que é ilusão (esta é a condição de todos os imigrantes) com a condição de que seja coletivamente mantida” (Sayad, 1998, p. 114).

Há um mecanismo de reprodução da migração, pelo qual a imagem socialmente construída sobre o país de destino não corresponde à situação



real de vida que o imigrante enfrenta, mas este se vê condicionado a manter e reproduzir tal imagem para atender a regras de posicionamento social na comunidade de origem. Esse processo se dá pela evocação de “mentiras inocentes com que se reproduzem as ilusões sobre a terra de exílio”, levando o sujeito para o círculo vicioso de uma “vida impossível e inevitável” (Bourdieu, 1998, p. 11), do qual ele não pode sair sem anular a si mesmo como ser social.

Não se pode indagar sobre os problemas da vida de um imigrante na terra estrangeira sem reconstituir sua trajetória, perquirindo sobre como ele se formou como tal, como um emigrante; ou seja, como os fatores sociais levaram à sua decisão de partir. Sayad começa sua elaboração teórica analisando, pelo relato de um imigrante residente na França, a vida social em sua terra natal, uma aldeia da Cabília (região agrária da Argélia), profundamente influenciada pela emigração.

No seu relato estão presentes, em profundidade, as dificuldades materiais da vida, a ruptura dos laços familiares, os limites ao desenvolvimento psicossocial e afetivo impostos pelas tradições. Em sua trajetória na aldeia, o máximo de reconhecimento social que ele teve foi se tornar um *felá* (um tipo de servidão em que a pessoa trabalha na terra do dono). Ser reconhecido como um homem trabalhador por assumir uma posição de destaque no trabalho com a terra, até se dar conta de que essa posição só lhe havia sido dada porque fora recusada pelos outros, e ainda fracassar nessa posição, tendo de devolver as terras e vender os animais.

De outra parte, toda a subjetividade da aldeia estava depositada fora dela, na figura imaginária e socialmente construída da França. Em uma terra com tantas dificuldades, o país de emigração se torna muito mais que uma região geográfica; torna-se o único destino possível, uma fuga necessária, ou, seria melhor dizer, uma utopia, um ponto imaginário a ser alcançado a qualquer custo, pois na aldeia só ficavam “os ‘quebrados’ e os ‘tortos’, os que não servem para nada” (Sayad, 1998, p. 30), enquanto aqueles que regressavam da França demonstravam a superioridade de sua posição social, pareciam estar felizes e ganhando muito dinheiro. A utopia passa a tomar conta da vida do sujeito:

É assim que a França penetra até os nossos ossos. Uma vez que você enfiou essa ideia na cabeça, acabou, não sai mais da mente; para você acabaram os trabalhos, acabou a vontade de fazer outra coisa; não se vê outra solução a não ser partir. A partir de então, a França instalou-se em você, ela não o solta mais; você a tem sempre nos olhos. A gente fica então como possuído. (Sayad, 1998, p. 29).

O que observamos aqui é uma expressão profunda da incorporação da estrutura social, como alienação, nos corpos e na linguagem dos indivíduos; ou seja, a própria dinâmica da violência simbólica de que fala Bourdieu. Ao mesmo tempo que a França é representada como utopia, o melhor dos mundos, a terra natal é vista como o pior dos mundos: a terra da estreiteza, da pobreza, da miséria, do declínio, a terra incapaz de segurar os seus, a terra abandonada. “A França é, a cada vez, caracterizada por uma série de atributos que constitui, com a série antitética que seria aplicada à terra natal, um conjunto de oposições homólogas” (Sayad, 1998, p. 43).

O problema se completa quando o imigrante relata a frustração imediatamente após pisar na França e se deparar com a realidade conflitante com todo o seu imaginário, uma realidade que não aparecia nos relatos ouvidos anteriormente:

Foi a primeira coisa que vi, a primeira coisa que ouvi: alguém batendo à porta, ela abre para um quatinho que recende uma mescla de cheiros, a umidade, a atmosfera fechada, o suor dos homens adormecidos. Que tristeza! Quanta infelicidade em seu olhar, em sua voz — eles falavam em voz baixa —, em suas palavras. [...] esses homens, eu os conheço todos; eu sei que estão na França, me lembro bem deles; eu os vi na aldeia, não faz muito tempo; eles estavam voltando da França, estavam contentes. Serão os mesmos? Na época me pareciam altos, muito altos, e agora estão pequenos, bem pequenos, escondidos em suas camas! Que significa isso? A gente pode se enganar tanto assim? (Sayad, 1998, p. 34).

A primeira reação do imigrante recém-chegado era questionar se aquela não seria mais uma de tantas provações para alcançar a terra prometida; ou indagar se aquelas pessoas não estavam querendo lhe impedir de ser mais

um bem-sucedido, como elas diziam ser. Era como se elas lhe tivessem traído, quando, na verdade, sua própria consciência havia traído a si mesma. O contraste é percebido até mesmo no tamanho como as pessoas são representadas, associado com o reconhecimento que possuíam: na aldeia eles eram “grandes, bem grandes”, na França eram “pequenos, bem pequenos”.

A frustração desata no imigrante um princípio de consciência sobre como as ilusões sobre a França são produzidas. Ele questiona por que os jovens que regressam à aldeia têm de mentir sobre sua condição, em consonância com o que os familiares esperam ouvir deles. Em sua explicação, fica claro que se trata de uma mentira coletivamente sustentada; ou seja, não é uma mentira unilateral e precisamente planejada. É uma mentira que faz parte do próprio costume, e, além disso, é o que as pessoas querem ouvir. E mais, independentemente das palavras que os migrantes possam dizer, a ilusão sobre a França já faz os familiares verem eles de outra forma: “grandes, bem grandes”.

Quando vão visitar os familiares, cortam os cabelos, vestem as melhores roupas, trazem malas cheias, gastam dinheiro fácil; quando lhe perguntam sobre seu trabalho, a resposta “estou trabalhando muito” é entendida como que estão ganhando muito dinheiro. O informante diz ainda que, mesmo que falassem de sua dura realidade, os familiares não ouviriam, pois a única coisa que queriam ouvir é que os migrantes estavam trabalhando e ganhando dinheiro.

Acontece que essa consciência não é completa, pois os indícios de que o imigrante ainda carrega ilusões sobre sua condição estão presentes no próprio relato que denuncia essas ilusões. As mesmas cadeias que o aprisionam nas duras condições em que vive, aprisionam a sua consciência, ao seguir justificando a emigração como o único caminho possível. O sujeito está preso aos mesmos esquemas de pensamento que reproduzem a ilusão sobre a emigração.

Em outras palavras, “o informante produz o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz a emigração e no qual a experiência alienada e mistificada da emigração preenche uma função essencial” (Sayad, 1998, p. 44). Quando, depois de já estar vivendo na França, o migrante retorna à aldeia, continua reproduzindo os mitos do êxito, mesmo sabendo de sua real condição. O dinheiro que ganha é visto com um certo tipo de

rejeição: “Na verdade, se eles vissem como tiramos esse dinheiro, em que miséria vivemos para poder economizá-lo, a gente tem motivo para odiar esse dinheiro, ele é muito amargo”. Ainda assim, o mecanismo impõe que ele continue sua trajetória de migrante; mesmo sabendo das cadeias que o aprisionam, ele regressa à França e deseja retomar aquele estilo de vida. O mito da *elghorba*, do eterno exílio ou do eterno retorno, reproduz-se como a obsessão da volta ao passado, a ilusão de que a melhor terra é aquela em que o sujeito não está naquele momento:

Quando a gente precisa, é como se a necessidade fizesse esquecer tudo por que passamos. Se não fosse isso, por que voltar para a França, quando a gente já viu o que é a França? [...] Todos nós somos assim: parece que foi Deus quem nos “tocou”, basta que a gente esteja num lugar para que imediatamente Deus torne o outro lugar melhor. [...] A gente recomeça tudo e volta para a França, como se nada tivesse acontecido. (Sayad, 1998, p. 37).

Não é só uma mentira inocente e coletivamente sustentada que permeia a problemática do migrante. A existência social do indivíduo é afetada por sua condição de migrante. Para que se compreenda isso, é preciso trazer a consideração de Sayad sobre a relação existencial entre a condição de migrante e a condição de trabalhador sem qualificação, fruto da demarcação de um mercado de trabalho específico para os imigrantes (o que é melhor explicado pela teoria do mercado de trabalho dual que abordarei adiante): “Duas condições que, agora que são encontradas simultaneamente e também prioritariamente, tendem a formar uma só, tendem a se tornar uma dupla condição encarnada nas mesmas pessoas” (Sayad, 1998, p. 106).

Isso se expressa na representação que o migrante faz de si mesmo e se estende da esfera do trabalho para toda a vida social do sujeito. Dessa maneira, o mal-estar enfrentado no trabalho (devido à sua verdade objetiva como exploração) se estende para toda a vida do migrante e gera um juízo negativo sobre sua própria condição social: “Poderíamos pensar que a relação de trabalho [...] está ligada tanto às condições próprias do trabalho quanto ao que é constitutivo da condição de imigrante ou nela está contido” (Sayad, 1998, p. 109).

A presença do imigrante na França (e sua ausência na terra natal) é justificada e legitimada pelo trabalho; por outro lado, essa presença-ausência também justifica todos os fracassos da vida social, como, por exemplo, o fracasso na constituição familiar em razão de ser um pai ausente e um marido ausente. O pecado original da emigração os torna alheios à sociedade de destino, mas, quando voltam para sua terra, já se tornaram alheios ali mesmo. O que é, então, o imigrante? É um ser que se move, que não se realiza como ser em nenhum lugar. O “pecado da ausência” é uma culpa, ao mesmo tempo, por estar ausente de sua família e sua comunidade, e por não obter êxito na missão de trabalhar na França; êxito ao qual está vinculada a justificação tanto da sua ausência quanto da sua presença.

O imigrante, assim, está enredado numa rede social na qual sua realização como ser social, embora sempre almejada, nunca é alcançada. Por isso, Bourdieu (1998, p. 11) se refere a uma vida inevitável e, ao mesmo tempo, impossível, “nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, a fronteira entre o ser o não-ser social”. O mecanismo autorreproduzido da migração torna o imigrante um ser sem terra, um estrangeiro em qualquer lugar, um deslocado física e simbolicamente. O mito da *elghorba* se inverte, passando a ser a própria terra natal o local de exílio:

É na natureza publicamente “clandestina” ou secretamente “pública” da “vergonha” – é assim que se fala dessa “coisa” que está presente na mente de todos os membros do grupo, mas que ninguém quer enunciar, e da qual a imigração é considerada responsável, no fim [...] – que reside o “mal” (a doença e o mal-estar) que corrói o imigrante quando este se vê na impossibilidade de dar um sentido possível à sua imigração ou, mais do que isso, é levado a denunciar sua imigração, a pô-la sob acusação e a fazer o seu processo. (Sayad, 1998, p. 113).

Revela-se então a dupla contradição da migração como provisória e permanente: seu estado é sempre provisório, levado a se perpetuar, e sempre duradouro, com intenso sentimento de provisoriidade. O imigrante acredita numa estadia provisória (aquela que lhe assegure ganhar dinheiro

e retornar para sua família), que acaba se tornando definitiva pelas dificuldades impostas ao retorno. Ao mesmo tempo, ao perpetuar sua estadia, não deixa de ser visto como imigrante, ou seja, como provisório. Ele é provisório de direito e permanente de fato. A sociedade e o Estado, ao tratá-lo juridicamente como provisório, asseguram-se de que não precisará estender a ele o mesmo *status* atribuído ao nacional. A condição de “provisório de direito” faz com que o migrante e os seus familiares acreditem no seu retorno, enquanto a condição de “permanente de fato” frustra essa crença e o fixa no lugar que não reconhece sua condição e torna impossível sua realização social.

Sayad mostra com isso o lado perverso da mobilidade humana – se, para alguns, em certas condições, viajar para outro país pode significar liberdade e prazer, para outros, em outras condições, pode significar aprisionamento e dor. Como analisa Bauman, é bem diferente viajar a outro país como turista e como trabalhador imigrante. Isso leva à incrível percepção de que o imigrante, ainda que cruze fronteiras, está privado do significado simbólico da livre mobilidade humana. Ainda que esteja em movimento, está localizado:

O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. [...] Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. (Bauman, 1999, p. 8).

O imigrante, embora esteja em movimento, não tem liberdade – ele se desloca para sobreviver – e seu destino não pertence a si próprio.

Fica assim demonstrado, no plano teórico, o mecanismo subjetivo, psicossocial ou sociocultural (de violência simbólica) que, atuando dentro das redes sociais, perpetua os fluxos migratórios. Mas, quando refletimos sobre a violência simbólica como inculcamento da estrutura no indivíduo e estratégia de dominação, não podemos deixar de perquirir sobre as forças dominantes que atuam na estrutura.

Em outras palavras, para não cair no relativismo, não basta entender como o sujeito reproduz sua própria dominação. É preciso enunciar quem

domina e por que o faz. Assim como o sujeito e seu meio social se movem para manter o mito socialmente construído, a estrutura se move para que a exploração seja perpetuada. A dupla condição do sujeito como imigrante e trabalhador sem qualificação não é inata do sujeito, ela é constituída pelos desenhos do mercado de trabalho, que, garantindo o excedente, servem ao processo de acumulação capitalista (Burawoy, 2010).

## O Estado na migração e o migrante indocumentado

Carassou (2006) divide os principais aspectos que interferem nas migrações internacionais contemporâneas nos aspectos geográfico, jurídico-político e sociocultural. À primeira vista, poderia parecer que, num estudo sociológico, o aspecto sociocultural seria determinante, levando a uma subestimação do aspecto jurídico-político, que não deixa de ser também sociológico. Quando se percebe de que maneira as regulamentações estatais interferem na situação do imigrante, pode-se responder às perguntas: qual o vínculo existente entre a política migratória e a violência? Por que os Estados controlam e restringem a migração, se há uma demanda pelo trabalho dos migrantes?

Bourdieu (2005, 2006), ao analisar as estruturas sociais da economia no caso específico do mercado da construção de casas próprias na França, mostrava como o Estado não só controla, como constrói os mercados, mediante as políticas de concessões financeiras aos particulares. O Estado não só é fruto das relações sociais, mas também as gera, constitui. Para ele, o mercado é uma dupla construção social na qual o Estado contribui de maneira decisiva, com a construção da demanda e a construção da oferta:

Com efeito, o Estado não é somente o regulador encarregado de manter a ordem e a confiança, e de regular os mercados, nem o árbitro encarregado de “controlar” as empresas e suas interações, como é visto tradicionalmente. Como conseguimos mostrar a respeito do campo de produção de casas próprias, ele contribui, às vezes de maneira extremamente decisiva, para a construção da demanda e da oferta, ambas as formas de intervenção operando sob a influência direta ou indireta das partes mais diretamente interessadas. (Bourdieu, 2005, p. 40-41).

Ao mesmo tempo que o Estado expressa como universais os interesses sociais e econômicos dominantes em seu seio, sendo um instrumento político das classes dominantes, ele também recria as forças sociais e econômicas, balizado por esses interesses. E, assim como detém o monopólio da violência física legítima, também o Estado detém o monopólio da violência simbólica legítima. Exercendo esse monopólio, o Estado “está apto a inculcar, de maneira universal, no âmbito de certa jurisdição territorial, um princípio comum de visão e de divisão, ou seja, estruturas cognitivas e avaliativas idênticas ou semelhantes” (Bourdieu, 2001, p. 209).

Pensando a migração desde o campo do direito, a definição jurídica de imigrante depende de uma discricionariedade estatal. Essa discricionariedade está presente desde a distinção normativa entre nacionais e estrangeiros, que não é imanente ou geográfica, mas sim fruto de uma norma estatal. É uma prerrogativa do Estado estabelecer os critérios pelos quais uma pessoa pode ser considerada um nacional. Tanto é assim que só o Estado pode dizer se um filho de estrangeiros nascido em seu território é um nacional, ou se um filho de nacionais nascido no estrangeiro será um nacional. Depois disso, o Estado irá classificar, entre os estrangeiros, pessoas com esquemas distintos de direitos (ou, num limite, pessoas privadas de qualquer direito). Afinal, há distintas categorias de estrangeiros; por exemplo, um turista, um viajante a negócios, um trabalhador etc.

Ao classificar, o Estado cristaliza a posição social e jurídica do sujeito, ou seja, impõe um limite que o sujeito não pode ultrapassar. Um turista, por exemplo, não pode exercer atividade remunerada, nem permanecer no país após certo período de tempo. O Estado dará documentos para definir se um estrangeiro pode ou não residir ali. Para que seja um trabalhador, o Estado precisa reconhecê-lo (autorizá-lo) como tal. E o ato de não o reconhecer o coloca na zona da proscrição, naquela zona na qual o Estado, em tese, não reconhece ao estrangeiro nenhum esquema jurídico, simplesmente apaga a pessoa da existência jurídica; a zona do migrante indocumentado, que o senso comum chama de “clandestino” ou “ilegal”.

A classificação que o Estado faz quanto ao *status* migratório está dentro das estratégias de governança enunciadas por Trouillot (2001), que in-



cluem quatro efeitos: isolamento (atomização dos indivíduos), identificação (alinhamento das subjetividades atomizadas em linhas coletivas de reconhecimento), legibilidade (produção de linguagem e conhecimento para a governança, e de ferramentas teóricas e empíricas que classificam e regulam as coletividades) e espacialização (produção de fronteiras e jurisdição).

A classificação dos estrangeiros aparece especialmente no efeito da legibilidade, quando toda a vida social do estrangeiro é submetida ao mandamento jurídico decorrente dessa classificação. Como ressaltam Das e Poole (2008), essa legibilidade importa não só no modo como o Estado classifica para si os indivíduos, mas também na forma como o uso de documentos com diferentes *status* jurídicos constitui diversas formas de vida, por meio das quais certas ideias e padrões de reconhecimento circulam entre as pessoas.

A legibilidade aparece, portanto, como o filtro pelo qual o Estado atribui a alguns indivíduos determinada condição jurídico-social e, ao mesmo tempo, exclui outros indivíduos dessa condição (os migrantes indocumentados); aparece também na maneira como os indivíduos, ao se relacionarem entre si, criam esquemas de reconhecimento e distinção com base nessa condição jurídico-social.

Portanto, é assim que o Estado cria o migrante indocumentado, e essa condição passa de uma condição meramente regulamentar e jurídica para uma condição pessoal. É assim que um migrante indocumentado não é visto simplesmente como uma pessoa que não atendeu a um requisito regulamentar específico, mas como um “ilegal”; ou seja, inaugura-se uma condição jurídica inédita na teoria do direito, já que apenas condutas, e não pessoas, podem ser consideradas ilegais.

Um “imigrante ilegal” é um sujeito que tem a marca da ilegalidade em sua pessoa e não em suas condutas; um não sujeito, um proscrito. O problema, porém, é que a condição de migrante indocumentado não é uma exceção em uma sociedade de capitalismo avançado como a dos EUA. É a própria regra, o *modus operandi* pelo qual passa qualquer estrangeiro para conseguir trabalhar naquele país, diante das regulamentações restritas para a concessão de vistos. Ser indocumentado é a regra do imigrante, assim

como, em Sayad (1998), ser um trabalhador sem qualificação e ser imigrante pertencem a uma mesma condição social.

E onde aparece nessa explicação a relação com o mercado, para se aplicar ao nosso objeto a compreensão do que dizia Bourdieu, de que o Estado constrói o mercado? A explicação começa a aparecer com Piore (1979), em sua teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado. Para ele, a migração internacional decorre, principalmente, dos fatores de atração de força de trabalho socialmente diferenciada para as sociedades industriais avançadas. A decisão de migrar é determinada por recrutamentos, de acordo com a demanda da economia industrial.

Há uma segmentação no mercado de trabalho em decorrência das variações nas funções ocupadas pelos trabalhadores. Existem frações do capital que são mantidas na atividade essencial da empresa, e outras que são variantes e podem ser descartadas em tempos de crises e reacopladas posteriormente. Os trabalhadores envolvidos na primeira fração conformam o setor primário, ou intensivo de capital, e os demais conformam o setor secundário, ou intensivo de trabalho. O setor primário é relativamente estável e nele se desenvolve uma esfera autônoma de sindicalização, garantias previdenciárias, incentivos à qualificação e à ascensão profissional. O setor secundário, pelo contrário, é reservado aos mercados de custos variáveis, como os trabalhos sazonais, e neles se desenvolve uma dinâmica de informalidade e descartabilidade.

Assim, o dualismo inerente entre trabalho e capital se estende para a força de trabalho, na forma de uma estrutura de mercado de trabalho segmentado. Baixos salários, condições instáveis e falta de perspectivas razoáveis para a mobilidade no setor secundário afastam os trabalhadores nativos, os quais são levados ao setor primário, intensivo de capital, onde os salários são mais altos e os trabalhos, mais seguros, e existe a possibilidade de aperfeiçoamento ocupacional. Para preencher as quedas na procura pelo setor secundário, os empregadores vão em busca de imigrantes (Massey et al., 2008).

Essa economia dual se complementa com outros impasses estruturais que levam as economias capitalistas centrais a gerar um setor laboral de segunda classe: a inflação estrutural, os problemas motivacionais e a demografia da oferta de trabalho. O setor secundário é gerado para subverter as leis econô-

micas de proteção e desenvolvimento da força de trabalho e, assim, reduzir a pressão sobre o setor primário e a estrutura econômica como um todo.

A fixação dos salários se insere em hierarquias sociais de prestígio e *status*, comprometendo a lei de oferta e demanda. Assim, aumentar salários de trabalhadores nacionais para atraí-los a postos de trabalho com carência implica mudar toda a cadeia de salários e profissões socialmente estabelecida. Um aumento de salários em postos de trabalho não qualificado implica aumentos sucessivos nos outros postos de trabalho, o que corresponde à inflação estrutural. Isso faz as empresas buscarem saídas mais baratas e menos corrosivas, como a contratação de imigrantes que aceitam salários relativamente mais baixos. Por fim, o trabalho imigrante preenche postos transitórios, de ganhos suplementares, de nível mais baixo e que não ameaçam os *status* profissionais mais elevados. Postos esses ocupados, em épocas anteriores, pelas mulheres e jovens, na demografia do mercado de trabalho.

A teoria do mercado de trabalho dual encontra paralelo com as considerações de Bourdieu (2001) e Burawoy (2010) sobre a dupla verdade do trabalho assalariado e os processos de garantia do excedente. Como dizem esses autores, não basta que o trabalhador seja levado à esfera da produção capitalista, é preciso garantir um nível de exploração que assegure o lucro no lado oposto da cadeia de dominação, o que é dado pela amarração dos interesses do trabalho aos interesses do capital, pelo investimento do trabalhador no trabalho; enfim, por um espaço simbólico pelo qual o trabalhador, em sua verdade subjetiva, controla o seu próprio trabalho e acredita participar nos resultados da produção. Quanto mais próximo desse modelo de gestão laboral, mais distante está o trabalhador da verdade objetiva sobre sua exploração.

No trabalho desqualificado, estando esses esquemas de gestão ausentes, a verdade subjetiva converge para a verdade objetiva. “Nesses casos, conforme as barreiras à mobilidade laboral e salarial são levantadas, os trabalhadores perdem sua adesão às tarefas e param de se empenhar para conquistar aquelas liberdades e concessões” (Burawoy, 2010, p. 91). Ora, o trabalhador imigrante é exatamente aquele contra o qual são levantadas barreiras à mobilidade

laboral e salarial, constituindo-se num setor diferenciado do mercado de trabalho que não compete com o setor dos trabalhadores qualificados, onde são aplicados os esquemas de liberdades e concessões.

Não tendo o imigrante essas estratégias motivacionais, o problema é em parte resolvido, pois o foco de sua motivação e seu *status* social estão na sociedade de origem, da qual ainda se sente membro. Ao trabalhar em um país estrangeiro, encontra salários relativamente mais altos, não é um problema tão grande ocupar postos de trabalho precários porque vê esse trabalho como provisório, tendo como motivação a meta de juntar dinheiro para acumular capital econômico e social na sua terra. Do mesmo modo, ao não se sentir parte da sociedade de destino, não se sente na base de sua hierarquia social – pelo menos, não da mesma maneira que os trabalhadores locais – e, portanto, não interferirá nessa hierarquia.

Por outro lado, pesa sobre o imigrante um outro “estímulo” para o trabalho, bem diferente da motivação. É a coerção que pesa sobre o seu fazer produtivo, a ameaça latente de ser deportado a qualquer momento, ao ser constituído como um tipo de trabalhador com direitos restritos (na condição de indocumentado ou como portador de visto temporário de trabalho). Frise-se que aqui não há uma ausência ou desconhecimento por parte do Estado, pois há uma postura ativa do Estado em constituir o sujeito como indocumentado, ao fechar as portas para a sua regularização. Existe um controle estatal até mesmo na decisão política sobre quem, entre os indocumentados, deve ser deportado ou mantido, ou nas decisões sobre quais regiões fiscalizar ou quanto investir em estruturas de fiscalização (agentes, procedimentos, tecnologias etc).

Os princípios sobre a gestão estatal da migração foram elaborados na chamada Iniciativa de Berna, a partir do governo da Suíça, em 2001, com uma Agenda Internacional para a Gestão da Migração. Seu mote é “Gerenciar as migrações internacionais mediante a cooperação internacional” (Iniciativa de Berna, 2004). O termo “gerenciar” aparece nos documentos, em inglês, como *manage*, e, em espanhol, como *encauzar*; é mais que um conceito, introduzindo uma maneira de ver a relação entre Estado e migrações internacionais. Como afirma o presidente da Iniciativa de Berna (2004, p. 4, tradução nossa):

É preciso estabelecer um equilíbrio entre a migração facilitada para fins legítimos, particularmente a migração laboral, e o controle e redução da migração irregular, incluídas as atividades delituosas conexas que se traduzem no tráfico de migrantes e no tráfico humano.

Há casos em que o Estado gerencia diretamente os fluxos migratórios com vistas ao preenchimento de demandas laborais, celebrando acordos internacionais com outros Estados para o fornecimento de força de trabalho estrangeira. O mais emblemático foi o Programa Bracero, que vigorou, por um acordo bilateral entre México e EUA, entre 1942 e 1964, e tinha por objeto gerenciar o envio de camponeses mexicanos para o trabalho agrícola nos EUA, no contexto de aumento da demanda por alimentos e escassez de força de trabalho local durante a Segunda Guerra Mundial. O acordo continuou após a guerra, e depois os trabalhadores foram mandados de volta para o México. Hoje, os *ex-braceros* lutam pela restituição de um fundo de pensão que lhes era descontado dos salários e foi repassado pelo governo do México aos governadores das unidades da Federação, os quais nunca o repassaram aos seus devidos titulares.

O importante a observar nesses casos é que o Estado funciona como o próprio empregador, recrutando força de trabalho para atender as demandas de um outro país. Outro caso emblemático é o chamado modelo filipino, abordado por Rodríguez (2010). Historicamente, o Estado filipino tem gerenciado a emigração de sua força de trabalho como forma de atender aos vínculos de dependência às grandes potências e, ao mesmo tempo, livrar-se dos encargos sociais devidos ao seu próprio povo.

Quando Sayad fala da dupla condição do sujeito enquanto imigrante e trabalhador desqualificado, também está dando a estrutura da explicação que leva à condição atual do indocumentado. Ele parte do mesmo fundamento de Piore sobre a segmentação do mercado de trabalho, para afirmar que a mão-de-obra imigrante “deixou há muito tempo de ser uma mão-de-obra complementar para tornar-se uma mão-de-obra estrutural” (Sayad, 1998, p. 106), desempenhando uma atividade econômica que está incluída na estrutura produtiva do Estado.

Quando digo que o *status* de “ilegal” penetra a condição pessoal do indivíduo, isso equivale a dizer que a condição de “O.S.” se estende para todas as práticas sociais do imigrante. O *status* de indocumentado se identifica com o duplo caráter da permanência do imigrante enquanto provisório de direito e permanente de fato. Baseado em modelos de classificação e distinção, o Estado jamais reconhece a presença do imigrante como permanente, embora sua condição provisória de direito tenda a se prolongar como permanência de fato. Não reconhecê-lo como permanente é não reconhecê-lo como igual aos demais, mantendo-o numa esfera de distinção que é uma pré-condição para que seu trabalho seja explorado.

Já demonstrei que a condição de imigrante é gerada pelo Estado, que os migrantes preenchem um espaço do mercado de trabalho desenhado para eles nas economias capitalistas avançadas, e que a condição de imigrante se confunde com a condição de trabalhador sem qualificação. Resta, agora, situar tudo isso na época atual, apontando como o selo do migrante indocumentado funciona no contexto da globalização, da era contemporânea, da atual fase da acumulação capitalista, especialmente no nexo entre migração e segurança, incrementado após os ataques do 11 de setembro de 2001.

As migrações contemporâneas acontecem num quadro de reestruturação produtiva do capitalismo em nível mundial (Patarra, 2006), marcado pela flexibilização das relações de produção, que coloca para o mundo do trabalho novas configurações em que se entrelaçam os mercados formais e informais e as fronteiras entre o lícito e o ilícito, servindo todos a um mesmo sistema de acumulação (Telles, 2010; Ruggiero, 2008). As subcontratações e terceirizações, ao mesmo tempo que abrem o espaço para o mercado informal, tornam-se o procedimento padrão das grandes empresas transnacionais que atuam no mercado formal. Na verdade, a grande economia transnacional opera nas dobras entre o formal e o informal.

O “informal” tende a ser absorvido pelo “formal”, na medida em que práticas ocultas, procedimentos paralelos e formas de condutas ilícitas são cada vez mais exigidas para que se possa prosperar na economia oficial. Assim, as ameaças pretensamente causadas pela informalidade tendem a se transformar em oportunidades para a economia formal. (Ruggiero, 2008, p. 69).

As migrações indocumentadas fazem parte dessa dinâmica de incorporação da economia informal ao sistema geral de acumulação. Logo, não são de nenhuma maneira uma antítese ao capitalismo transnacional que os Estados gerenciam, mas sim, pelo contrário, fazem parte da estratégia da globalização.

Saskia Sassen (2010), trazendo de volta a teoria dos sistemas migratórios, mostra que as migrações contemporâneas são um processo constitutivo da globalização e se reproduzem com base em redes sociais, com raízes nos velhos processos de colonização ou em processos mais atuais de dependência econômica. Entre as dinâmicas econômicas geradoras de fluxos migratórios, essa autora menciona o *offshoring*, “operações industriais em países com salários baixos por empresas de países desenvolvidos” (Sassen, 2010, p. 123). Como, por exemplo, a instalação de plantas industriais de montadoras de veículos e eletrodomésticos em países da América Latina, e as chamadas *maquiladoras* em regiões do México próximas à fronteira com os EUA; em qualquer caso, operando com pleno incentivo fiscal por parte dos Estados.

Essas atividades industriais geram fluxos migratórios de duas formas: para trabalhadores em melhor situação, podem surgir oportunidades e contatos no país de destino; para aqueles em situação de desvantagem, a própria degradação econômica e social aparece como um incentivo à emigração. O campo de atividade dessas montadoras constitui “um mercado de trabalho local ampliado ou desterritorializado” (Sassen, 2010, p. 123). A autora menciona ainda outras práticas de recrutamento de trabalhadores para a emigração:

Esse recrutamento pode atuar por meio dos governos, no arcabouço de uma iniciativa de empregadores com apoio governamental, pode atuar diretamente por meio dos empregadores, que trazem trabalhadores ilegalmente, ou pode atuar por meio de redes de parentesco. (Sassen, 2010, p. 125).

Os acordos internacionais em matéria comercial e econômica, como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), bem como os tratados de cooperação em matéria de estratégia e segurança, como a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPAN), e ainda os acordos para combater o crime organizado, também conformam

o arcabouço institucional propenso à geração tanto de atividades industriais tipo *offshoring* como de fluxos migratórios (Sandoval Palacios, 2011).

O nexos entre globalização e migração aparece pela reflexão sobre os deslocamentos forçados, em Bauman (2009) e em Bacon (2008, p. vi, tradução nossa): “Um sistema globalizado política e economicamente cria ilegalidade deslocando pessoas e negando-lhes direitos e igualdade conforme elas façam o que fazem para sobreviver – mover-se para encontrar trabalho”. Ou seja, os mesmos fatores estruturais que expõem pessoas de suas terras (crises agrárias, grandes obras, expropriações etc.) são postos em marcha para impedir que elas encontrem reconhecimento jurídico quando buscam trabalho no estrangeiro.

Analisando como as dinâmicas do sistema econômico impulsionam transformações no direito que interferem no *status* pessoal dos indivíduos, Catherine Dauvergne (2008) constrói a tese segundo a qual a globalização torna as pessoas ilegais. A migração ilegal só existe porque há leis migratórias restritivas:

Cada extensão da lei que regula a migração faz aumentar a migração ilegal ao definir crescentemente categorias mais longas sobre o que é estar fora da lei. Em adição, os Estados têm aumentado a aplicação coercitiva sobre a migração. Isso também aumenta o número de migrantes ilegais através de tecnologias de monitoramento. (Dauvergne, 2008, p. 15, tradução nossa).

A existência de leis migratórias restritivas não se deve a um padrão imparcial, natural ou óbvio de controle estatal da ilegalidade. Antes, elas funcionam como uma maneira de precarizar os trabalhadores migrantes no intuito de aumentar sua exploração, como explica também a teoria do mercado dual de trabalho. Para Legomsky (Dauvergne, 2008, p. 17, tradução nossa), “restringir a enorme população ilegal dos EUA é contraproducente: como ilegais, eles fornecem trabalho que os Americanos não fornecerão, não recebem benefícios estatais e cumprem as regras para evitar a deportação”.

Aviva Chomsky (2007) trabalha o mesmo argumento, ao combater o mito de que os imigrantes sobrecarregam os serviços públicos e não pagam tributos. Mesmo pagando tributos, direta ou indiretamente, os imigrantes tendem a evitar o uso dos serviços públicos devido à sua própria condição



de informalidade. Além disso, a dinâmica da seguridade social é extremamente desfavorável ao imigrante, pois, ao adoecer ou se acidentar, muitas vezes só lhe resta regressar à sua terra natal. A dinâmica é exatamente o contrário: a sociedade de destino, em vez de assumir um ônus, um encargo, com a presença do imigrante, está absorvendo um bônus, que é uma força de trabalho pura, sem que em contrapartida tenha contribuído para formar esse capital humano, nem que tenha responsabilidade por ele quando não esteja ativo.

## Migração e segurança

O nexos entre migração e segurança é um efeito das políticas hegemônicas dos EUA sobre as drogas, o crime organizado e as fronteiras, desde meados da década de 1970, e que por sua vez derivaram das estratégias de segurança baseadas na Guerra Fria. Uma marca dessas estratégias foi o traslado da indústria de defesa dos EUA (no contexto do complexo industrial-militar) para o sul do país, formando o chamado *Gunbelt* (Cinturão das Armas). Na década de 1970, Nixon e seus diplomatas lançam as políticas de guerra às drogas e passam a mobilizar as instituições internacionais para renovar todo o arcabouço jurídico-institucional, para o combate ao chamado crime organizado transnacional.

Na década de 1980, Reagan declara que o país havia perdido o controle de suas fronteiras e aponta como responsáveis não só as redes de narcotráfico operando a partir de países latino-americanos, mas os enormes fluxos migratórios que cruzavam a fronteira naquela década, os quais eram fruto, como já vimos, tanto do *boom* da contratação informal desses trabalhadores como das crises econômicas e sociais em seus países de origem.

Para compreender como as políticas que se seguiram aos ataques do 11 de setembro de 2001 incrementaram o nexos entre migração e segurança, é importante entender esses antecedentes. Afinal, a estratégia de segurança nacional inaugurada por George W. Bush não constituiu uma nova estratégia para uma nova situação geopolítica; ela na verdade incrementou, deu forma burocrática e legitimidade no plano internacional às estratégias que vinham sendo gestadas nas décadas anteriores.

O que a guerra ao terror logrou, de maneira mais específica, foi limpar o campo da oposição política e institucional, em nível local e mundial, para o avanço das medidas de controle cada vez mais restritas (Dauvergne, 2008). Dentro dessa estratégia, sob uma ideologia de legítima defesa preventiva, os migrantes indocumentados são lançados no rol dos segmentos sociais supostamente propensos a cometer atentados contra a segurança nacional. Em 29 de outubro de 2001, Bush lançou a Segunda Diretiva Presidencial para a Segurança da Pátria para Combater o Terrorismo por meio de Políticas de Imigração, na mesma semana em que divulgou o chamado Ato Patriótico, que deu arcabouço jurídico a prisões administrativas e métodos de investigação. Como explica Sandoval Palacios (2011, p. 7, tradução nossa):

A diretoria providenciou a plataforma para que estas agências federais trabalhem juntas com a finalidade de “recusar a entrada nos Estados Unidos aos estrangeiros associados com, suspeitos de estar envolvidos em ou que apoiem atividades terroristas;...(e) localizar, prender, perseguir ou deportar qualquer estrangeiro que já esteja nos Estados Unidos”.

A aplicação burocrática da diretiva se deu em 2003, com a criação do Departamento de Segurança da Pátria (DHS), que unificou uma série de órgãos de controle em torno da mesma estratégia, assegurando que todos os aspectos de controle das fronteiras, incluindo a emissão de vistos, fossem informados a um escritório central com acesso unificado aos bancos de dados. Vinte e duas agências federais foram reorganizadas sob a cobertura do DHS, incluindo o Serviço de Imigração e Naturalização (INS), a Patrulha Fronteiriça (Border Patrol), o serviço de Aduanas e a Guarda Costeira.

A política de guerra ao terror foi uma continuidade da política de guerra às drogas impulsionada por Nixon na década de 1970. Por meio de ambas, os EUA têm procurado a regionalização das suas políticas de defesa. Tal regionalização é feita pela criação, por parte dos EUA, de leis com efeito extraterritorial que impõem padrões e modelos para lidar com problemas como crime organizado, narcotráfico, terrorismo e migração indocumentada, a ser aplicados por força de acordos bilaterais e convenções multilaterais no âmbito das

Nações Unidas. O termo “regionalização” expressa, nesse sentido, uma universalização dessas políticas, exportadas para o âmbito interno de cada país sem que haja uma ruptura formal da soberania dos Estados.

Em matéria de controle dos fluxos migratórios, o México internalizou as políticas utilizadas na sua fronteira com os EUA; ou seja, passou a aplicar a contenção de fluxos em todo o território, principalmente na sua fronteira sul, que divide com a Guatemala – convertendo não só a fronteira, mas todo o território do país, em suposto obstáculo à migração indocumentada. Nesse sentido, Sandoval Palacios (2011) define o México como “país fronteira”. Isso explica em parte o porquê da violência contra migrantes em trânsito pelo México, a militarização de toda a rota de migração, as prisões e deportações de migrantes nesse país, e ainda explica, indiretamente, o nível de atuação do crime organizado no território mexicano. Essas problemáticas serão abordadas em profundidade ao se analisar as raízes do massacre de Tamaulipas.

### Dados sobre a migração indocumentada

Existe um consenso entre os pesquisadores das migrações internacionais sobre as dificuldades de se levantar fontes e dados para a quantificação de estrangeiros residentes ou em trânsito num determinado país. Com o fenômeno da entrada ou permanência irregular do estrangeiro, não há métodos capazes de apresentar números exatos, considerando que em muitas situações o próprio migrante, em situação irregular, prefere se ocultar mais do que se expor.

Resta um desafio sobre a migração indocumentada, resolvido com as fontes indiretas e os métodos de pesquisa qualitativa. O problema surge pelo fato de que o migrante indocumentado, por razões óbvias, tenta a todo momento evadir-se da percepção das instituições e órgãos estatais. E, como a migração indocumentada expressa uma porção fundamental dos trabalhadores migrantes na era contemporânea – especialmente nos Estados Unidos e na rota migratória –, é impossível dimensionar com exatidão qual a população de determinado país residente em outro.

Ao tratar das rotas de migração de trânsito pelo México, Casillas Ramírez (2008) aponta esse problema, fazendo a mesma reserva que fazem até mesmo os estudiosos de estatística migratória do governo mexicano:

O motivo principal é que quase todos os transmigrantes centro-americanos transitam pelo México sem o correspondente visto, isto é, o fazem como indocumentados. Logo, contamos com apreciações e deduções indiretas de alguns registros de órgãos civis e de instâncias oficiais, como são os produzidos pelo Instituto Nacional de Migração (INM). (Casillas Ramírez, 2008, p. 158, tradução nossa).

A mesma complexidade está na base da dificuldade para se medir o tamanho da população brasileira residente nos EUA. O próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE) aponta os problemas metodológicos de quantificar a população brasileira residente no exterior a partir dos censos de amostragens por domicílio. E, ao estabelecer outros critérios para medir as comunidades brasileiras, segue apontando debilidades.

### Construção da migração como desvio

A sociologia do desvio mostra como os delitos, assim como o processo pelo qual certas pessoas são incriminadas por determinadas condutas definidas como crimes, são fruto de uma construção social: “Grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*” (Becker, 2008, p. 22). Há, portanto, razões contextuais para que determinadas pessoas sejam consideradas criminosas, o que não depende exclusivamente de uma determinação legal. Isso é constatado quando as estratégias para a entrada irregular nos EUA vão se tornando mais graves e ilegais à medida que a autoridade migratória impõe mais restrições à migração.

A vida social é marcada por um conjunto interminável de condutas que permanecem todo o tempo como algo normal até que alguém, com um interesse particular, tome a iniciativa de denunciar uma conduta e, tornando-a pública, mova estruturas que levam à imposição de uma regra. Como explica Becker (2008, p. 140): “Atos de imposição não decorrem automaticamente da infração de uma regra. A imposição é seletiva, e diferencialmente seletiva entre tipos de pessoa, em diferentes momentos e em diferentes situações”. Esse modelo teórico se aplica a um número indeterminado de situações. Resta ver como se aplica ao nosso objeto.

As migrações contemporâneas estão no centro de uma disputa de valores na sociedade. Como as pessoas migram para procurar trabalho, numa marcha natural pela sobrevivência, isso não pode ser considerado um desvio de maneira imanente. A migração é constituída como desvio a partir do momento em que os fluxos migratórios são controlados sob uma dinâmica de seletividade, dentro de mecanismos destinados a precarizar a condição social dos trabalhadores migrantes, facilitando sua exploração e garantindo os lucros necessários à manutenção do sistema capitalista.

Como diz Dauvergne (2008), o sistema globalizado torna as pessoas ilegais ao definir critérios cada vez mais restritivos para lhes reconhecer um status migratório regular. O migrante não é indocumentado devido à prática de um ato que o constitua como tal, mas sim porque é excluído dos filtros da regularidade migratória. O sistema cria ilegalidade ao deslocar as pessoas e impedir que elas se movam para encontrar trabalho (Bacon, 2008).

A construção social do sujeito desviante acompanha *pari passu* a construção social do desvio, sendo aquela um reflexo desta. Assim, as políticas restritivas ao trânsito migratório aplicadas pelos EUA constituem uma construção social da migração como desvio e dos migrantes como sujeitos desviantes. As estratégias de migração irregular, incluindo as rotas de trânsito, devem então ser interpretadas como reflexos contidos na construção do migrante como sujeito desviante.

No histórico da emigração partindo de Governador Valadares, as atividades destinadas a driblar o rigor do controle migratório estadunidense não começaram como uma ampla articulação criminal destinada à falsificação de documentos. Elas foram evoluindo conforme evoluíam as restrições da política migratória daquele país. Os migrantes que foram nas primeiras ondas (os pioneiros dos anos 1960 e 1970, e mesmo do começo da década de 1980) em geral não tinham problemas com o status migratório. Como esses migrantes possuíam uma posição social relativamente elevada, era fácil obter vistos legais de turistas, por meio dos consulados dos EUA no Brasil. Assim, podiam entrar de maneira regular, embora permanecessem de maneira irregular ao exceder o prazo fixado pela autoridade migratória. Os

mecanismos de restrição à imigração, controle de entradas e militarização da fronteira, entre outros, ainda não eram tão estreitos.

Os primeiros despachantes – e as agências de turismo, assessoria e assistência de viagem – começaram a atuar na emigração auxiliando os pretensos migrantes a obter o visto de turista e a passagem. Para obter o visto, os candidatos precisam entrar numa lista de agendamento e preencher um enorme formulário, com centenas de perguntas. Não é raro que esses procedimentos sejam delegados a pessoas especializadas – o que já constitui uma espécie de agenciamento, sem que se possa classificá-la como ilegal. Depois, no dia da entrevista, o candidato deve levar uma série de documentos que o enquadrem no perfil desejado pela autoridade migratória. Documentos para demonstrar que o candidato possui raízes patrimoniais, sociais e afetivas suficientes no Brasil, a ponto de não querer deixar tudo e se mudar para os EUA.

As pessoas que auxiliavam no processo passaram também a orientar a obtenção desses documentos, podendo ocultar ou falsificar a real condição dos candidatos para convencer a autoridade. Não existe, nessas condutas, uma linha clara que separe o legal e o ilegal, porque nelas há, sobretudo, um processo de negociação – ainda que tácito e absolutamente desigual – para obter o visto.

Como o número de solicitações de vistos de turista procedentes da região leste de Minas Gerais aumentou muito no começo da década de 1990, o consulado dos EUA passou a restringir ainda mais os critérios de concessão e a criar métodos de identificação de migrantes que tentavam passar por turistas. Ao mesmo tempo, houve uma diversificação do perfil dos emigrantes, pois, como analisa Margolis (2013), as redes sociais, ao criar bases para que novas pessoas emigrem – e ao generalizar uma visão favorável à emigração –, tendem a criar um perfil de migrante que reflete cada vez mais a população do lugar de origem. Se os primeiros emigrantes eram pessoas com relativa estabilidade econômica e social, que não tinham problemas para conseguir o visto, as ondas seguintes foram constituídas, em grande parte, por pessoas pobres, que fugiam de condições econômicas adversas no Brasil. Essas pessoas passaram a ser alvo da autoridade migratória, que criou mecanismos de discriminação para classificar os solicitantes.

O serviço consular exigia cada vez mais documentos que demonstrassem solvência econômica e raízes sociais e afetivas suficientes para afastar indícios de emigração. Por exemplo, jovens solteiros e sem emprego fixo se encaixavam no perfil de imigrante, que teria o visto negado. Aspectos de aparência, como as roupas, os traços físicos e a forma de falar passaram a ser levados em conta. Margolis (2013) cita o caso de um adolescente campeão de jiu-jitsu que iria para o Havaí disputar os Jogos Pan-Americanos e teve seu visto negado, em função da cor da pele. Menciona, ainda, a denúncia feita por um ex-funcionário do consulado dos EUA em São Paulo, de que o Departamento de Estado usava um sistema de códigos para praticar a discriminação racial e étnica na concessão seletiva dos vistos. Pessoas não brancas, de determinadas nacionalidades, e jovens com idade entre 18 e 35 anos que não fossem de famílias ricas, estariam previamente recusadas. Além disso,

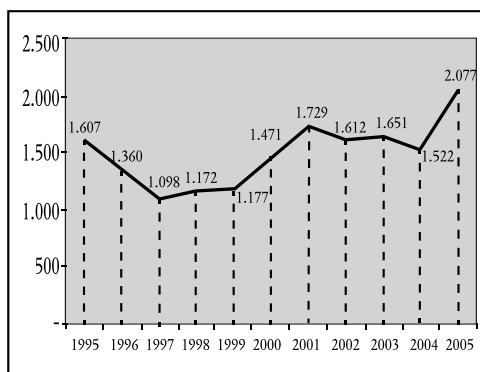
O Departamento de Estado norte-americano, disse ele, tinha um sistema interno de codificação que classificava os brasileiros em cinco grupos: “LP” “looks poor” (“parece pobre”); “LR” “looks rough” (parece rude), para os que davam aparência de baixa escolaridade; “TP” “talks poor” (fala mal), se a pessoa se expressava com dificuldade; “TC” “take care” (tome cuidado), se o indivíduo era considerado suspeito; e “RK” “rich kid” (garoto rico/garota rica). (Margolis, 2013, p. 84).

Segundo o relatório da CPMI da Emigração do Congresso Nacional (2006), as negativas dos vistos de trabalho empurram um enorme número de pessoas para a via irregular, mesmo havendo uma demanda de trabalho a ser preenchida. O que está expresso em suas recomendações conclusivas:

Manifestar ao governo norte-americano as preocupações desta CPMI no que concerne ao baixo número de vistos da categoria “imigrante” concedidos a brasileiros pelas unidades consulares daquele país, fator que interfere significativamente na escolha da emigração pela via irregular, de modo a estabelecer maior equilíbrio entre oferta e demanda. (Congresso Nacional, 2006, p. 534 e 535).

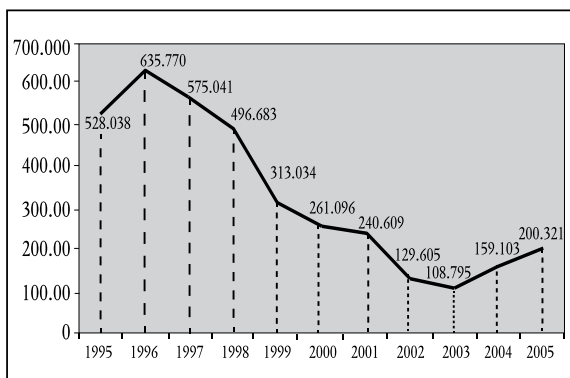
Os dados da autoridade migratória dos EUA sobre a concessão de vistos aos brasileiros, imigrantes e não imigrantes, entre 1995 e 2005, mostram um número muito reduzido nos dois casos (Gráficos 1 e 2). No caso dos vistos para não imigrantes, categoria na qual se incluem aqueles mais comumente solicitados, que são os de turismo, observa-se uma redução progressiva a partir de 1996.

Gráfico 1 – Vistos para imigrantes



Fonte: Congresso Nacional, 2006, p. 96

Gráfico 2 – Vistos para não imigrantes



Fonte: Congresso Nacional, 2006, p. 96.



A origem geográfica do candidato também tem sido utilizada como fator de discriminação. O serviço consular pôs em marcha um círculo vicioso de estigmatização das pessoas procedentes de determinadas regiões, como a cidade de Governador Valadares e outras do estado de Minas Gerais. Ou seja, o visto não era concedido porque pessoas dessas regiões usavam formas ilegais de se mudar para os EUA; por outro lado, essas pessoas usavam formas ilegais por não conseguir o visto.

O fluxo de emigrantes de Governador Valadares que entravam nos EUA como turistas foi crescendo até que, em 1993, surgiu uma desconfiança com relação aos solicitantes de visto provenientes daquela região. Isso significa que surgiu uma má fama (ou preconceito) em relação aos valadarenses que pedissem o visto; em reflexo, consolidou-se a crença, naquelas pessoas, de que seria muito difícil obter o visto e assim, desde logo, deveriam buscar formas alternativas de emigrar.

É nesse contexto que surge a rota do México. Entre os entrevistados que fizeram essa rota, uma parte declarou que tentou conseguir o visto e não conseguiu. Os outros explicaram que nem chegaram a solicitar tal documento, pois sabiam que não o conseguiriam – seus marcadores pessoais denotavam que não eram turistas, mas, sim, trabalhadores buscando oportunidades.

Muitos candidatos ao visto optaram por falsificar documentos pessoais a ser apresentados ao consulado (declaração de renda, vínculo empregatício, escritura pública de imóvel, registro de empresa etc.). Joana, uma advogada de Governador Valadares que participou da pesquisa, explicou que as próprias agências de viagem auxiliavam no processo de obtenção dos documentos falsos, o que tinha um custo de aproximadamente dois mil reais, além da passagem.

Ao lado dessa alternativa, surgiu outra, que dispensava a ida ao consulado – o chamado visto montado, como explica um declarante ao Congresso Nacional (2006, p. 181):

Tudo começou em 1992. Começou com serviços de despachante. Nós casávamos [sic] documentos para pegar visto americano. Isso foi mais ou menos até por volta de 1997. Em 97 a Embaixada Americana descobriu a falsi-

ficação de documentos e não concedeu mais visto. Em 98 a gente entrou no esquema... De muita gente falava de clonagem de visto, mas na realidade não era uma clonagem, era uma montagem de visto. Foi exatamente nessa época onde saiu muitos traficantes do país, pessoas com problema de justiça, com prisão preventiva decretada, homicidas... Funcionava assim. Em 98 começou todo esse esquema de... Não seria uma clonagem, como todo mundo falava que clonava visto. A gente não clonava o visto. Nós adulterávamos o visto. Vou dar um exemplo das pessoas que estão aqui presente. Pegava o passaporte do... Seu nome? Fabiano, não é? Pegava o passaporte do Fabiano, com o visto, comprava por três mil dólares e vendia para uma outra pessoa que tinha mais ou menos a idade do Fabiano. Diferença de cinco anos para mais ou cinco anos para menos. E levava em Minas Gerais, em Minas Gerais ela trocava a foto e trocava a foto do visto, também. E era vendido para o Arthur por nove mil dólares. O Arthur comprava uma passagem, embarcava em São Paulo e chegava nos Estados Unidos. Isso funcionou de 98 até mais ou menos 2001. No final de 2000, começo de 2001. Aí em 2001 já começamos quando teve problema, também, com emigração americana que já pegaram, descobriram a falsificação, adulteração de visto, aí não teve mais como passar por lá na via direto. Nós falávamos “via direto”. Aí nós começamos a levar pelo México. Nós ficamos um ano, praticamente o ano de 2001 completo, falsificando totalmente o visto, a pessoa viajava pelo México, e atravessava nas fronteiras, nas pontes. Porque nas pontes, nas emigrações que eram feitas via terrestre não é a mesma emigração que ela é feita via é... Então as pessoas passavam com tranquilidade, colocavam dentro da van, eles iam, chegava numa ponte, tipo Brasil/Paraguai, deve ter visto essas pontes nos Estados Unidos, tipo Tijuana, parava na ponte, pedia documentação, apresentava o visto, ele olhava, perguntava quantos dias íamos ficar no país, batia, deixava entrar. Até que o esquema falhou, também. Aí quando falhou, aí nós começamos a trabalhar “via coioite”, onde eu atravessei mais de 50 vezes os Estados Unidos com grupo de 10, de 15, de 20, de 30, 42 pessoas.

Portanto, o visto montado era feito com a compra de passaportes com vistos válidos, em que se trocavam as fotos do passaporte e do visto para que o migrante entrasse com a identidade de outra pessoa. Se a autoridade

migratória conferisse os dados do visto com os do sistema, não haveria contradição. Chegou o momento, enfim, em que, tendo a autoridade migratória descoberto a manobra do visto montado e desenvolvido suas técnicas de identificação, essa estratégia foi descartada na modalidade de entrada direta nos EUA, pelos aeroportos. Mas foi mantida, ainda, por mais um ano, como uma forma acessória da passagem pelo México, já que nos postos terrestres de fronteira, segundo o declarante, não havia a mesma tecnologia de identificação existente nos aeroportos.

Segundo Joana, o visto montado custava em torno de cinco mil reais, já incluída a passagem, mas não havia garantia por parte dos agenciadores. O risco era muito grande e corria unicamente por conta do viajante. Muitas pessoas perderam casa e terra porque sua tentativa foi frustrada e elas ficaram com dívidas.

Na segunda metade da década de 1990, surgiram as modalidades garantidas dessas alternativas relatadas, representando uma complexificação da atividade de agenciamento. Era feito um contrato informal, envolvendo várias partes. Paralelamente a essa modalidade, destinada a pessoas de nível social médio, havia uma semelhante, voltada para pessoas de nível social mais baixo (especialmente meninas que iam trabalhar em boates, casas de massagem etc.), com um custo de vinte mil dólares. Nesse caso, o custo era bancado pelos agenciadores no destino final.

Ainda na década de 1990, começou a ser usada a triangulação com a Europa, utilizando-se visto verdadeiro. A pessoa, antes de ir para os Estados Unidos, seguia para a Europa e de lá tomava o avião para os EUA, pois os voos procedentes da Europa eram menos fiscalizados, o que facilitava a entrada. Outro informante, um jornalista de Governador Valadares, explicou-me outra forma de triangulação com a Europa – a falsificação de documentos para obtenção do passaporte europeu, o qual assegura entrada livre nos Estados Unidos. Por exemplo, falsificação de certidões de nascimento para provar ascendência portuguesa e, assim, a pessoa ter direito à nacionalidade portuguesa e obter o passaporte europeu. Nesse período, também começou a falsificação do *greencard* (documento de residência permanente nos EUA), para que migrantes irregulares pudessem voltar ao Brasil e regressar aos EUA, periodicamente.

Também na década de 1990, paralelamente às falsificações (de documentos, de passaportes e de vistos), surgiu a viagem pelo México para atravessar a fronteira terrestre com os EUA, na modalidade garantida. Durante o acordo de isenção de vistos entre Brasil e México, essa rota foi a principal, embora outras continuassem sendo usadas. Com a imposição do visto, em 2006, essas rotas alternativas ganharam peso. Na maior parte das soluções encontradas, o caminho continuou sendo o México, mas passando pela Guatemala.

Devido a prescrições legais de proteção a crianças e adolescentes, que impediam a deportação de crianças irregulares nos Estados Unidos, era comum que as mulheres viajassem acompanhadas de crianças. Nesse caso, se a família fosse abordada por autoridades policiais já nos EUA, as próprias autoridades eram obrigadas a encaminhar os migrantes ao seu destino final.

Outra rota que passou a ser utilizada, porém com menos frequência, foi a entrada pela fronteira norte dos Estados Unidos, vindo do Canadá, quando era relativamente fácil conseguir o visto de turista para entrar nesse país. Muitas pessoas ficavam trabalhando no próprio Canadá, outras seguiam viagem, em barcos de turismo, rumo aos EUA.

Com o aumento do nível da violência (assassinatos e sequestros de migrantes) no México e as dificuldades ainda maiores para obter visto ou entrar irregularmente no Canadá, comecei a ouvir falar, em 2012, da ida de brasileiros para os Estados Unidos através das Bahamas. Em outras palavras, essa nova rota significa viajar para as ilhas do Caribe e entrar na península da Flórida pela madrugada, em embarcações precárias. Em 1.º de julho de 2013, ocorreu o naufrágio de uma embarcação que saíra de Porto Rico levando cerca de vinte pessoas, entre elas vários brasileiros, como Eurico Barbosa Martins, de Goiânia, e Silvinha da Silva Braga, do Espírito Santo (Ferreira, 2013).

Essa diversificação das estratégias ajuda a compreender em que contexto surge a passagem de brasileiros pelo México. Tais estratégias demonstram, também, uma persistente emigração de brasileiros para os EUA, a qual não foi contida pela suspensão do acordo de isenção de vistos entre Brasil e México, nem pela crise da economia estadunidense em 2007 e 2008.

## Migração de trânsito no México

O mundo globalizado, ao mesmo tempo que propagandeia a liberdade de movimento, a supressão de modelos políticos baseados no Estado-nação e a ideia de que as fronteiras nacionais são coisas do passado, tem sido marcado pela securitização das fronteiras e pela contenção dos movimentos migratórios, com “erguimento de barreiras físicas nos pontos de passagem de migrantes e criação de campos para triagem e confinamento de migrantes e refugiados” (Póvoa Neto, 2010, p. 495). Essas barreiras, além de se fundamentarem na contenção dos fluxos migratórios, respaldada ideologicamente pela propagação de imagens ameaçadoras sobre a imigração, buscam também dissuadir futuros candidatos à migração indocumentada – o que resulta paradoxal, já que os deslocamentos humanos são respostas às próprias dinâmicas socioeconômicas do sistema globalizado.

Tais contenções não são uma antítese a esse sistema, mas sim sua afirmação, pois não se trata de livre mobilidade humana, mas de uma valorização excludente do direito à mobilidade, que fica restrito a extratos sociais minoritários; de outro lado, favorecem a superexploração da maioria de trabalhadores forçada a migrar de forma irregular. “Tais barreiras não só bloqueiam a passagem de muitos, como também atuam no sentido da maior exploração daqueles que logram atravessar” (Póvoa Neto, 2010, p. 510)

Póvoa Neto (2010) fala em barreiras físicas e territorializações, que incluem não só os muros, cercas e regiões militarizadas, mas também estratégias de monitoramento e classificação das pessoas – das quais o modelo de controle da fronteira México-EUA é um paradigma, já que são usadas não só barreiras físicas e sensores de alta tecnologia, mas também estratégias complexas, como o incentivo à formação de “milícias de voluntários voltados ao ativismo anti-imigração” (Póvoa Neto, 2010, p. 508), do lado estadunidense, e o efeito de contenção causado pelo crime organizado, do lado mexicano. Num sentido mais geral, elas se expressam também como barreiras político-institucionais, culturais e ideológicas.

A análise da fronteira México-EUA remonta à sua origem. Ela foi se definindo num processo de guerras e negociações diplomáticas que se sucederam aos processos de independência dos dois países, com a pressão dos EUA para expandir seu território ao sul. A anexação de territórios foi se dando parte por parte. O ponto culminante da guerra pelo território foi o Tratado de Guadalupe Hidalgo, em 1848, que estabeleceu toda a linha fronteira depois que os EUA já haviam anexado o Texas e a Alta Califórnia nos anos anteriores.

Em 1853, com o episódio chamado *Venta de la Mesilla* ou Compra Gadsden, os EUA compraram do México uma porção da parte oeste do lado mexicano, que ficou anexada ao sul do Arizona e do Novo México, alcançando-se então a conformação atual da fronteira. No processo de anexação, o México perdeu mais da metade do seu território original, incluindo o que hoje corresponde aos estados de Califórnia, Nevada, Utah, Novo México e Texas, bem como partes do Arizona, Colorado, Wyoming, Kansas e Oklahoma (Morales, 1989).

A fronteira vai do Oceano Pacífico até o Atlântico, com uma extensão<sup>2</sup> de 3.141 quilômetros. Curiosamente, ela possui características diferentes em suas porções oriental e ocidental. Na porção oriental, ela é marcada por um rio que os mexicanos conhecem por Rio Bravo e os estadunidenses, por Rio Grande. Ele nasce nos EUA, no Vale do Colorado, e percorre 850 qui-

---

<sup>2</sup> Disponível em <[www.worldatlas.com](http://www.worldatlas.com)>. Acesso em 24 jun. 2014.

lômetros até chegar ao aglomerado urbano fronteiro de El Paso (EUA) e Ciudad Juárez (México). A partir dali, até desembocar no Golfo do México, percorre uma distância de 2.019 quilômetros, o que corresponde a 63% da fronteira entre México e EUA. Do lado estadunidense, corresponde a toda a passagem fronteira do Texas, e, do lado mexicano, inclui os estados de Chihuahua, Coahuila, Nuevo León e Tamaulipas.

O Rio Bravo é parte do imaginário da migração irregular para os Estados Unidos (seja para mexicanos, centro-americanos ou sul-americanos), sendo uma das imagens que surgem com mais frequência quando se fala na passagem pelo México. O fato de que os latino-americanos tenham de cruzar o rio a nado e chegar do outro lado com o corpo e as roupas molhadas fez surgir, no México e nos EUA, o apelido de *espaldas mojadas* (costas molhadas), ou simplesmente *mojados*, para os migrantes indocumentados. Ao mesmo tempo que pode ser vista com um caráter depreciativo, a expressão é hoje mais usada como uma reafirmação da dignidade do migrante, do orgulho de uma pessoa que veio de baixo da hierarquia social e lutou para conseguir seu objetivo.

A porção ocidental da fronteira, que cobre os restantes 1.122 quilômetros, é formada em linhas retas, correspondendo a uma fronteira seca e atravessando regiões semidesérticas desde o extremo oeste, na passagem Tijuana-San Diego, até a passagem Ciudad Juárez-El Paso. Nessa porção ocidental estão várias extensões do muro que começou a ser construído em 1994, dentro das políticas de segurança fronteira dos EUA, com a chamada *Operation Gatekeeper*.

É importante trazer à luz a história da conformação dessa fronteira, para reforçar o pressuposto de que as fronteiras entre Estados não são dados naturais, mas, sim, elementos criados a partir de decisões políticas em determinados contextos históricos. Ainda assim, as dinâmicas populacionais resistem a essas decisões políticas e as linhas fronteiriças quase nunca refletem uma clara divisão sociocultural, o que desencadeia conflitos sociais marcados pela discriminação e pela afirmação identitária.

Mais que falar em fronteira, é preciso falar em região fronteira como uma região geográfica particular onde se realizam as culturas híbridas

(García Canclini, 1998) e onde se confrontam culturas, visões de mundo, e são lançados desafios à noção tradicional de Estado-nação, como acrescenta Martins (1997, p. 10): “É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido”. A fronteira EUA-México ajuda a explicar o nexo entre migração e violência nas rotas de migrantes que cortam o continente rumo aos EUA, pois é a partir do controle da fronteira que medidas gerais de controle são aplicadas, a ponto de se atribuir a todo um país (o México) a qualidade de “país-fronteira” (Sandoval Palacios, 2011).

Após a Segunda Guerra Mundial, a fronteira ganhou importância econômica e estratégica para os EUA porque se iniciou um processo de traslado do parque industrial das regiões tradicionais para o sul e o oeste do país, formando o chamado Cinturão do Sol (*Sunbelt*). O principal caráter desse traslado foi dado pela indústria de defesa, ou seja, indústrias privadas que contratam com o Estado para fornecer artigos de uso militar e defensivo, atendendo à estratégia do Departamento de Defesa, pelo que recebeu o nome de Cinturão das Armas (*Gunbelt*).

O *gunbelt* é um grande – o maior – fenômeno no mapa econômico contemporâneo da América. Trata-se de um novo conjunto de localidades industriais que contêm um conjunto de indústrias e empresas totalmente novo cuja principal preocupação tem sido produzir armamento de alta tecnologia para a guerra fria.

[...]

Um novo conjunto de indústrias, reunidas ao redor da produção aeroespacial e eletrônica, incluindo equipamentos de comunicações e informática, e povoada por um conjunto de empresas inovadoras, levou a uma mudança extraordinária do centro de gravidade industrial do país para longe da região original [*heartland*]. (Markusen et al., 1991, p. 8 e 230, tradução nossa).

O termo renova o conceito de complexo industrial-militar, usado pelo então presidente Dwight Eisenhower em 1961. No contexto da Guerra Fria, essa indústria trabalhava com alta tecnologia, o que promoveu a insta-



lação de parques industriais de alta tecnologia para fins mais gerais. Como explicam Markusen et al. (1991), ainda que os contratos militares sejam de muitas formas diferentes da produção para o mercado comercial, eles estão baseados na injeção de novas tecnologias que movem a indústria e a economia em geral.

Sandoval Palacios (2011), estudando a atualidade dos conflitos na fronteira, põe o conceito de *Gunbelt* de maneira mais ampla, relacionando a situação atual de securitização da fronteira com as questões do terrorismo, narcotráfico e migração. Seu objetivo é mostrar como a migração passou a ser matéria de segurança nacional, remontando a meados da década de 1980, quando Reagan anunciou que o país havia perdido o controle sobre suas fronteiras, supostamente devido aos fluxos de migrantes indocumentados e refugiados que estavam chegando em grande quantidade, assim como à ação do narcotráfico a partir de países latino-americanos. Com essas bases, os EUA passaram a aplicar uma estratégia de defesa chamada Conflito de Baixa Intensidade, o que, aliás, é uma estratégia marcante nos conflitos provocados pelos EUA desde a década de 1980 (Moreira, 2011).

Conforme abordado no capítulo anterior, o nexo entre migração e segurança foi reforçado após os atentados de 11 de setembro de 2001, com diretivas presidenciais voltadas para o controle migratório como instrumento de defesa da segurança nacional, implicando a reestruturação de toda a máquina burocrática com a criação do DHS, que unificou uma série de órgãos de controle e segurança nacional em torno da mesma estratégia.

A multiplicidade de órgãos e tecnologias no controle da fronteira se dava sob o conceito de “fronteira inteligente”, aplicado a projetos de lei e acordos bilaterais com um discurso de combate não apenas à migração indocumentada, mas ao narcotráfico e ao terrorismo. O Acordo de Parceria da Fronteira Bilateral (“Fronteira Inteligente”) foi anunciado em 2002, nos marcos da Conferência da ONU para o Financiamento do Desenvolvimento, e propunha o incremento da segurança, usando tecnologia, para fortalecer a infraestrutura e a regulação do trânsito de pessoas e bens ao longo da fronteira. Em 2004, foi anunciado o Plano de Ação México-EUA para a Cooperação e a Segurança Fronteiriça e o Memorando de Entendimento

para a Repatriação Segura, Ordenada, Digna e Humana de Nacionais Mexicanos.

A cooperação do México com a política de segurança dos EUA sempre foi garantida em todo o período relatado. Sandoval Palacios (2011) mostra que, já em 1989, as autoridades mexicanas se ofereciam para detectar, deter e deportar migrantes de outros países em trânsito pelo México, e também para o reforço do controle da fronteira com a Guatemala, reproduzindo ali as medidas aplicadas pelos EUA na sua fronteira. Em outras palavras, o Estado mexicano, em matéria de defesa, funciona como uma extensão do comando militar dos EUA. A concentração do controle migratório do Estado mexicano no anel fronteiro com a Guatemala expressa um efeito extraterritorial da política migratória dos EUA, uma constituição do México como “país fronteira” (Sandoval Palacios, 2011) ou, de maneira simbólica, uma nova territorialização da fronteira sul dos EUA para o limite fronteiro com a Guatemala.

Isso se dá nos marcos da integração regional da América do Norte. O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), entre Canadá, EUA e México, que entrou em vigência em 1994, também se insere nessa lógica ampla. Foi a partir da liberalização comercial que os EUA encontraram vantagens e terreno para desenvolver sua indústria militar e de tecnologia, além de gerar impactos desestruturantes na economia mexicana, criando condições para que trabalhadores privados dos meios de subsistência tenham de abandonar suas terras e migrar para os EUA, provendo a reserva de que o mercado laboral desse país necessita. Nos marcos do TLCAN foi celebrada, em 2005, a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPN). Ela propõe o fortalecimento econômico da região, em termos de competitividade no mercado, tendo a cooperação em matéria energética como ponto central. Na prática, ela

foi um passo importante para avançar na criação do Perímetro de Segurança da América do Norte, pois incorpora a seguridade das fronteiras e da migração, quando se propõe a proteger as fronteiras contra o crime organizado, o terrorismo internacional e a migração “ilegal”. (Sandoval Palacios, 2011, p. 9).

O controle militar dos EUA sobre toda a América do Norte, nos marcos da estratégia de segurança nacional e da ASPAN, pôs em funcionamento o Comando Norte, definindo um perímetro de segurança ou área de responsabilidade. “La inserción de México a este perímetro implicaría que las fuerzas armadas de este país entren a formar parte del ámbito geopolítico militar estadounidense como parte del Comando Norte” (Sandoval Palacios, 2011, p. 4). Desde a década de 1980, com mais incidência, as autoridades mexicanas colaboram para detectar, deter e deportar migrantes de outros países, reforçando sua fronteira sul com medidas similares às que se aplicam na fronteira com os EUA.

### México como país de trânsito

Diante das condições históricas e geopolíticas relatadas, o México tem funcionado de duas maneiras em relação à migração para os EUA: como país de origem e país de trânsito. As dinâmicas da emigração de mexicanos se relacionam à própria definição da fronteira. Caberia um trabalho à parte para analisar como regiões inteiras do México possuem sua estrutura socioeconômica marcada pela emigração, e como o Tratado de Livre Comércio após 1994 intensifica essas dinâmicas. Já quanto à função do México como país de trânsito, esta será analisada neste livro, especialmente no que toca à migração indocumentada de trânsito; ou seja, serão analisadas as rotas daqueles que adentram o território mexicano com a finalidade de cruzar irregularmente a fronteira com os EUA.

Pesquisadores do Instituto Nacional de Migração (INM) do México estimam que 3.758.000 centro-americanos empreenderam o trânsito irregular pelo México, entre 1995 e 2010 (Rodríguez Chávez et al, 2011). A estimativa é feita a partir dos dados de estrangeiros retidos por autoridades migratórias mexicanas e estadunidenses, assim como dos que conseguiram entrar e residir nos Estados Unidos depois de ter passado irregularmente pelo México. Esse trânsito alcançou seu auge em 2005 e foi caindo, até se estabilizar nos anos de 2009 e 2010.

Os pesquisadores apontam, ainda, como fatores da queda, a crise econômica nos Estados Unidos, a intensificação das medidas de controle migratório

e a situação de violência no México, redundando em extorsões, sequestros e assassinatos de migrantes. Todavia, o fluxo prosseguiu, havendo dificuldades para seu dimensionamento em razão do seu caráter indocumentado. A Unidad de Política Migratoria da Secretaría de Gobernación contabiliza todos os eventos de entrada, documentação, detenção e deportação de estrangeiros.

Nas tabelas apresentadas a seguir, mostro a evolução dos dados de estrangeiros detidos e deportados, conforme os principais países de origem, entre os anos de 2010 e 2013. Nesse período, foram registrados 312.120 ingressos de estrangeiros nas estações migratórias (detenções) e 286.726 devoluções (deportações) aos países de origem:

Tabela 1 - Estrangeiros alojados em estações migratórias

	2010	2011	2012	2013
Guatemala	29.154	32.896	40.060	31.664
Honduras	23.788	19.340	28.892	34.243
El Salvador	10.573	9.098	12.397	14.641

Fonte: Centro de Estudios Migratorios/INM, 2013.

Tabela 2 - Porcentagem em relação ao total de estrangeiros alojados

	2010	2011	2012	2013
Guatemala	41,58%	49,40%	45,26%	36,42%
Honduras	33,93%	29,04%	32,64%	39,39%
El Salvador	15,08%	13,66%	14%	16,84%

Fonte: Centro de Estudios Migratorios/INM, 2013.

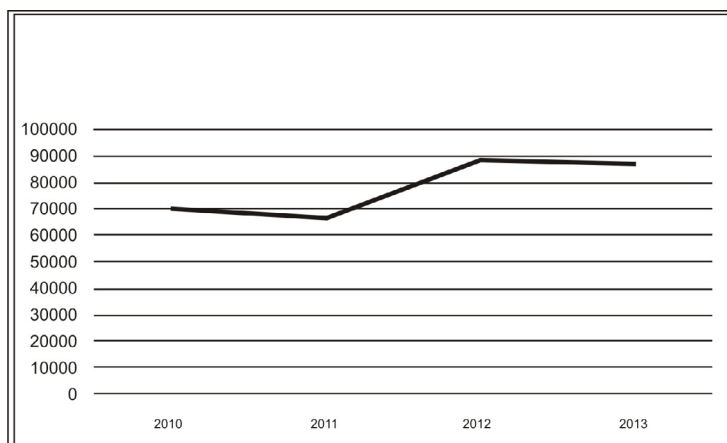
Tabela 3 - Estrangeiros deportados para seus países de origem

	2010	2011	2012	2013
Guatemala	28.706	31.150	35.137	30.005
Honduras	23.580	18.748	29.166	32.800
El Salvador	10.502	8.820	12.725	14.427

Fonte: Centro de Estudios Migratorios/INM, 2013.

O Gráfico 3 mostra como o número de estrangeiros detidos tem aumentado nos últimos anos:

Gráfico 3 - Ingressos de estrangeiros nas estações migratórias



Fonte: Centro de Estudios Migratorios/INM, 2013.

Outros países da América Latina entram nas estatísticas, em números bem menores mas também expressivos. Entre eles estão Equador, Colômbia, Peru, Venezuela, Argentina e Brasil. Também há números expressivos de indianos e chineses, mostrando que as rotas de entrada irregular nos Estados Unidos a partir do México não são utilizadas apenas por latino-americanos, além de proporcionar uma estimativa da extensão das redes de coitoes operando nessas rotas.

Os dados demonstram a continuidade e a relevância da migração de trânsito pelo México nos últimos anos e os principais países nela implicados, embora não deem uma dimensão exata da quantidade de estrangeiros que passam pelo país, pois uma parte incontável deles, ao cumprir com êxito a travessia, não chega a ser detida nem deportada. Outra parte é sequestrada e levada para lugar incerto e/ou assassinada e ocultada sem identificação.

Embora a maioria dos migrantes que passam pelo México seja de centro-americanos, também há importantes contingentes de outros países. A forma pela qual apresentei os dados serve para mostrar que o fenômeno da migração de trânsito pelo México é perene e massivo. Porém, é preciso não invisibilizar os migrantes de outras nacionalidades. O estudo da passagem de brasileiros pelo México leva à desconstrução de um senso comum segundo o qual apenas os centro-americanos fariam essa travessia.

## Rotas de migração

Desde o início da minha pesquisa, dediquei-me a compreender as rotas de migração de trânsito pelo México como um dado essencial para traçar o quadro de violência contra migrantes. Essas rotas estão associadas às linhas ferroviárias de trens de carga que cruzam o país de sul a norte, sobre os quais viajam os migrantes mais pobres. É nelas que ocorre a maior parte dos eventos de violência, amplamente denunciados, como sequestros, violações sexuais, assaltos, extorsões e assassinatos. Ao longo dessas rotas estão espalhadas as casas de migrantes, albergues mantidos por iniciativas assistenciais para apoiar essas pessoas. E é por elas que passam as caravanas de familiares em busca de migrantes desaparecidos.

O levantamento mais detalhado que encontrei, a respeito dessas rotas, foi efetuado por Casillas Ramírez (2006, 2008), auxiliado por Leticia Gerónimo Mendoza. Essa pesquisa foi realizada entre 2005 e 2006 e concentra sua atenção sobre os fluxos de migrantes de países da América Central, já que, conforme demonstrado, a maior parte dos migrantes em trânsito no México são procedentes da Guatemala, Honduras e El Salvador.

Historicamente, o controle migratório no México tem se construído subordinado aos interesses estratégicos continentais centrados nos EUA – de acordo com os quais o Estado mexicano passou, na década de 1980, a controlar e reter os fluxos de migrantes indocumentados por suas terras. A criação do INM e dos cinturões de controle na fronteira sul, bem como dos pontos de controle e das estações migratórias por todo o território, tem relação com essa política. Os fluxos de migrantes indocumentados não têm

diminuído, apenas foram criados novos esquemas de agenciamento, com novas rotas e estratégias para escapar ao controle estatal – representando mais riscos e vulnerabilidade para os migrantes.

Diante do embate dos Estados, a transmigração centro-americana pelo México reagiu: foi estabelecendo rotas e dinâmicas diversas, primeiro com certa tranquilidade, depois com mais e mais restrições e, por último, com maiores e mais elevados riscos. Porém, continuam passando. Ante o acúmulo de obstáculos jurídicos e administrativos para a obtenção de vistos, abriram-se diversas janelas e obstáculos espaciais e se geraram rapidamente processos sociais, humanitários e de traficantes, que apoiaram, canalizaram e lucraram, de acordo com a situação, com os fluxos indocumentados internacionais. (Casillas Ramírez, 2008, p. 161, tradução nossa).

Fica claro que tal política de contenção de fluxos migratórios não alcança seu fim declarado, apenas pressiona para que esses fluxos oscilem: criam-se obstáculos e não impedimentos. A necessidade de alcançar sua meta, bem como a dimensão do que está em jogo para cada um dos atores envolvidos, faz com que os migrantes e suas redes se adaptem para responder à pressão feita tanto pela atividade estatal quanto pelas ações do crime organizado.

A criatividade dos migrantes e das redes sociais envolvidas nos espaços de origem, circulação e destino não residiu e nem reside, de forma exclusiva, no direcionamento de um destino, [...] mas, também, nas formas específicas para migrar e nas adequações que devem ser feitas no roteiro para se obter sucesso na meta pretendida.

[...] agora é possível ver as implicações imediatas desse procedimento governamental sobre os fluxos de transmigrantes e as respostas destes, uma vez que aprenderam com as inovações governamentais, criando, por sua vez, novas formas de evadi-las, por isso que se fala da flutuação do movimento migratório. (Casillas Ramírez, 2008, p. 161-162, tradução nossa).

O estudo das rotas permite classificá-las de diferentes maneiras funcionais. Elas são principais ou secundárias, de maneira variável, conforme as informações que circulam entre os migrantes e suas redes de apoio ou de

tráfico de pessoas. Em cada momento, para definir uma rota como principal ou secundária, deve-se observar se ela é longa ou curta e, também, se é segura, econômica, alternativa ou apresenta uma combinação desses fatores. São, ainda, autônomas, quando o seu único propósito é o trânsito de migrantes, ou compartilhadas, quando os migrantes acompanham uma rota já utilizada para outros fins (estradas, rodovias, ferrovias e rotas do narcotráfico).

As rotas se iniciam a partir de um ponto de internação no território mexicano. Existem três formas de internação: marítima, aérea e terrestre, a partir da fronteira sul. Os pontos de internação marítima e aérea estão espalhados por todo o território. Uma vez em território mexicano, os migrantes passam a seguir rotas combinadas, normalmente terrestres, utilizando ônibus de linha, carros particulares e veículos de carga, viajando sobre os vagões dos trens de carga ou, mesmo, seguindo a pé.

As rotas terrestres se caracterizam por ser estreitas na região sul-sudeste, afastando-se e diversificando-se nas regiões central e norte, seguindo as características da infraestrutura de estradas e ferrovias. Em verde estão os corredores principais e em vermelho, os secundários. As rotas variam por ser próximas à costa ou internas. Essas variações decorrem, como já explicado, das estratégias de adequação das redes e grupos aos obstáculos (barreiras de agentes de migração, locais onde se realizam detenções e instalação de estações migratórias).

A opção pela rota mais curta (Rota do Golfo) ou pela mais longa (Rota do Pacífico) varia conforme o lugar de destino do migrante nos EUA. A Rota do Pacífico (onde estão cidades de fronteira como Tijuana, Tecate e Mexicali) é mais usada pelos que têm como destino a Califórnia, e a do Golfo, pelos que buscam os polos urbanos e econômicos do nordeste daquele país (seguindo para comunidades de imigrantes próximas a megalópoles como Nova York, Connecticut, Boston, Chicago e Detroit).

Embora não se possa apresentar as redes de migração e as do crime organizado como se fossem uma só coisa, é possível afirmar que elas se interseccionam, o que ajuda na compreensão das razões da violência contra os migrantes em trânsito. Assim, a Rota do Golfo é também uma rota vantagio-



sa para o tráfico de drogas, de armas e de pessoas (especialmente para servir ao suprimento de drogas para o mercado de consumo estadunidense).

Mapa 1 - Principais rotas dos migrantes no México (2001-2005)



Fonte: Casillas, 2008, p. 167.

Ali operava, até meados de 2002, o histórico Cartel do Golfo, até que este perdesse parcialmente o controle da rota para o Cartel Los Zetas, formado quase integralmente por oficiais de um grupo de elite do Exército mexicano especializado em contra-insurgência. Destacados para atuar como forças policiais no estado de Tamaulipas, foram cooptados e passaram a servir como braço armado do Cartel do Golfo, vindo posteriormente a romper com este e a formar um grupo independente (Hernández, 2012). A Rota do Pacífico, por sua vez, insere-se na zona de influência do Cartel de Sinaloa, cujo principal líder, Chapo Guzmán, foi preso em fevereiro de 2014 (Carrasco Araizaga, 2014).

A travessia é facilitada pelos coiotes ou *polleros*, guias locais que orientam os grupos e nem sempre estão ligados diretamente às redes criminosas. Os coiotes que caem com maior frequência nas mãos das autoridades são justamente os que têm atuação individual e escassamente articulada, concentrando em suas pessoas diversas tarefas. Por outro lado, muitas vezes é o próprio coiote, mais ou menos ligado às redes, quem pratica o sequestro ou tráfico de pessoas.

Ao longo das rotas, além dos bloqueios e estações migratórias, existem vários pontos de apoio, de reunião e de passagem dos fluxos. Para iniciar ou interromper as rotas, existem plataformas – locais onde os migrantes chegam e formam os grupos para partir na travessia; portos de enlace ou nós – locais situados em bifurcações e entroncamentos, onde os grupos podem tomar rotas alternativas; e locais de passagem – lugares relativamente protegidos onde os grupos podem descansar e cumprir suas necessidades vitais, por um breve período, sem ser detidos.

Os locais de parada ou de agrupamento podem ser casas de migrantes, casas de segurança e espaços públicos. As casas de migrantes são albergues ou refúgios abertos em regiões com grande fluxo destes, por pessoas ou grupos interessados em apoiar os migrantes em razão da vulnerabilidade que os expõe à violência e a privações materiais. Há casas de diferentes portes e condições estruturais. São abertas a partir do trabalho pastoral de diferentes congregações da Igreja Católica, ou pelo trabalho solidário de indivíduos, famílias e organizações da sociedade civil que decidem fazer algo prático em favor dos migrantes.

Esses trabalhos oferecem diversos tipos de apoio – alimentação, asseio, hospedagem, descanso, tratamento médico –, funcionando também como centros de denúncias de violações, sendo comum que os responsáveis por essas casas levem as denúncias ao conhecimento de órgãos oficiais, como o Ministério Público, e elaborem relatórios periódicos. Como há diferentes condições materiais de ajuda, existem iniciativas dedicadas especialmente a oferecer alimentação aos migrantes.

As mulheres da organização Las Patronas, no estado de Veracruz, prestaram um papel muito importante desde as primeiras denúncias sobre a

vulnerabilidade dos migrantes. A imagem delas lançando sacos de plástico com comidas preparadas e garrafas de água aos migrantes que passavam em alta velocidade em cima dos vagões de trem se tornou um ícone da violência contra migrantes e da solidariedade a eles.

Nas visitas às casas de migrantes e nas entrevistas que realizei, constatei que os migrantes viajam em grupos pequenos ou médios (estimados entre três e quinze pessoas), unidos por laços de confiança definidos por afinidades e país de origem. Dessa forma, desenvolvem um apoio mútuo necessário para se protegerem e se auxiliarem mutuamente. Os grupos já saem formados dos seus países de origem, podendo agregar (ou não) novos membros no transcorrer da viagem. Alguns grupos são formados quando já estão a caminho do seu destino.

Percebi que, ao chegar ao albergue, os migrantes já tinham uma ideia sobre qual caminho seguiriam dali em diante. Aliás, é uma prática comum não falar abertamente, em grupos maiores, sobre qual caminho iriam seguir, para evitar que possíveis sequestradores infiltrados tivessem conhecimento. Mas ficava evidente que, em algum momento da rota, os migrantes se informam sobre qual caminho devem seguir, o que abre uma condição específica de vulnerabilidade, quando os pequenos grupos são enganados e levados a acompanhar pessoas que, sob o pretexto de estar orientando, estão desviando-os da rota para cometerem crimes contra eles.

As casas de segurança, por sua vez, são hospedagens providas por redes de migração que usam outro tipo de rota. Podem ser hotéis ou casas para as quais os grupos de migrantes são levados enquanto esperam a troca de guias ou ajustes no seu trajeto; quando estão próximos à fronteira norte, esperam nessas casas o momento certo de cruzá-la. Bem diferentes das casas de migrantes acima mencionadas, nessas casas de segurança busca-se manter o máximo de discrição para que não seja constatada, pelos vizinhos e pela cidade, a presença de migrantes em trânsito naquele local.

Por fim, os espaços públicos são pontos de grande concentração de pessoas, como terminais rodoviários, estações ferroviárias, praças e mercados, usados como pontos de encontro e descanso, servindo também para que

traficantes possam *enganchar*<sup>3</sup> migrantes ou pessoas para servir às redes de crime organizado.

Muitos pesquisadores, assim como repórteres, fotojornalistas, documentaristas, organizações internacionais de direitos humanos e movimentos sociais, têm-se dedicado a conhecer e expor a violência contra migrantes, o que os leva a abordar as rotas de migração percorrendo os caminhos por onde passam os trens e estão instaladas as casas de migrantes. Essas produções são importantes para se entender a diversificação e complexidade das rotas.

No documentário *La Bestia*, Pedro Ultreras (2010) percorre toda a rota, a partir da travessia do Rio Suchiate (fronteira com a Guatemala) em botes improvisados com enormes câmaras de ar, entrando na região mexicana do Soconusco. Acompanha longos trechos que os migrantes percorrem a pé até chegar ao começo da linha de trem, e vai mostrando as viagens no trem e as paradas nas casas de migrantes.

Ao chegar ao centro do país (na região de Lechería, próxima à Cidade do México), a ferrovia sofre entroncamentos, dividindo-se em várias linhas, e nesse ponto os grupos de migrantes se separam para seguir o caminho mais adequado, de acordo com seu destino final. Ao chegar ao norte do país, há várias rotas, incluindo a travessia a pé pelo deserto e a travessia do Rio Bravo, que perfaz toda a metade oriental da fronteira, desde o Oceano Atlântico (fronteira entre Matamoros e Brownsville) até a fronteira entre Ciudad Juárez e El Paso. Dali para a parte ocidental, que vai até a fronteira entre Tijuana e San Diego, há também travessias, por terra ou pelo mar.

O trabalho de Ultreras (2010) é importante por mostrar que os que tomam o trem *La Bestia* têm de enfrentar parte do caminho usando outras formas de transporte, especialmente caminhando a pé e cruzando rios. Ao chegar nas cidades próximas à fronteira, a travessia é incerta e muitos migrantes acabam se estabelecendo do lado mexicano, ali trabalhando para cobrir os custos da travessia indocumentada ou esperando condições propícias para essa empreitada. O que faz com que muitos desistam de cruzar a

---

<sup>3</sup> Esta palavra, usada no vocabulário local, significa atrair, aliciar ou cooptar.

fronteira por avaliar que ficar no México é uma opção melhor, seja porque evitam os riscos da travessia ou porque constituem relações socioafetivas e econômicas que lhes enraízam no México. Em outros casos, há migrantes que tentam cruzar a fronteira e são frustrados, permanecendo por ali à espera de outra oportunidade, resultando muitas vezes que acabam por ficar no México.

Acontece que quase toda a produção acadêmica, jornalística ou documentária sobre a migração de trânsito pelo México foca uma parte das viagens e rotas, atribuídas genericamente aos centro-americanos e migrantes que viajam com pouco ou nenhum dinheiro. Viajam por cima dos vagões de trem e pousam nas casas de migrantes. São, portanto, uma face visível da migração, por mais que também seja invisibilizada. O que não aparece nessas produções é uma outra realidade, esta sim clandestina, distante da percepção das pessoas comuns (ou seja, é perceptível apenas para os atores privados e públicos envolvidos).

Essas outras rotas, mais usadas pelos brasileiros, envolvem uma contratação integral dos serviços de travessia ainda no país de origem do migrante, envolvendo garantias e acordos para que a viagem seja paga de maneira parcelada depois da chegada ao destino. O migrante faz um plano para pagar a travessia a partir dos salários que começar a receber nos EUA. Viaja em meios de transporte em regra seguros, chegando de avião em algum ponto (no México ou em outro país) e seguindo o restante do caminho em automóveis ou ônibus, fretados ou de linha, e hospedando-se em casas de segurança, sempre com o acompanhamento do contratante, que garante a chegada da pessoa ao destino final.

## Trabalho de campo e violência simbólica

A experiência de trabalho de campo durante um ano ininterrupto no México serviu para que eu possa dar testemunho de uma parte do que se passa com os migrantes que, vindo do sul, entram pela fronteira do México com a Guatemala e tentam seguir viagem até algum lugar nos Estados Unidos. Num mundo em que as guerras e os conflitos armados chegam até

nós filtrados pelas imagens da televisão ou do computador, como resultado de um fetichismo da violência causado por sua espetacularização (Debord, 1997), situações em que um grande número de pessoas são diretamente expostas a privações e agressões, sendo forçadas a levar uma vida no limite da sobrevivência, podem parecer algo distante.

Dizer que, todos os dias, milhares de estrangeiros fazem uma marcha colossais pelo território mexicano – viajando dia e noite em cima de vagões de trem; cruzando desertos e rios; sendo assaltados, violados sexualmente, mutilados, sequestrados ou mesmo assassinados – pode parecer mais uma dessas imagens da violência em algum lugar distante. Embora seja algo pouquíssimo conhecido pela opinião pública fora do México, está muito próximo da realidade brasileira, devido às consequências humanas de um mesmo processo de globalização (Bauman, 1999) e de problemáticas continentais relacionadas à América Latina.

Como no relato de Primo Levi, sobrevivente do Holocausto (Agamben, 2008), dar o testemunho às vezes é a única maneira de resistir a uma opressão extrema, que mina todas as possibilidades de resistência ao opressor. A testemunha integral, porém, é aquela que não pode testemunhar, porque até sua voz foi arrancada – aquela que viveu as situações limite de violência. Os migrantes que passam pelo México também são, em certa medida, privados de dar testemunho do que vivem, até porque as condições em que viajam os obrigam a uma invisibilidade consentida, já que seu objetivo maior é cruzar a fronteira e chegar ao lugar onde irão trabalhar nos EUA. A partir daí, a sociedade irá esquecer ou apagar o que já estava invisibilizado, pois, para a sociedade de imigração, o imigrante surge a partir do momento em que cruza a fronteira:

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. (Sayad, 1998, p. 16).

Dada a situação de vulnerabilidade e invisibilidade dos migrantes em trânsito no México, o testemunho e a denúncia cabem muitas vezes àqueles

que conhecem a situação e se solidarizam com essas pessoas. “Falamos nós em lugar deles, por delegação” (Levi, apud Agamben, 2008, p. 43). São muitos os pesquisadores, professores, estudantes, jornalistas, advogados, religiosos, trabalhadores da saúde e voluntários que lhes prestam os mais variados serviços, como cuidar das casas de migrantes, preparar comida, conseguir doações, fazer curativos, dar palestras em universidades ou acompanhá-los em denúncias ao Ministério Público.

Isso faz com que a migração de trânsito esteja permanentemente na agenda pública e social do México. Existe um número incontável de casas de apoio nas cidades, pequenas ou grandes, por onde os migrantes passam. Muitas delas, as mais antigas e estabelecidas, são criadas a partir do trabalho pastoral da Igreja Católica e mantidas com apoio da comunidade local, com doações e ajudas públicas. Muitas outras vão sendo constantemente abertas, às vezes por simples moradores que se comovem com a passagem dos migrantes e resolvem dar-lhes hospitalidade, como no caso das Patronas de Veracruz e de outros coletivos solidários em diversas partes do país. Além dos voluntários e ativistas mencionados, também participam dos serviços nessas casas alguns migrantes em trânsito que se comprometeram de tal maneira com o trabalho de solidariedade que resolveram ficar e ajudar seus pares.

As casas de migrantes mantidas por congregações religiosas atendem à Dimensão Pastoral da Mobilidade Humana (DPMH), organização da Igreja Católica que une o trabalho de evangelização com a assistência e a intervenção social em favor dos migrantes:

Em sua missão de promoção da pessoa humana, a DPMH articula ações que, surgindo do Evangelho e da Doutrina, promovem a caridade sem fronteiras e a solidariedade. Dessa forma, a Dimensão participa e acompanha – muitas vezes de forma radical – nossos irmãos e irmãs migrantes, suas famílias e comunidades, por meio da assistência humanitária, da atenção às vítimas (de crimes diversos, como sequestro, tortura, violação etc.), da assistência legal, da promoção da pessoa, da defesa de seus direitos e do sucesso de uma legislação e políticas públicas que respeitem os seres humanos. (Dimensión..., 2012, p. 65 e 66, tradução nossa).

Assim, muitos padres e irmãos se destacam no cenário nacional por sua atuação nas casas de apoio e fortalecem a formação de um compromisso da sociedade com a causa dos migrantes, mostrando que estes não cometem nenhum delito ao cruzar o país, pois estão apenas exercendo um direito — o de mover-se para buscar uma melhor condição de vida.

Outra grande expressão concreta da mobilização política e social em favor dos migrantes em trânsito no México são as caravanas de mães centro-americanas que buscam seus filhos desaparecidos (Figura 1). As primeiras caravanas foram organizadas por volta de 2005, concentrando os esforços de mães da Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua que já buscavam seus filhos no México, individualmente ou em pequenos grupos. Começaram de maneira precária, percorrendo apenas o sudeste mexicano, e, a partir da união de várias organizações dos países de origem com organizações mexicanas, como o Movimiento Migrante Mesoamericano (MMM), ampliaram sua geografia, seu impacto, seu itinerário e sua repercussão, acontecendo pelo menos uma vez a cada ano e logrando êxito em promover o reencontro de filhos desaparecidos com seus pais e familiares.

Quando estava na Cidade do México, em novembro de 2010, acompanhei a chegada de uma dessas caravanas à cidade, para se juntar à Assembleia Internacional de Migrantes e Refugiados e ao Tribunal Internacional de Consciência dos Povos em Movimento (TICPM). Dezenas de mães hondurenhas levavam uma lista de oitocentos jovens desaparecidos que estavam buscando. Como participante dos referidos eventos, acompanhei essa caravana até a cidade de Guadalajara, onde houve uma audiência especial do TICPM para tratar da situação dos *ex-braceros*, e depois até a cidade de Puerto Vallarta, onde estava acontecendo o Fórum Mundial de Migração e Desenvolvimento, evento internacional que se realiza periodicamente, com apoio da ONU e do Banco Mundial.

Em 2012, quando já estava no período do Doutorado Sanduíche, acompanhei mais uma vez essa caravana, agora em convivência mais direta com os familiares, pois me encontrei com as mães em suas atividades na Cidade do México e me incorporei ao seu itinerário até Ciudad Hidalgo, cidade próxima a Tapachula, na fronteira com a Guatemala. A caravana seguia em



dois ônibus lotados e fazia paradas longas em cidades onde havia fluxo de migrantes. Essas paradas aconteciam em casas de migrantes ou em lugares públicos, como viadutos e praças.

Figura 1 - Mães caminham pela linha do trem (Ixtepec, Oaxaca)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

As paradas, embora incontáveis, são sempre muito comoventes. As mães, cansadas de viajar, porém sempre vigorosas e brincalhonas, descem dos ônibus com fotos grandes de seus filhos penduradas nos pescoços. Abrem faixas e *banners* grandes que falam dos seus países de origem, expondo fotos de caravanas anteriores e palavras de ordem. Também levam bandeiras dos seus países, que, ostentadas ao vento, dão um ar de combatividade à sua passagem. E gritam palavras de ordem, como “¡Vivos vinieron, vivos los queremos!” ou “¿Dónde están, donde están, nuestros hijos dónde están?”. Em seguida, dispõem no chão as centenas de fotos enfileiradas. O mais impactante é que os migrantes que estão na cidade se aproximam para ver as fotos, apontando para elas e discutindo entre eles se conhecem aquelas pessoas.

É impossível descrever neste livro todos os momentos marcantes que vivi durante a caravana e a passagem pelos albergues. Andei com as mães nas linhas de trem, enquanto elas abordavam as casas situadas nas margens e perguntavam se haviam visto seu filho passar por ali. Vi migrantes denunciarem que tentaram seqüestrá-los na noite anterior. Vi um migrante, aos prantos, abraçar uma mãe que buscava o filho e ambos se desejarem êxito em suas respectivas jornadas, para logo em seguida o migrante virar as costas e seguir viagem pela linha do trem. Vi migrantes subirem no trem. Vi policiais mascarados e armados de fuzis, escoltando a caravana e tirando fotos ostensivamente. Dormi nos grandes dormitórios com beliches e participei das atividades coletivas das casas. Conversei com migrantes, escutei suas piadas e falei do meu país.

No dia 2 de novembro, que os mexicanos e centro-americanos chamam de *Día de Muertos*, eu acompanhava as mães quando elas entravam no cemitério de Arriaga, estado de Chiapas, e uma banda de instrumentos de sopro e uma *marimba* tocavam alto ao lado dos túmulos emocionando essas mães, que se lembraram de seus familiares e de suas terras. Caminhamos pelo cemitério e chegamos à área da vala comum, um grande gramado onde não havia túmulos, apenas cruzeiros rústicos irregularmente dispostos. Todos deram as mãos em roda em volta do gramado (Figura 2): certamente os filhos dessas mães estariam, senão naquele exato lugar, em alguma outra vala comum em qualquer cemitério do país.

São muitas experiências e, apesar de todas serem importantes e merecerem uma reflexão maior, menciono-as aqui apenas como contexto. De todas as situações vividas, escolhi três para ser analisadas em consonância com os problemas e o suporte teórico abordado neste livro: o encontro das mães com migrantes em um dos albergues; o relato de uma família que migrava unida; e a análise da história de cinco adolescentes que viajavam de Honduras para os EUA e desistiram da viagem – passagem que chamarei de *elghorba* hondurenha. Em cada uma dessas situações, mostrarei a dinâmica da violência simbólica, acrescentando elementos empíricos ao suporte teórico abordado no primeiro capítulo, combinando o fato coletivo com o itinerário individual dos informantes.

Figura 2 - Reflexão e oração na vala comum do cemitério (Arriaga, Chiapas)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Como método de exposição, utilizarei transcrições longas para que se permita uma análise integral do relato do informante, expressando, como faz Sayad (1998), o duplo discurso do sujeito e do sociólogo na construção dos mecanismos que presidem a produção da informação – até por isso, a opção por entrevistas em profundidade. Nesse mesmo sentido, mantereí a fala dos informantes no idioma original (espanhol), que traduz com mais verossimilhança a sua expressão nas entrelinhas. Dada a fidelidade entre a mensagem oral e a transcrição, esta pode transmitir os elementos auditivos e emocionais do relato.

### Filhos ausentes, mães ausentes

O Refúgio Hermano Migrante San José situava-se numa região de entroncamento de rotas, muito próximo da cidade do México, no município

de Huehuetoca, estado do México. Tinha uma história particular em relação às outras casas de migrantes, pois era mantido pelo ativismo voluntário de professores universitários e acadêmicos que, organizados em coletivos, assumiram a coordenação e a gestão desse albergue. Além dos coordenadores, integravam esses coletivos migrantes ou trabalhadores mexicanos que também eram organizadores, cuidando para que as regras do albergue fossem cumpridas. A eles eram comunicados possíveis problemas, relacionados, por exemplo, com assistência à saúde, segurança do local, recebimento de doações, administração da limpeza, preparo da comidas etc.

Os migrantes que ali chegavam ficavam, em média, dois ou três dias, apenas enquanto descansavam para seguir viagem. Enquanto eu lá estive, era comum ver grupos de migrantes (reunindo de cinco a quinze pessoas, em geral homens e jovens) passando pelo vão de entrada com suas mochilas. Não passavam despercebidos, iam diretamente ao encontro de algum voluntário que lhes dava as boas-vindas e lhes oferecia algum canto para que pudessem descansar. Em muitas ocasiões, o número de pessoas na casa era superior à quantidade de mantimentos e os voluntários tinham de ir ao mercado comprar frutas, porque a única comida disponível era o almoço ainda em preparo (Figura 3).

O dia 27 de outubro de 2012 era um dia especial no albergue, pois a caravana de mães passaria por ali, como parte do seu percurso por todo o país (Figura 4). Como de costume, o albergue estava cheio, acolhendo migrantes que chegavam a todo momento para descansar, tomar banho e se alimentar. Os voluntários passaram o dia conversando com os migrantes, em pequenas rodas, e ajudando em tarefas como receber as doações que chegavam ou preparar e servir a comida. Aos migrantes foram entregues lápis e folhas de papel para que expressassem, com desenhos ou palavras, suas mensagens para as mães que chegariam na caravana. A ampla área aberta do albergue estava enfeitada com arcos, balões coloridos, flores desenhadas e recortadas, bandeirolas feitas de guardanapos e, ainda, uma faixa de boas-vindas. Os voluntários e migrantes cuidaram dessa decoração desde o dia anterior.

Figura 3 - Almoço coletivo no albergue Hermano San José (Huehuetoca, México)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Figura 4 - Chegada da caravana ao albergue (Huehuetoca, México)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

A expectativa pela chegada das mães era grande e a caravana, que vinha de Puebla, atrasou-se muito. Às 17 horas, quando avisados de que a caravana estava próxima, os migrantes foram organizados em duas filas, formando um corredor humano dentro do qual as mães passariam. Nas mãos de cada migrante, os desenhos que seriam ofertados a cada mãe (Figura 5). Os ônibus da caravana estacionaram do lado de fora do albergue. Aos poucos, as mães foram descendo, com suas fotos, faixas e bandeiras. Ao entrar no albergue, foram aplaudidas e receberam os desenhos feitos pelos migrantes (Figura 6).

Comecei a observar os rostos dos migrantes e a indagar o que aquela chegada das mães representava para eles. Observei que, em sua maior parte, eram jovens e suas roupas, simples e muitas vezes manchadas; quase sempre, levam às costas uma mochila ou bolsa simples e empoeirada. Observei a seriedade nos rostos com a chegada da caravana, e os olhares fixos, tensos e anunciando lágrimas. O que estariam pensando? A presença emocionada das mães seguramente fazia os migrantes se lembrarem de suas próprias mães, estivessem elas vivas ou não, saudas ou doentes. Muitos não avisam para suas mães que vão empreender a viagem. Por isso, acabam integrando o rol dos desaparecidos.

Figura 5 - Desenho ofertado por um dos migrantes



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.



Figura 6 – Mães da caravana exibem fotos e desenhos (Huehuetoca, México)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Essa impressão – e a reação envergonhada dos migrantes – foi registrada por um jornalista de *La Jornada* (Petrich, 2012, tradução nossa) poucos dias antes, em outro albergue por onde a caravana passara:

As mães se desvelam em bençãos e recomendações diante dos filhos alheios; corajosas, pegam o microfone: meninos, cuidem-se. Jamais esqueçam que vocês têm uma mãe que não espera o silêncio, mas sim uma carta, uma chamada. Os jovens migrantes que, inicialmente, viam-nas com um pouco de lástima, talvez desafiadores, já não as olham nos olhos. Cabisbaixos, escondem seus medos, sua saudade e suas lágrimas. Muitos deles talvez não estejam lá amanhã.

O que passava pela cabeça daqueles jovens ao ver as mães procurando seus filhos? Será que, para os pais e mães desses jovens do albergue, eles também eram “desaparecidos”, por ter partido sem avisar ou por estar há muito tempo sem dar notícias? Era um encontro especial – daquelas que testemunharam uma parte da história com aqueles que testemunharam a outra parte –, a recuperação dura e impossível de um elo perdido: de um lado, mães e pais que perderam seus filhos; de outro, filhos que “se perderam” de suas mães e seus pais (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Encontro entre mãe e filho (Tierra Blanca, Veracruz)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Figura 8 – Mãe encontra seu filho na estrada entre Arriaga e Tapachula



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

E foi isso que consegui captar numa entrevista paradigmática. Passado o momento da chegada, aproximei-me de um dos jovens que tinha observado. Mário tem 23 anos de idade e sempre trabalhou na agricultura. Minha primeira pergunta foi sobre o que pensava daquele momento:



Pues, en la forma que se expresan y el modo como ellos se sienten, va, haber perdido un familiar, pues, es doliente, va, porque las madres o los padres no quieren que uno salga, pue, pero ustedes saben que cuando uno sale de su casa es para ver el bien, y dejar algo la pobreza, porque, a ricos no hay uno, va, porque si uno nació pobre pues, pobre tiene que ser, pero, más o menos, darles algo, en el futuro...

Naturalmente, a resposta permite que ele fale de sua própria situação. Havia saído de sua casa, na zona rural da Guatemala, há doze dias, deixando para trás sua mãe, de quarenta anos de idade, doente, diabética e sofrendo do coração. Ele deixou a casa sem que ela soubesse, pois sua mãe era contra a ideia:

Voy aquí, va, siempre pensando en mi hogar, que, sería tristeza, porque, ella nunca quiso que yo viniera, va, pero, cuando yo salí, sin decirle nada a ella salí. Porque ella nunca ha querido, e yo nunca me hizo apartado de ella. Y me imaginé yo que, al ver que yo salía, ella se iba a sentir duro. Porque yo soy el único hijo que no le ha dado muchos problemas, ella me aprecia bastante. Sólo dejé dicho a mi papá que le dijera, va, con paciencia, y con pocas palabras, porque, así como padecía ella del corazón, que también va, de una alegría, o alguna cosa, pues, solo llegué a mi casa, porque me dieron mi bendición mi papa, pue, y ahí vamos, con la gracia del bonito Dios.

E descreveu o momento em que se despediu de seu pai:

Pues, él, cuando yo salí, pues, lo que me dijo él es que me iba a dar una bendición, va, y, yo me sentí mal. Me sentí mal porque, dándome la bendición él, que... iba a un camino e ya no iba a regresar, me sentí mal. Como si ya no voy a regresar o como si él estuviera me despreciando, pues. Por eso, tal vez para él, como fue ya gente grande, son buenos los consejos, pero, yo de ese modo, sí me sentí mal. Mejor le dice yo que me deseara el bien, que en el camino, si Dios quiere, llego bien. Y si, Dios no quiere, pues, regresaré. Pero si mi destino es allá, que puedo hacer. Y, platiqué con menos palabras con él, va, porque algún día, va, si me vuelve a ver, pues, bendito sea Dios, pero si mi destino es... no ser, va, pues, bendito sea Dios, va. Él me trajo y el me quita.

Voltei a perguntar sua impressão sobre a chegada das mães:

En la verdad que yo vía, según yo que era un celebramiento hacia ellas, va, pero por lo que se dio, unas fotografías que dejaron pues, me sentí mal, pues, se me subió hasta la cabeza todo esto de pensar que... uno lleva un camino, no sabe adónde va quedar. E ya después, una llamada, o una mala noticia para mi mama, yo sé que va ser duro, va. Por esto yo le pido ahora, primeramente a Dios que... aunque no llegue, mi objeto es llegar y trabajar, va, para brindar lo mejor a ellos, va. Pero... si me agarrean y me retornaran otra vez a mi país, pues magnífico yo luché, y viviría feliz, va. Pero, le vuelvo a repetir, uno no sabe, va. Uno sabe dónde nació, pero donde va quedar, no.

Passei, então, a lhe perguntar como tinha sido sua jornada até então, se já havia subido no trem:

Pues, de Arriaga para acá, vengo en tren. Ahora de aquí para allá, no. No sé cómo será. Por gracia del bendito Dios los choferes se han portado bien. Hasta con nosotros... paran en lugares que tal vez unos nos brindan ayuda, así como comida, agua, ellos paran, porque saben, no... A las veces viene virado pue, pero cuando ellos miran a gente que están brindando ayuda a uno, él para. Cuando él no para, es porque está en una parte sola, uno no sabe en qué manera a ellos andan también peligrando.

E passa a falar das voluntárias que, durante a passagem do trem, lançam sacos com comida e garrafas de água aos migrantes:

Aunque sea tirado, lo recibimos con gusto y con amor, pue, y aprecio a la persona. Como hay un dicho que, aunque sea poco, pero con amor. A mi ahorita no me ha dado faltar nadie. Me han ayudado, en las casas de migrantes, nos han recibido bien, y... no puedo decir nada hacia ellos pue. Para acá de Arriaga, unas personas que, aunque sea poco, nos dieron, un bocado que llena, que sustenta. Aunque pobremente, y aunque sea en bolsa, nos daba una cuchara de frijoles, aunque sea arroz blanco, a uno que está sin comer durante varias horas... Es una gran bendición, porque hoy, supongas como está el tiempo, cualquier comida es grande, pue. Cuando le brinda ayuda algunas personas, cuando uno esté con hambre va, y le da su

plato, aunque sea poco, solo con el amor que unos se le dan, para qué más, uno ahí se llena, por la voluntad, se llena.

Perguntei quando seria a primeira vez que voltaria a fazer contato com sua família:

Pues tal vez cuando esté cerca de la frontera. Antes de pasar, para darle tempo, para pensar en que tempo, estando ahí, me voy a brincar. Yo voy a dar un tempo a ellos, que día voy a brincar y a que los puedo mandar una llamada, para que ellos no estén... que no se sientan mal, y... todo eso, por si quieren tanto a mi persona. Ahí están los peligros más grandes. Como dijeron los polleros, los peligros más están, a mal decir, de llegar de Piedras Negras, para adelante.

Perguntei se estava por dentro da situação de violência na rota, na travessia do deserto:

Sí se oyen bastantes rumores, por eso a veces a unos les dan ganas de dar un paso hacia atrás, pero sería mejor a que va, desengañarse uno. Porque uno no sabe si... supóngase que yo, vuelvo a repetir, mi mamá nunca le vio la idea que yo saliera lejos, dejarla lejos, toda la vida, aunque sea por un momento ahí estaba yo cerca de ella. Hasta, esta vez, que me dio algo, en el corazón y se me metió en la cabeza, va, de venirme p'acá, que tal vez nunca lo iba pensando, y el día que lo pensé, allá, salí a las dos de la mañana. La verdad, me sentí... con coraje, con una gana de salir, para ver, conocer. No sé, va, si Dios me está dando la oportunidad, porque no tengo... a nadie, no tengo envidia a nadie, y mi pensar es ayudar.

Perguntei qual teria sido o momento mais marcante da sua viagem, até então, e ele contou que, ao cruzar o rio entre a Guatemala e o México, viu seu *güero*, seu filho mais velho, de oito anos, e observou que ele lhe gritou, quando terminou a travessia. Assim que pôde, fez uma ligação e soube que seu filho estava bem:

Era el único que me seguía adonde yo iba. Él sabía que cuando llegaba de sus clases, en la escuela, estudiando, él llegaba allá a mi trabajo, y ahí estaba toda la tarde conmigo. Y no es tan fácil que un padre lo deje a un hijo.

Perguntei como ele imaginava que seu filho iria se sentir, no futuro, ao crescer distante do pai:

Como ellos, como son chiquitos, tal vez les vaya a quitar un poco de amor de uno que no los ve crecer, uno les quita el amor que ellos necesitan, como he dicho, que un hijo necesita un amor, cuando está chiquito, y ya grande ya no, porque ya ellos ya pensarán diferente del que ellos necesitaban. Uno tiene ocho años y el más chiquito tiene seis. Tengo también una hembrita con seis años.

Perguntei, então, por sua esposa, mãe dos seus três filhos:

Sí, está con ellos. Por eso es la fuerza mía y ellos me van dando fuerza. Dice al más grande que yo me tenía que salir, y se lo juré, y Dios quiere me da, es ayudar, lo primero va, que haga un mes, el brindarse luego a una iglesia, porque por él voy, y será el único que andará conmigo.

Perguntei se amava sua mulher:

Sí,... hay un dicho va, que pleitos y diferencias siempre hay en una pareja, pero, sí, ahí vamos. Es la madre de mis hijos, y si los quiero a ellos, la tengo que querer también, aunque siempre hay cruce de palabras, pero, yo lo que hacía, me iba, y cuando me regresaba, ya estaba contenta, se vía bien. Usted sabe que en una pareja palabra es palabron, y conversarse uno, porque cuando amamos, y empieza en que uno se meta a pelear con una mujer, se le rebaja uno, va, si suponga que uno es machista, yo no dependo de eso, por la gracia de mi bonito Dios.

Passei então a perguntar como era sua vida na Guatemala, se em sua casa havia chegado a faltar comida e, ainda, como estavam as condições econômicas do país, condições essas que são, na percepção de todos os centro-americanos entrevistados, um determinante na decisão de emigrar:

Pues está dura la vida, le vuelvo a repetir. Porque los pueblos buscan trabajo, y si uno no sale, no hay, porque suponga que hoy en las empresas cuanto no se hay recibido al año, las empresas no han crecido. Por eso, hay quienes están en el campo de trabajo. Y siquiera hay, falta trabajo. Cuesta. Hay quienes que, un vecino va, que comía una tortilla hasta con banano, pues,

que tal vez jamás hayan visto aquí. Por la pobreza, o un tomate. Sí, que da tristeza. Porque, realmente, uno hace la lucha por un motivo que, supongo que si ustedes está en Guatemala, ahí su trabajo no vale nada, porque usted que si va recibir por día, y son ocho horas, cincuenta Quetzales, supone que ya el maíz, el frijol, no se mira, pues. Todo esto no alcanzaría cincuenta Quetzales. Y suponga que si yo voy a Honduras, el Lempira le vale más que en El Salvador. Y si me vengo para El Salvador, aquí me vale más, pero se voy para otro país no compro nada, no mando nada hacia mi familia. En Honduras está dando menos que en Guatemala. Aquí gano, pero si mando para allá, no gaño nada. Vale más el peso de la capital aquí, en México, pero si salgo p'allá, no. Estoy ganando casi la tercera parte del que gaño en la capital. El modo más grande, es, no es un gran tempo, pero, en Estados Unidos está la cosa que uno se puede encontrar, y le vuelvo a repetir, no a la riqueza, pero más o menos a un bien, para mejorar, la familia.

Pergunto, então, quais são suas expectativas quanto aos Estados Unidos, tentando entender como ele visualiza a vida nesse país:

Pues, la verdad, como decimos, cuando uno está en los Estados Unidos, cuando somos buenas personas, pues, nos apoyamos unos a otros, va, pero supongo que de mi país hay muchos, e yo les he brindado a ver si me dan un apoyo, y lo dejan de menos a uno. Y, digo que talvez no va ser el modo, porque uno, de su trabajo, a su casa, porque ya no va ser igual como el país de él. Yo tengo muchos amigos que se han venido y hoy están así, no están muy levantados, ni muy bajo. Porque debemos de apreciar también el tiempo que Dios nos da, al llegar, y poder apreciar al dinero, porque hay quienes que, tal vez, lo mal gastan, así como en licores, o vicios. Porque uno mira cosas mejores, y ustedes saben que en Estados Unidos, así como se gaña, también así lo vale. Hay que saber en qué se van a poner el dinero.

O relato de Mario traz o que se pode chamar de “pecado da ausência”, aplicado a uma condição humana ainda mais precária que aquela estudada por Sayad (1998), em que os efeitos da emigração são agravados pelo risco e pela violência, antes mesmo de o migrante ter chegado ao destino final. Aqui, a ausência tem um conteúdo especial, pois está marcada pelo risco da morte ou pela morte de fato. Em vez da culpabilização pelo fracasso no tra-

balho, aqui o risco do fracasso está ainda na viagem, e é compensado pelo risco oposto, de que seja vitorioso.

Sayad descreve como as expectativas do migrante no caminho para a França são uma parte constitutiva do sofrimento psicológico suportado por ele. O migrante já sai de sua terra com um signo de derrota por não ter conseguido prosperar em seu próprio lugar, o que aumenta o medo da desonra caso seja frustrado em sua viagem:

De onde me virá a cara com a qual eu ousarei enfrentar as pessoas quando, mal tendo partido, terei de estar de volta? Dirão: “Ele trouxe consigo a comida que levou para a estrada”; e eu ouvirei apenas esse rumor: “Parece que... parece que...”. O pior dos exílios é melhor do que esse espetáculo vergonhoso. Deus me protegeu de tal escândalo. (Sayad, 1998, p. 33).

Ao sujeito não se permite ficar nem chegar a outro lugar, o que torna os efeitos psicológicos da emigração um estado constante de deslocamento e de receio de fracassar por ter tomado uma decisão arriscada. Melancolia, como “reação nostálgica de quem está ligado à ordem [...] e a uma ordem que foi definitiva e irremediavelmente rompida” (Sayad, 1998, p. 114); solidão e angústia, como minúcia e concepção hipertrofiada do dever e da culpa antecipada pelo risco. A sua decisão “tende a se constituir como eixo central de uma existência dilacerada, minada por dentro (confrontada a uma contradição interna) a ponto de perder o sentido da vida” (Sayad, 1998, p. 115).

Ao mesmo tempo, a emigração é o que dá sentido à vida, já que, se ficasse, já estaria fracassado por não ter tentado. O que dá sentido à vida é a ousadia de buscar o êxito em outro lugar, a ideia do exílio e da epopeia da terra prometida, como diz Mario: “Aunque no llegue, mi objeto es llegar y trabajar, va, para brindar lo mejor a ellos, va. Pero... si me agarrean y me retornaran otra vez a mi país, pues magnífico yo luché, y viviría feliz, va”. Seu discurso parece diferenciar-se do proferido pelo migrante argelino retratado por Sayad, já que, agora, o retorno frustrado é representado como honra e não como desonra – ainda que seja para justificar a própria condição do emigrante. De fato, Mario carrega sua reflexão com um sentido

de luta coletiva, de responsabilidade para com sua família, e não de decisão individual e hostilizada por seu meio social.

É importante notar a constante referência – até mesmo carinhosa – que os migrantes fazem a Deus ao conversar sobre os riscos que os esperam no futuro próximo. Há aqui uma concepção teológica do destino, que não pode ser controlado pelos próprios sujeitos. Especialmente, não se trata de qualquer destino numa situação ordinária, mas do destino imprevisível e inevitável de quem está numa situação limite.

Há um “pecado da ausência”, manifestado nas dores com que se despediu de seus pais, de sua mulher e de seus filhos. Isso se evidencia no fato de ter ocultado a emigração de sua mãe, no mal-estar por ter recebido a bênção de seu pai com tom de eterna despedida, bem como nos efeitos de ter se afastado de seus filhos (que cresceriam como filhos de um pai ausente). Também se manifesta no inconsciente do migrante quando este tem uma premonição, ao atravessar uma situação de alto risco (cruzar o rio fronteiro entre Guatemala e México), de que seu filho mais novo lhe chamava.

Na ideia da presença-ausência ou dupla ausência, o migrante se afasta da sua terra natal mas continua ali presente, e se faz presente na sociedade receptora sem que passe a integrá-la. Aqui, há uma diferença, pois, se do lado da sua terra natal há uma presença-ausente, do lado do trânsito há uma ausência-ainda-não-presente, que se reflete, do lado da terra natal, não como presença-ausente, mas como desaparecimento. O migrante desaparece e só volta a aparecer quando (e se), depois de cruzar com êxito a fronteira com os EUA, faz a ligação dizendo que conseguiu atravessá-la. No caso de Mario, ele ligaria imediatamente antes de passar a fronteira, pois acreditava que aquele seria o momento mais perigoso da travessia.

O relato de Mario dá mais significado ao encontro simbólico, impossível e reflexivo das mães que buscam seus filhos com os filhos que deixaram suas mães. É reflexivo, porque as mães veem nos migrantes seus filhos e os migrantes veem nelas suas mães. Ambos estão numa viagem que percorre o país, sendo que as mães andam nos rastros de seus filhos e os migrantes não sabem se alguém andará nos seus rastros. No trabalho de campo, isso foi expresso também em outro momento, quando, em Tierra Blanca, estado

de Veracruz, em uma das regiões mais perigosas da rota, testemunhei a despedida emocionada entre um migrante qualquer e uma mãe qualquer, que naquele momento deixaram de ser quaisquer e encontraram uma identidade recíproca. Ele desejava que ela encontrasse seu filho, sabendo que provavelmente isso não aconteceria; ela desejava que ele concluísse sua viagem, sabendo que isso provavelmente não aconteceria (Figura 9).

Figura 9 – Encontro emocionado de um migrante e uma mãe



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

## José e Maria na rota migratória

Conta a narrativa bíblica que José e Maria eram um casal pobre que viajava a Belém para um recenseamento, quando Maria deu à luz Jesus em um estábulo situado nas imediações dessa cidade. Após a visita dos reis magos, tiveram de fugir para o Egito, pois o rei Herodes ordenara a morte de todos os bebês recém-nascidos. A Sagrada Família empreende, então, uma travessia nas piores condições, pedindo ajuda e hospitalidade por onde passavam.



Esse episódio deu a Maria as representações de Virgem do Egito, Mãe dos Migrantes e Nossa Senhora do Desterro e dos Exilados.

No livro de Mateus, capítulo 25, aparecem as dimensões da solidariedade e da hospitalidade, simbolizadas com a encarnação de Jesus nos mais pobres e desamparados. Quando, no Último Julgamento, todos os povos da terra forem reunidos diante de Jesus, ele separará aqueles que terão o Reino dos Céus, aqueles que o acolheram (Bíblia Sagrada, 1990, p. 77):

Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e foram me visitar.

E, quando lhe perguntam como saberão se fizeram isso, Jesus responde: “Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram” (Figura 10).

Figura 10 - Cruz e fotos na capela do Albergue Hermanos en el Camino



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

O significado expresso por essa passagem vai além da crença religiosa, revelando uma dimensão da solidariedade que aparece especialmente em situações limite. Ela se coloca como elemento fundamental para a compreensão do meu objeto de pesquisa, pois aparece como contraponto aos sofrimentos e privações enfrentados pelos migrantes.

No dia em que a caravana de mães chegou ao Refúgio Hermano Migrante San José, ali estavam José, de 36 anos, e Maria, de 27, levando seu bebê de apenas 6 meses de idade e aguardando o momento de seguir viagem para os Estados Unidos. Como a área aberta do albergue estava muito movimentada, a entrevista ocorreu num dos dois pequenos cômodos da casa, onde colchonetes dividiam o espaço com grandes sacos de doações e os migrantes mais necessitados de descanso procuravam um lugar escuro e calmo para relaxar.

Eles já tinham vivido antes nos EUA. José fora primeiro, em 2008, pelo trem, e onze meses depois Maria partiu para viver com ele. Demorou a chegar, porque estava difícil atravessar a fronteira e ela foi ficando por ali, até ter condições de fazer a travessia por Sonora. O seu relato se aproxima mais dos depoimentos dos brasileiros que entrevistei, correspondendo à rota mais cara, feita em ônibus de viagem, com repousos em casas de segurança. Pergunto a ela se foi difícil:

No mucho, porque vine en bus. Pero en la frontera está muy feo. Y me dio miedo. Porque ahí todos son diferentes. La gente anda viendo si viaja, y hablan muy diferente, como que ya no les importa nada, ya no tienen sensibilidad de lo que pasa.

Pergunto se sofreu assaltos, roubos etc., e ela responde que o grupo de coiotes tentou vendê-la para outro grupo:

Sí, me tocó que me querían vender. Unos polleros me llevaron y me querían vender a otros, y yo no sabía. Me estaban mandándome con otra persona, y ellos iban a cobrar por mí. Y pues cuando yo me di cuenta, yo me fui de ahí, y me amenazaron. Yo no sabía que me estaban haciendo esto, después yo vi, me voltéé a hacer mis cosas y buscar que otra persona me mandara, y después ya no querían que yo me fuera. Decían que no, que ya habían gastado mucho, y que tenían que reclamar ese dinero, me estaban amenazando.

Para escapar, ela foi guiada por um senhor que haviam conhecido anteriormente nos Estados Unidos, o qual a levou com segurança até o outro lado. Só então José soube do que havia acontecido.

Justamente quando estávamos comentando que, em regiões de fronteira, onde ninguém se conhece, as pessoas são mais indiferentes, a entrevista é interrompida por um migrante que foi ao cômodo perguntar se podia deitar ali, porque estava doente:

[Migrante] Permiso a ustedes, disculpa ¿donde puede quedarse así como uno que he venido enfermo?

[Maria] ¡Sí! Ahí te puedes acostar en una cama, sí.

[José] Sí, mi camarada, les voy a decir que para que te den alguna vitamina o algo.

[Migrante] Pues ya tomé vitamina, lo que pasa es que vengo en la calle, durmiendo en la calle, mi cerebro no me cae bien.

[María] ¡Sí, ahí en la cama acuéstese! Ahí en esta cama que está en la siguiente.

[Migrante] Ok. ¿En ésta?

[María] Sí.

[Migrante] Ahí para cooperar los compas sí me dieron pastillas.

[José] Porque tiene que reforzar.

[Migrante] Aquí me acuesto y me despierto para comer. Gracias.

Depois de alguns segundos em silêncio, continuo a entrevista, pedindo para continuarem o relato. Nos EUA, trabalharam numa companhia de limpeza, onde sempre eram mandados juntos para executar alguma tarefa. Foram deportados por dirigir sem a licença de motorista. Depois de três anos vivendo em El Salvador, estavam desempregados e decidiram fazer a travessia novamente, desta vez com a família unida. “No vale, ya. Pusieron dólares, el país está dolarizado, ya le pagan así cinco dólares, el día. Y cinco dólares no funciona, para que des a una familia. Una comida así bien simple vale unos dos dólares, tres dólares.”

Começamos a falar das refeições diárias, das diferenças culturais e das semelhanças entre El Salvador e Brasil. Aproveitei para desejar-lhes uma

viagem exitosa, dizendo que era muito bonito ver o casal viajando junto e que tinham uma responsabilidade muito grande por estar levando o bebê.

[José] Como dicen que hay unos que dejan su familia, esposa, hijos, y gracia a Dios no tuvimos que hacer eso...

[María] Porque como ya no tenía donde dejarlo. Y a la vez está bonito porque...

A entrevista é novamente interrompida, agora por um jovem que traz um presente para o bebê, uma cinta para levá-lo nos ombros. O casal dá uma risada alegre e agradece. Seguimos conversando sobre como usar a cinta, se esta serviria para o bebê... E perguntei se não poderiam ter deixado o bebê com os avós (opção usual quando os migrantes viajam como um casal):

No, mi abuelita falleció hace poco y con ella me creé. Mi abuelito también ya. ¿Mis papás? No, mi mamá no me llevo bien con ella, y... ¿mi papá? Ni sé dónde... Mi mamá me dejó hace tiempo. Desde que tuve el niño no le quería cuidar. Me lo tuve que traer. Le decía que es difícil y a la vez es bonito porque anda conmigo y sé que no le falta nada. ¡Yo sé que es duro! Me decían ahí afuera que si pudiera pedir un deseo, ¿que pediría? Yo pediría que tuviera el dinero, para andarlo en el bus, y hasta allá por la frontera. Era lo único que pediría. Para que él no sufriera. Pero este... sí lo llevo así no le falta nada, yo ando con mi niño y soy feliz con mi esposo, que él es el que nos cuida.

Perguntei se iriam atravessar o rio juntos. Maria explicou que José iria primeiro e ela ficaria esperando, em alguma cidade próxima à fronteira, onde alugaria um quarto para ficar tranquila com seu bebê e começar a trabalhar. José mandaria uma pessoa de sua confiança, que tem os documentos de outra criança, para buscar o bebê e passá-lo como se fosse seu filho. Maria seguiria depois. Ela explica que essa pessoa é uma vizinha que tinha dois filhos, os quais saíram de casa e se perderam. A menina foi levada e o menino, morto.

Foi essa mulher quem os aconselhou a viajar com o bebê. Mesmo pobres, deveriam ficar sempre com ele e ter muito cuidado, zelando por sua

saúde e providenciando para que não lhe faltasse comida. Por fim, deveriam ter uma casa, ainda que pobrezinha, mas que fosse sua casa. E mais uma vez nos distraímos, observando o presente e tentando entender como se usava a cinta...

Novamente lanço minhas perguntas, naquela “intrusão sempre arbitrária” de que fala Bourdieu (2011b, p. 695), que está no princípio da troca desigual entre pesquisador e pesquisado. Tento conversar mais sobre a experiência de viajar levando o bebê:

Ahorita el niño necesita mucha atención, y yo que me enfermado también ahorita... Bien así cuando se juntan las enfermedades, se enferma el niño, me enfermo yo, se enferma él [esposo]... Andar sin pisto para comprarle el pañal... comprarle la leche... y acá siempre andamos rebuscados por los pañales, y la leche. Es eso. Y sí... aquí nos dejan donde dormir, nos dan de comer.

Uma jovem entra no quarto e pede para acender a luz. Maria continua falando. Mesmo recebendo o apoio do albergue, estavam preocupados porque ali não faziam nada, mas precisavam trabalhar. E ali no México, se saíam para trabalhar, todos só queriam se aproveitar deles, não pagavam bem. E pergunto: mas nos EUA também não é assim?

En Estados Unidos, pues no. Nosotros fuimos trabajando y nos pagaban bien. El trabajo que nosotros hacíamos era pesado pero sí se veía el dinero. Nos pagaban bien. No nos explotaban, porque él trabajaba con su hermana y su hermana con uno que tenía una compañía de limpieza. ¡Era muy diferente la vida, muy diferente! Como decía una señora, allá hay unas tiendas que son de uno dólar, y encuentras ropa, encuentras las cosas para el niño, encuentras cositas para la cocina, todas las cosas, y son nuevos, no son usados, y a uno dólar todo lo que está allí, entonces pudimos llevar bastantes cosas. Y hay de todo. Y ya si uno compra caro es porque uno no quiere, porque puedes comprar barato y nuevo. Y haces la marqueta y puedes comprar lo que va ocupar la despena.

Concordando, eu comento que o único problema era viver todo o tempo com medo de ser descoberto e deportado, com o que ambos concordam:

“Sí. Más que nada luego es como por la policía porque la policía no deporta a uno, pero cuando le agarran a uno, lo preocupa que vaya a llamar la Inmigración, que lo vaya a llevar a uno...” [risos]. José concorda, acrescentando que o problema é quando param uma pessoa na rua e fazem a investigação: “Les toman datos y unos los dejan ir. Otros no, les toman datos y los tienen allí, investigando, y quedan detenidos allí, bastante tiempo”. Agradeço e encerro a entrevista.

As interrupções durante a entrevista demonstram algum incômodo dos informantes em falar de sua própria condição. Além do que, a entrevista introduzia alguma artificialidade naquele momento – ainda que eu tenha tomado todos os cuidados para minimizar tal artificialidade. Pesava sobre eles um julgamento social e moral, pelo fato de estar levando um bebê para um processo migratório extremamente arriscado. Mesmo sem tocar diretamente nesse assunto, este aparecia pela própria consciência dos informantes.

O relato de Maria é contraditório, ao expressar a ternura trazida pela presença do bebê e a responsabilidade decorrente da decisão de levá-lo. Aparece, portanto, uma nova forma do “pecado da ausência” de que fala Sayad (1998): a necessidade da mãe de justificar por que está levando o bebê. O migrante, de qualquer forma, precisa justificar socialmente sua conduta, seja quando deixa para trás o seu filho, seja quando o leva consigo.

Por outro lado, o relato de José e Maria revela a dimensão reflexiva da solidariedade, pois, ao mesmo tempo que são apoiados de várias maneiras no albergue, eles acolhem aqueles que estão em situação semelhante, como o jovem adoecido que pediu um lugar para descansar. Essa dimensão é revelada em outros exemplos, nos grupos informais de ajuda mútua que os migrantes formam para seguir viagem – especialmente para subir no trem, quando os que conseguem subir com mais destreza dão a mão aos que têm mais dificuldades. Outra dimensão da solidariedade, no caso de José e Maria, reconstruindo a narrativa bíblica, é o presente que recebem e que toma sua atenção durante boa parte da entrevista.

Outro aspecto da solidariedade que retoma a narrativa bíblica está no trabalho de Las Patronas, um coletivo de mulheres no estado de Veracruz que diariamente prepara porções de refeição e garrafas de água para ar-

remessar aos migrantes que passam no trem a toda velocidade, como demonstrou o filme de Pietro Tassier e López Castillo (2010). No filme, uma dessas mulheres, Norma Romero, dá um depoimento ilustrativo da transcendência entre a ação concreta e a mística religiosa:

Se pararon sus compañeros en medio, y los otros comenzaron a bajarlo. Pero lo más bonito de todo es que cuando uno lo agarró de esta mano, el otro lo agarró de esta mano, y lo fueron bajando como Cristo, crucificado. Los otros le cayeron a los pies y se los juntaron y los fueron bajando, poco a poco, y era, un negro, era un negro, y ver esa esa expresión, esa pintura, esa imagen nunca se la voy a borrar, porque para mí fue la imagen que yo necesitaba ver para saber qué era lo que yo podría hacer por los migrantes. Ver esta expresión dice yo: “Ay Señor, ahí estás tú. Ahí estás tú, eres tú el que estoy defendiendo, en esa fe, y eres tú el que necesita de mi ayuda e yo estoy para servirte”.

Compreender a crença religiosa, a partir da dimensão da solidariedade e da hospitalidade como elementos necessários de uma missão de vida destinada a servir ao Ser absoluto, revelou-se como aspecto fundamental desta pesquisa de campo. A narrativa bíblica que identifica o símbolo de Jesus com os mais pobres e oprimidos se aplica de maneira integral ao fenômeno da migração de trânsito pelo México, ao mesmo tempo que fundamenta a crença de boa parte dos que se solidarizam com os migrantes.

### *A elghorba hondurenha*

No segundo dia acompanhando a caravana, após passar por Tierra Blanca, paramos na cidade de Coatzacoalcas, também no estado de Veracruz. Diferentemente de outras cidades, ali a assistência aos migrantes pelo trabalho pastoral da Igreja era feita debaixo de um viaduto na região central da cidade (Figura 11), já que a igreja local, por algum motivo, não hospedava as pessoas em trânsito. Esse viaduto era o local onde, ao longo dos anos, os migrantes iam espontaneamente buscar repouso. Posteriormente, voluntários passaram a lhes servir ali o café da manhã.

Figura 11 - Chegada da caravana ao viaduto em Coatzacoalcos (Veracruz)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Ficamos muito tempo no local, onde havia muitos migrantes, e, como o lugar era aberto, suas idas e vindas eram constantes. As mães dispuseram suas centenas de fotos no chão (Figura 12). Os padres e os ativistas usaram o megafone para denunciar a problemática, mostrando às mães que era possível encontrar seus familiares e responsabilizando as autoridades locais pela situação de violência naquela região, onde os agentes oficiais eram apontados como coniventes com o crime organizado e onde havia um número elevado de jornalistas assassinados. Uma após a outra, as mães tomaram a palavra para pedir que seus filhos se apresentassem à caravana:

Que se comunique aquí a la caravana, porque aquí andamos las madres, principalmente yo que soy su madre. ¡Hijo yo te quisiera ver! Pues venga acá, que aquí andamos buscándote. Yo quisiera que vinieras hijo, yo te quiero ver y si estás aquí en Veracruz, pues ven acá. Solamente eso.

Soy Dorca Espinoza Vásquez, vengo de Honduras busco a mi hijo Alberto Espinoza Vásquez, quien desapareció hace diez años en la ciudad de Tuxtla Gutiérrez. ¡Espero, por medio de esto, que por favor si me esté escuchando,



que se comunique con la caravana, porque lo quiero ver! Estoy desesperada y sólo una madre le puede comprender como estoy.

Figura12- Exposição das fotos dos migrantes desaparecidos (Tierra Blanca, Veracruz)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Uma mãe salvadorenha tinha fortes indícios de que sua filha fora sequestrada para servir à exploração sexual. Inspirada pelo fato de que outras mães, na mesma caravana, haviam encontrado seus filhos (um dos encontros ocorrera poucas horas antes, em Tierra Blanca), julgou ter visto sua filha por ali e saiu a procurá-la nos arredores. Essa mãe dizia que em volta daquele viaduto havia várias casas de prostituição e, seguramente, sua filha estaria em alguma delas. Mas a busca restou infrutífera (Figura 13).

Um pouco afastado do aglomerado de pessoas, estava um grupo de 5 jovens com idades entre 19 e 23 anos. Eles vinham na rota migratória desde Honduras e, buscando apoio para voltar ao seu país, procuraram agentes do Grupo Beta, uma divisão da autoridade migratória mexicana destinada a resgatar migrantes em situação de vulnerabilidade. Viajavam há 16 dias e ainda não tinham se comunicado com seus familiares. Alguns eram casados e tinham filhos. Estudaram até a quarta série do ensino fundamental e quase não contaram com a ajuda dos pais, porque sempre tiveram que trabalhar no campo.

Figura 13 - A eterna busca pelos entes queridos (Coatzacoalcas, Veracruz)



Fotografia: Júlio da Silveira Moreira.

Esses jovens saíram de Honduras com 3.500 Lempiras (182 dólares). Na Guatemala, às 2 da madrugada, próximo à fronteira com o México, foram roubados por ladrões e pela polícia, episódio que se repetiu em Tenosique, já em território mexicano. Sem dinheiro para pegar ônibus, tiveram de caminhar desde a fronteira até Palenque, um trecho de aproximadamente 130 quilômetros. Por que decidiram vir? O que encontraram?:

Por la necesidad, por la economía... para que en el futuro pueda tener algo... de uno. Hacer nuestro futuro acá. No quisiera, pero se hubo un revés.

No esperábamos esto, pero... ya pensamos en regresar. Porque... está muy feo aquí. Pues el peligro que hay aquí... no recomendamos que nadie venga. Vamos decirle a nuestros compañeros que no vengan para acá, porque está muy peligroso... Y porque trabajamos allá! En nuestras tierras.

Perguntei a este último se tinham familiares nos EUA, e sim, ele tinha alguns. Perguntei o que diziam esses familiares: “Allá nomás lo dejan que

nos vengamos, que hay trabajo, pero... uno no sabe pues. Uno se anima porque allá la vida no se queda”.

Perguntei aos outros, que estavam calados, o que poderiam dizer:

Esto. No, porque no está fácil de caminar para adelante, porque hay mucho peligro y arriesgarse no es bueno. Mejor es regresarnos p’atrás, porque estamos más seguros que seguir más para adelante no está muy seguro. Vamos decididos a trabajar y... y sí no está fácil allá por la economía, pero... vamos a buscar maneras cómo, porque no creo que este fácil seguir p’adelante.

Perguntei a outro o que faria ao regressar, se teria condições de estudar:

Bueno, casi no tuve ayuda de mi padre, y llegué hasta el cuarto grado. Y éste... prácticamente el campo es que trabajo. Y no es lo suficiente para dar a uno... porque también como joven que soy llevo con mi esposa y... como la tengo llevamos solos... Seguir p’adelante, no sabe lo que les puede pasar y...

Y es responsabilidad de uno pues... Por esto vamos a regresar y trabajar en el campo pues.

A entrevista foi acompanhada por Karen, uma ativista da Pastoral de Mobilidade Humana em Honduras, onde coordena uma comissão encarregada de assistir pessoas com deficiência. Em uma longa conversa, ela relatou como via o problema dos jovens que insistem em deixar o país. Seu relato traz elementos tão relevantes que resolvi denominar esse fenômeno de *elghorba* hondurenha, em referência às semelhanças com o trabalho de Sayad (1998) sobre a obsessão pela migração como uma construção social e a questão da terra de exílio:

Son jóvenes y están asustados porque realmente les habían pintado el camino de manera diferente. Les habían dicho que les daban comida, que había lugar para hospedarse, donde quedarse durmiendo, que había albergues, que no se preocuparan. Que de una u otra manera ellos iban a llegar a Estados Unidos. Lamentablemente ellos han visto muchas cosas que les ha atacado. Que los tienen llenos de miedo. Me dijeron que hace cinco días les mataron a tres hondureños, los torturaron, y los habían matado. Y otro

muchacho hacen unos días cayó del tren y su cuerpo fue partido en dos. Entonces son cosas que ellos nunca imaginaron que iban a conocer e iban a mirar. Entonces los llenan de miedo, porque ellos dicen “soy joven, tengo mi familia”, tal vez no tienen hijos, pero tienen sus papás, sus mamás sus hermanos. Y vinieron arriesgar su vida por un sueño que en la verdad es una pesadilla. Ya con esto que han visto mejor se quieren retornar al país. Porque realmente esto está bien difícil, bien difícil. Yo les decía a ellos que sí que tuvieran cuidado, que no se confiaran, porque también esa es otra de las consecuencias de que ellos son violentados en sus derechos porque se confían demasiado, son jóvenes, sin experiencia, se dejan guiar por cualquier persona, que los engaña, entonces de una u otra son violentados sus derechos humanos, ellos se están exponiendo a las consecuencias de la ruta migratoria. Entonces aún en ese tema en ese sentido hay que trabajar mucho con la sociedad hondureña, mayoría con los jóvenes porque allá sacan el sexto [serie escolar] y su siguiente paso es estar en México para llegar a los Estados Unidos. No se dedican a estudiar, porque no hay oportunidades, no hay educación tampoco, no pueden ir a estudiar porque dependen de algún tipo de ayuda para poder terminar sus estudios entonces lo más fácil es venirse para acá porque también trabajan sus tierras, viven en zonas rurales, pero cuando producen, no pueden vender, porque se los quieren pagar a un precio muy bajo. Entonces tampoco hay trabajo de campo para ellos, porque no les lo que ellos realmente han invertido, el tiempo, el dinero, entonces, no ven otra opción ellos que poder migrarse para Estados Unidos y poder ofrecer una mejor calidad de vida a sus papás, y a sus hermanos y sus familias.

Perguntei, então, o que dizem os que já estão nos EUA para os jovens de Honduras:

¡Te digo que ellos también hacen mal porque no cuentan la realidad! La mayoría de los hondureños que están en Estados Unidos se van a esclavizar allá. Van a trabajar, a trabajar, a trabajar, no tienen tampoco la accesibilidad de poder ir a salir, como en su país, de poder compartir con sus familias, porque también son personas que no están legales pues, también son migrantes pues si los agarran los deportan, y los deportan así sin nada! Allí en el aeropuerto en Honduras, hay unos que llegan con chancletas, otros con

calzonetas, ¡porque todo lo dejan! Todo lo que hayan invertido, lo han dejado allá. Se han afanado mucho en la vanidad, en el alcohol, porque es súper barato, unos han contado a nosotros, que “aquí la vida es loca”. Entonces ellos dicen “no, que bonito, quien bien es conseguir dinero”, que eso, que el otro, pero cuando vienen a Honduras ven la realidad, que sus casas están todavía pobres, que no han cuidado de sus familias, y se vuelven a arriesgan y aun así es más complicado, porque los tiempos ya no son iguales. Entonces de una u otra manera ellos venden una imagen, que es falsa. Y que la mayoría de los jóvenes se atraen, porque “buenos zapatos, buenas camisas, buenas chumpas” por mejorar a otro estilo de vida pues, pero realmente no es. No les cuentan la verdad. Los riesgos, las consecuencias tienen que asumir. Porque la decisión la tomaron ellos. ¿Entiendes? Entonces te digo que es bien complicado, porque ellos se exponen, cuando vienen en el camino ya ven la realidad. Entonces están entre dos puntos: “me regreso, o sigo, va, lo intento”. Entonces, ahí es una lucha para ellos porque, para voltear a su pueblo, decirles que “no pude”, “es burlan de mí”, “no conseguí nada”, “vine a perder mi tiempo”. O entonces se quedan aquí en México, a trabajar solamente para poder comer, para poder tener un espacio, pero no pueden ver a sus familias. Y poco a poco va perdiendo el amor, se van haciendo más fríos, entonces también no se comunican con sus familias porque les da pena, les da vergüenza, de que tenían un sueño y no pudieron cumplir. Pero realmente digo que eso no puede, que se regresen, que tengan la valentía y el coraje de decir, “lo voy a intentar en el país sí no pude en esta ruta”, hacer un esfuerzo para poder, por lo menos compartir con su familia, que no estén solos, que no anden pidiendo en la calle, que no se pierdan en las drogas, porque también hemos encontrado muchos casos de hondureños que se han metido en la droga, en el alcohol, por lo mismo, pues, porque han visto sus sueños frustrados, y prefieren tener una vida así, que volver a su país.

Perguntei a Karen o que sente quando percebe que um jovem está sem vontade de viver e frustrado. Ela respondeu que é triste e se sente impotente, porque, ao mesmo tempo que gostaria de ajudar, de chamá-los de volta a Honduras, eles dizem que não há condições de viver em seu país. Esses jovens sentem-se mal emocionalmente ao ver tantas coisas horríveis, lamentando que nem o governo do México nem o de Honduras faça algo diante de tanta morte e tanto sequestro.

Nossa conversa continua. Karen comenta que até mesmo estudantes universitários se arriscam a fazer a rota, porque não há emprego para eles e é uma dura empreitada trabalhar e estudar. Ela termina seu relato com um caso particular:

Hay un caso en Honduras el año pasado, de un muchacho que estaba estudiando el cuarto año de Medicina, y era urbanista, y era constructor. Y él también ya había visto la situación de la universidad, que le pedían tantas cosas que no podía cubrir. E iba haciendo su casa, que humildemente, pobremente, iba sacando adelante. Empezaron a construir la casa pero no la terminaron porque él no podía conseguir un préstamo. Él se arriesgó en venirse para acá. Le dijo a la mamá que le había salido un trabajo en México. Y que iba a trabajar, y que iba a ayudar, “mira mamá, me van a pagar todo, me van dar el hotel, me van dar la casa, me van dar alimentación, voy a ganar bien”. Con eso engaño a la mamá y se vino. Él venía a hacer la ruta, pues. Él se había casado con una muchacha y tenía la muchacha embarazada, entonces, al tener la muchacha era otro gasto, que no tenía, no sabía cómo cubrir, porque no había trabajo. Y así vino hacer la ruta y lamentablemente a los seis días se perdió la vida, porque el tren lo rebató.

Por que o relato de Karen é tão importante? Porque revela o universal por meio do particular. Falando do caso de Honduras, descreve os mecanismos pelos quais o sonho da migração é construído socialmente nos jovens como único projeto de vida depois que terminam uma fase de seus estudos. Também está presente nesse relato o papel das redes, quando os hondurenhos que estão nos EUA dizem para os jovens que sigam para lá pois ali há trabalho, garantindo que encontrarão apoios na rota do México.

Toda a boa imagem que passam da vida nos EUA cai por terra quando são deportados e chegam ao aeroporto de Honduras com chinelos e bermudas, deixando tudo para trás, mas alimentando o sonho de retornar aos EUA porque em Honduras encontram o mesmo estado de carências que haviam deixado. Estranham sua terra natal. Também fica claro no relato que o fetichismo do consumo (poder comprar roupas de marca) encobre os riscos da travessia e o fato de que nos EUA estarão privados do contato com suas famílias. Sem ter clareza dos riscos que enfrentarão, os jovens deparam-se

com dois caminhos, voltar ou seguir. Se voltam, terão de suportar a pressão social, os comentários sobre a desonra da frustração e do fracasso. Diante da frustração por não ter realizado um sonho, ou mesmo diante da mecanização da vida do imigrante – que deixa de justificar seu projeto de vida nas raízes da terra natal e na família, tornando-se frio e voltado apenas para o trabalho –, percebe-se a neutralização do ser social.

O mito da *elghorba*, relatado por Sayad para a migração da Argélia para a França, repete-se em Honduras com certas particularidades. A fala de que “não há trabalho” se repete em todos os relatos que justificam a emigração retratando seu país natal como uma terra sem oportunidades. É difícil, porém, para os imigrantes nos EUA perceber sua condição como um exílio, porque, ainda que enfrentem condições de trabalho degradantes, as possibilidades de consumo e diversão os levam a desejar aquela vida, principalmente os mais jovens. Isso faz com que passem a estranhar a sua terra natal, para a qual, em geral, não querem voltar.

Mesmo “presos na escuridão”, eles continuam representando os EUA como um projeto de vida viável e os jovens que querem emigrar continuam acreditando nisso. A melancolia e a obsessão pela volta ao passado não aparecem, salvo quando estão diante do fracasso (por exemplo, quando a rota migratória é frustrada), então dizem que a única coisa que lhes resta é voltar para suas terras e trabalhar no campo. De qualquer forma, os sujeitos ficam enredados numa contradição em que tampouco veem a vida no campo como um projeto de vida definitivo, de maneira que a emigração volta a surgir como realidade, seja porque o sujeito tenta ir novamente aos EUA, seja porque, estando em Honduras, carrega consigo o fracasso de não haver realizado um sonho sempre latente.

Essa percepção de como funcionam os mecanismos que conformam a emigração como um fato social coletivo está no centro da resposta a um dos problemas levantados neste livro, qual seja, a indagação sobre o porquê de as pessoas continuarem emigrando mesmo diante do quadro de violência no trânsito pelo México. Diferentemente da situação apresentada por Sayad, aqui é a migração de trânsito que está no centro da questão. Afinal, a frustração dos cinco jovens não se referia diretamente à vida nos EUA, mas,

sim, ao fato de não saberem o que iriam vivenciar na travessia. A frustração do seu projeto e a desonra do regresso involuntário não decorrem de uma deportação, mas de uma busca, por parte deles mesmos, para vir à tona e pedir apoio para voltar ao seu país.

Os cinco jovens que entrevistei falaram pouco, precisamente pelo estado emocional em que se encontravam e pela frustração da qual estavam tomados. Mas suas falas deixam claro essa opção pela volta ao que tinham antes (o trabalho no campo e o cuidado de suas famílias). Ao perceber que toda a imagem que tinham sobre a viagem era falsa, os jovens se mostram decididos a voltar e dizer a verdade para os demais. Nas palavras de Sayad (1998, p. 44): “A experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e restabelecer a *elghorba* em sua verdade original”.



## A emigração brasileira para os EUA

Assim como outros países do continente americano, o Brasil é visto mais como um país de imigrantes que de emigrantes (Margolis, 2013). São lembrados os imigrantes europeus, que vieram trabalhar nas frentes agrícolas e estabelecer comunidades na segunda metade do século XIX, e, mais recentemente, os fluxos de imigrantes vindos de outros países da América do Sul e também do Haiti. Isso responde pela incipiência dos estudos sobre a emigração brasileira, refletindo-se num déficit na agenda nacional, já que, como ressalta Vainer (1995, p. 43), “pensar nossa imigração supõe a capacidade de pensar nossa própria condição nacional como condição de estrangeiro – o emigrado daqui é o imigrado de lá”. A imigração e a emigração compreendem um só sistema de percepção do estrangeiro.

A partir da década de 1980, o quadro da migração no Brasil começou a se inverter. Se é verdade que, devido à perseguição política das décadas de 1960 e 1970, muitos ativistas, artistas e intelectuais deixaram o país para se exilar no estrangeiro, o cenário de crise econômica da década seguinte fez surgir os “exilados da crise” (Assis, 2002), uma massa crescente de emigrantes brasileiros. Os fatores que desencadearam essa onda de emigração podem ser assim resumidos (Sales, 2008): fatores econômicos externos (crise iniciada na década de 1970); fatores econômico-sociais internos (a “déca-

da perda”, planos econômicos fracassados etc.); fatores políticos internos (a desilusão com a chamada redemocratização); e fatores culturais externos (a visão dos EUA como país de oportunidades).

Na economia brasileira, a crise da década de 1980, empurrada pela crise mundial, foi a cobrança do saldo deixado pelas aventuras financeiras do chamado “milagre econômico”. Na situação mundial, o efeito dominó sobre várias economias refletiu-se no Brasil com o fracasso do Plano Cruzado. O período de 1987 a 1989, que Sales (2008) denomina triênio da desilusão, compreendeu um pico de emigração. A década de 1990 prosseguiu esse descenso, com a passagem de Collor e o confisco das poupanças.

Ao fator político (desencanto com as promessas da chamada redemocratização) se associou a projeção ideológica dos EUA como terra de oportunidades. As insatisfações com a “década perdida” se manifestaram de maneira individual nas pessoas, que apontavam razões e convicções para emigrar: hiperinflação, perda do poder aquisitivo dos salários, desemprego e subemprego, alto custo de vida. “Emigrar tornava-se cada vez mais uma saída do tipo ‘não tenho nada a perder’” (Margolis, 2013, p. 23).

Tudo isso está inserido no contexto da globalização. Ou seja, ao mesmo tempo que existiram vários fatores específicos que desencadearam a onda migratória dos anos 1980, o Brasil deu entrada na era da globalização, na qual os fluxos migrantes internacionais (imigração e emigração) têm lugar central. Para Patarra (2005, p. 25), esse fator vai além das consequências específicas da chamada década perdida no Brasil:

Ao contrário de algumas análises conjunturais que associavam a saída de brasileiros à década perdida (anos 1980) ou à conjuntura do Governo Collor, foi se configurando uma nova questão social como inerente à nova etapa da globalização e que, portanto, a emigração de brasileiros tinha “vindo para ficar”.

O fluxo teve prosseguimento nos anos seguintes, em razão das mesmas condições – que assumem aspectos particulares em cada período – e também pela reprodução das redes sociais que foram se formando gradativamente, criando laços entre os migrantes no exterior e seus parentes e amigos no Brasil.

Na década de 2000, a emigração de brasileiros para os EUA continuou aumentando e a rota de migração de trânsito pelo México se consolidou. Em 2005, o Congresso Nacional brasileiro instalou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Emigração e o México suspendeu, unilateralmente, o acordo com o Brasil para isenção de vistos em passaportes. As notícias de brasileiros presos pela patrulha fronteira dos EUA trouxeram à agenda política, por um curto espaço de tempo, o problema da emigração de brasileiros para aquele país.

Em 2008, os imigrantes brasileiros foram afetados com a depressão econômica nos Estados Unidos, que colocou em relevância dois processos complementares: o retorno para o Brasil e a aparente diminuição dos fluxos de emigração, a qual, todavia, não pôde ser comprovada, já que a emigração se dá, principalmente, de forma indocumentada.

A crise que começou no setor imobiliário dos EUA afetou diretamente os imigrantes, tanto por não conseguirem pagar os juros colossais dos financiamentos, quanto pelo desemprego decorrente, com uma redução drástica nas oportunidades de trabalho na construção civil e na limpeza de casas, por exemplo. Comprovando a regra segundo a qual “se uma crise na origem é um dos componentes do crescimento do fluxo, uma crise no destino também provoca um retorno mais intenso” (Siqueira, 2009, p. 147).

A crise foi se tornando uma bola de neve, porque, se por um lado as prestações das casas foram subindo exasperadamente, por outro, a perda de oportunidades de trabalho tornou ainda mais minguadas as possibilidades de pagamento. Seguindo-se a isso, os imigrantes tiveram de assumir condições de vida ainda mais precárias, até decidirem retornar ao Brasil. “Todos viram seus sonhos serem frustrados, alguns conseguiram regressar e ter uma renda nas cidades de origem, mas a grande maioria afirma que o retorno não desejado torna ainda mais difícil a readaptação” (Siqueira, 2009, p. 157).

## Dados e perfis

O Brasil está inserido nos mapas da emigração indocumentada, embora essa questão não esteja colocada na agenda político-social do nosso país da

mesma maneira que no México e em países da América Central. A população brasileira residindo nos Estados Unidos é um dado pouco solidificado. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011, p. 55):

O volume de brasileiros no exterior é uma das questões mais controversas quando o tema migrações internacionais é abordado. As cifras sobre a presença de nacionais vivendo no estrangeiro variam de forma significativa, dependendo da fonte de onde se originam as estimativas.

Para o Censo Demográfico de 2010, apenas 116.915 brasileiros estariam vivendo nos Estados Unidos. Esta informação, porém, é bastante limitada, pois foi estimada a partir das declarações dos familiares que ficaram no Brasil, na pesquisa por amostragem de domicílios. Essas limitações já eram previstas pelo IBGE (2011, p. 56) antes da divulgação dos resultados:

Algumas limitações que surgem de imediato é o da possibilidade de todas as pessoas que residiam em determinado domicílio terem emigrado ou que aquelas que ficaram em território brasileiro tenham vindo a falecer. Além disso, pessoas que fizeram o movimento rumo ao exterior há muito tempo podem ser desconsideradas. A ocorrência desses fatores implica necessariamente na omissão de emigrantes internacionais.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) admite as dificuldades na quantificação das migrações internacionais, por fatores como a migração irregular e o caráter fragmentado e obsoleto das fontes. Utiliza informações dos censos demográficos como parâmetro para seus dados, mas, quando trata da emigração de brasileiros, reconhece os limites dos dados censitários:

Levantamentos utilizando dados censitários nem sempre fornecem estimativas confiáveis sobre o volume de migrantes no país de destino (Goza, 2004). No caso do Brasil, a situação não é diferente. Ademais, como o fenômeno da emigração internacional é fato recente na história do país, não havia, até então, a preocupação especial de mensurar e controlar os fluxos de saída do território nacional. (Organização..., 2010, p. 15).

Ainda assim, persistem as dificuldades pelo fato de que os dados são estimados a partir de registros administrativos, excluindo, portanto, a enorme massa dos imigrantes que nunca figuraram numa instância administrativa.

A CPMI da Emigração do Congresso Nacional (2006) também reconhece os problemas da variação nos dados sobre brasileiros residindo no exterior, assim como as falhas nos métodos e a diversidade das fontes, pelo que, como parte de suas recomendações, chama atenção para a necessidade de os institutos oficiais qualificarem empiricamente suas informações.

Sobre a dificuldade em contabilizar os brasileiros residindo nos EUA, para além dos problemas nos métodos de contagem, Margolis (2013) acrescenta uma construção identitária vaga e ambígua. A pouca visibilidade da comunidade brasileira decorreria do fato de sua identidade estar diluída entre as dos *hispanos* (que são os outros latino-americanos), o que é rejeitado pelos próprios brasileiros. Além disso, há elementos que dificultam os laços dentro dessa comunidade, como o preconceito de classe, a região de origem, a desunião e a desconfiança, bem como a relativa pouca participação em organizações comunitárias de base devido a uma percepção da sua permanência no país como provisória – aspecto que Sayad (1998) relata com clarividência.

Diante dessas questões, a estimativa mais completa – e mais utilizada pelos pesquisadores e autoridades que trabalham o tema – é feita pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que, a partir de 2008, passou a divulgar a publicação *Brasileiros no mundo* – Estimativas. Os dados são feitos a partir de estimativas fornecidas pela repartição consular brasileira de cada país, contando não apenas com registros administrativos, mas com levantamentos de organizações não governamentais e pesquisas conduzidas pela mídia.

Em razão da variabilidade desses dados, a primeira edição dessa publicação (Brasil, 2008) fornecia a maior e a menor estimativa, bem como as estimativas dos postos (embaixadas e consulados) a partir dos registros administrativos. Com esse método, a maior estimativa de brasileiros residindo nos EUA ficou em 1.528.307, e a menor, em 872.715. A estimativa dos postos ficou em 1.278.650. Os EUA são o principal país de destino dos

emigrantes brasileiros, respondendo por uma fração entre 40,90% e 42,37% do total de brasileiros residindo no exterior.

Na segunda edição (Brasil, 2009), o MRE, embora utilizando o mesmo método, trouxe apenas uma estimativa para cada país. O número de brasileiros nos Estados Unidos era de 1.280.000, representando 42% do total de brasileiros no exterior. Embora esse número seja sensivelmente menor que a maior estimativa de 2008, não há elementos suficientes para fazer uma evolução comparativa dos dados. A própria publicação ressalta que os dados não são diretamente comparáveis com os da edição anterior.

A terceira edição (Brasil, 2011) apresenta 1.388.000 brasileiros residindo nos EUA, 44,44% do total de brasileiros no exterior. No ano seguinte, o número foi estimado em 1.066.559, ou 41,87% do total de brasileiros no exterior (Brasil, 2012). Há muitas limitações à análise estatística dos dados apresentados, por se basearem em métodos diversos de constatação, com estimativas variáveis, e por não haver um critério de comparação entre os dados de cada ano. Além disso, o próprio MRE (Brasil, 2012) faz a ressalva de que grande parte dos brasileiros se encontra em situação migratória irregular e evita submeter-se a sondagens e censos, ou mesmo matricular-se nas repartições consulares.

Em 2006, 55% dos brasileiros no exterior se encontravam em situação migratória irregular (Marinucci, 2008); ainda, os brasileiros indocumentados nos EUA representavam 57,4% do total de imigrantes brasileiros em 2004 (Siqueira, 2009) e 63% em 2007 (Margolis, 2013). Mesmo assim, os dados são significativos, pois expõem que os Estados Unidos são o principal destino dos emigrantes brasileiros e indicam que a população brasileira residindo nos EUA permaneceu volumosa após a crise de 2008. Não houve uma redução drástica dessa população, como se poderia artificialmente deduzir.

Em relação ao total da população brasileira, esse contingente de migrantes representa uma parcela ínfima (aproximadamente 0,53% da população), o que contrasta com os dados de países mais marcados historicamente pela migração para os EUA. Por exemplo, os 12.951.000 mexicanos residentes nos EUA perfazem 10,8% da população do país de origem, e os 930.000

guatemaltecos e 551.000 hondurenhos perfazem 6% da população dos respectivos países de origem. Porém, tomando-se o número absoluto de brasileiros residentes nos Estados Unidos, constatamos a existência de uma população significativa, superior ao número de hondurenhos ou guatemaltecos, por exemplo. O Brasil pode ser considerado um país de emigração, como mostra Margolis (2013, p. 29):

Deixar o Brasil – para tentar uma vida melhor em outro país – não é mais uma decisão isolada, tomada por alguns indivíduos ou um pequeno grupo de pessoas. Ao contrário, é uma tendência social. Embora a emigração atinja apenas entre 1% e 2% dos cerca de 200 milhões que compõem a população do Brasil, isso significa um deslocamento de um grande número de pessoas.

Outro indicador relevante é o saldo migratório (também chamado de migração líquida), tomado pela subtração do número de pessoas que saíram pelo número dos que entraram num país – com caráter migratório – em um determinado período. Se o saldo migratório de um país é negativo, significa que saíram mais pessoas que entraram. Esse indicador é importante para caracterizar o perfil de um país, o papel que desempenha nos fluxos migratórios mundiais (se é um país de recepção ou de envio de migrantes). Dependendo do montante negativo, o dado pode revelar uma diáspora populacional. Há países que tanto recebem quanto enviam migrantes na mesma intensidade. Nesses casos, o saldo fica próximo de zero.

O saldo migratório do Brasil tem se mostrado negativo desde a década de 1980, o que mostra que o país deixou definitivamente a condição de país de imigrantes para tornar-se um país de emigrantes:

Tabela 4 - Saldos migratórios do Brasil a cada cinco anos (1982-2012)

1982	1987	1992	1997	2002	2007
- 16.000	- 92.000	- 99.999	- 100.002	- 499.999	- 499.999

Fonte: The World Bank Group, 2014.

Verifica-se que o saldo migratório atingiu seus pontos mais altos em 2002 e em 2007. No ano mais recente (2012), ainda que tenha havido uma queda substancial, o saldo é superior ao de 1997. O fato é que um número relevante de brasileiros continua optando por viver em outro país, apesar do mito de que o Brasil seria um país de imigrantes.

A emigração brasileira para os EUA é predominantemente indocumentada, e faz parte de uma onda migratória com contexto histórico próprio, seja pelos fatores mundiais – a migração internacional como fenômeno essencial da globalização, no contexto da crise do capitalismo e da reestruturação produtiva (Patarra, 2005) –, seja pelos fatores internos – surgimento das redes de migração laboral a partir da década de 1980.

Os brasileiros decidem morar fora do país por várias razões. Entre elas estão o estudo ou atividade acadêmica, o exercício de ministério religioso, a atividade artística, o desempenho de trabalho altamente qualificado e a realização de negócios de alto valor. Todas essas razões, porém, são minoritárias em relação à razão predominante (e que desencadeou a onda migratória a partir da década de 1980), que é o progresso econômico ao preencher uma fração do mercado de trabalho estadunidense destinada aos trabalhadores sem qualificação e estrangeiros. Segue essa mesma lógica a pessoa que viaja para se juntar a um membro da família que já está trabalhando nos EUA. Este é, portanto, o perfil de emigrante que mais se enquadra na temática tratada neste livro, e que confirma a percepção de Sayad (1998) de que a condição de imigrante e trabalhador sem qualificação coexistem na mesma pessoa.

Embora não haja dados oficiais, há várias construções de perfis dos emigrantes brasileiros, a partir de pesquisas acadêmicas (Siqueira, 2009; Margolis, 2013; Braga Martes, 1999) e da análise de registros administrativos de pessoas deportadas ou inadmitidas (Marinucci; Farias; Santin, 2009). Em 2009, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB) e o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) analisaram 37.079 questionários de brasileiros deportados e inadmitidos, tomados pela Polícia Federal entre 2003 e 2008. O pico de repatriações (71,3%) foi nos anos de 2004 (13.276 questionários) e 2005 (13.156 questionários).



Em relação à condição socioeconômica no seu local de origem, Margolis (2013) aponta uma variação entre as primeiras levas de emigrantes, na década de 1980, e as que foram chegando depois, devido ao comportamento das redes sociais: estas amadurecem e se expandem, de modo que cada migrante que vai provoca uma redução dos custos (econômicos e sociais) para um emigrante futuro. Isso produz um fenômeno interessante, que é a diversificação dos perfis socioeconômicos: as redes “ajudam a criar um perfil demográfico do migrante que passa a refletir, cada vez mais, a população do lugar de origem” (Margolis, 2013, p. 66). Essa diversificação foi constatada pelos autores que analisaram o histórico da emigração em Governador Valadares (Assis, 2002), já que primeiro foram os “pioneiros” e depois o fluxo se massificou.

Enquanto se diversificava, a comunidade imigrante reproduzia as contradições sociais e os preconceitos, incluindo os regionais, que existem dentro do Brasil. Assim, Margolis (2013) relata o preconceito de paulistas e cariocas, auto representados como sofisticados, em relação aos mineiros e goianos, apresentados por eles como caipiras. As diferenças de classe social “têm como referência divisões que já existem no Brasil: práticas do passado são recontextualizadas e papéis sociais são criados para seguir hierarquias sociais preexistentes que determinam as posições ‘inferiores’ e ‘superiores’” (Braga Martes apud Margolis, 2013, p. 208).

Dentro de um certo grupo de migrantes que desempenham uma mesma atividade, normalmente marcada pelo *status* migratório irregular, nota-se um relativo nivelamento devido a todos suportarem em comum as vicissitudes da condição de imigrante. Os níveis de solidariedade dentro da comunidade brasileira alternam entre o individualismo (que forma um discurso de desunião e desconfiança) e a união, incentivada por organizações de base comunitária e reforçada pelo fato de frequentarem as mesmas igrejas e manterem associações informais com base em interesses econômicos comuns. Em que pese a “ladainha de reclamações, a maioria esmagadora conta com o apoio mútuo para suplantar os múltiplos obstáculos da vida de imigrante” (Margolis, 2013, p. 26).

Quanto às regiões de origem, há uma variação histórica. Nos primeiros fluxos, os migrantes, em sua maioria, eram mineiros, seguidos pelos paulistas

e cariocas. Outros estados do sudeste e sul, como Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná, também se faziam presentes, destacando-se, de maneira especial, a cidade de Criciúma, em Santa Catarina. No final da década de 1990 e durante os anos 2000, o fluxo se diversificou. Os mineiros, que eram 40%, passaram a ser não mais que 25%, e ganharam espaço as pessoas vindas do centro e do norte do país – Goiás, Bahia, Roraima e Rondônia.

Nos questionários da Polícia Federal (Campos; Vasconcelos, 2009), 36,5% eram nascidos em Minas Gerais; 12,6%, em Goiás; 8,2%, em São Paulo; 7,6%, no Paraná; 5,6%, no Pará; e 4,1%, no Espírito Santo. Quanto ao estado de residência antes da emigração, a tendência se repete: 38,9% vinham de Minas Gerais; 14,9%, de Goiás; 11,1%, de São Paulo; 7%, do Paraná; 5,1%, do Espírito Santo; e 2,5%, do Pará.

Com os dados por cidades, é possível identificar aquelas que se tornaram polos de envio de migrantes – o que acaba obscurecido na tomada de dados por unidade da federação. Assim, 3,8% eram nascidos em Governador Valadares; 3,5%, em Goiânia; 2,7%, em São Paulo; e 2,4%, em Belo Horizonte. Interessante a participação da cidade de Anápolis, que aparece em 1,2% dos questionários. Quanto à cidade de residência antes de emigrar, a informação é reveladora: Goiânia, com 6%, supera Governador Valadares, com 4,5% dos questionários. A cidade de São Paulo aparece com 3,8%, e Belo Horizonte, com 3,2%.

Volto a destacar que os dados se referem a uma série histórica de 37.079 questionários de deportados e inadmitidos, tomados entre 2003 e 2008, sem distinção dentro desse período. A constatação de que Goiânia supera Governador Valadares quanto à última residência do migrante deve ser tomada como uma tendência relativa a uma das fontes de dados consultadas. Além disso, não se trata de uma proporção relativa à população total do município, mas, sim, aos demais municípios que constam dos relatórios.

Nesse método, municípios de pequeno porte voltados quase integralmente à emigração tendem a ficar obscurecidos, pois podem ter um baixo número absoluto, ainda que tenham uma elevada proporção de emigrantes sobre a população total. Até mesmo a cidade de Criciúma, em Santa Cata-

rina, um dos mais importantes polos de envio de migrantes aos EUA, fica obscurecida nesse levantamento.

Baseados nos dados do Censo Demográfico de 2010, Siqueira e Santos (2012) mostram que os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Salvador, nessa ordem, superam Governador Valadares em número absoluto de emigrantes internacionais. Porém, em números relativos à população total do município, esse censo evidencia que “todos os dez municípios com maior proporção de emigrantes internacionais – considerando o número de imigrantes por grupo de mil habitantes – se localizam nas proximidades de Governador Valadares” (Siqueira; Santos, 2012, p. 29).

Sobralia é o município que possui o maior número de emigrantes por mil habitantes (88,85), seguido por São Geraldo da Piedade (67,67) e Fernandes Tourinho (64,69). Sardoá, Gonzaga, Nova Belém, Santa Efigênia de Minas, Goiabeira, Conselheiro Pena e Engenheiro Caldas completam a lista de municípios.

Outro marcador de região é a separação cidade-campo, que também sofre alteração ao longo da consolidação dos fluxos. Se os primeiros migrantes vinham de centros urbanos, os anos seguintes mostram uma presença maior de pessoas de regiões rurais, o que põe em cheque a visão de que as pessoas primeiro fariam o circuito da migração interna (do campo para a cidade) para depois sair do país.

Em relação ao gênero, também há uma mudança com o processo de consolidação das redes. Os primeiros migrantes eram homens, jovens e solteiros (Assis, 2002; Margolis, 2013). Com o decorrer do tempo, pais de família também seguiam para o exterior, quando a migração já era tratada como uma estratégia familiar de ampliação da renda. As primeiras mulheres emigrantes iam com seus maridos ou seguiam depois para juntar-se a eles, na perspectiva da reunificação familiar. Na década de 1990, as mulheres começam a emigrar de maneira autônoma – a maior parte delas solteiras, divorciadas ou viúvas.

Por fim, observaram-se mudanças nos papéis sociais de gênero e conflitos interfamiliares decorrentes dessas mudanças. As mulheres assumem o

protagonismo do projeto migratório, servindo-se melhor das redes de parentesco (Siqueira, 2009). Elas têm seu capital social aumentado após a migração, conquistam independência financeira e assumem papéis diferentes na relação com o homem, até mesmo na distribuição das tarefas domésticas (Margolis, 2013).

Em 2004, 48,9% dos migrantes eram homens e 51,1%, mulheres; 61% eram casados e 58% estavam na faixa etária entre 20 e 40 anos (Siqueira, 2009). Nos questionários da Polícia Federal (Campos; Vasconcelos, 2009), 68,2% eram mulheres. Em relação às faixas etárias, 52,1% tinham entre 18 e 29 anos, e 30%, entre 30 e 39 anos; ou seja, 82,1% eram jovens e adultos em idade economicamente ativa.

Em relação às atividades laborais exercidas pelos imigrantes brasileiros, incidem também marcadores de gênero. A atividade por excelência das mulheres é o chamado *house cleaning* (limpeza de casas), juntamente com outras atividades domésticas, como cuidadoras e babás. O *house cleaning* tem características distintas das faxinas no Brasil. Primeiro, porque há toda uma hierarquia e estratégia de ascensão profissional por meio da negociação de casas entre as trabalhadoras, com a formação dos *schedules* (listas de clientes), que indicam qual o seu nível de sucesso profissional e dá a algumas a oportunidade de passar de trabalhadoras a administradoras (as que alcançam um grande *schedule* têm condição de delegar casas a outras). Segundo, porque a relação entre dona (ou dono) da casa e limpadora, nos EUA, assume, em geral, um caráter distinto dessa relação no Brasil – é mais impessoal, permitindo à trabalhadora executar seu trabalho rapidamente, sem ficar à disposição do patrão, e limpar várias casas num só dia.

Quanto aos serviços exercidos pelos homens, há uma diversificação, embora a maior parte esteja relacionada à construção civil, como montagem e manutenção de casas ou jardinagem. Em outras regiões, predomina o trabalho em restaurantes. A atividade predominante varia conforme a região:

São lavadores de pratos, atendentes de saúde domiciliares, faxineiros de escritórios e pintores de parede em Boston; paisagistas em Danbury, Connecticut; vendedores ambulantes, garçons de restaurantes e motoristas de carros de aluguel em Nova York; e lavadores de automóveis e manobristas no sul da Flórida. (Margolis, 2013, p. 43).

Na amostragem de Siqueira (2009), sem distinguir o gênero, 27% dos imigrantes trabalhavam na construção civil, 16,3% como *house cleaner*, 12,1% como *baby-sitter* (babás) e 9,5% em *delivery* (entregadores). A maioria (58,9%) trabalhava de 6 a 10 horas por dia e 33% tinham 2 empregos.

## A região de Governador Valadares

Ainda que a emigração brasileira tenha se espalhado por todo o país, a região de Governador Valadares, no leste de Minas Gerais, é paradigmática quanto à emigração, especialmente para os EUA (Siqueira, 2009; Margolis, 2013; Sales, 2008; Patarra, 2005; Assis, 2002). No planejamento de minha pesquisa, resolvi concentrar minha atividade de campo no Brasil nessa região, tomada como um ambiente integral de investigação. Compreendendo a sua caracterização socioeconômica, eu poderia formular uma explicação sistemática para as causas da emigração. Além disso, ao contrário do que ocorre no restante do país, ali a migração internacional está presente, de maneira central, nos ambientes acadêmico e político.

Em certas localidades, pelo comportamento próprio das redes sociais, forma-se uma “cultura de migrar para o exterior” (Margolis, 2013), que integra a representação dessa localidade. Isso aconteceu em Governador Valadares:

Devido ao grande fluxo de valadarenses para o exterior, principalmente para os Estados Unidos, a emigração extrapolou as vidas dos emigrantes, passando a fazer parte da vida cotidiana da cidade [...] Além disso, não é raro encontrar duas senhoras conversando num supermercado sobre os filhos que estão nos Estados Unidos – se casaram ou não, como vai o trabalho, os dólares – como se emigrar fosse uma experiência “natural”, como se os Estados Unidos não fossem a 8.000 milhas de distância. (Assis, 2002, p. 11).

O município de Governador Valadares, situado no leste de Minas Gerais, é parte da microrregião de Governador Valadares e da mesorregião do Vale do Rio Doce. Possui uma população de 263.689 habitantes e uma densidade demográfica de 112,58 habitantes por quilômetro quadrado. É o

polo urbano da microrregião e também de outras microrregiões colindadas, como a microrregião de Guanhães, onde estão os municípios de Gonzaga, Sardoá e Santa Efigênia de Minas (três municípios marcados pela emigração e por episódios de violência contra migrantes, e que possuem caráter predominantemente rural, com densidade demográfica, respectivamente, de 28,28, de 39,42 e de 34,86 habitantes por quilômetro quadrado). Independentemente das definições cartográficas oficiais, utilizarei a expressão “região de Governador Valadares” para designar o polo urbano do município de Governador Valadares e os municípios de caráter predominantemente rural que satelitizam esse polo.

Em relação ao estado de Minas Gerais e ao país, a região sempre foi periférica e voltada para a economia agroextrativista. A Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), da companhia Vale S.A., que liga Belo Horizonte a Vitória, no Espírito Santo, ainda em funcionamento, evidencia o papel da região no extrativismo mineral. Esse papel remonta ao começo do século XX, quando investidores internacionais adquiriram extensas propriedades no leste de Minas Gerais, especialmente em Itabira, destinadas à extração de minério de ferro (hematita), fundando o Brazilian Hematite Syndicate, que depois foi integralmente adquirido pelo empresário estadunidense Percival Farquhar, fundando a Itabira Iron Ore Company, em 1911.

Em 1942, Getúlio Vargas celebrou o Acordo de Washington, visando ao fornecimento de minério de ferro e mica (um tipo especial de mineral, utilizado na indústria bélica) para os países aliados na Segunda Guerra Mundial. Do arranjo foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, que “tinha o objetivo de extrair, transportar e embarcar o minério de Itabira [...] para os Estados Unidos e para a Inglaterra, durante o período de três anos, a um preço bastante inferior ao de mercado” (Mello; De Paula, 2000, p. 624).

Outras atividades extrativas estiveram presentes na região desde o começo do século XX, processando a madeira e o carvão vegetal. Na década de 1930, o distrito de Figueira do Rio Doce, hoje Governador Valadares, foi transformado em entreposto comercial e ponto de partida das matérias-primas levadas até o porto de Vitória, através da estrada de ferro, tornando-se o centro operacional da produção da mica brasileira. A característica

de “entroncamento rodoferroviário, transformando-se em centro regional de prestação de serviços, comercialização e distribuição de produtos” (Assis, 2002, p. 37) provocou a chegada de ondas migratórias internas e de estrangeiros, dando à cidade intenso crescimento econômico e populacional.

A chegada de técnicos e empresários estadunidenses para trabalhar nos centros operacionais da produção extrativista, juntamente com a ampliação da Estrada de Ferro Vitória Minas, são a “explicação mais provável para o fluxo posterior de valadarenses para os Estados Unidos” (Assis, 2002, p. 42). Como parte dos acordos internacionais, estavam investimentos em infraestrutura, com a criação de serviços de saúde, redes de esgoto e tratamento de água. Devido à presença dos funcionários estadunidenses, tais investimentos, como o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), eram a eles creditados pelo imaginário popular.

A pesquisa das fontes revelou que essa influência se deu especialmente no aspecto subjetivo, não resultando, naquele momento, num fluxo migratório de brasileiros para os EUA. A influência causada pela presença dos funcionários estadunidenses foi no sentido de possibilitar a “criação no imaginário popular da idéia sobre os Estados Unidos como um lugar de grandes oportunidades e riquezas” (Siqueira; Assis; Campos, 2010a, p. 3). Moradores dessa época relataram o impacto cultural do contato com os estadunidenses:

Naquela época, um dólar eram 19,00 cruzeiros. Eu engraxava um sapato a 1,50 cruzeiros. Eles, os americanos, davam um dólar e não pediam o troco, pediam para comprar cigarro ou jornal e não pegavam o troco, a gente pensava que o dólar era fácil de ganhar. (Assis, 2002, p. 44).

Esse depoimento, dado por um jovem morador da época, mostra o impacto cultural e a inserção do dólar no mercado interno, em disparidade com a moeda local, gerando uma visão fetichizada de que possuir dólares era uma saída para alcançar poder econômico e de que o dólar era um símbolo do ganho de dinheiro fácil. “Na memória destes valadarenses, a lembrança dos americanos está relacionada ao progresso, à melhoria das condições de vida, a ganhar dólar” (Assis, 2002, p. 44). Essas memórias

estavam preenchidas por imagens do *status* socioeconômico que os estadunidenses da região possuíam – o formato em estilo “americano” das suas casas de madeira, construídas no acampamento da Vale, a língua diferente que falavam. Uma imaginação sobre a América estava em formação e lançava a ideia de emigrar.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a decadência do mercado da mica, a presença dos estadunidenses foi interrompida e a região de Governador Valadares experimentou um declínio da atividade extrativista. A atividade mineradora se transferiu para o Vale do Aço, cujo polo está em Ipatinga. A atividade econômica se concentrou, na zona urbana, no setor terciário, e, na zona rural, na pecuária e na agricultura de subsistência.

Pesquisa realizada por Siqueira, Assis e Campos (2010b) constatou que, terminadas as obras da ampliação da estrada de ferro e com o declínio da mica, os técnicos e engenheiros estadunidenses partiram, mas um deles permaneceu. Junto com a esposa (uma portuguesa que conhecera no norte do país), fundou uma escola de inglês e desenvolveu atividades do Rotary Club. Na década de 1960, alunos dessa escola iniciaram intercâmbios nos EUA e um deles, percebendo a possibilidade de ganhar dinheiro naquele país, trouxe essa boa notícia ao regressar.

Em 1964, dezessete jovens emigraram para os EUA, e os autores da pesquisa mostram que esses pioneiros constituíram os pontos iniciais da rede migratória. Eram jovens do sexo masculino, com um perfil socioeconômico acima da média da população, os quais, com formação escolar elevada e condições razoáveis de sobrevivência, encontraram facilidades para viajar em grupos de amigos aos Estados Unidos. Ali descobriram a possibilidade de, trabalhando em serviços precários – como funcionários de restaurantes, auxiliares de escritórios etc. –, juntar, no prazo de um ou dois anos, dinheiro suficiente para abrir um investimento seguro e rentável na sua terra natal. Ainda não havia a crise que abalou os EUA a partir da década de 1970, marcada pela crise do petróleo, em 1973.

Alguns desses pioneiros são personagens conhecidos da cultura valadarense, por terem se tornado empresários exitosos e, em alguns casos,



políticos notórios. Ao retornarem, não só davam o exemplo concreto do progresso (os seus investimentos exitosos), como também disseminavam o imaginário da América como um fator que lhes agregava capital social. Um informante de Assis (2002, p. 50) mostra que, na mesma época em que alguns migrantes retornavam dos EUA, outros valadarenses regressavam de grandes metrópoles do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Essas cidades, porém, não ofereciam o mesmo atrativo aos demais moradores, nem despertavam sua curiosidade. Algo a mais despertava o interesse por aqueles que contavam suas peripécias no “primeiro mundo”:

[Os que chegavam de outras cidades brasileiras] não contaram vantagem alguma, em comparação com aqueles que chegavam com carro novo, chegavam falando diferente, tinham andado de metrô, eles não traziam um tênis novo e nem falavam o nome dos artistas de cinema com a pronúncia correta para impressionar os outros, nem compravam um carrão. Então o que, esse cara de Belo Horizonte e que teve em BH estudando ou trabalhando em Rio e São Paulo, tem para acrescentar? Nada, absolutamente nada, é comum. A realidade é essa, eu, cheguei do Rio em 56, nunca ninguém perguntou: “Ah, é? E como é que é a sua vida?” Ninguém queria saber de onde eu era. Mas, o cara chegava dos Estados Unidos, sentava no bar, ali na Broadway (barzinho da cidade que já chamava Broadway), e contava assim: – “Ah, eu peguei o *subway*”, o cara perguntava: – “*Subway*?”. Ele dizia: – “É, metrô”. – “Como é que é? Eu posso pegá ele?” Aí, o sujeito pedia: “Traz o uísque aí”...[e os causos rolavam]. Aí a simbologia foi criada. (Assis, 2002, p. 509).

Essa subjetividade da migração nos coloca de frente com as reflexões de Sayad (1998), que mostra como os relatos dos que retornam do exterior geram uma subjetividade autônoma, um mito sobre a terra de exílio que faz o jovem desejar emigrar a qualquer custo; autônoma, porque não expressa desinteressadamente uma realidade, mas, sim, relata os fatos enviesados pelo seu interesse em sustentar um capital social desde o princípio buscado.

Para os que foram na década de 1960, operavam mais fatores de atração que de expulsão. Já na década de 1980, o que motivou a emigração – juntamente com a cultura de emigrar para o exterior, formada tempos antes – foi a crise brasileira, como fator de expulsão. Na região de Governador Vala-

dares, a crise atingiu as perspectivas profissionais e econômicas dos jovens, já que a economia, baseada nos setores primário (pecuária e agricultura de pequeno porte) e terciário, não oferecia plenas condições de subsistência. Emigrar seria uma saída viável, e, no caso dessa região, as redes com cidades dos Estados Unidos já existiam:

Quando a crise econômica se aprofundou na década de 80, a partida de valadarenses para os Estados Unidos tornou-se significativa, porque já fazia parte de nossa subjetividade esta possibilidade: a utopia americana. Já conhecíamos as oportunidades de emprego, onde ficar e possuímos pessoas para nos ajudar, por isso a escolha dos Estados Unidos. (Assis, 2002, p. 45).

Essas redes de migração que colocaram Valadares no ponto de partida contaram também com mecanismos, estratégias e empreendimentos para viabilizar a chegada e a permanência do migrante no seu destino: “Criou-se uma ampla rede de relações em Governador Valadares, que envolve companhias de turismo, despachantes, doleiros e redes de parentesco que se articulam nos Estados Unidos numa verdadeira corrente migratória” (Assis, 2002, p. 51). Mecanismos que aponto como a origem das redes de agenciamento de migrantes que foram se formando, com os *cônsules* (agenciadores com diferentes níveis de participação, tendo contatos ou mesmo vínculos com as redes de coiotes no México e EUA) e intermediários que facilitavam a viagem.

Essa corrente reconfigurou as relações socioeconômicas na cidade, que passaram a se basear, quase totalmente, naquilo que vinha dos migrantes nos Estados Unidos. Agências de turismo – e até mesmo casas de materiais de construção e lanchonetes – passaram a prestar serviços como intermediários, para que o dinheiro enviado pelos migrantes chegasse até os seus familiares. Nos cartórios da cidade, aumentaram os casos de casamentos e divórcios por procuração, e os advogados também se adaptaram a essas novas condições. Estabelecimentos comerciais como lanchonetes, salões de beleza e academias de ginástica passaram a oferecer seus serviços baseados em padrões estadunidenses. O setor de construção civil sofreu uma grande expansão, devido às construções feitas com dinheiro dos migrantes:

Em meados da década 80, a indústria da construção civil foi intensificada em função da expansão da migração de valadarenses para os Estados Unidos, pois os emigrantes passaram a enviar dólares às suas famílias para a construção de casas e apartamentos. As remessas de dólares deram à construção civil um dinamismo que durante a década de 80, um período de crise no Brasil, permitiu que este setor gerasse empregos e movimentasse, junto com as agências de Turismo, a vida econômica da cidade. (Assis, 2002, p. 39).

Ao mesmo tempo, nesse período, em decorrência do ciclo de acumulação capitalista iniciado em resposta à crise do petróleo de 1973, os Estados Unidos começaram a regular os fluxos migratórios, criar restrições à regularização da força de trabalho estrangeira e controlar as fronteiras. Esse fator contribuiu para constituir Governador Valadares como linha de frente da emigração indocumentada para aquele país, pois as mencionadas redes que viabilizam a migração já haviam criado mecanismos para responder às novas barreiras.

Num primeiro momento, bastava o emigrante obter o visto de turista e, uma vez nos EUA, exceder o prazo de permanência autorizada. Num segundo momento, são criadas restrições maiores para a concessão do visto, então surgem, como alternativas, os expedientes dos passaportes montados e da passagem pelo México. Esses mecanismos, ao ser conhecidos pelas autoridades consulares e policiais, iniciaram um círculo vicioso de estigma sobre os habitantes de Governador Valadares: os valadarenses, supostamente, falsificam documentos para ir aos Estados Unidos porque seus pedidos de vistos são negados, e os seus pedidos de vistos são negados porque eles, supostamente, falsificam documentos.

A pesquisa demográfica de Weber Soares (1995) mostra os fluxos de emigração de valadarenses de 1960 até 1994. Do total de 27.210 valadarenses que emigraram nesse período, 22.312 tinham os EUA como destino; isto é, 82% do total. Há um número razoável de emigrantes entre 1960 e 1979 (o período dos pioneiros), mas, a partir de 1980, ocorre um salto. O maior fluxo se verifica entre 1985 e 1989, o que coincide com os dados de Teresa Sales (2008) sobre a emigração em nível nacional.

Tabela 5 - Número de emigrantes valadarenses (1960-1994)

Período	Número de emigrantes
1960 a 1969	462
1970 a 1974	1.007
1975 a 1979	816
1980 a 1984	4.082
1985 a 1989	11.864
1990 a 1994	5.360
Período ignorado	1.714
Não forneceu informações	1.905
<b>Total</b>	<b>27.210</b>

Fonte: Soares, 1995.

Após 1995, o fluxo prosseguiu intensamente, mesmo depois de setembro de 2001, com o aumento tanto do controle das fronteiras como da violência, nos marcos da política de segurança nacional de George W. Bush. Um novo pico foi atingido em 2004 e 2005, quando estava vigente o acordo de isenção de vistos com o México. Depois de 2006, e até o presente, mesmo diminuída em volume, a emigração não cessa (Siqueira, 2009).

O agravamento da crise econômica nos EUA – gestada em 2006 e 2007, pelos créditos de alto risco no mercado imobiliário, e detonada em 2008 – pôs em evidência o problema do retorno dos migrantes, que atingiu a região de Valadares de maneira particular. Isso porque, diferentemente do resto do país, parte significativa do dinheiro circulante naquela região era proveniente das remessas feitas no exterior.

Com a crise, os migrantes retornam ou, mesmo permanecendo, deixam de enviar dinheiro para o Brasil, o que agravou a crise naquela cidade. Além disso, outro desajuste econômico e social foi provocado pela chegada dos retornados, os quais tinham dificuldade para adaptar-se à terra natal, seja no sentido individual (socioafetivo) ou no profissional. Muitos até mesmo perderam toda sua poupança fazendo investimentos em empreendimentos e empresas que não lograram êxito (Siqueira, 2009).

Ao lado das influências socioculturais, decorrentes da presença de empresários estadunidenses na década de 1940, a situação paradigmática da região de Governador Valadares na emigração para os Estados Unidos deve ser explicada pelos fatores estruturais. Para Sousa e Dias (2010), essa região sempre foi marcada por atividades econômicas predatórias, ciclos exploratórios não sustentáveis, que não geram bases produtivas sólidas: o extrativismo mineral e madeireiro, a pecuária, os dólares da emigração.

Tudo isso contribuiu para formar uma identidade desterritorializada e um consenso de que Valadares seria uma terra sem oportunidades. O que foi confirmado nas entrevistas, já que os sujeitos atribuem sua decisão de migrar ao fato de ali não haver oportunidades profissionais; não só pela ausência de atividades econômicas sustentáveis, além do comércio, mas também pela oferta deficiente de ensino superior.

### A Cabília brasileira

O cenário da terra natal no livro de Sayad (1998) é uma região agrária da Argélia, na Cabília, que o migrante relata como uma terra sem oportunidades, onde, mesmo tendo se tornado um *felá* (uma relação servil ligada ao trabalho no campo), não prosperou e viu a emigração como a única saída. Ele “pertence à geração de jovens camponeses que não possuem outra perspectiva de futuro, e, inicialmente, outra ambição além de partir” (Sayad, 1998, p. 38). As formas tradicionais da agricultura levavam a região para um estado de permanente crise econômica e social, resultando na desagregação da comunidade rural.

As pessoas que entrevistei nas casas de migrantes no México, originários da Guatemala, de Honduras e de El Salvador, em sua maioria, disseram que trabalhavam no campo e que recebiam muito pouco para que pudessem prosperar, sem falar na desvalorização das moedas. De um deles ouvi um relato extenso sobre a produção de bananas em Honduras. Explicou-me a intensidade do trabalho e a diferença entre o que recebia e o preço final do produto, dizendo que o valor pago a ele mal dava para custear uma refeição

por dia. Os migrantes cujas entrevistas aparecem no capítulo anterior também trabalhavam originariamente no campo.

No Brasil, os migrantes que entrevistei, e que deixaram o país no contexto da onda migratória posterior à década de 1980, eram originários tanto do campo como de bairros periféricos de cidades. Os jovens Juliard e Hermínio, vítimas do massacre dos 72 migrantes no México, em 2010, viviam em áreas rurais. Como razões para a emigração, suas famílias apontaram a falta de perspectivas na agricultura.

A pesquisa de campo em Governador Valadares encontrou alguma dificuldade na busca de pessoas que haviam retornado dos EUA – pelo menos, a realidade local não correspondia à maneira como se idealiza a cidade, olhando de fora (o senso comum pode levar à imagem de que todos na cidade já moraram nos EUA). Convivi com vários jovens, estudantes e empregados do comércio local, e entre eles não constatei uma “cultura de migrar para o exterior”. A maior percepção da influência da migração no ambiente social se deu no bairro Santa Rita, onde encontrei vários migrantes retornados, bem como casas construídas em estilo estadunidense e a presença de signos em referência aos EUA nos estabelecimentos comerciais, como Sueli Siqueira (2009) mostra em seus trabalhos.

Ao conversar com informantes-chave (por exemplo, os servidores da prefeitura do município) em busca de contatos para novas entrevistas, muitos sugeriram que eu fosse para as cidades próximas, pois ali as pessoas continuavam emigrando. Peguei o ônibus e viajei por duas horas até chegar a Santa Efigênia de Minas, que colinda com as cidades de Sardoá e Gonzaga. Ali, encontrei uma realidade bem diferente da vivenciada em Governador Valadares.

A percepção da emigração como fato social coletivo tem particularidades quando se trata de regiões urbanas ou rurais. Primeiro, porque a estrutura social e econômica é distinta, e depois, pela forma como a rede social exerce um peso maior sobre as regiões rurais. Há razões tangíveis para a constatação de que uma cultura de migração para o exterior encontra mais fertilidade em regiões rurais (incluindo pequenos municípios) que em centros urbanos.

Para dar conta dessa percepção, é preciso relacionar as bases teóricas das migrações internacionais e internas. Afinal, o conhecimento das condições estruturais e socioculturais que implicam a migração campo-cidade pode ser aplicado nas migrações internacionais, gerando uma migração campo-cidade estrangeira, dependendo de como se desenvolvem as redes sociais. Em outras palavras, as mesmas razões históricas e estruturais que levam à migração interna campo-cidade podem levar à migração para o exterior, quando o sujeito encontra facilidades preexistentes no país de destino e quando se forma, na região de origem, uma cultura de emigrar para o exterior (ou seja, quando há uma construção social da emigração como projeto de vida).

A problemática da migração campo-cidade, em perspectiva histórica e estrutural, ocorre num contexto de decomposição da estrutura agrária, com os efeitos apresentados por Oliveira e Stern (1972, p. 36, tradução nossa):

A decomposição da estrutura agrária, originada pela persistência do sistema tradicional de posse da terra e agravada pela pressão demográfica, vinculada aos limites da industrialização impostos, fundamentalmente, pela própria situação periférica e dependente das economias latino-americanas em relação aos países “centrais”, exacerbam os desequilíbrios regionais e rural-urbanos, provocando a concentração acelerada da população nas aglomerações existentes, sem que se alcance a sua completa inserção na estrutura produtiva urbana.

Em outras palavras, a permanência das relações tradicionais de propriedade da terra e as particularidades da industrialização periférica geram um quadro de deslocamento social da população camponesa, no qual não lhe é dada a possibilidade de progredir na agricultura, nem de ser absorvida pelo mercado de trabalho urbano. Essa relação contraditória amarra mais ainda os indivíduos nas cadeias de exploração e atraso social, pois sua única opção é submeter-se a condições de trabalho abaixo do nível de sobrevivência.

Em minha pesquisa, tanto no México como no Brasil, conheci muitas histórias de vida de jovens que decidiram emigrar por ser a única maneira de se livrar dessas cadeias. Suas opções eram trabalhar muito na roça

ou trabalhar muito nos EUA. A primeira opção representava uma vida de trabalho intenso para um fazendeiro, recebendo apenas o mínimo para a sobrevivência e envelhecendo com o mesmo destino de seus pais. Como relata Alves (2013, p. 182): “O trabalho na roça (capinar, roçar, tombar lenha, cuidar de gado...) é recusado, sobretudo pelas condições desfavoráveis, por ser um trabalho pesado, por não ser valorizado e por ter que acordar muito cedo e trabalhar no sol durante todo o dia”.

A segunda opção representava, além de conhecerem um mundo novo, a possibilidade de ver o fruto do seu trabalho materializado no dinheiro excedente, que poderia ser enviado ao Brasil para viabilizar algo que jamais conseguiriam fazer se tivessem ficado aqui (construir uma casa ou um implantar um empreendimento comercial, comprar bens de consumo duráveis etc.).

A emigração é aqui apresentada como um projeto de mudança social no âmbito da família, o que dá ao relato do migrante um conteúdo heroico e altruísta. Acontece, porém, que o mecanismo da exploração do trabalho do imigrante fará com que, na maior parte das vezes, esse “dinheiro que se vê” também desapareça, retornando o migrante à sua condição inicial ou mesmo a uma condição pior, em certos aspectos já relatados (a perda dos laços familiares, o sentimento de fracasso, o esfriamento da vida, o esvaziamento do ser social).

Outro caminho para a análise dos fatores estruturais geradores da emigração, reforçando a categoria de mudança social, é a sociologia da modernização (Germani, 1971), a qual mostra como uma região tradicional é impactada pelo contato com outra modernizada, gerando um processo de mobilização psicológica no indivíduo. Na sociedade tradicional, a realização social do indivíduo é limitada pelas seguintes contingências: no âmbito geográfico, pela circunscrição a pequenas comunidades; nas esferas de atividade, pelo relativo isolamento econômico e alijamento das decisões políticas; e no âmbito do conhecimento, pela privação dos bens materiais e imateriais da cultura da sociedade global.

O processo de transição se dá em quatro etapas: integração de uma sociedade tradicional a outra moderna, lançando um canal de influência;



desencadeamento de fatores desagregadores na sociedade tradicional; surgimento de sociedades duais, em que coexistem os dois tipos; e mobilização social para regiões em processo de modernização.

A constituição de uma onda migratória é antecedida por fatores de desagregação das formas de coesão social na sociedade de origem (por exemplo, o grau de concentração da propriedade fundiária) e, ao mesmo tempo, pela penetração, nessa sociedade, de traços (culturais e econômicos) da sociedade de destino. A desagregação social frustra objetivos e expectativas, sobretudo aquelas voltadas para a sobrevivência e a ascensão social; essas expectativas, por outro lado, são projetadas para fora da sociedade de origem, voltando-se para aquelas sociedades que, ali mesmo, são mostradas como superiores e avançadas.

As determinações da decisão de migrar ocorrem em três níveis, reciprocamente condicionados: nível ambiental, que equivale à estrutura socioeconômica; nível normativo, que diz respeito a regras, valores e papéis com os quais o sujeito mede as possibilidades e consequências de sua ação (nesse nível poderíamos incluir o papel do Estado como gerador de práticas sociais); e o nível psicossocial, que distingue a ação dos indivíduos diante do nível normativo.

Quando acontece a desintegração da estrutura tradicional e a penetração de elementos da estrutura moderna, surgem desequilíbrios entre os níveis ambiental, psicossocial e normativo dessa sociedade. Parte dos indivíduos entra em um nível psicossocial descompassado dos níveis ambiental e normativo, rompendo a normalidade. Em outras palavras, o nível psicossocial, em regra, é afetado mais rapidamente pela modernização que os outros dois níveis. Isso desencadeia o processo de mobilização, em seus aspectos psicológico e objetivo. Embora os dois aspectos sejam simultâneos, a mobilização psicológica em regra se manifesta antes da ação objetiva, caracterizando-se como propensão dos sujeitos a restabelecer o equilíbrio do nível psicossocial com os níveis ambiental e normativo.

O que só pode ocorrer de duas formas: internamente, com mudança da estrutura, ou pela emigração para a sociedade tida como moderna. Essas observações se harmonizam com os motores sociais da emigração na sociedade de

origem, apontados por Sayad (1998), que relata o mecanismo psicossocial de reprodução da ilusão constitutiva do processo migratório. O cenário da aldeia

é uma comunidade rural em plena desagregação e na qual, sob influência de diversos fatores (e principalmente a emigração com todas as suas consequências, que não são apenas econômicas), não são somente as tarefas agrícolas tradicionais, cuja obsolescência e inanidade são descobertas, que vão sendo cada vez mais abandonadas: é toda a mentalidade camponesa que vai sendo seriamente modificada e todos os antigos valores que vão sendo vencidos. (Sayad, 1998, p. 38 e 39).

Vistas com o olhar histórico e estrutural, ou mesmo sob os enfoques da sociologia da modernização ou da sociologia reflexiva, as estruturas sociais que constatei no município de Santa Efigênia, em Minas Gerais, traduzem na prática os problemas teóricos observados. Por meio da observação participante e de entrevistas em profundidade, afirmo, figurativamente, que encontrei ali uma Cabília brasileira, a qual não teria encontrado se me restringisse ao município de Governador Valadares.

Um estudo importante que se concentra sobre a zona rural da região de Governador Valadares é o de Maria Zenaide Alves (2013), que trata dos projetos de vida dos jovens estudantes do ensino médio de São Geraldo da Piedade, localidade situada a sessenta quilômetros de Governador Valadares. Os elementos de transnacionalidade, na consciência social e nas práticas sociais desses jovens, são marcantes nesse trabalho e se aproximam muito das minhas constatações no campo. São Geraldo da Piedade, em vários aspectos, é muito parecida com as cidades que visitei. A começar pelo estilo das casas construídas com dinheiro da imigração, inspiradas nas casas estadunidenses:

As casas coloniais, de dois pavimentos, são o grande sonho de consumo. Essa é uma característica muito forte nos municípios da região, ou seja, os casarões luxuosos, construídos e decorados com o que há de mais moderno na indústria moveleira e na construção civil. (Alves, 2013, p. 124).

Tal aspecto também é observado por Siqueira (2009), mostrando como a migração se tornou um signo de êxito pessoal e familiar que precisa ser socialmente reproduzido, ainda que apenas pela aparência, para que os su-

jeitos possam manter suas posições na sociedade (ou manter a posição social que eles representam reflexivamente). A circulação de produtos de consumo enviados pelos migrantes aos seus familiares também é uma marca desses municípios. Como observa Alves (2013), os jovens não precisavam ir aos *shoppings* dos grandes centros urbanos para comprar produtos originais de marcas estrangeiras.

Os exemplos de migração para o exterior introduzem no ideário de muitos jovens algo positivo, que eles não teriam de outra forma – o contato com outras culturas e o desejo de romper, em certa medida, com as relações restritas e rígidas próprias das cidades pequenas. Me refiro à transnacionalidade, de que fala Alves (2013), e à bifocalidade, de que fala Vertovec (2006). Há, porém, um choque com o retorno à realidade do lugar de onde vieram.

Em minhas 2 viagens a Santa Efigênia, fui recebido por Cecília, 52 anos, que residiu nos EUA por 7 anos e meio e chegou lá passando pelo México. Em 2012, 11 membros de sua família, incluindo suas filhas, residiam no exterior. Por 10 dias, convivi com vizinhos, amigos e familiares dela, em visitas (na cidade e na “roça”), almoços e confraternizações. E conversei com figuras públicas da cidade, como o padre e o prefeito. Observei, em profundidade, dilemas familiares causados pela emigração, como os efeitos da presença-ausência de um pai migrante na vida de uma criança. Testemunhei conflitos entre jovens, também relacionados com a emigração.

Mesmo com excelentes resultados, minha inserção no local não foi fácil. Como em qualquer cidade pequena, a chegada de um desconhecido gerava desconfiança e estranhamento, que acabavam bloqueando o canal necessário para se obter informações. Eu tinha um dilema sobre a melhor estratégia para conhecer o lugar: deveria tornar minha presença discreta ou pública e ostensiva? Optei por uma posição intermediária: uma presença ostensiva entre as pessoas do círculo de relações de Cecília e discreta para aqueles aos quais ainda não havia sido apresentado.

De todas as maneiras, minha apresentação como pesquisador pouco expressava o significado dessa condição. Na reação dos interlocutores, parecia pouco importar que fosse um olhar sociológico, uma pesquisa de doutorado, de tal ou qual universidade. Dizer que estava ali para “fazer uma

pesquisa” não parecia ser suficiente para justificar minha presença. Mesmo não tendo nunca ocultado minhas intenções, eu acabava sendo apresentado como “advogado” ou “amigo da família”.

Outro aspecto complicava minha presença: o fato de que a cidade não estava impactada apenas pelos aspectos socioculturais gerais da emigração, mas também pela violência contra os migrantes. A maior parte das pessoas que tinham ido aos EUA passaram pelo México e experimentaram, direta ou indiretamente, situações de violência, até mesmo casos de sequestros e mortes de familiares. Ao entrevistar essas pessoas, percebi, desde a construção do ambiente da entrevista, uma tendência a falar de outros assuntos e evitar que eu chegasse ao âmago da questão. E, por isso, elas resistiam a representar e justificar minha presença como pesquisador.

Enfim, não sendo uma pessoa da sua intimidade, eu não estaria autorizado, num primeiro momento, a me intrometer em dramas familiares dessa natureza. Por outro lado, havia, em outros momentos, um clima de medo, já que eu poderia ser alguém com intenções policiais. Vale lembrar que os intermediadores das viagens indocumentadas para os EUA são pessoas próximas aos entrevistados, as quais nunca conheci (nem era esse o meu objetivo), porém é possível que haja surgido alguma desconfiança em relação a isso. Aos poucos, a construção de relações de confiança foi permitindo a realização do trabalho sociológico.

Então, por que afirmei que Santa Efigênia seria uma Cabília brasileira, fazendo referência ao trabalho de Sayad (1998)? Porque há muitas semelhanças com as perspectivas de vida dos jovens de determinada classe social da região diante das condições estruturais e da subjetividade socialmente construída. A emigração aparece como o sinal máximo de êxito; a permanência, como sinal de fracasso; e o retorno, como fracasso ainda maior.

Em uma longa conversa com o padre Geraldo, pároco da cidade, esses aspectos foram detalhados. Os jovens vão porque, segundo ele, “têm um desejo muito grande da riqueza”, e apostam mais no dinheiro da migração que numa formação escolar e profissional sólida. Por outro lado, a cidade não lhes oferece nenhuma oportunidade:

Você estuda, tira seu ensino fundamental, ou você vai para o exterior ou então você vai pras cidades grandes. Tirou o ensino fundamental você não tem mais nenhum sonho mais pra você realizar dentro da sua cidade. Ou você vai pra Belo Horizonte, vai pra São Paulo, vai para o Rio. Ou então você fica aqui, então, trabalhando pela prefeitura. Que não é pra todo mundo pois depende muito de questões de troca de prefeito. E não existem muitas universidades nessa região. As que existem aqui são a maioria absoluta, tudo é particular. Tem uns cursos técnicos do Senai, do Senac... Mais em Valadares, né, cidade pequena não tem. E não tem as facilidades dos jovens poderem ir pras cidades. Ou conseguem por meio próprio, ou então tem de se humilhar pedindo a vereador... alguma condução.

O padre lembra também que não há indústria na região, um fator que poderia absorver a mão de obra dos jovens, retomando as bases teóricas já relatadas sobre a industrialização contraditória:

Parece que o governo tem a tendência de esvaziar o interior e de encher as cidades. A parte de universidade, a parte intelectual de cultura: grandes cidades. Quem mantém as cidades grandes são as cidades pequenas, acabou as cidades pequenas, acabou tudo. E principalmente dentro das cidades pequenas aqueles que estão trabalhando na zona rural. Não tem incentivo. [...]

Não tem indústria. A mineração fica no Vale do Aço em direção a Itabira. No Vale do Rio Doce, é mais na parte da agropecuária, a parte de grandes fazendas. A parte do leite. Valadares praticamente é servida pelo dólar que vem de fora, e pelos grandes fazendeiros. Grandes terras de Valadares, na parte da agropecuária, em direção a leite e a carne. Ou trabalha pra prefeitura ou... não tem incentivo do governo pros pequenos proprietários ficarem na sua terra. Não tem incentivo nenhum. Hoje, aqui mesmo na região nossa, região rural, eu fico triste demais, quando fico sabendo que pessoas aqui da cidade vão em Valadares pra comprar chuchu! Pra comprar abóbora. Não planta, não tem incentivo de plantar. Essa nossa região tem fartura da água e da terra. Agora precisa ter uma parte da técnica do plantio.

Para o sacerdote, trata-se de uma região abandonada:

Principalmente subindo aqui, no Leste de Minas, no Vale do Jequitinhonha, é região abandonada. Até no Vale do Aço tem uma presença do Estado. O Vale do Rio Doce em direção ao Espírito Santo, você descendo o Vale do Rio Doce, tudo é abandono. Tem plantação nenhuma, tudo é gado. Grandes fazendas.

E em relação à formação sociocultural dos jovens, o padre também não vê perspectiva, apenas um vazio existencial:

E também a cidade não facilita um jornal, uma televisão, um rádio, um livro... não facilita. Se não me engano nós não temos uma biblioteca pública. Já estou com mais de anos que estou aqui. Tem jornal esses assim pequeninhos, que a prefeitura manda fazer de propaganda. Falando só sobre eles. Só isso. Precisa de coisa concretas. De lazer, de estudo, de família, não tem. Nós não temos uma parte de lazer em momento nenhum. O lazer dos nossos jovens é sentar numa pracinha e jogar conversa fiada. E vai droga entrando, usar droga.

O depoimento do padre Geraldo esclarece muitas coisas sobre a região, refletindo dados que encontrei em outras fontes de pesquisa. Ao inserir vários assuntos em torno do mesmo tema – os impactos da migração na região –, ele mostra como o fenômeno é complexo e incidente na totalidade da vida social. Sua narrativa começa com a desilusão ou abismo entre as expectativas dos jovens com a emigração e o que encontram na realidade, até o processo de retorno. Revelam-se também as carências da região, ao não oferecer condições materiais e uma educação voltada para a realidade, fazendo com que os jovens tenham a emigração como alternativa.

A região não oferece oportunidades de formação educacional, nem alternativas de lazer. Não há indústrias, nem apoio técnico para a produção de subsistência. Na perspectiva dos jovens, só resta um emprego na prefeitura (o que depende da relação do prefeito com sua família) ou trabalhar para grandes fazendeiros recebendo salários mínimos. Ao lado disso, a cidade, mesmo pequena, tem problemas graves de violência e uso de drogas, com formação de gangues, territorialização da distribuição da droga, assassinatos bárbaros e violência policial.

A fala do sacerdote mostra que a emigração não é uma decisão meramente individual; ela é construída e justificada pela precariedade estrutural da região, ao mesmo tempo que é apresentada como uma ilusão. Há um sonho e, ao mesmo tempo, uma frustração:

Eles vão com uma perspectiva muito grande de sonho e voltam frustrados, por não conseguirem nada. E quando, aqueles que conseguem qualquer coisa na América, e vêm trazendo algum dinheirinho, com pouco tempo eles gastam tudo aquilo! Com carros, casas... com as casas luxuosas, e depois, como é que vai manter esses carros? Como é que vai manter essas casas? Esse dinheiro acaba. A maioria acaba sem emprego, e conforme fica até devendo.

É importante notar, também, que esse sentido da emigração tem um marcador de classe, já que os jovens de classe média alta possuem uma perspectiva de futuro a partir de suas próprias condições materiais:

A maioria é de classe média baixa. Porque aqueles que têm condição financeira um pouquinho melhor, não vão não. Eles preferem ficar nas suas cidades... ou então ir para outros lugares maiores, no Brasil mesmo. Agora aqueles que acham que um pouquinho que têm, que eles vão conseguir mais, que têm esse sonho da América. Ao ponto de vender tudo!

O ideal da emigração é construído coletivamente, de maneira que as famílias dos jovens, em geral, apoiam a sua decisão por não verem outra saída a oferecer:

Os pais praticamente concordam porque eles veem que seus filhos aqui não têm nada. Não tem futuro seus filhos aqui. A maioria, para poder realizar o sonho de um filho, qual pai que não quer que o sonho do seu filho seja realizado, vende as terras, e, na volta do filho, não tendo mais o trabalho na zona rural, vem pras cidades. E na cidade não tem emprego, não tem mais nada pra eles fazer, eles vão pras periferias das pequenas cidades.

Conversei em Sardoá com os pais de Hermínio, um dos jovens assassinados no massacre dos 72 migrantes no México. Suas condições de vida são extremamente simples. Quando lhes perguntei por que seu filho havia decidido partir, eles responderam que foi para ter condições de ganhar mais

um pouco e ajudar os próprios pais, o que se aproxima muito dos relatos dos migrantes centro-americanos. Sua mãe assim se expressou:

O que ele falou foi que tinha muita vontade de ir né, e que tinha conseguido ir, aí disse a ele que se Deus quiser que ia chegar lá e ia trabalhar, com fé em Deus, e que *depois* ia voltar alegre e deixar nós todos alegres. Aí eu falei, vai em frente, que Deus vai te abençoar e você vai ser muito feliz. Aí ele falou, a minha vontade é eu lutar, chegar lá. E eu falei, tá bom, Deus ajudando você chega lá. E, depois deu esse azar que não chegou né...

No mesmo sentido, respondeu o pai:

Pra ver se melhorava a situação um pouco. Falava, se Deus quiser vou ganhar dinheiro pra comprar um carro, comprar um terreno. Mas ele tentou ir da primeira vez, ele quis ir mas não deu certo, ele não chegou de sair não. Aí da segunda que nós controlou um dinheiro pra ele poder ir, aconteceu com eles, na estrada né. Mas seja o que Deus quiser né. [...] É porque aqui a pessoa ganhar pra comer e beber faz uma coisinha, né, mas saindo pra fora acontece, às vezes a pessoa tem uma melhora. Mas, saiu não deu certo né...

Mais uma vez, a emigração aparece como construção social, em seu duplo aspecto de única saída diante da estrutura social e de ilusão consciente, de um sonho irrealizável: “Uma vida impossível e inevitável por via da evocação das mentiras inocentes com que se reproduzem as ilusões sobre a terra de exílio” (Bourdieu, 1998, p. 11). Aqui aparece o duplo sentido da terra de exílio (*elghorba*): entre as luzes e as trevas, entre a visão idealizada da emigração como fonte de riqueza e ato de emancipação, e a escuridão da distância e do isolamento (Sayad, 1998). Na Cabília brasileira, a *elghorba* tem uma dimensão especial: a que vai da violência simbólica à violência do massacre, que interrompe a trajetória sem permitir sequer a frustração do retorno. Nesse ponto surgem perguntas fundamentais, que são o significado da migração indocumentada e a relação entre violência, crime organizado e Estado.



## A rota do México

Na evolução das estratégias para entrada irregular nos Estados Unidos, a passagem pelo México nem sempre foi o principal recurso usado pelos brasileiros. Ela foi ganhando importância conforme o consulado dos EUA aumentava as exigências e reduzia drasticamente a concessão dos vistos de turista, ao mesmo tempo que a entrada direta, por via aérea, com visto ou passaporte falso, deixava de ser possível. Embora não se possa dizer exatamente quando os brasileiros começaram a passar pelo México, essas rotas só chamaram a atenção quando um número crescente de brasileiros passou a ser detido pela patrulha fronteira dos EUA, no fim da década de 1990: aproximadamente 400, em 1997; 3.500, em 2001; e 31 mil, em 2005 (Margolis, 2013), época em que as detenções alcançaram seu ápice. Naquele momento, essa rota estava no imaginário sociocultural brasileiro. Entre 14 de março e 4 de novembro de 2005, a TV Globo exibiu, no seu horário de maior audiência, a novela *América*, cuja história central é a de uma jovem brasileira que vai morar nos Estados Unidos após passar pelo México.

O fenômeno também moveu as instituições estatais combinadas dos três países envolvidos. As autoridades policiais e migratórias dos Estados Unidos várias vezes foram denunciadas por maus tratos em seus centros de detenção de migrantes; além disso, efetuaram deportações massivas e atuaram

diplomaticamente sobre o México e o Brasil para que tomassem medidas destinadas a cessar o fluxo. O México, de um lado, facilitava a passagem, com os esquemas de corrupção de suas forças policiais, e, de outro, suspendeu por prazo indeterminado o acordo de isenção de vistos que tinha com o Brasil. No Brasil, a Polícia Federal desatou várias *megaoperações* (entre elas a Operação Bye Bye Brazil e a Operação Cegonha) e o Congresso Nacional instalou a CPMI da Emigração.

Nessa CPMI, os parlamentares entrevistaram pessoas que integravam as redes responsáveis por agenciar os emigrantes e fazer com que chegassem ao seu destino. Alguns dos depoentes falaram sob o benefício da delação premiada (ao fim, a CPMI solicitou para que os órgãos judiciais responsáveis os isentassem de pena). Foram ouvidos, também, brasileiros deportados e familiares de pessoas que sofreram alguma violência na travessia. Analisaram-se, superficialmente, as referidas operações da Polícia Federal e alguns dos indiciados foram apontados.

O relatório da CPMI desenha o funcionamento do que denomina “indústria da migração”, descrevendo como se dá o agenciamento e as variações nas rotas, com tal profundidade de detalhes que parte do relatório é chamada de *Atlas da Emigração Irregular para os EUA*. As delegações de parlamentares visitaram centros de detenção de migrantes nos EUA e um cemitério onde poderiam estar enterrados cerca de 180 brasileiros que teriam morrido na travessia. Contataram, ainda, um grupo de 314 brasileiros deportados no dia 3 de agosto de 2005, que chegaram em avião fretado ao Aeroporto de Confins, em Minas Gerais.

As informações do relatório coincidem com as entrevistas que realizei com retornados dos EUA, na região de Governador Valadares, e com matérias jornalísticas da época. A partir dessas fontes, é possível reconstituir, a título de construção de cenário, os detalhes da travessia de brasileiros pelo México.

## Surgimento da rota

A migração de trânsito pelo México, por brasileiros, deve ser compreendida por três caminhos ou movimentos que andam juntos: a ne-

cessidade ou vontade do próprio emigrante de usar essa rota, diante do fechamento de outras vias de acesso aos EUA; a consolidação de uma rede de agenciamento complexa, internacionalizada e envolvendo agentes públicos e privados; e a auto reprodução das redes sociais formadas a partir dos primeiros casos.

A passagem de brasileiros pelo México surgiu de maneira concomitante com a onda de emigração na década de 1980. Um de meus entrevistados, Moacir, 41 anos, relatou sua passagem pelo México em 1989. Viajou em um grupo de 6 pessoas (5 homens e 1 mulher) e retornou em 2006. Esse grupo embarcou em São Paulo, fazendo paradas no Peru e no Panamá antes de chegar a Belize e se deslocar, por via terrestre, para a Guatemala e o México. Nesse país, permaneceram por 4 meses. Quase sem dinheiro, chegaram a ficar 60 dias na casa de uma mulher enquanto construíam um barracão para ela. Depois, o grupo foi preso em Puebla, quando foram extorquidos pelos policiais e obrigados a tirar as roupas. Depois foram liberados, tendo recebido seu dinheiro de volta. Quando conseguiram deixar o México, foram para Los Angeles, para depois, segundo o relato, atravessar os Estados Unidos até chegar a Boston.

Embora já se trate de uma migração indocumentada, com relatos de sofrimentos e obstáculos vivenciados que denotam algum tipo de violência, a viagem de Moacir possui elementos que a identificam com a primeira fase da emigração em Governador Valadares, aquela dos pioneiros que representavam a viagem como uma aventura. Seu relato mostra que não havia uma rede de agenciadores tão organizada como viria a se tornar depois. Em certo momento, Moacir faz referência ao guia que entrou em contato com suas famílias em Valadares para receber o dinheiro que faltava. Em outro momento, quando fala de um hotel em Los Angeles onde ficou hospedado, junto com muitos outros imigrantes, afirma que esse alojamento integrava o mesmo “complô de mexicanos que são os coiotes, que é um passando pra cima do outro”. O relato deixa clara a existência de guias e coiotes, mas fica a impressão de que a travessia teria sido uma sucessão de sortes e acasos, com a colaboração decisiva de autoridades mexicanas e até um milagre da Virgem de Guadalupe.

O relato de Moacir é importante por mostrar a existência da rota mexicana já em 1989, ainda que esta possa ter vindo a se consolidar depois, com uma massificação e uma padronização dos procedimentos.

## Consolidação da rota

Conforme crescia a onda de emigração, na década de 1990, inúmeras “excursões” seguiam em ônibus de Governador Valadares até o Rio de Janeiro, onde está o consulado dos EUA mais próximo. No tópico anterior, mostrei como a autoridade migratória estadunidense dificultou a concessão do visto, até o ponto de criar critérios discriminatórios e preconceitos geográficos. Com tamanha discriminação, muitos optaram pela rota alternativa após ter o visto negado, em alguns casos mais de uma vez; outros, com a certeza de que teriam seu pedido negado, nem chegaram a tentar. Com o desenvolvimento dos mecanismos para identificar a falsificação de vistos e passaportes, o único modo de viabilizar a decisão de trabalhar nos EUA era seguir pelo México.

Em 1997, houve um caso notório de brasileiros tentando cruzar irregularmente a fronteira México-EUA que foi noticiado na imprensa brasileira (Trevisan, 1997) e provocou a manifestação do Ministério das Relações Exteriores. Josias Raul de Castro, 25 anos, e Marcelo Cavalcante Mendonça, 26, sofreram um incidente ao tentar cruzar o Rio Bravo. Marcelo foi dado como desaparecido, e Josias – que buscou ajuda da polícia estadunidense para localizar seu amigo –, preso e deportado, após 5 dias, para o Brasil. Marcelo era de São José dos Campos, São Paulo, onde trabalhava como locutor de rádio, e Josias, de Hortolândia, no mesmo estado. Ambos foram aprovados num processo de seleção para trabalhar na empresa de reflorestamento Progressive Forestry, no Texas. Mesmo tendo uma oferta de trabalho formalizada, tiveram o visto negado 2 vezes e então decidiram seguir pelo México.

Familiares de Marcelo desconfiaram da versão de afogamento, levantando a suspeita de que ele teria sido assassinado pela patrulha fronteiriça, ao tentar fugir. Porém, o depoimento de Josias e a autópsia do corpo, após ser

encontrado, atestaram que Marcelo teria mesmo se afogado. Ao depor na Polícia Federal quando retornou ao Brasil, Josias relatou que eles viajaram para Roraima, em dezembro de 1996, passando pela Venezuela, Colômbia e El Salvador antes de chegar ao México, onde tinham um amigo de nacionalidade estadunidense.

O acordo entre Brasil e México para isenção de vistos em viagens de turismo, trânsito e negócios, autorizando os brasileiros a permanecer no México por até 90 dias, foi celebrado em 2000, nos marcos das negociações desses países em matérias econômica e de segurança continental, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Entretanto, esse acordo entrou em vigor somente no início de 2004, ao ser promulgado o Decreto n.º 4.952. Meses depois, em 9 setembro de 2005, o México anunciou a suspensão unilateral do acordo a partir de 23 de outubro daquele ano.

Outro dos meus entrevistados é Fernando, 51 anos, que seguiu pelo México em 2004 e retornou a Valadares em 2011. Ao descrever sua experiência no consulado, ele relembra que, de tão nervoso que estava, supôs que a atendente lhe tivesse negado o visto e nem chegou a confirmar a informação:

Eu fui no consulado, porque eu já tinha pegado visto em 1980. Aí eu levei meu passaporte e uma carta da Avon, porque eu era consultor da Avon na época. Não vendia muito produto, mas mesmo assim ela me enviou uma carta muito bonita de São Paulo. Aí eu cheguei lá no consulado, e conversando com a menina, passando pelas entrevistas dela, chegou no ponto de quanto que eu ganhava. Aí eu falei com ela que ganhava entre 1.200 e 1.500 reais. Aí ela me perguntou “cadê o seu imposto de renda?” Aí eu falei “não... eu não trouxe meu imposto de renda não, eu declaro como isento”. Aí na verdade e ela não gostou e falou, “você deve conhecer sobre as leis do seu país”. Pegou meu passaporte e carimbou. E eu pensei que ela tinha me negado, porque a gente fica nervoso, não olhei direito, não olhei detalhadamente que carimbo era aquele... como já tinha gasto um dinheiro também, foi uns 700 reais quase, por aí, com as despesas de ônibus e essas coisas. Aí eu voltei triste, como muita gente no ônibus voltou. Poucos pegaram visto... Eu teria dado mais um tempo, trabalhado mais um pouco, juntado mais um dinheiro e ido mais preparado pra falar com ela. Eu nem mostrei a carta

da Avon pra ela, nem nada... o nervosismo atrapalha a gente. Eu acho que eu teria conseguido o visto. E ela chegou a ver meu passaporte antigo. Aí eu fiquei naquela barreira, não sei porque que eu não olhei o passaporte, e orando, pedindo a Deus para que tirasse aquilo da minha mente, e eu não conseguia, sempre pensando aquilo, sempre falando pra todo mundo, até enjoando as pessoas do tanto que eu falava, tinha que ir embora, tinha que ir embora.

Fernando seguia com a frustração da negativa do visto e desejando se mudar para os EUA, até que um dia, quando teve contato com um agenciador, surgiu para ele a possibilidade de ir pelo México:

Aí num certo dia, a amiga da minha esposa tinha enviado os dois filhos pelo México, com esse rapaz. Aí eu tava lá entregando compras, ali na porta da casa dela, e ela falou assim: “ô Fulano, leva esse rapaz pra gente”. E eu nem conhecia ele direito. Aí eu falei “caramba, o negócio é sério ou é brincadeira?” Aí ele olhou pra mim... “você quer que eu leve ele?”, e ela “é leva ele pra mim. Tô falando sério com você, eu dou minha palavra”. Nem me conhecer ela me conhecia, era amiga da minha esposa.

Com Mariana e seu marido aconteceu algo semelhante. Ambos tiveram o visto negado no consulado:

Tanto eu como meu marido, pelas agências, a gente teria direito de ir no consulado pegar o visto pra gente viajar. Porque ele tinha trabalhado numa companhia muito boa, que era internacional. E nós fomos até no consulado e eles carimbaram nosso passaporte, não deram nosso direito pra gente entrar no país. Negou o visto.

Para o casal, abriram-se duas possibilidades: entrar nos EUA com o visto montado ou passar pelo México. Ela explica porque recusaram a primeira opção:

Aí eu não tive coragem nem ele teve coragem. De forma nenhuma. Uma que a gente tava usando o nome de uma pessoa, que não tinha nada a ver com a gente, que a gente nem sabia quem era. E segundo que achamos muito mais fácil enfrentar o caminho via México do que passar por uma montagem desta. Porque a gente tava errando demais em usar o visto no

nome de uma outra pessoa. O risco de ser descoberto era muito grande, e outra coisa. Se eu fosse deportada pelo México, eu ia ser deportada com o meu passaporte, com o meu nome, com tudo. E se eu fosse passar pela porta da frente com o visto montado, se eu fosse presa, eu ia voltar como uma pessoa que era de grande trambique, porque eu tava usando nome falso, e o visto e passaporte de outra pessoa.

João, outro entrevistado, também foi aos EUA em 2004, pelo México, mas nem chegou a tentar tirar o visto. Ele é um jovem que vive na região rural de Governador Valadares. Muitos membros de sua família também viveram ou vivem nos EUA, e sua experiência é marcada por situações extremas de violência. Quando o entrevistei, ele se limitava a dar respostas curtas, exigindo que eu lançasse novas perguntas para obter o relato:

- Você foi ao consulado?
- Não, fui pelo México, atravessando a fronteira mesmo.
- Você nem chegou a tentar ir ao consulado, pedir um visto?
- Não, porque eu não conseguia tirar o visto, essas coisas.
- Você já sabia que se tentasse não ia conseguir?
- Não conseguia. Aí eu fui pelo México mesmo, pela fronteira.

Douglas, 29 anos, foi em 2005. Na sua explicação não aparece a ida ao consulado. A viagem de Douglas aconteceu numa época em que a rota mexicana já estava consolidada, e o que moveu a sua decisão de partir foi retroalimentação da rede:

Eu fui porque na época o pessoal tava ganhando muito dinheiro, aqui tava muito difícil, o salário tava baixo, eu trabalhava como auxiliar de operações, no *shopping*, e aí eu tinha parentes lá tanto da parte do meu pai quanto da parte da minha mãe. Eu tinha parentes em Framingham e outros em Queens, a dez ou quinze minutos de Boston. Aí eu decidi, liguei pros meus primos, eles falaram que ajudariam eu a ir. Paguei na época o valor total de dez mil dólares, sem juros.

Um elevado número de pessoas seguiu para os EUA passando pelo México, especialmente naquela região, onde a notícia dessa rota se difundiu

e formou parte da realidade cotidiana. Além disso, as pessoas que tinham ficado aqui já tinham vários parentes vivendo nos EUA, especialmente em Boston, e esses parentes poderiam ser um ponto de apoio. Como explica Margolis (2013, p. 66 e 67):

Com o passar do tempo, os custos da migração caem porque cada migrante adicional que se junta a um fluxo migratório torna mais provável que outros venham em seguida. Em outras palavras, à medida que as redes sociais de migração amadurecem e se expandem, elas reduzem os custos pessoais e financeiros da migração, permitindo, assim, o surgimento de uma população migrante mais diversificada.

Assim, ficam demonstradas as razões pelas quais a rota do México se consolidou. Primeiro, existem as razões que movem a pessoa que decide trabalhar nos Estados Unidos, sejam elas de ordem material (necessidade econômica, demanda de força de trabalho naquele país, valorização da moeda, possibilidade de altos ganhos e de ascensão social) ou de ordem subjetiva associada à primeira (influência cultural, padrões de consumo). A negativa de outras vias para concretizar a migração levou à busca da passagem pelo México, que já era usada historicamente por mexicanos e centro-americanos.

Em segundo lugar, a consolidação de uma complexa rede de *cônsules* levou a uma padronização da travessia. Todas as viagens, a partir daí, seguiam as mesmas práticas. Por exemplo, a corrupção dos agentes de migração no aeroporto da Cidade do México aparece em todos os relatos. Acontece que a massificação e padronização da rota não se deve apenas à especialização das redes de agenciamento, mas também às redes sociais formadas entre os migrantes que já estavam nos EUA e seus laços sociais na região de Governador Valadares.

## Tipos de contrato

Em nenhum caso, seja em relação aos centro-americanos ou aos brasileiros, a definição das rotas de migração de trânsito (ou das estratégias



para entrada irregular nos EUA) é traçada de maneira autônoma e espontânea pelos próprios migrantes. A reprodução das viagens, o acúmulo de vínculos e experiências, as redes sociais com o local de destino e a troca de informações sobre o trânsito pelo México fazem com que a travessia seja totalmente planejada, e que o migrante conte com o apoio de redes especializadas em viabilizar a sua chegada ao destino. Quando me refiro às redes especializadas, falo das pessoas que têm proveito econômico direto ou indireto com a migração de trânsito, e também daquelas que desempenham seus papéis por vínculos e interesses não econômicos, até mesmo humanitários.

Em relação à rede que se profissionalizou visando à obtenção de lucro, o migrante pagaria uma quantia única a essa organização para que ela o encaminhasse em cada etapa da travessia, como descrito no exemplo seguinte:

O agenciador vale-se de inúmeras pessoas para aliciamento de emigrante. Paga-lhes, no caso de indicação, um determinado valor como recompensa (custo 1). O emigrante desloca-se até a cidade de São Paulo, de ônibus (custo 2). Hospeda-se em São Paulo por dois dias (custo 3). Embarca para a Cidade do México do Aeroporto Internacional de Guarulhos (custo 4). Hospeda-se na Cidade do México por um dia (custo 5). Segue até uma cidade de transição (custo 6), onde permanece num hotel (custo 7). É guiado por um coioate na internação nos EUA (custo 8). No lado americano, outro coioate leva-o a uma outra cidade de transição, onde o emigrante aguarda algum tempo (custo 9), para depois seguir até o destino final (custo 10). De se considerar, ainda, as despesas com alimentação (custo 11). (Congresso Nacional, 2006, p. 124 e 125).

A estimativa acima, porém, é incompleta, pois não inclui os gastos com propinas para autoridades mexicanas e com guias que acompanham os grupos no transcurso do caminho, além das despesas oscilantes para obtenção de passaporte e falsificação do visto mexicano, quando este era exigido. O contrato é verbal e pode ser feito de duas maneiras: com o agenciador brasileiro (contrato tipo “pagamento contra entrega), ou diretamente com o coioate mexicano (contrato tipo “viagem por conta própria”).

## Pagamento contra entrega

Essa modalidade foi utilizada por todas as pessoas que entrevistei, e seus detalhes foram confirmados no relatório do Congresso Nacional (2006). É um contrato garantido para as duas partes. Para o migrante, que só paga se atravessar a fronteira e chegar ao seu destino final nos EUA, e para o agenciador, que recebe bens dados em hipoteca ou tem a garantia de avalistas, os quais garantem o pagamento em caso de calote por parte do migrante. A expressão “pagamento contra entrega” é usada nas práticas comerciais, quando o comprador só se obriga a fazer o pagamento após a entrega da mercadoria.

O pagamento é feito de maneira parcelada, e um valor maior (na maior parte das vezes, metade da dívida) deve ser pago assim que o migrante chegar ao seu destino – por exemplo, 5.000 dólares. Na hora da contratação, o migrante consegue um avalista, uma pessoa no Brasil ou nos EUA que assume a responsabilidade pelo pagamento caso o contratante falhe; ou então, em vez do aval, o migrante dá uma garantia real (uma hipoteca, por exemplo) ao agenciador. O restante é pago em prestações periódicas, depois que o migrante chega ao seu destino e começa a trabalhar (ou recorre a empréstimo de terceiros) – por exemplo, 1.000 dólares por mês.

O agenciador que fica no Brasil tem, em tese, o controle de tudo o que acontece durante a viagem, e é o único a manter contato com a família do migrante na origem e no destino final. Muitas vezes, o agenciador que levou uma pessoa em determinada época conduzirá outro membro dessa família anos depois. O fato de ser o único contato constitui esse agenciador como principal responsável, aos olhos da família, quando algo imprevisto acontece na viagem.

O emigrante cai nas mãos do agenciador brasileiro, que lhe oferece um pacote de serviços *all inclusive*. Se a internação nos EUA for bem-sucedida, cabe ao emigrante honrar a promessa de pagamento. Esta modalidade, compreensivelmente, tende a ser mais onerosa para o emigrante, porquanto o agenciador assume todos os riscos do empreendimento. Além do mais, transmite ao emigrante a sensação de segurança, pois é razoável esperar

que o agenciador se esforce ao máximo para que a viagem tenha êxito. (Congresso Nacional, 2006, p. 132).

O valor desse contrato variava entre 7.500 dólares e 13.000 dólares (Congresso Nacional, 2006). Além de não exigir pagamento imediato, o agenciador ainda fornecia uma quantia (entre 500 e 1.000 dólares) para o contratante usar durante a travessia, já prevendo como certos os gastos com pagamentos de propina, bem como despesas básicas como alimentação.

A formação de grupos para viajar juntos é uma estratégia para redução de custos em favor dos agenciadores. Assim, são reduzidos custos com a colocação de muitas pessoas num veículo ou num mesmo quarto de hotel, por exemplo, ou contratando um só guia para acompanhar todo o grupo.

### Viagem por conta própria

Nessa forma de contrato, o migrante dispensa a intermediação do agenciador e negocia diretamente (ou por meio de algum familiar nos EUA) com um coioote mexicano. Assim, há uma redução considerável nos custos da viagem. O próprio migrante compra a passagem para a Cidade do México e assume os meios para viajar até lá, e a rede começa a atuar apenas na chegada àquele aeroporto. “O mais comum, neste caso, é que o emigrante tenha a informação privilegiada de um amigo que já passou por essa experiência ou que reside nos EUA. Assim, esta pessoa funciona como elo entre o coioote mexicano e o emigrante” (Congresso Nacional, 2006, p. 144).

Segundo o Congresso Nacional (2006), muitas pessoas disseram que viajaram por conta própria até o México e lá procuraram algum contato, previamente indicado, para auxiliar na travessia. Não se pode descartar a possibilidade de que parte desses depoentes tenha feito tal declaração para resguardar o agenciador no Brasil. Por exemplo, um de meus entrevistados, que possuía um histórico de violência e trauma, não parecia muito confortável com a entrevista. Evitava dar detalhes e, para encurtar o relato, repetia seguidamente: “Foi, passei atravessando a fronteira”. Por outro lado, é razoável considerar que, “depois de anos de fluxo emigratório, as

informações sobre os coiotes mexicanos circulem nas regiões com tradição emigrantista, ou que amigos já residentes nos EUA indiquem pessoas para auxílio na travessia” (Congresso Nacional, 2006, p. 147 e 148).

## Embarque em São Paulo

A primeira movimentação da rota era o transporte do grupo até a cidade de São Paulo. Os migrantes ficavam num hotel nesta cidade, até o dia em que partiriam do aeroporto de Guarulhos para a Cidade do México. Um membro da rede era responsável por buscar os migrantes na rodoviária e levá-los a um hotel, para em seguida levá-los ao aeroporto. Uma rede de facilitação da emigração indocumentada foi formada por policiais federais e funcionários da Receita Federal e de companhias aéreas no aeroporto de Guarulhos (Congresso Nacional, 2006). Essa rede foi objeto da Operação Canaã, da Polícia Federal, a qual, em setembro de 2005, partiu para o cumprimento de sessenta mandados de busca e cinquenta mandados de prisão, tendo como centro o aeroporto de Guarulhos. A divisão de trabalhos na rede obedecia ao seguinte esquema (*Expresso da Notícia*, 2005) :

A investigação teve mais de 60 alvos e concluiu que o esquema montado pelo grupo, para enviar pessoas ilegalmente à Europa, México e Estados Unidos, tinha características de organização criminosa. Cada membro da quadrilha possuía uma função definida:

1) agenciadores: responsáveis por encontrar interessados em imigrar com documentos falsos, sejam estrangeiros ou brasileiros, para a Europa ou os EUA; 2) falsificadores: responsáveis por falsificar ou adulterar documentos de viagem para os pretensos imigrantes; 3) intermediadores: geralmente despachantes ou agentes de viagem que pagam a funcionários de companhias aéreas para que os mesmos facilitem e promovam o check-in dos clientes da organização, além de corromperem policiais federais que trabalham no aeroporto de Guarulhos; 4) funcionários de Companhias Aéreas: recebem vantagem ilícita para permitir o embarque de pessoas aliciadas pelo bando; 5) policiais federais: são pagos para facilitar o embarque de pessoas indicadas pela quadrilha.

Por intermédio da Polícia Federal ou das companhias aéreas, a rede promovia a apresentação de vistos falsos ou outras facilidades para a viagem à Cidade do México, permitindo até mesmo o embarque de pessoas com problemas com a Justiça. As datas dos embarques, necessariamente, deveriam coincidir com a escala de trabalho dos agentes federais envolvidos na rede: “Para que o esquema desse certo, a viagem deveria ocorrer em dias determinados da semana” (Congresso Nacional, 2006, p. 198).

O fato de haver dias específicos para o embarque explica porque as pessoas que chegavam a São Paulo eram levadas para um hotel e aguardavam de um a quatro dias para o embarque, enquanto lá mesmo os grupos eram formados, com migrantes vindos de várias partes do país, em diferentes dias. Além disso, o embarque deveria levar em conta o dia e o horário de chegada no aeroporto da Cidade do México, onde também havia escalas de funcionários públicos que permitiriam a passagem dos migrantes (ou que cobriam sua parte, mesmo quando era permitido entrar no país sem visto).

## Aeroporto da Cidade do México

No período de auge do trânsito de brasileiros pelo México para entrar irregularmente nos EUA (entre 2002 e 2005), a autoridade migratória mexicana impediu a entrada no seu território de milhares de brasileiros, os quais não apresentavam o “perfil migratório requerido”, conforme afirmou o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez Bautista. O secretário relatou que, em 2002, foram barrados 2.192 brasileiros; em 2003, quando o México começou a aplicar o acordo de isenção de visto, houve 4.822 impedimentos; em 2004, esse número subiu para 32.000; e em 2005, 49.000 brasileiros teriam sido impedidos de entrar no México.

Esses dados contrastam com a estatística do Instituto Nacional de Migração (INM), a qual apontava que, em 2003, 3.976 brasileiros tiveram entrada negada pela autoridade migratória mexicana; em 2004, 4.822; e em 2005, 9.611 (Congresso Nacional, 2006, p. 103). De qualquer maneira, são números elevados, demonstrando uma deliberação da autoridade migrató-

ria mexicana para dificultar, controlar ou impedir a entrada de brasileiros, justificando a existência de uma rede destinada a fazer o contrário (permitir a entrada sob certas condições).

A corrupção por parte de agentes públicos no aeroporto da Cidade do México foi fato recorrente nas minhas entrevistas e no relatório do Congresso Nacional (2006, p. 171): “Já no aeroporto da capital mexicana os emigrantes são divididos entre os operadores de cada rota, obedecida a preferência do ‘acompanhante’ brasileiro responsável pela condução do grupo”. Mesmo no período em que não se exigia o visto, esses agentes identificavam os migrantes quando desciam do avião e os levavam para uma sala, onde eram tratados de maneira dura e negociava-se o pagamento de uma propina para que pudessem ser liberados. Como me relatou Romeu, migrante retornado residente em Governador Valadares:

Porque todo mundo voava pra Cidade do México. E a corrupção era muito grande no aeroporto. Nossa Senhora, era um balcão mesmo. Você chegava lá, o camarada escolhia: “Você, você e você”, fazia a fila, e levava pra lá e cada um tinha que dar 200, 300, 500 dólares... Os próprios policiais!

Um declarante da CPMI que confessou ter atuado como agenciador informou como procedia, mostrando uma lista de funcionários do governo mexicano que recebiam os nomes dos migrantes que deveriam ser separados:

Aí já onde é a minha parte. Eu sou o responsável. Eu já tiro *fax* com a foto de todo mundo dos passaportes e eu envio para um amigo meu que trabalha no aeroporto na Cidade do México. Então, eu falo para ele, confirmo com ele que dia e que hora vamos chegar, o voo, e ele já fica nos aguardando. (Congresso Nacional, 2006, p. 127).

Questionado sobre o valor que cada migrante deveria pagar a esses funcionários, respondeu: “Quando não tinha, quando não era necessário visto mexicano, nós pagávamos 500 dólares. Mas como agora nós estamos saindo com visto, nós pagamos 1.500 dólares, por pessoa.”

Outro declarante, proprietário de uma agência de turismo, confirmou:

- Porque os caras cobram um dinheiro para subir até a... ir até a descida, porque na Cidade do México você não desce sem pagar a descida.
- [Senador] No aeroporto.
- No aeroporto. Vocês pagam lá...
- [Senador] Exige...
- Não é que exige. O cara fala “você não vai descer”. Eu vi isso pessoalmente agora quando eu fui.
- [Senador] Você fala da Imigração mexicana.
- Na Imigração mexicana...
- [Senador] ...É delito.
- É a imigração mexicana que cobra.
- [Senador] Não deixa passar no aeroporto.
- No aeroporto. Eu vi pessoalmente. Quando eu cheguei lá...  
(Congresso Nacional, 2006, p. 128)

Fernando, em sua entrevista, explicou-me o que sucedeu na sua chegada ao aeroporto da Cidade do México, em 2004, dando mais detalhes sobre o procedimento dos agentes mexicanos:

Aí eu desci lá no aeroporto do México, eles colocaram a gente numa fila separada assim, e aquele grupo passou lá naquele lugar, com mais um punhado de gente. Aí eles me separaram e mais umas pessoas, pra uma salinha lá e ficou conversando umas palavras lá que eu não entendia muito, sabe. Mas aí no fundo eu vi que ele tava querendo é dinheiro. É uma corrupção lascada, os federais de lá... Então eles estavam também um pouco nervosos. Não sabiam quem era eu, e tal. Aí pegou assim o dinheiro [fazendo gesto de bater o dinheiro na mão]:

–La plata, la plata, quiero la plata.

Aí que eu saquei. E eu falei assim, até fui áspero com um deles:

– Que situação é essa, tá querendo dinheiro para entrar no seu país sem visto?

Aí ele ficou nervoso, disse assim:

– Vou te prender, te deporto...

Aí eu tirei 100 dólares do bolso, dei pra ele, aí ele começou a rir. Mandou a gente passar, nem carimbo no meu passaporte ele deu. Não tive carimbo de entrada no México, depois que eu fui ver.

[Eles separaram vocês, será que já sabiam que vocês estavam querendo ir pros EUA?] Não sei como, mas eles sabem, eles sabem.

Esse relato mostra que não havia um valor fixo a ser pago aos funcionários do aeroporto. Outros entrevistados também mencionaram essa faixa de negociação. Douglas relatou:

Cada um leva 1.000 dólares. Se a polícia do México no aeroporto não te pegar, você vai todo com ele, mas pegaram uns dois colegas meus. Eles não ficaram com nada, no caso, eu que fiquei com os 1.000 dólares, eu não fui pego pela Imigração do México. [...]

O negócio deles é dizer que você é imigrante. Eles já te levam pra uma salinha, e já começam a perguntar quem é que tá te levando, cadê o dinheiro, onde tá, e você fala que não tem, eles falam “onde tá, onde tá” senão vão te prender. Aí você vai e mostra o dinheiro e eles deixam você passar, te liberam.

E Mariana, por sua vez, afirmou:

Quando a gente chega no México que a gente desce do avião, ali vem aquele desespero, aquela vontade de voltar pra trás, no primeiro *check-in* que você faz, porque no primeiro *check-in* as pessoas já perguntam, os policiais já sabem o seu nome, sabem que você está chegando, eles perguntam quantos mil que você está com ele no bolso, eles não acreditam só na palavra da gente, a gente tem que tirar o dinheiro e mostrar pra eles. Ali você já tem que deixar com eles um pouco de dinheiro. Aí você vai pra Polícia Federal, é a mesma forma. Eles já sabem também o seu nome, ali você tem que deixar mais um pouco de dinheiro com eles.

Quando o grupo saía da área internacional do aeroporto, a viagem poderia prosseguir de duas maneiras. Se o grupo estivesse viajando em companhia de um membro da rede, este tomava todas as providências para o embarque em algum veículo na saída do aeroporto, Outras vezes, o grupo, estando ou não acompanhado, era recebido por alguém no aeroporto que portava uma placa ou sinal visual informado com antecedência pelo agenciador no Brasil.

Douglas conta que seu grupo viajou acompanhado:



Aí de lá já tem um brasileiro te esperando... que no meu caso ele já foi daqui com nós. Ele é cidadão mexicano, mas ele é brasileiro. Aí eu passei, ele passou normal também, e ficou esperando lá. Nós ficamos esperando os meninos saírem.

Fernando, por sua vez, relata que viajou com seu grupo sem o acompanhamento de um guia. Era o único que falava um pouco de inglês e acabou liderando o grupo:

Eu me lembro que tinha uma pessoa esperando na saída do aeroporto, mais perto do lado de fora, na recepção onde já não tem mais nada de nada, o cara falou que era para eu ver uma plaquinha escrito “Real”. Então aquela plaquinha seria o nosso guia. Aí assim aconteceu, depois que eu dei 100 dólares lá, aí chegou lá fora assim eu vi a placa, um senhor mexicano fazendo assim com a placa, mostrando pro ar. Aí eu peguei e falei “ó galera, é lá”. Aí a gente foi lá e ele saiu com a gente de lá num táxi.

Esse tipo de relato se repete nos depoimentos da CPMI da Emigração. No desembarque, uma pessoa portava uma placa com alguma frase em português – utilizando palavras como “chapéu”, “cobra”, “Real” ou outros códigos acertados desde a partida, no Brasil –, apresentando sinais visuais (por exemplo, “usando boné azul”). Essa pessoa embarcava o grupo em um táxi, que então fazia a viagem rumo ao norte do país até chegar a uma casa de segurança próxima à fronteira.

A forma de transporte para o norte variou nos diversos relatos. Alguns migrantes mencionaram que foram por via terrestre, no próprio táxi fretado no aeroporto; outros seguiram para uma casa de segurança na Cidade do México, regressando depois ao aeroporto para embarcar em um voo até a região fronteira. A parada na Cidade do México atendia a critérios de formação de grupos para seguir viagem, já que nem todos os migrantes chegavam ao aeroporto no mesmo dia e horário.

## Rumo ao norte

Ao sair da Cidade do México, a rota seguida pelos migrantes variava de acordo com o ponto onde a fronteira com os EUA seria cruzada. Esse

ponto, por sua vez, variava em função da cidade de destino nos EUA, como explica Casillas Ramírez (2008) no caso dos migrantes centro-americanos.

O relatório do Congresso Nacional (2006) fala das “rotas texanas” e das “rotas arizonenses”, referindo-se, no primeiro caso, aos caminhos que cruzam o Rio Bravo e entram no estado do Texas; no segundo caso, aludem às rotas que cruzam a porção ocidental da fronteira, definida por linhas retas que cortam regiões desérticas. Há extensões da fronteira divididas com muros, e outras, por cadeias de montanhas; há também os pontos de passagem em veículos ou seguindo a pé. Curiosamente, o relatório é omissivo em relação aos pontos de travessia correspondentes à Califórnia, onde há toda uma particularidade na passagem fronteiriça entre Tijuana e San Diego.

As rotas texanas foram as mais usadas entre os deportados entrevistados pelas delegações parlamentares e também pelos meus entrevistados:

Fica claro que o Texas é, de fato, a região preferida pelos emigrantes brasileiros. E por razões óbvias. Primeiro, pelo fato de que a fronteira texana está mais próxima da Cidade do México do que a faixa sudoeste (Califórnia, Arizona e Novo México). Os emigrantes teriam, assim, de percorrer um trecho consideravelmente menor. Segundo, porque a costa leste dos Estados Unidos, como veremos adiante, constitui o principal destino dos brasileiros, razão pela qual o Texas se apresenta como porta geográfica privilegiada. (Congresso Nacional, 2006, p. 170).

As razões apontadas são as mesmas constatadas por vários pesquisadores que estudam a migração indocumentada de centro-americanos. A entrada pelo Texas corresponde à chamada Rota do Golfo, pois passa margeando a costa leste, pelo chamado Golfo do México. De fato, é o caminho mais curto para se cruzar esse país de sul a norte, além de ser o mais conveniente para os que se dirigem ao nordeste dos EUA, onde reside o maior número de brasileiros.

Uma vez desembarcados na Cidade do México, os migrantes tomavam um ônibus ou van até a cidade de Monterrey, que funcionava como entreposto. Vale destacar que Monterrey é a principal metrópole do

norte, considerada o centro financeiro do país – onde se concentram grandes grupos privados de indústria e finanças–, e é também uma das bases principais do crime organizado. Dali, os grupos poderiam partir por quatro diferentes caminhos, dependendo do ponto de travessia escolhido pela rede. Nessa definição, também se levava em conta a superlotação dos centros de detenção do lado dos EUA, pois este era um fator que facilitava a passagem dos migrantes, conforme o chamado “procedimento cai-cai”.

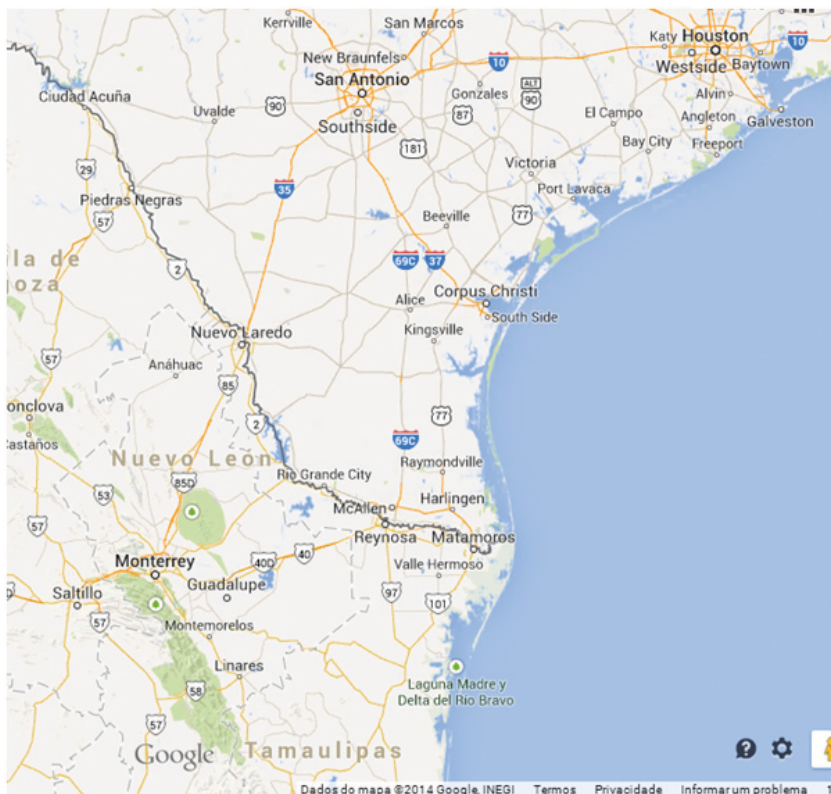
As informações seguintes podem conter impropriedades geográficas, pois as transcrevo tais como foram dadas por declarantes ao Congresso Nacional (2006). Dois desses pontos (Piedras Negras e Nuevo Laredo) cruzavam com a cidade de Laredo, nos EUA, para seguir até San Antonio e Houston, onde os migrantes eram repartidos para seu destino final. Os outros dois pontos (Reynosa e Matamoros) levavam à cidade de McAllen, de onde seguiam para Corpus Christi e Houston.

O Mapa 2 dá uma dimensão desses trechos. Mostra a cidade de Monterrey, os quatro pontos de travessia (Piedras Negras, Nuevo Laredo, Reynosa e Matamoros) e as primeiras paradas nos EUA (Corpus Christi, San Antonio e Houston):

Se as rotas texanas possuem a cidade de Monterrey como entreposto, nas rotas arizonenses é a cidade de Hermosillo, no estado de Sonora, que cumpre essa função, depois que os migrantes passaram pela cidade turística de Mazatlán.

Portanto, para os que exploram as rotas arizonenses, Hermosillo é uma parada quase obrigatória, ainda que os emigrantes passem por outra cidade mexicana antes de atravessar a fronteira. O deslocamento da Cidade do México para Hermosillos [sic] ocorre normalmente de ônibus ou van, passando pela cidade de Mazatlán, onde param para manutenção, limpeza e abastecimento dos veículos. Todo o trecho consome aproximadamente trinta e duas horas. (Congresso Nacional, 2006, p. 174).

Mapa 2 – Pontos de travessia e primeiras paradas nos EUA



Fonte: Google Maps.

Sete rotas partiam de Hermosillo até um ponto de fronteira para seguir com destino a Phoenix, nos EUA, de onde os migrantes eram distribuídos para seus destinos finais. Esses pontos de fronteira eram: Mexicali/El Centro; Nogales/Nogales; Naco/Bisbee; Caborra/Bisbee; Sonoyta/Bisbee; Agua Prieta/Douglas; Ciudad Juárez/El Paso.

O Mapa 3 ilustra essa parte da fronteira e aponta algumas das localidades citadas. Mostra a cidade-entroncamento de partida, Hermosillo, no

México, e a cidade-entroncamento de destino, Phoenix. O mapa também mostra algumas cidades de fronteira mencionadas nas rotas, como Mexicali, Nogales, Douglas e Ciudad Juárez:

Mapa 3 – Entrepósitos de partida e destino



Fonte: Google Maps

Está claro que essa definição das rotas é importante para dar uma dimensão aproximada do caminho percorrido pelos brasileiros, mas não constitui, de fato, um “atlas” da migração irregular, como o relatório aponta, pois não está isenta de erros e incongruências. Por exemplo, nas rotas texanas, não me pareceu razoável, ou compreensível, seguir de Piedras Negras até Laredo, se Laredo é a cidade que faz fronteira com Nuevo Laredo e está a aproximadamente 200 quilômetros de distância de Piedras Negras.

Coisas igualmente incompreensíveis acontecem nas rotas arizonenses: a cidade mexicana de Sonoyta está a 389 quilômetros de Bisbee, não fazendo nenhum sentido a rota indicada; a passagem Ciudad Juarez/El Paso leva ao estado do Texas e poderia estar incluída nas rotas texanas; a cidade de Caborra está erroneamente escrita, podendo referir-se à cidade de Caborca, no estado mexicano de Sonora. Há que se considerar que essas rotas foram informadas oralmente, em depoimentos à CPMI, com a possibilidade de que os declarantes tenham levado a comissão a erro.

Além disso, esses detalhes das rotas devem ser tomados de maneira exemplificativa – ou seja, para ajudar na construção do cenário – e não de maneira fixa, exata e definitiva, pois a flutuação e a oscilação são características próprias das rotas de migração indocumentada, já que as redes adaptam constantemente a travessia para escapar aos mecanismos estatais de controle (Casillas Ramírez, 2008).

Ao focar os sofrimentos e as privações que sofreram durante a viagem, meus entrevistados se referiram muito às condições das casas de segurança ou hospedagens próximas à fronteira. Alguns afirmam que foram enganados pelos agenciadores, os quais prometiam uma viagem relativamente tranquila. Como relata Mariana:

Chegando no hotel, eles já sabiam nosso nome, já sabiam que todas as quatro pessoas iam para ali. E a gente não sabia. A gente nem sabia que ia pra hotel, se era pra casa, ou se a gente ia ficar no mato mesmo, e tudo... aí a gente dormiu no quarto do hotel. A gente era doze pessoas nesse quarto, era um quarto bem grande. Tinha pessoas no chão, tinha pessoas deitadas na cama mesmo, normal, e não deu pra gente café, a gente não teve alimentação nesse hotel. Aí quando na faixa de meio-dia, a gente teve fome, a gente veio na portaria do hotel, passando por dentro, pra perguntar se não tinha direito de pelo menos um café. Aí quando a gente chegou lá os guardas do hotel foram correndo no quarto, mandou a gente entrar no quarto, fechar a porta, porque naquele momento a gente tinha que retirar dali rápido, porque nós não podíamos ter saído lá fora, que a gente saiu lá fora, e ele é da Imigração.

O grupo, então, foi transferido para outra casa, em condições piores. O relato de Mariana sobre o ambiente desse local foi bem detalhado:

Aí eles tiraram a gente depressa dali do hotel, a gente saiu com menos de cinco minutos, e fomos para uma casa que era bem pequena, não tinha banheiro, não tinha água, não tinha nada. Era coberta com lona. Era um lugar que não existia quase adorno nenhum perto, lugar assim, humilde. Aí era uma criança, que levava comida pra gente e levava água pra gente. Banho não existia. Nós ficamos dezoito pessoas dentro dessa casa quatro dias. [Vocês foram transportados do hotel para essa casa como?]

Em uma caminhonete, na carroceria, com capô. Não sabia aonde estava indo. Aí a gente ficou naquela casa, no maior desespero. Tinha muita roupa naquela casa, sabia que alguém tinha passado lá e tinha deixado, bolsa... muita coisa naquela casa. Eu lembro que nessa casa existia um colchão, no chão, a gente deitava atravessado no colchão, aquelas pessoas dava pra por pelo menos a cabeça no colchão, o corpo ficava no chão, só a cabeça que a gente apoiava no colchão.

[E o chão era de cimento?]

Não, de barro mesmo. É uma coisa de louco, a gente não sabe se a gente vai amanhecer com picada de cobra, com bicho perigoso. Aí, se for contar as pessoas que escreveram seu nome na casa, lá deve ter mais ou menos quinze mil assinaturas. As paredes não têm mais aonde escrever. É nessa casinha que a bolsa, e tudo da gente fica nela. Aí a gente conseguiu achar um cano de água, a gente conseguiu quebrar ele, e com um isqueiro a gente conseguiu fazer uma boca no cano, enlarguecer ele e encaixar um ao outro. Aí cortamos o galão que vinha com leite, fizemos uma vasilha, e a gente pegava a água e jogava um ao outro pra tomar banho. Pra se molhar, porque não tinha mais nada. Até naquele momento ainda a gente tinha roupa, tinha sabonete, o pente de pentear o cabelo.

[E esse banho, era todo mundo junto, ou tinha um jeito de ficar reservado?]

Não, a gente fazia assim, tinha a toalha, eu ficava segurando pras mulheres tomar banho, depois elas seguravam pra mim tomar meu banho, porque uma tinha que ficar jogando a água na outra também. Os homens que estavam ali deitavam de barriga pra baixo, tampava o rosto pra lá, você podia até trocar de roupa junto com eles também que não tinha problema. Eles tinham o maior respeito pela gente. Ali eles queriam mais é que um ajudasse ao outro. Muito choro. Muito choro mesmo. As pessoas choram desesperadas. E não só mulher, homem chora mais do que as mulheres, porque, no caso, meu marido me via passando por aquela situação, ele me via chorando, ele chorava gritado. Porque ele tinha medo que algo fosse acontecer com a gente. E não tinha mais condições de voltar.

O grupo, que então contava com dezoito pessoas, permaneceu numa situação extrema, não só pelas condições materiais, mas, especialmente, pela tensão de não saber o que iria acontecer no minuto seguinte, e pelo fato de

não se poder voltar atrás e desistir da viagem. As condições da casa eram atemorizantes. O risco de sofrer uma picada de cobra, ou mesmo uma ação humana violenta, mantinha os migrantes em constante tensão, que fica mais evidente quando Mariana relata os choros desesperados, tanto dos homens quanto das mulheres. Ainda assim, o relato ressalta o sentimento de cooperação e solidariedade entre o grupo.

Essa mesma casa era usada constantemente para o mesmo objetivo, por isso havia roupas e bolsas de outras pessoas que haviam passado por ali, assim como marcações de nomes na parede. Depois de quatro dias, Mariana e seu grupo foram retirados daquela casa e levados para outra, distante do Rio Bravo apenas trinta minutos de caminhada a pé. O que impressiona, agora, é o relato sobre o uso generalizado de drogas pelos habitantes da casa, e, outra vez, a vontade de desistir da viagem:

Aí depois de quatro dias eles tiraram nós de lá, a gente saiu todo mundo deitado dentro do carro, um amontoado em cima do outro, e foi pra fronteira. Nessa caminhonete a gente já não era mais pouca gente, a gente já era dezoito pessoas. Chegamos na fronteira, e ficou numa casa de mexicanos, era muita droga, droga demais, lá tinha muito brasileiro, tinha de vários países, eram pessoas também que iam passar para o outro país. Eu cheguei a falar que nós brasileiros não aguentava aquele cheiro, de muita droga, que no Brasil muito poucas pessoas, que nós mulher, não aguentava aquilo, pedindo que ajudasse nós, por favor, aí a pessoa deixou as crianças e entrou pro quarto, foi se drogar, e a gente, dormimos dezoito pessoas num quarto só, e um vigiando o outro. Aí naquele momento bate na gente aquele desespero. Às vezes muitas pessoas pensam que o fanatismo do brasileiro, do imigrante, de outros países, atravessar pros Estados Unidos, é até chegar lá, não é não. A gente tem vontade de ir sim, mas quando você chega no México, aquela vontade acaba. E não adianta mais. Porque mesmo que você queira voltar para o Brasil, você quer se entregar para a Imigração, eles não deixam mais. Aí é um caminho sem saída. Ali é só Deus mesmo e mais nada.

Douglas, ao partir da Cidade do México, viajou 16 horas em carreta até chegar a uma casa onde ficou por 31 dias, casa mantida por uma senhora que inicialmente não queria recebê-los, até que concordou. Ali viviam ela,



o esposo (o coioote brasileiro que os havia buscado no aeroporto), 2 filhos e a sogra.

O grupo de migrantes era formado por 8 homens e 2 mulheres. Durante 12 dias, tiveram refeições regulares, mas a partir daí ficaram sem água, comendo apenas queijo *cheddar* e biscoitos que algumas pessoas tinham levado, até que Douglas fez amizade com o dono da casa e este passou a dar-lhes cachorro-quente e a permitir que usassem o celular. Certo dia, o grupo decidiu desistir da travessia, mas, ao saber que as condições estavam favoráveis para cruzar o rio, já que as cadeias do lado estadunidense da fronteira estavam lotadas, optou por seguir em frente.

Fernando relatou que não enfrentou condições difíceis na casa particular onde seu grupo ficou. Não aconteceu nenhum fato violento, apenas o medo, que era constante e decorrente do próprio caráter clandestino da viagem. “Dava para ver que eles mesmo estavam apreensivos, que tinha o perigo da polícia federal de lá poderia suspeitar desse negócio”, afirmou. Ele ficou numa casa de dois andares por dezoito dias, com outros vinte migrantes, todos brasileiros. Tiveram boa alimentação e foi permitido a eles fazer ligações para o Brasil – “por isso que eu falo que foi tranquilo o meu esquema”, comentou.

Mas, depois de quinze dias na casa, Fernando relata que houve um incidente do lado de fora. Um dos grupos de migrantes que tinha acabado de sair no meio da noite para cruzar a fronteira teria sido atacado, possivelmente por traficantes de pessoas, e teve de voltar para a casa em desespero. Em choque, eles contaram o que tinha acontecido, e a partir desse dia a situação de tensão aumentou:

Aí lá pro dia quinze que eu estava lá, eu acordei com um alvoroço, o sol nem tinha saído ainda eu fiquei sabendo que um grupo voltou, era um punhado de mulher chorando, falando que deram tiro, “ainda bem que não matou”, “atiraram perto da gente”. Eu fiquei sabendo que eram traficantes. Eu acho que a intenção desses traficantes era pegar os imigrantes pra cobrar, mas foi a única coisa que eu vi lá, e foi muito feia, as senhoras lá chorando, nos prantos, e um cara falando, que saíram ali no meio do mato, escuro, e sentiu um cara colocar a arma assim na cabeça dele assim ó, ele

pulou dentro da água e o cara atirou lá, ele mergulhou lá e conseguiu sair. Aí eu pensei, tô perdido agora... agora eu tô ferrado... Aí eles ficaram com mais cautela.

Além de relatarem com frequência que a viagem não transcorre da maneira como prometem os agenciadores no Brasil (devido à precariedade das hospedagens e da alimentação, à maneira de atravessar o deserto e o rio, bem como ao risco de prisão), há relatos de grupos de migrantes que foram abandonados pelos coiotes e ficaram à deriva (Congresso Nacional, 2006). Diante disso, vários dos meus entrevistados falaram em desistir da viagem ou se entregar às autoridades policiais para serem deportados. Isso era dito aos coiotes em tom de advertência, para que eles cuidassem devidamente das pessoas, pois o fato de um migrante se entregar à autoridade para ser deportado pesava contra a rede de agenciamento.

### Cruzar o Rio Bravo

Para os brasileiros, cruzar o rio é um dos momentos mais sofridos. Os migrantes são informados de que não podem levar bagagens (apenas um número reduzido de roupas, que vão no próprio corpo ou numa pequena sacola de plástico) somente quando partem para a margem do rio, de madrugada. E os guias que acompanham o grupo na travessia são crianças e jovens, os quais recebem pagamentos mínimos. Ou seja, os coiotes adultos apenas levam o grupo até a margem e, do outro lado, outros buscam os migrantes. Como relata Mariana:

Então a gente foi pra fronteira no outro dia de madrugada, saiu três horas da manhã, andamos trinta minutos a pé, chegamos na beira de um rio, eles não falaram que a gente tinha que atravessar sem roupa, aí o rio batia assim, quase no pescoço da gente. A gente atravessou o rio só de calcinha e sutiã, e com a roupa e o passaporte dentro de uma sacola na cabeça, porque a gente não estava mais com bolsa, já tinha largado a bolsa na casa, a mala com todas as coisas de viagem tem que deixar pra trás. Roupas de frio, roupa íntima, calça, blusa, ali você não pode levar mais nada, você só pode sair com a roupa do seu corpo. Aí a gente atravessou esse rio, andamos mais um

pouco, atravessamos outro rio. Passamos numa fazenda que tinha muito algodão, a gente passou nela, atravessamos uma lagoa, depois a gente caiu numa fazenda que tinha vários cachorros muito bravos. Aí as crianças que atravessou nós, eram crianças de dez até quatorze anos, mais ou menos, mexicanos.

Fernando relata que algo parecido sucedeu com seu grupo. Porém, ao chegar ao rio, não conseguiram atravessar e voltaram para trás, alojando-se numa casa precária nas proximidades:

Lá para o dia dezoito, na faixa das dez horas da manhã, eles falaram “agora vai o grupo do Fulano”, que era o nosso grupo. “Então vamos”. Colocou a gente numa picape. Saiu dirigindo pelas ruas lá até chegar na zona periférica, e a gente ficou andando em torno de uns lugares lá perto deste rio. Foi mais ou menos quarenta minutos de carro. Nós saímos da caminhonete dele, aí já veio uma outra pessoa. Engraçado que já funcionava o telefone de rádio, né. Eu nem sabia o que era aquilo. Prrrr Prrr conversando com quem tava do outro lado, dos EUA. Aí, naquele dia não deu certo. A gente andou, circulamos nuns lugar assim pra ver, olhar, lá dentro do México mesmo. Eu acho que não deu certo de chegar até no rio. Porque devia estar bem patrulhado naquele dia. Aí a gente voltou e ficou por ali mesmo num lugar ali mais perto, porque eles já tinham um esquema por ali, perto do rio. Mas era um casebre muito ruim. Fedendo. Tipo, pior do que aquelas favelas da Rocinha lá. Bem ruim. Toldo, assim, sabe, não tinha teto nem nada, negócio de toldo... Aí a gente passou a noite lá e quando foi de madrugada, o cara já chegou igual um louco... “Não sei o que lá, não sei o que lá”. O dia tava amanhecendo quase. “Vamo, vamo, vamo”, aquela bagunça. Eu falei assim eu acho que vai ser hoje. Aí o dia amanheceu, ele colocou a gente na caminhonete deles de novo. Foi aí que eu vi o rio. Ele chegou com a gente até na margem do rio. Pediu a gente para arrumar dez dólares para comprar uma boia, porque a boia tava um pouco murcha. Aí a gente com medo de tirar dinheiro do bolso, alguma coisa assim né, acontecer alguma coisa ali mesmo, aí a gente falou assim, “não, o dinheiro da gente tá pouco, a gente não tem, não tem condição de você conversar com seu chefe, se virar com o que você tem aí não? Atravessar a gente... Porque eu sei nadar, esse rapaz sabe nadar, aquele outro sabe. Só quem não sabe é essa menina

aqui e aquela outra ali, que tá grávida”. Tinha uma menina grávida de três meses lá. Aí ele falou assim “então tá bom”. Aí ele sumiu lá e voltou com a boia remendada, e comunicando sempre com o outro cara da fronteira. Aí na faixa de onze e pouco da manhã, a gente entrou dentro d’água, todo mundo. Aí eu fui nadando, segurando uma boia, mais ou menos uns vinte a trinta metros de largura. Pra mim que era acostumado com água eu não estranhei não. Vi que não tinha correnteza nem nada. As meninas que não sabiam nadar eles arrumaram uma boia que ela poderia deitar na boia. Tadinha, ela falou assim, “eu vou deitar aqui, eu vou endurecer como se eu fosse morto, porque eu nunca pisei na água mais do que a cintura e não sei nada de nadar”. Aí ela fez isso, endureceu os pés assim, endureceu as mãos, fechou o olho, deitada lá na boia, toda molhada. E falou assim, “seja o que Deus quiser”. Foi até chegar lá. Eu tive que bater nela, falar assim, “ei, a gente já chegou” e ela “aahn, já chegou? já chegou?”... Espantada assim... meu Deus! Essa menina tava com medo mesmo. Aí eu falei com ela que já tinha chegado, que ela poderia colocar o pé pra sair, a água tava na cintura, aí a gente saiu lá tinha uns capins altos na beira do rio, a gente entrou pro meio de uns capins assim, pra ninguém ver, o cara sempre comunicando com o outro. Dali eu e meu grupo já começamos a andar.

Aqui, Fernando – que disse ter ficado antes, por dezoito dias, numa casa relativamente confortável – fala de uma nova casa, extremamente precária, onde passaram a noite antes de cruzar o rio. Esta se aproxima mais do tipo de casa onde Mariana ficou por quatro dias. Por isso, há que se relativizar o relato de Fernando, quando ele afirma não ter tido problemas em sua viagem.

Douglas, por sua vez, afirma que não teve grandes problemas, nem na casa onde se hospedou nas proximidades da fronteira, nem na travessia do rio:

Aí quando nós fomos pro rio, os coiotes já tavam lá também, pra fazer a travessia. Já tinha um voltando, porque ele atravessou pra ver se tinha polícia, e voltou, aí pôs nós na boia [...] Nesse ponto a travessia foi tranquila. Nós passamos pelo rio, o rio era bem fundo, eu não sei nadar, o outro rapaz também não sabia nadar, aí eles atravessaram nós, depois que atravessou ele mandou nós correr até uma determinada área.

O relato de Douglas é importante para desfazer estereótipos sobre a travessia da fronteira, que podem levar a uma percepção unívoca sobre os que são os coiotes e as respectivas redes de agenciamento e condução da viagem.

Os três entrevistados – Douglas, Fernando e Mariana – demonstraram que tinham grande capacidade de se auto orientar durante os sucessivos fatos da viagem. Ainda que declarem ter sofrido privações, deram a entender que permaneceram firmes todo o tempo e todos pareceram exercer alguma liderança sobre o grupo. As condições de viagem variam, porém, de acordo com a conformação do grupo. Douglas, o que relata menos dificuldades, viajava num grupo menor (oito homens e duas mulheres). Além disso, ao viajar, ele era mais jovem que Fernando e Mariana. Estes seguiram em grupos maiores e havia um peso maior diante da responsabilidade com o restante do grupo, principalmente no caso de Mariana, que viajou com o esposo e pessoas que dependiam dela, até mesmo no aspecto físico; ela relata que havia no grupo uma jovem fisicamente debilitada, a qual precisava de apoio para caminhar.

Além disso, o relato de Mariana tem mais sensibilidade, mais riqueza de aspectos subjetivos, o que tem relação com os diferentes modos como homens e mulheres percebem sua condição na rota migratória. Em uma das conversas que tive com a pesquisadora Devani Tomaz Domingues, em Governador Valadares, ela me chamou a atenção para essas diferentes maneiras de enfrentar a travessia; homens e mulheres sofrem a violência de maneiras particulares e representam suas experiências, também, de modo diferente. De maneira geral e simbólica, segundo essa pesquisadora, “os homens falam do que viram, as mulheres falam do que viveram”.

## EUA – emoção e decepção

Depois de cruzar o rio, os migrantes adentram o território estadunidense. Os relatos são de grande emoção: chegar ao “outro lado” representa a vitória da travessia. Os migrantes sabem que já estão em solo estadunidense quando veem uma “luz” – eles se referem, na realidade, às luzes do aglomerado urbano mais próximo. Significa que saíram da região de controle

fronteiriço militarizado e alcançaram um ponto em que podem se considerar definitivamente dentro de território estadunidense. Mas o conteúdo desse relato também tem forte carga simbólica: na narrativa mística, a luz na escuridão representa o triunfo, a recompensa, a dádiva.

Reforçando o caráter contraditório que Sayad (1998) atribui à experiência migratória como *elghorba* (luzes e escuridão, felicidade e frustração, fuga e ilusão), Mariana mostra que a sensação de êxito após cruzar a fronteira é uma ilusão:

Quando a gente sai da fronteira do México, e atravessa o rio, eles dão um grito “já estamos dentro dos Estados Unidos”. Aquilo vem aquela alegria na gente, porque a gente pensa assim, atravessou, chegamos nos Estados Unidos, então pronto acabaram os problemas. Mas não. Mas ali tá faltando mais umas cem horas pra você chegar no local que você precisa chegar. Então isso aconteceu quando ele mostrou as luzes pra gente, e falou assim, “tá vendo aquelas luzes lá, aquilo ali já é os Estados Unidos”. Todo mundo sorriu e falou “Graças a Deus”. Mas nada daquilo. Era sim, era Estados Unidos mesmo, né, já era o outro lado, mas aonde nós tinha que chegar ainda faltava muito chão.

Ao chegar à outra margem do rio, os migrantes têm de andar, correr ou rastejar por trechos de mato alto e plantações, até chegar a uma estrada onde são recolhidos por algum veículo, que os leva para um hotel ou segue diretamente, em longa viagem, para a cidade de destino. Ao relatar como era o cotidiano dos imigrantes brasileiros em Danbury, Connecticut, Romeu relata a situação em que seu irmão chegou à cidade, depois de cruzar a fronteira:

Em Danbury, tinha dois pontos lá que eram restaurantes brasileiros, em que uns coiotes chegavam nas vãs e descarregavam essas pessoas lá. Quando a pessoa atravessava, já dava o endereço: “me deixa lá no Mourão”, “me deixa lá no Banana Brasil”. Então todos os dias passavam duas ou três vãs, em cada um desses lugares e desembarcavam os imigrantes. Então assim, todo dia tinha gente nova. E chegavam de todo jeito que você pensasse. Tinha gente que chegava todo urinado, era uma cena assim, dramática. Meu irmão por exemplo chegou assim. Ele chegou lá com uma calça transformada em bermuda, uma bota de mulher, cada uma desse tamanho assim...

Em território estadunidense, também há violência, corrupção de autoridades e sofrimento. É quando os migrantes têm, muitas vezes, de lidar com a patrulha fronteira, os agentes de imigração daquele país, os centros de detenção de migrantes. Mariana faz questão de dizer e mostrar que a corrupção das autoridades e os bandos criminosos não se restringem ao México.

Isso fica sempre assim, entre as fronteiras, porque sempre as pessoas acham que a fronteira do México é a pior. Não. Tanto é perigoso na fronteira do México quanto na fronteira dos Estados Unidos pro outro lado. Perigo que corre de um lado corre do outro também. Parece que é até assim, coligado um ao outro. Parece que já é tudo combinado, nada sem o outro saber.

Em outro momento da entrevista, ela reafirma:

Aí quando você pensa que terminou, que saiu da violência, porque eles falam que o México é que é violento, e você cai na violência na fronteira, do lado dos Estados Unidos. Aí a violência e o perigo é muito mais ainda do que você pensa. Porque aí vem aquela coisa de medo, porque você está lidando com pessoas desconhecidas, pessoas que estão ali se drogando, fazendo as coisas erradas na sua frente, e você não pode fazer nada, e assim vai.

Fernando foi preso já do outro lado, após passar ileso por todos os riscos da travessia. Depois de cruzar o rio, o grupo foi recolhido por carros na estrada e levado para um hotel, ainda muito próximo à fronteira, onde tiveram suas roupas lavadas e o grupo de coiotes foi trocado. Ali, Fernando recebeu “uma carta desse negócio de fronteira, uma carta lá, em inglês”, e foi encaminhado até um ônibus para seguir viagem, sabendo que passaria numa nova barreira de controle fronteira, onde deveria apresentar a tal carta:

Aí, o ônibus estacionou lá num canto, um cara da Imigração entrou dentro do ônibus, veio pedindo papel, papel, papel, chegou na minha vez eu peguei e dei a carta pra ele. Aí ele pegou a minha carta, ficou olhando, com ela na mão, foi até lá na traseira do ônibus, olhar os papéis das pessoas, aí quando voltou em mim de novo ele falou, fez assim: “vem cá”. Mas eu fui instruído a não falar nenhuma palavra em inglês. Não falar que eu falava,

ou entendia. Aí ele fez assim com o dedo [gesto de chamar uma pessoa]: “come on”, “me siga, me siga”. Aí desceu do ônibus, ele ficou na frente na lateral do ônibus assim com a mão na PT assim. Aí eu desci, ele foi me acompanhando, de lado assim, deixando uns 2, 3 metros de distância, com a mão na PT sempre, e a gente atravessou o asfalto e do outro lado era o setor de Imigração, uma casa lá. Aí ele entrou com a gente lá dentro da casa e eu fiquei lá onze horas, num frio! Eles deixam o ar muito frio. Tremendo o dia inteiro, Nosso Pai!

Aí eles checaram, minha vida inteira, lógico né, olhando no computador, sempre me pedindo passaporte, e o meu passaporte tava debaixo da palmilha do tênis que eu levei, falaram que não desse passaporte para ninguém. Não mostra pra ninguém, não fala que você tá, e assim nem não fizeram revista nem nada né... Foi a sorte também, se tivessem mandado eu tirar o sapato, e abrisse a palmilha, ver que tinha o passaporte lá. Eu acho que eles queriam passaporte só pra identificar se é aquela pessoa mesmo que tá falando que era. Aí eu fiquei lá onze horas, eles investigando minha vida... mudava de cela, colocava com umas pessoas ali, depois que ficava ali duas horas, me colocava em outra cela... cheio de mexicano lá. Aí tirando foto né, digital, essas coisas todas. Os dez dedos da digital. Aí eu acho que pela foto, pela digital, por eu ser brasileiro, falando que sou brasileiro, eles não acreditavam muito, mas nessas onze horas devem ter checado nesse negócio de criminalidade né, e devem ter entrado em *site* aqui do Brasil e viram que eu realmente era cidadão brasileiro.

Então ele foi chamado para uma entrevista particular com um agente da Imigração, com quem teve um longo diálogo, marcado pela surpresa e por uma nova situação contraditória, na qual a frustração anda junto com o êxito e aparece o elemento da dádiva:

Aí no final das 11 horas, isso já era mais ou menos 22h40 da noite, ou mais, aí veio um oficial hispano, falando quase português, comigo, me tirou da cela, mandou eu seguir ele, me levou para uma salinha, ficou em pé na salinha, pediu que eu sentasse, e ficou com o papel na mão e falou assim: – O papel que eles te deram é falso, eu gostaria de saber quem é que te deu esse papel, queria que você me desse nomes, blá blá blá...



– Como que eu vou te dar nome, se eu nem vi a pessoa? Eles não agem assim desse jeito não, dando nome, dando cara, eu só lidei com terceira, quarta pessoa, o cara mesmo eu nunca vi na minha vida.

–É, eu sei como que é. E você sofreu alguma coisa?

– Não... sofri nada não, graças a Deus tudo bem, cheguei aqui bem.

– Onde é que você ficou lá no México?

– Como é que eu vou falar pra você? Nunca fui no México. Fiquei numa casa num lugar que eu não sei onde que é, nem saía da casa direito.

–É, eu sei, você não conhece, como que você vai falar. Tá certo. Quais são as suas intenções?

– Vim aqui pra trabalhar, ver se eu consigo alguma coisa na minha vida, e pagar as dívidas que eu deixei pra trás.

– Você deixou muita dívida?

–Deixei, muita dívida.

– Mas, que tipo de dívida que é?

– Dívida de cheque, de banco.

Aí ele me perguntou – outra bobeira que eu dei na minha vida, quando ele me perguntou isso.

– Essa dívida, se você voltar, eles vão te matar?

– Não, porque é dívida de banco essas coisas assim, não é... – e eu deveria ter falado: “Se eu voltar eles vão me matar”. Eles teriam começado um asilo político naquele momento. Porque o cara tava comigo assim numa boa, muito educado. E eu dei essa segunda bobeira na minha vida, não ter exposto pra ele a real situação do negócio. Se eu voltasse, teriam me matado, com certeza.

[E era isso mesmo? Se você voltasse...]

Com certeza! É muito difícil eles perdoarem. Se bem que seriam só os 1.400 dólares, no caso. Talvez tentariam até me mandar de volta, mas no caso eu poderia ter falado com ele né. Além dessas tinha outras dívidas também, pessoal. Aí eu falei com ele desse jeito “não, não é questão de morte não”. Ele já perguntou sabendo que é coitado que me mandou, então se eu voltasse ele iria querer o dinheiro dele de volta. Mas aí ele falou:

– Tudo bem então, vou deixar você entrar nos Estados Unidos, você vai pagar sua dívida... – Aí eu comecei a chorar de emoção.

– Porque você tá chorando, você tá passando mal?

— Não eu tô muito emocionado, porque realmente eu vou atravessar, você vai poder me deixar.

— Nessa carta que eu tô te dando eu vou te dar 3 meses pra você ficar na América. Aí ao final desses 3 meses você comparece numa corte, munido com esses advogados que estão aqui ó, tem três advogados carimbados aqui, aí você procura um deles e comparece na corte, pra dar início ao seu processo de legalização.

Aí eu falei assim, ali eu fui sincero com ele mesmo, sabe, ali eu já não tava ligando pra mais nada. Eu falei assim:

— É o seguinte, eu não vou na corte — falei com ele, dentro da delegacia. Ele olhou pra mim assim espantado, falou assim:

— Como assim você não vai na corte? Você tem que obedecer, eu tô te dando um papel, você tem que obedecer, como é que você não vai na corte?

— Eu não vou na corte, como é que você pode me garantir que se eu for na corte, eles não vão me prender e não vão me deportar? Você me garante que isso não vai acontecer? Que se eu for lá nesse prazo de 3 meses, certo?

— Não, isso eu não posso te garantir não.

— Então, então eu não vou.

— Mas você tem que ir!

— Eu não vou, eu tô falando com o senhor, porque eu não vou! Não vou mesmo, você pode colocar aí, que eu não vou. E esse endereço que tá aqui ó, eu não vou ficar lá não, esse é um endereço aleatório.

—É, você não vai pra esse endereço não?

— Eu não, vou pra esse endereço não. Pra vocês me acharem lá? Eu vou é ficar nos Estados Unidos pra lá e pra cá ó, até eu pagar minha dívida de verdade.

E ele ficou assim, sem saber, não sabia o que fazia comigo, porque eu tava desobedecendo ele, aí por fim ele viu que não tinha jeito e falou “Vai embora, toma seu papel, vai embora”, colocou dentro de um envelope. “Vai para aquela porta lá”. Aí fui lá pra porta, e já tinha um carro deles lá, com grade, me colocou dentro dessa viatura, e eu fiquei lá esperando aí veio as outras 2 pessoas, o rapaz e a menina, entrou lá dentro também, já tinham acabado de liberar eles. E o cara dirigiu pra dentro dos Estados Unidos lá, e deixou a gente lá num ponto de ônibus. E na verdade o ônibus que ia passar, porque são vários ônibus que passam né... era o que tava no esquema pra gente, um

ônibus da Greyhound. Quando esse ônibus chegou a gente sabia que era o que a gente tinha de pegar.

Não cabe ao pesquisador julgar as informações dadas pelo sujeito ou desconfiar de sua veracidade. O que cabe é interpretar sua narrativa, levando em conta o contexto do momento e do local em que ela foi apresentada, bem como o caráter que o narrador dá a ela, de maneira inconsciente. Na narrativa acima, Fernando precisa reproduzir os diálogos que teve com o agente da Imigração, e, ao fazê-lo, carrega o relato com elementos que servem para dar dignidade à integralidade da sua experiência migratória. E, com tudo isso, a narrativa não deixa de ser verdadeira.

Em uma primeira vista, pode parecer pouco crível que um agente de imigração, em vez de deportar Fernando, o tenha liberado graciosamente e ainda lhe dado uma garantia para ficar três meses no país. Mas era exatamente isso que acontecia, ainda que não fosse graciosamente. Aquilo que Fernando representa como uma dádiva – o que é real desde a sua perspectiva – era o procedimento normal da autoridade migratória. Isso está explicado em Margolis (2013), no relatório do Congresso Nacional (2006) e no livro de relatos informais de Almeida (2010).

Diferentemente dos mexicanos, os brasileiros detidos na fronteira não podiam ser deportados de volta para o México, deviam ser encaminhados para o Brasil. Como o fretamento de um voo para o Brasil não era rápido e dependia de conversações diplomáticas com a autoridade brasileira, os brasileiros detidos teriam de ficar presos, aguardando a deportação ou uma audiência com a Justiça especializada em migração (chamada na linguagem coloquial de “corte”).

Com a intensidade diária dos fluxos irregulares na fronteira, os centros de detenção de migrantes logo ficavam lotados, restando à autoridade migratória a opção de liberar os brasileiros, sob condição de comparecer à corte numa data determinada, aproximadamente três meses depois. Nesse período, os migrantes ficavam em situação regular, ou seja, não podiam ser molestados pelos agentes de migração, nem ser deportados. Algo aparentemente negativo (ser detido pela Imigração) se converte em positivo (ter uma garantia de

permanência por um prazo razoável e relativamente suficiente para chegar ao seu lugar de destino, estabelecer-se num emprego e/ou ocultar-se da autoridade migratória). Por isso, a carta intimando para a audiência na corte é chamada, pelos migrantes e agenciadores, de “diploma” ou “salvo-conduto”. Como diz Margolis (2013, p. 88): “Mesmo antes de deixarem suas casas, os brasileiros sabem que se forem parados na fronteira EUA-México não irão para a cadeia, mas receberão liberdade provisória”.

Jonathan, entrevistado por Almeida (2010), relata a conversa que teve com seu agenciador, no momento em que acabava de contratar a viagem e de colocar a casa em hipoteca, em favor deste:

Durante a viagem ele disse que quando eu chegasse à fronteira receberia o diploma. O diploma é o documento dado pela Imigração para que eu comparecesse perante o juiz no fórum, após ser preso e liberado pelos agentes da patrulha de fronteira. Disse também que eu seria preso e liberado porque isso tudo era uma tática dos “Coiotes” porque os presídios na América estavam lotados, e não podiam receber mais ninguém.

Assim como Fernando, que já declarou que não compareceria à corte no prazo determinado, os demais migrantes tampouco o faziam. Como explica Margolis (2013, p. 88): “Dos 2.500 brasileiros detidos no Texas em abril de 2005, 2.400 foram soltos com a promessa de comparecerem a uma audiência judicial mais tarde; quase 90% deixaram de aparecer e permaneceram nos EUA de maneira ilegal”.

Com o intenso fluxo de brasileiros, sobretudo entre os anos de 2003 e 2005, a rede de agenciamento utilizou o procedimento que chamava de “cai-cai”. Romeu explica esse procedimento:

De 2000 até 2005, criaram um sistema lá chamado “cai-cai”. É o seguinte: formavam-se grandes grupos de pessoas para fazer a travessia, sendo que o pelotão da frente os coiotes já preparavam para entregar aos policiais americanos do outro lado da fronteira. Com isso, eles preenchiam as vagas nas penitenciárias, e atrás um pelotão muito maior que passava. Então o que que eles faziam... eles identificavam essas pessoas, cadastravam, e davam tipo um salvo-conduto pra eles. Marcavam uma corte pra daí a três, quatro,

cinco meses. E daí eles liberavam. Então, até o período deles comparecerem à corte, eles tavam legais, não eram incomodados pela Imigração. Só que essas pessoas, claro, ninguém foi à corte. Ninguém compareceu lá, porque sabia que se fosse à corte ia ser deportado. [...] Como o volume de gente era muito grande, levava cem, duzentos toda semana, se ficasse dois, três, cinco preso lá e retornasse, eles entravam em outro grupo novamente e iam de novo até entrar.

Esse procedimento foi vastamente constatado pelo Congresso Nacional (2006). Vários deportados declararam ter se entregado, após cruzar a fronteira, porque receberam a informação de que os que se entregassem voluntariamente seriam beneficiados; não só receberiam a autorização de entrada nos EUA, como também a permissão para trabalhar. Não existia nada disso, o que havia era a intimação para comparecimento à corte, cujos efeitos práticos, isso sim, seriam equivalentes a ter autorização para ficar e procurar trabalho. Mas o procedimento “cai-cai” era um jogo de sorte que dependia de as prisões estarem lotadas, como explica um membro da rede de agenciamento (Congresso Nacional, 2006, p. 158):

Então acontece o seguinte. O primeiro presídio, o que é que estava acontecendo? O presídio estava lotado. Lotado, lotado, lotado. Lotadíssimo, entendeu? Então, o que acontece? Os próprios “coiotes” estavam pegando as pessoas e entregando para a imigração. Entregando. Por quê? Porque a imigração ia pegar eles, ia levar para um centro de imigração, fazer uma ficha deles, ia pegar o telefone e ligar lá no presídio para saber: “Tem vaga? Não. Não tem vaga? Não.” Aí ele fazia: “Você, você, você e você vai pra onde? Ah, vou pra Massachusetts”. Ele segurava o passaporte, preenchia uma ficha e dava seis meses pra ele ficar legal nos Estados Unidos. Depois de seis meses ele teria que se apresentar a uma corte em Nova York. Então, fizeram muito tempo isso. Mas acontece que isso era uma loteria, porque ao mesmo tempo em que estava chegando gente, a imigração lá estava deportando pro Brasil. Então ele ligava pro presídio e falava: “Tem vaga? Ah, surgiu cinco vagas”. Ele falava: “Você, você, você, você e você vai pro presídio”. Uma loteria.

Era uma loteria já prevista pelos coiotes. Pela dimensão dos recursos movimentados, em razão do número enorme de brasileiros fazendo a viagem, os agenciadores no Brasil reuniam um capital de giro suficiente para garantir aos que fossem deportados por essa via que viajassem novamente, por conta do próprio agenciador.

Esse procedimento coloca os agentes de imigração dos EUA como participantes da rede que viabiliza a migração. Sem esse procedimento, a travessia não se daria da mesma forma e dimensão. Essa participação fica explícita na consciência de Mariana, que afirma seguidamente “eu passei só com policiais”, assegurando que a violência do lado estadunidense é pior que do lado mexicano. Ou quando, ao falar da interligação das redes no México e nos EUA: “Parece que é até assim, coligado um ao outro. Parece que já é tudo combinado, nada sem o outro saber”.

Confirmando a percepção de Mariana, o Congresso Nacional (2006) recebeu vários relatos de maus-tratos dentro dos centros de detenção de migrantes dos EUA, onde faltam condições mínimas de higiene, não há atendimentos médicos e as pessoas passam fome, sede e frio. Sem cobertores e colchões, os migrantes dormem no chão frio, em salas com aparelhos de ar condicionado premeditadamente ligados para abaixar a temperatura. Há muitas humilhações morais, como os longos períodos em que os presos são forçados a permanecer juntos, sem roupas e com os braços para cima. Os depoimentos relatam tortura física e psicológica, além de corrupção (Congresso Nacional, 2006).

### CPMI da Emigração e a migração como desvio

Há pouquíssimas fontes que mostram um retrato consistente da migração de trânsito de brasileiros pelo México, especialmente em face do caráter clandestino desses processos. As muitas matérias jornalísticas, em geral, noticiam fatos isolados que não permitem uma análise integral e relacional do fenômeno. Nessas condições, o relatório da CPMI da Emigração constitui uma fonte substancial, especialmente se confrontado com as minhas percepções nas atividades de campo, tanto no México como no Brasil, e com as entrevistas que realizei. Porém, o relatório e a própria atividade dessa CPMI são passíveis de crítica, se observados parâmetros básicos dos estudos das migrações internacionais.

Conforme reforça Edilma Desiderio (2008, p. 18, tradução nossa):

Embora seja um documento muito extenso, que tenta contextualizar a migração no Brasil, articula de forma não muito lógica esse problema com outros temas como a vitimização do migrante, a cidadania, os direitos humanos e a legislação penal, além de outras complexidades gerais e particulares do Brasil [...]

Assim, os trabalhos da comissão, segundo essa autora (2008, p. 19, tradução nossa), tinham um matiz de vitimização, por um lado, e de politização, por outro, apresentando o funcionamento das redes de condução de migrantes sem uma análise mais profunda:

Na análise do documento verifica-se, frequentemente, a ideia de apresentar o migrante brasileiro como vítima em potencial; um discurso ausente de uma análise mais profunda, mais vigilante em matéria de mostrar a realidade que está além da facticidade enfrentada pelos “irmãos” que entram de forma migratória irregular, vinculados a redes de condução e contrabando a serviço do comércio migratório internacional.

Quando fala numa tendência de politização dos trabalhos da comissão, a autora se refere à sujeição da análise e do conteúdo aos interesses imediatos dos atores políticos envolvidos, de maneira a querer formular um discurso de salvamento desses brasileiros que seriam vítimas das redes de condução, excluindo a visão do próprio migrante como sujeito tomando decisões dentro de uma estrutura social.

As comissões parlamentares de inquérito estão previstas no artigo 58, parágrafo 3.º, da Constituição Federal e são criadas para apuração de fatos determinados, na qual se confere aos parlamentares delas integrantes poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Suas conclusões, se for o caso, são encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

Acontece que a própria criação dessas comissões, que necessita do requerimento de pelo menos um terço dos membros da Casa respectiva (Câmara dos Deputados, Senado ou ambos, quando se tratar de comissão mista), está

circunscrita a acordos políticos entre os partidos que exercitam seu jogo de forças no parlamento. Por conseguinte, durante o desenvolvimento dos trabalhos e mesmo após sua conclusão, os resultados de uma CPI normalmente não vão além das estratégias de disputa política entre os referidos grupos.

Uma CPI, portanto, tende a ser muito mais um instrumento de mobilização político-social em torno de um determinado tema, dificilmente atingindo a finalidade de um órgão judicial, que é, mediante os instrumentos e princípios do processo penal, chegar à produção de provas para atestar a materialidade de autoria de um delito, responsabilizando assim o seu agente. Ainda que, por outro lado, a CPI não substitua o trabalho dos órgãos judiciais, permitindo que essa persecução penal seja feita pela via ordinária antes, durante e depois dos trabalhos parlamentares, é fato que os resultados anunciados por uma CPI são, em geral, superestimados, maculados que estão pela pressão para que apresente uma resposta rápida e que possa ser sintetizada num discurso político positivo.

No caso dessa CPMI, o contexto que determinou sua criação foi o clamor levantado em 2005, devido ao número exorbitante de brasileiros presos pela autoridade de migração dos EUA, o que provocou uma série de diálogos diplomáticos entre os três países (Brasil, México e EUA) e uma certa mobilização social diante dos fatos que chegavam ao conhecimento da sociedade. De maneira mais específica, a CPMI estava em pleno funcionamento quando o México decidiu suspender o acordo de isenção de vistos, decisão que, como o próprio relatório informa, já estava sendo negociado com a diplomacia brasileira desde antes. Então, a CPMI pode ser vista, sob um aspecto específico, como um elemento para legitimar essa decisão, bem como outras atitudes diplomáticas e operações policiais em curso na época.

O objetivo central declarado pela comissão – “Apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior” (Congresso Nacional, 2006, p. 1) – demonstra isso, assim como o primeiro parágrafo da justificativa do requerimento para convocação da CPMI (Congresso Nacional, 2006, p. 6):



A emigração ilegal para o exterior vem sendo feita com suporte em crimes como aliciamento, divulgação enganosa, tráfico de pessoas e de menores, falsificação e adulteração de documentos, falsificação e adulteração de passaportes.

Essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deverá apurar todos esses crimes e outros delitos penais e civis conexos com essas aventuras lamentáveis, prometidas a brasileiros, em sua maioria, mal informados e, por isso, presas fáceis daqueles que exploram o tráfico de pessoas.

Fica evidenciado o tom predominantemente criminalístico dado aos trabalhos da CPMI, deixando em segundo plano a abordagem das migrações internacionais em suas amplas dimensões e considerações de caráter sociológico, jurídico e econômico. Isso explica a sede da CPMI em encontrar os “*enganchadores*” (Desiderio, 2008), os aliciadores de emigrantes, e atribuir-lhes a responsabilidade pelo fenômeno, neutralizando assim outros aspectos, como os fatores da realidade socioeconômica brasileira que condicionam a necessidade de emigrar e os fatores individuais que levam uma pessoa a tomar essa decisão.

A própria arrolagem das migrações internacionais indocumentadas sob o signo do chamado tráfico de pessoas reafirma esse tom criminalístico. Essa é, aliás, uma tendência perceptível em muitas discussões e eventos que tratam do tema, envolvendo instituições estatais e acadêmicas que classificam todos os fluxos internacionais de pessoas – feitos (supostamente) à margem da regulação estatal – como tráfico de pessoas. Goiânia sediou, em maio de 2012, um Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o qual, em que pese a diversidade e a qualidade dos palestrantes, claramente incorporava esse discurso. Muitos outros eventos têm abordado o tráfico de pessoas, que em 2014 também foi tema da Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): Fraternidade e Tráfico Humano.

Muitos políticos, em vários momentos, assumem campanhas contra o tráfico de pessoas, que não deixa de ser um fenômeno disseminado e repugnante à consciência humana. Porém, muito pouco, relativamente, tem-se falado sobre as condições objetivas e subjetivas que levam as pessoas a mu-

dar de país para trabalhar, enfrentando uma situação migratória irregular. Essas migrações, embora irregulares, não podem ser vistas sob o signo do delito, mas sim como um ato digno de quem procura mudar de uma situação aparentemente desfavorável para outra aparentemente favorável, no sentido de assegurar os meios de sobrevivência. Os movimentos de apoio aos migrantes e os próprios atores estatais têm respondido e defendido que o migrante que sai de sua terra para trabalhar no exterior não está cometendo um crime, mas sim um ato de dignidade.

Fernando, um de meus entrevistados, chegou a ser surpreendido pela polícia enquanto dirigia sem carteira de motorista. Quando lhe perguntei se achava que migrar é um crime, ele respondeu que não. Crime seria algo específico que pode ocorrer na vida do migrante, como no caso dele, em relação a dirigir sem carteira:

É, na lei dos homens, sim. Eu tava burlando a lei. Crime é o que eu fiz, dirigir no estado da Flórida sem carteira. Agora, falar assim, que eu era criminoso, não. Até lá eles falam, que não é criminoso, que as pessoas vêm pra tentar a vida, trabalhar, não tem nada a ver. Inclusive eles não prendem no setor dos criminosos, onde levam os ilegais. Ilegal não é criminoso. Mas em questão de lei eu tava extrapolando a lei do país, com certeza.

Mariana, por sua vez, expõe de maneira profunda e consciente, explicando, com palavras simples, toda a profundidade que tem a dimensão da mobilidade humana, bem como o direito que todas as pessoas deveriam ter de transitar em um país sem impedimentos. Mesmo sem uma elaboração formal e acadêmica, sua explicação é altamente reflexiva e baseada nos princípios do transnacionalismo, da cidadania universal e da reciprocidade. Com base em sua experiência pessoal e familiar direta com a migração, ela expõe o que significa, ou deveria significar, a livre mobilidade, expressando um repúdio às situações de violência na passagem pelo México:

Porque eu acho assim, quando nós tinha que passar pelo México, igual as pessoas falam, “entraram clandestino”, “passaram ilegal pelo México”, não. Eu nunca coloquei isso na minha cabeça. Eu nunca... tive vergonha de passar pelo México, porque no México nós brasileiros não entramos clan-

destinos. Porque até que prove, eu acho que nós podemos entrar no México a hora que for, que nós precisar, tanto eles também podem entrar no nosso país. Nós precisamos também. Nós precisamos que eles dá mais, vigia mais as fronteiras, tira essas coisas que está acontecendo, esses fatos tristes né, das fronteiras, que tá uma coisa horrorosa, e acaba com essa bobeira de falar que nós estamos entrando no México ilegal. Não, não e não, porque nós não precisamos de visto pra entrar no México. Agora, o que tá acontecendo entre o México e Estados Unidos, é que o caminho que tem o pessoal passar para os Estados Unidos é pelo México. Então eles têm de resolver isto, da melhor forma possível, é com os presidentes dos nossos países, dando direito das pessoas entrar nos países, com visto. Igual, se nós precisa do nosso visto pra entrar nos Estados Unidos, nós não ganha. Mas enquanto os americanos só vai lá e compra a passagem, e pega ali o passaporte deles e coloca na caixinha de correio, com a passagem e manda pro consulado brasileiro, e o visto deles vai na casa deles. E nós brasileiros não temos esse direito.

A migração indocumentada não pode ser vista dentro dos limites estreitos da criminalística, daí a crítica ao enfoque que a CPMI da Emigração dá aos crimes supostamente cometidos em processos de emigração clandestina e indocumentada, fazendo um jogo de criminalização dos agentes das redes de agenciadores e coíotes e, ao mesmo tempo, de vitimização dos migrantes.

## Massacre e política migratória

Este capítulo trata do massacre de 72 migrantes no México e suas implicações nas análises desenvolvidas até aqui, apresentando o significado da migração indocumentada no contexto das migrações internacionais contemporâneas e observando, de maneira empírica e transcendente, o trânsito de migrantes pelo México e a migração indocumentada de brasileiros para os EUA. Equacionada a questão da violência simbólica, associada à decisão de emigrar num quadro estrutural em que fatores se complementam na sociedade de origem e na de destino, esse massacre mostra a relação de determinação recíproca entre a política migratória e a violência contra migrantes, entre autoridade estatal e crime organizado.

O fato coloca em destaque dois temas que já se achavam interligados na realidade mexicana: de um lado, o problema da violência, do crime organizado e do funcionamento do Estado; de outro, o problema dos migrantes indocumentados, essa quantidade enorme de trabalhadores que deixam seus países numa lógica transnacional de exploração da força de trabalho. Assim, este capítulo abordará de maneira mais completa duas questões já lançadas — o vínculo existente entre a política migratória e a violência, bem como o paradoxo da política migratória, em que a migração indocumentada é repelida e, ao mesmo tempo, desejada.

O massacre de San Fernando coloca em cena as questões fundamentais deste livro, que aqui expresso com as palavras da tia de um dos migrantes brasileiros mortos nesse episódio:

Eles não tinha esse direito, e nós não muitas pessoas, e está ainda, porque todo mundo está muito machucado com isto. Porque, depois disso aí, no mesmo setor, eles mataram mais cento e tantas pessoas. Como que tá essas famílias? Passando o mesmo que nós estamos passando. É um país desorganizado? Não sei. Isso tem que acabar. Porque eu acho assim, começar. Começar das autoridades, quando a gente chega no México. Começar deles. Deixar de ser lesado pelos próprios... comandantes. Que é o que acontece com uma pessoa quando acaba de chegar no México.

Por que esses migrantes foram assassinados? Considerando que a política migratória dos Estados visa conter os fluxos de migrantes indocumentados, e que os migrantes foram assassinados, no entender da vítima, devido a sua condição de indocumentados, por que, então, eles não foram detidos e deportados? Um migrante que decide viajar de maneira irregular para os EUA deve considerar que enfrenta um risco maior que a frustração de ser detido e deportado? E como isso acontece? De que maneira o Estado está implicado em um massacre supostamente levado a cabo pelo crime organizado? Estas questões ainda são levantadas pelos familiares das vítimas, e é a partir delas que discutirei a relação entre violência e política migratória.

## O massacre de San Fernando

No dia 23 de agosto de 2010 foram encontrados 72 corpos de pessoas executadas na municipalidade de San Fernando, estado de Tamaulipas, no nordeste do México, a 140 quilômetros de Matamoros (cidade mexicana que faz fronteira com Brownsville, Texas, EUA) e a 629 quilômetros de Monterrey, o centro financeiro e industrial do México, cuja região metropolitana possui 4.150.000 habitantes.

O massacre causou comoção nacional – e teve repercussão internacional – devido à brutalidade, ao número de mortos e ao fato de serem todos

estrangeiros e migrantes, que passavam pelo México para chegar aos Estados Unidos e ali trabalhar. O secretário técnico do Gabinete de Segurança Nacional, Alejandro Poiré Romero, pronunciou-se no dia 25 de agosto, afirmando que “este é um acontecimento extremamente grave, absolutamente revoltante e que exige a condenação unânime de toda a sociedade e de todas as autoridades” (Procuraduría..., 2010, tradução nossa).

O equatoriano Luis Fredy Lala Pomavilla estava no grupo de migrantes sequestrados no dia 21 agosto de 2010. No dia 23, quando os sequestradores tentaram matar todos, ele, tendo recebido uma bala no pescoço, fingiu-se de morto e conseguiu fugir do local, um galpão descoberto situado às margens de uma rodovia, no Ejido Huizachal, 24 quilômetros a leste-nordeste de San Fernando. Conseguiu andar por volta de 10 quilômetros, até chegar a um posto da Marinha e noticiar os fatos.

Quando os militares chegaram ao local, houve confrontos com os supostos sequestradores, ocasião em que foram mortos 3 destes e um oficial. Um menor de idade, de nacionalidade mexicana, foi detido e posteriormente identificado pelos sobreviventes como participante no sequestro. No galpão estavam os corpos dos 72 migrantes – 58 homens e 14 mulheres. Uma semana depois, no dia 30 de agosto, a Marinha encontrou 5 corpos – 3 homens e 2 mulheres – numa rodovia do mesmo estado de Tamaulipas, após receber uma ligação que apontava tais pessoas como supostos responsáveis pelo massacre.

Freddy Lala informou que, além dele, outras três pessoas teriam sobrevivido ao escapar do cativeiro: uma mulher grávida e sua filha, das quais não menciona a nacionalidade, e um hondurenho. Quanto às primeiras, afirma: “Havia uma mulher grávida de uns nove meses, com uma menina, mas não a mataram. Não sei pra onde ela foi levada” (Jardim, 2010). Já o hondurenho fugiu junto com Freddy, escondendo-se na mata: “Ele se escondeu e não conseguiram vê-lo. A casa estava cheia de mato, ele se meteu no mato e se salvou” (Jardim, 2010). Num primeiro momento, os dois teriam saído juntos: “O amigo se separou de mim pensando que eu ia morrer e foi me deixando para trás” (Jardim, 2010). As autoridades mexicanas, equatorianas e hondurenhas continuaram falando do sobrevivente

hondurenho, cuja identidade foi mantida em sigilo, mas não se pronunciaram sobre a existência e o paradeiro da mulher grávida e sua filha.

Os 77 migrantes viajavam nas carrocerias de caminhões quando foram abordados pelos sequestradores, os quais rodearam esses caminhões com 3 carros e os levaram ao galpão, onde foram amarrados em grupos de 4 pessoas e assim passaram a noite anterior à execução:

Depois nos colocaram de bruços e depois como... escutei um barulho de tiros... eu pensei que atiravam por aí ao lado, porém não. Escutei que atiraram em meus amigos, e logo chegou atirando em mim... atirou em mim e matou todos os outros. Acabaram de atirar e foram embora, mataram todos. (Lala Pomavilla, 2010, tradução nossa).

Todas as vítimas foram executadas com o mesmo procedimento: tendo os braços amarrados por baixo de uma das pernas e os olhos vendados. Os autores dispararam rajadas com armas de grosso calibre e, depois, um tiro de misericórdia em cada uma das vítimas.

Quem promoveu esse massacre, e por quais razões? Estas são perguntas fundamentais para o entendimento dos fatos, porém permanecem sem respostas e, por isso, o massacre de San Fernando continua a provocar violações aos direitos fundamentais das vítimas e de toda a sociedade. Uma resposta preliminar foi dada a partir do testemunho de Freddy: os autores desse massacre teriam sido membros do grupo criminoso Los Zetas, e a razão seria porque os migrantes se recusaram a trabalhar para eles. Como disse o jovem a uma jornalista, quando ainda estava hospitalizado e em estado de choque (Lala Pomavilla, 2010, tradução nossa):

– Não nos pediram nada. Nada, somente falaram “você quer trabalhar conosco?”. E ninguém quis trabalhar com eles.

[Ah, pediam que vocês trabalhassem com eles?]

– Sim, só isso, não nos falou mais nada.

Ao silêncio dos sequestradores seguiu-se o silêncio das autoridades mexicanas, ao não dar respostas conclusivas sobre a autoria e as razões do massacre. O processo que se sucedeu foi complexo e polêmico, pois, con-

forme declararam o relator especial da ONU sobre execuções extrajudiciais (Fundación..., 2013) e a CNDH do México, o Estado mexicano falhou nas investigações do caso e nos procedimentos criminalísticos, incluindo a identificação e repatriação dos corpos.

A notícia correu o mundo, eram muito fortes as imagens das dezenas de corpos amarrados e enfileirados. Pouco a pouco, conforme os familiares se mobilizavam para ter informações, muitas vítimas foram identificadas. A 4.000 quilômetros do local do crime, nas pequenas cidades de Santa Efigênia e Sardoá, os familiares de Juliard Aires Fernandes, 19 anos, e Hermínio Cardoso dos Santos, 24, esperavam apreensivos pelas ligações deles, dizendo que a viagem tinha dado certo e já haviam cruzado a fronteira (aliás, já haviam transcorrido 21 dias desde sua partida, tempo além do previsto para a duração da viagem).

Uma tia de Juliard encontrava-se em Belo Horizonte quando soube do massacre pela televisão e reconheceu as roupas do sobrinho em um dos corpos:

A gente viu passando no Jornal Nacional que teve esse massacre de 72 pessoas. Eu abri a internet no dia 25, e reconheci o Juliard... morto. Amarrado. Tentando passar os braços pelas pernas. Eu achei porque eu conhecia muito a roupa que ele estava com ela. Ele estava com uma camisa preta e uma calça jeans. E a camisa era de malha, sabe. E também pelo cabelo dele, cortado baixinho, e... família não se nega né... então, no meio daquele tanto de gente ali, eu consegui achar o meu sobrinho. E já também entrei em contato. Eles falaram que existia uma pessoa que era brasileiro mas não tinha assinatura brasileira. Eu vi passar umas 2 ou 3 vezes na televisão. Aí foi onde a gente acabou caindo mesmo, que era ele. E eu ligando pra ele [o pai], ele preocupado, eu lá em Belo Horizonte. Aí foi onde eles entraram em contato comigo imediatamente que era o próprio filho dele. Porque o passaporte dele tinha ficado no bolso dele.

O pai de uma das vítimas, que mora na zona rural, foi chamado à prefeitura de Sardoá para receber uma ligação comunicando que seu filho estava morto:



- É foi pesado né... Eles me chamaram lá em Sardoá, aí o agente falou assim, o seu filho....eee... então ele... tá morto [voz embargada e silêncio]. Então ele falou assim:
- O senhor precisa de alguma ajuda?
- Preciso. Eu quero que o jornal, a mídia entre dentro. Porque nós queremos trazer ele.
- Vai dar muita amolação pro senhor.
- Não tem problema. O problema que nós quer que você ajuda nós.

Informadas sobre a tragédia, as famílias entraram em contato com a Polícia Federal, com a diplomacia brasileira e com as autoridades mexicanas, iniciando uma mobilização para reconhecer os corpos e promover sua repatriação. E, no meio de tudo isso, a imprensa não parava de chegar. As famílias acreditavam que só com a presença incisiva da imprensa conseguiriam a repatriação. Como disse um dos familiares:

Porque se não tivesse jornal não trazia ele nunca. E foi aonde os primeiros jornais que entraram nessa porta aqui... [recordando e chorando] eu pedi a eles que deixassem eu entrar no México, pra mim reconhecer meu sobrinho, trazer meu sobrinho pra gente fazer um enterro digno deles, falei com o secretário de governo, liguei para Belo Horizonte não sei quantas vezes, pedindo, e eles não aceitaram, falaram que pra trazer eles, ia ficar uns 30 mil reais. Eu coloquei a pagar os 30 mil reais, que eles me dessem o papel, o direito de entrar lá dentro. Não me deram. A revolta da gente, toda, vem aí [continua chorando]. Porque a gente, com sacrifício, mas nós tinha condições de pagar os 30 mil. Sacrificava. Tinha problema não. Não era mandar... a minha revolta maior foi que a gente ficou 60 dias esperando corpos, lutando, não tinha telefone aqui. A gente teve que instalar um telefone com menos de 24 horas. Eles... fazendo a hora com a cara da gente, vai chegar tal dia assim assim, tal dia assim assim, foi indo a gente cansou. Às vezes eu paro e penso... o Juliard está – se for ele mesmo que está enterrado aqui – ele veio devido aos jornais, não foi por mais ninguém!

A transcrição das falas dos parentes mostra a permanência da dor ao relatar a perda de seus entes queridos, bem como sua mobilização diante dos obstáculos para conseguir a repatriação dos corpos. Mostra também

o jogo de empurra entre governos federal e estadual, e a recusa à participação da família no processo de identificação do corpo. Com tudo isso, os depoimentos revelam um detalhe essencial: a dúvida sobre a identificação realizada. Estavam todos no sítio do pai de uma das vítimas, quando chegaram algumas pessoas para tirar uma amostra da saliva dele, que seria levada ao México para o exame de DNA. No dia seguinte, em tempo recorde, a família foi comunicada de que a identificação do corpo estava concluída.

A velocidade com que supostamente foi feita a análise do material coletado gerou na família uma dúvida, ainda não sanada, sobre a idoneidade da identificação. Essa dúvida se confirmou com a entrega dos corpos às famílias, 35 dias depois, pois os caixões foram entregues lacrados e com expressa proibição de que fossem abertos. Ao desobedecer a ordem e abrir o caixão de Juliard, seus familiares encontraram apenas uma massa disforme.

O repórter Thobias Almeida (2010) descreveu a comoção coletiva e o júbilo com que as três cidades marcadamente influenciadas pela emigração – Gonzaga, Sardoá e Santa Efigênia – receberam os corpos:

O furgão que trouxe de Belo Horizonte os corpos de Juliard Aires Fernandes, 19 anos, e Hermínio Cardoso Soares, 24, apontou na entrada do município vizinho de Gonzaga por volta das 15h. A chegada dos meninos fez transbordar lágrimas de parentes e amigos, que aguardavam o momento da despedida definitiva.

Um cortejo formado por 40 veículos, 50 motos e quatro ônibus lotados – segundo números da Polícia Militar –, seguiu em silêncio e parou as três cidades. Moradores lançavam tristes olhares de sacadas, comércios e calçadas em direção ao veículo que transportava mais que dois corpos, rastros da tragédia que marcou profundamente toda uma comunidade. Em Santa Efigênia de Minas e Sardoá, bandeiras e balões brancos levitavam no ar, como a sinalizar a paz que Juliard e Hermínio forçosamente alcançaram. Faixas e cartazes com mensagens de conforto e fé eram avistados em vários locais. Em uma delas, lia-se: “Juliard e Hermínio morreram cedo para viverem melhor”. Várias pessoas usavam camisas com fotos dos mineiros assassinados no México.

O cortejo percorreu cerca de 20 km, 15 km deles em estrada de terra, até a casa dos pais de Juliard, que fica em Córrego Tronqueirinha, zona rural de Santa Efigênia de Minas. Ao chegar, a casa simples, com o amarelo das paredes já gasto, exibia um cartaz escrito a dezenas de mãos, que representa o sentimento dos familiares: “Juliard, você deixou eternas lembranças”. Assim que a porta traseira do furgão foi aberta e deixou à mostra os dois caixões de metal, que vieram lacrados desde o México, a comoção se espalhou. Francisco, 66 anos, foi o primeiro dos pais a se reencontrar com o filho. “A chegada encerra uma angústia. O sentimento de tristeza não passa, mas a gente começa a se aliviar um pouco mais. Mesmo assim, não era dessa forma que eu queria revê-lo”, lamenta Francisco, que mal escondia o choro trancado na garganta. A mãe faleceu há oito meses.

### Sofrimento

Os familiares de Juliard não aceitaram manter o caixão lacrado e o abriram, contrariando as orientações seguidas desde o México. Um forte cheiro dos produtos químicos usados no embalsamamento invadiu o pequeno espaço em que dezenas e dezenas de pessoas se amontoavam em busca da última imagem que não veio, pois Juliard estava envolto por uma espécie de atadura. Segundo os agentes funerários, a abertura não traz risco de contaminação, mas o lacre respeitava uma norma sanitária internacional.

Dali, o cortejo seguiu para a Igreja Matriz de Santo Antônio, em Sardoá, percorrendo um circuito de mais aproximadamente 5 km. Centenas de moradores aguardavam na praça principal da cidade — também batizada Santo Antônio — a chegada de Hermínio. Novamente, a abertura do furgão fez desatar as lágrimas da comunidade. O caixão entrou no templo ao som da melodia de Ave Maria, embalada por um compassado badalar de sinos.

A repórter Ana Lúcia Gonçalves (2010) também relatou a emoção da chegada dos corpos, destacando que “bandeiras e rosas brancas espalhadas pelo caminho contrastavam com o preto nas fachadas das casas e estabelecimentos comerciais”. Ela relata que o caixão não possuía uma lâmina de vidro que permitisse ver os rostos dos jovens assassinados, e que a tia de Juliard, ao abrir o caixão, questionou: “Que certeza temos que é mesmo ele?”

Não acreditamos nisso”. Em seguida, encontrou “um saco preto e, dentro dele, um corpo que não puderam identificar”.

A construção do cenário da recepção póstuma dos corpos de Juliard e Hermínio é importante para mostrar a dimensão e o impacto coletivo do massacre na própria localidade de origem dos jovens, o que reforça a problemática da falta de diligência, tanto por parte do Estado mexicano, como do Estado brasileiro, em tratar dos procedimentos posteriores ao massacre. Essas questões serão abordadas a seguir, examinando a complexa problemática sobre as razões do massacre e a sua relação com a política de Estado.

### Razões mais profundas do massacre

O massacre de San Fernando possui uma dimensão paradigmática para se discutir as consequências humanas da globalização, pois foi um crime de sangue massivo e transcontinental, envolvendo vítimas e Estados de vários países do continente americano. Crime enredado no problema do controle da migração indocumentada e também no contexto das políticas de guerra às drogas. As circunstâncias em que aconteceu, envolvendo migrantes e crime organizado, em região fronteiriça, traz evidências para se pensar vários fenômenos da contemporaneidade, estabelecendo-se os nexos causais entre a política e a prática dos Estados e do crime organizado, que terminam por repercutir num padrão de violência.

A fala da tia de Juliard, no começo deste capítulo, expõe uma indistinção entre o controle migratório, aplicado pelos Estados, e o massacre de migrantes. Também o jornalista mexicano Epigmenio Ibarra (2010, tradução nossa), em texto publicado logo após esse massacre, expõe que nunca tinha visto algo parecido, mesmo tendo feito cobertura internacional de guerras, genocídios e massacres por todo o mundo, ao longo de várias décadas. Em todos os outros casos que acompanhou, disse ele, havia um claro motivo político, étnico ou religioso, uma razão para intimidar um grupo rival, um alvo estratégico. O jornalista não conseguia compreender um massacre de pessoas que se deslocavam para procurar trabalho, sem estar envolvidas em nenhum conflito armado:

Os Z aqui mataram por matar e não digo que os outros, os que o fazem com uniforme e se respaldando em um plano político-militar, não sejam tão criminosos como eles.

Digo que, neste caso, esse massacre foi produto tanto de um delírio sádico do chefe do comando, quanto de um contexto em que se despreza profundamente a vida e onde a única lei que vale é a de “grana ou chumbo”.

Digo que este crime é – na contramão do que, determinado a evitar o golpe, Felipe Calderón declara –, mais que um resultado da ação do Estado contra o crime organizado, uma expressão da derrota da estratégia de guerra do atual governo contra o narcotráfico e, também, expressão da profunda decomposição social em que vivemos.

Ibarra ressalta duas dimensões causais para o massacre: uma, mais aparente e concordante com a versão oficial, de que foi promovido por um grupo do crime organizado; e outra, mais profunda, que se refere a uma estratégia político-militar do Estado mexicano. Essa percepção – que, à primeira vista, pode parecer aleatória e pouco verossímil – tem fundamentos nas particularidades da política de guerra às drogas do Estado mexicano, com o desenvolvimento correspondente dos grupos de crime organizado naquele país. A seguir aprofundarei esses elementos, para demonstrar a relação do massacre com a política de Estado.

No *Boletim* n.º 1.019a/10, Alejandro Poiré (Procuraduría..., 2010, tradução nossa) afirma:

Estes fatos recentes acontecem no seio de uma luta sangrenta e muito violenta entre o Cartel do Golfo e os Zetas, que anteriormente operavam de forma coordenada e cuja luta interna, a partir do final do ano passado, tem trazido um incremento substancial da violência no nordeste do país.

[...]

No entanto, sabemos, em decorrência do resgate realizado por forças federais nos últimos meses, que algumas organizações criminosas têm participado do sequestro e extorsão de migrantes indocumentados com origem na América Central e do Sul, algumas vezes, até mesmo, na tentativa de seu recrutamento para integrar esses grupos criminosos.

[...]

O fato de que o crime organizado esteja recorrendo à extorsão e ao sequestro de migrantes como mecanismo de financiamento e ocasiões de recrutamento sugere, como já foi assinalado por alguns especialistas, que algumas organizações estão enfrentando uma situação muito adversa para se abastecer de recursos e recrutar pessoas que voluntariamente queiram participar desses grupos criminosos.

O [episódio] anterior é o resultado de sua competição pelo controle dos espaços no território nacional e também uma evidência de que a atividade do Estado contra esses grupos deteriora significativamente a sua capacidade de operação e os recursos com que contam.

Essas afirmações foram feitas em entrevista coletiva à imprensa, em 25 de agosto de 2010, dando notícia do massacre, e são esclarecedoras do contexto da violência no país. O secretário informa que a região onde os fatos aconteceram tem sido palco de uma encarniçada luta entre dois cartéis do crime organizado, na disputa pelo controle das *plazas* (as praças, zonas de domínio político, econômico e territorial dos grupos).

O secretário também dá indicações sobre as razões do massacre, sugerindo que a extorsão e o sequestro de migrantes passaram a ser recursos para o financiamento do crime organizado e o recrutamento de pessoas para esses grupos, que estariam com dificuldades em suas capacidades de operação e na captação de recursos financeiros e humanos. Dificuldades supostamente causadas pela atuação estatal contra os cartéis, tradicionalmente ocupados com o envio de mercadorias ilegais aos Estados Unidos, como drogas e armas.

No caso do massacre de San Fernando, porém, conforme atestado pelo sobrevivente, não havia intenção de cobrar resgate, o que nega ser essa a finalidade daquela ação e a coloca num patamar mais profundo de análise. Isso leva a um questionamento substancial sobre as razões e os objetivos daqueles que decidiram pelo massacre. As explicações do secretário, embora sejam um bom começo de análise, podem ser questionadas numa análise mais profunda, levando-se em conta um contexto mais amplo da violência no México e a análise das relações entre Estado e crime organizado.

## Significado da guerra às drogas

Como analisa Bauman (2011), a mercantilização das relações sociais e a transformação de seres humanos em mercadorias, a partir de sua força de trabalho, são efeitos elementares do capitalismo. Logo, a referida obsolescência, descartabilidade e substitutividade dos produtos também se aplica às vidas humanas.

A inserção do México na economia globalizada (e, sobretudo, a imbricação da economia mexicana às demandas estadunidenses) coincide com a sua inserção nas rotas de tráfico de drogas. Isso faz retomar a análise geral de Telles (2010) e de Ruggiero (2008): o desenvolvimento do crime organizado está diretamente relacionado com a liberalização dos mercados, a transnacionalização da economia, a formação de regras para-estatais para regular o comércio, a flexibilização das relações de trabalho e a generalização da terceirização e subcontratação como estratégias de acumulação de capital.

No México, essa (des)estruturação econômica tem se dado nos marcos dos acordos comerciais e estratégicos de integração continental, aos quais faz referência Sandoval Palacios (2011). A concentração de atividade econômica em certas regiões não está associada apenas à acumulação de pobreza na escala inversa, pois também ocorre nas regiões de maior violência, desregulamentação estatal e atividade do crime organizado.

Mais adiante, Telles (2010, p. 186) amarra nossa argumentação:

O tráfico de drogas está presente e também compõe este amplo circuito transnacional de circulação de bens, mercadorias e pessoas. [...] São outras modulações dos mesmos processos que ativaram as migrações transnacionais das últimas décadas, ganhando configurações particulares conforme as circunstâncias geopolíticas (mutantes e turbulentas) das regiões produtoras e de passagem. Estruturam-se como verdadeiras economias que se beneficiam das mudanças recentes do capitalismo contemporâneo (produção flexível, financeirização da economia, tecnologias digitais) nas condições de ultraliberalismo e enfraquecimento das regulações estatais.

As organizações delituosas no México se conformaram num complexo de relações com agentes estatais, ou seja, sob sua proteção, em troca daquilo que Misse (2003) chama de “compra de mercadorias políticas”. Mercadorias simbólicas vendidas por agentes estatais, como proteção a criminosos, favorecimento de fugas, venda de armas reservadas às forças armadas, forja de documentos públicos, informações sobre operações policiais e decisões políticas privilegiadas. Como afirma Benítez Rivera (2011), não existe crime organizado sem apoio institucional.

Ao traçar a genealogia dessas organizações no México, Flores Pérez (2010, p. 1, tradução nossa) introduz:

O nível de desenvolvimento das organizações delituosas mexicanas não pode ser entendido sem levar em conta o fator essencial que tem implicado a proteção estadual, em função da convivência entre determinados atores públicos e delituosos para se obter ganhos econômicos ilegais.

Uma das principais e mais antigas organizações delituosas analisadas pelo cientista político é o Cartel do Golfo, fundado no estado de Tamaulipas por grandes contrabandistas, como Juan Nepomuceno Guerra Cárdenas, que desde a década de 1960 (ainda no chamado período autoritário, que durou até 2000) possuíam relações políticas e familiares com governadores e integrantes do Partido Revolucionário Institucionalista (PRI), incluindo aqueles investidos de funções de combate ao crime organizado. O complexo de relações entre contrabandistas e líderes políticos revelado pelo autor demonstra que a relação do Estado com o tráfico de drogas não é meramente simbólica ou indireta; pelo contrário, ao longo das décadas, o Estado tem patrocinado as atividades de passagem das drogas ilícitas pelo México, rumo aos EUA.

Flores Pérez atribui esse nível de corrupção às características do regime autoritário, dizendo que as redes criminosas poderiam ser desarticuladas em um sistema democrático, com transparência e prestação de contas. Entretanto, lembra que essas redes foram capazes de se adaptar às mudanças de regime, pois as antigas relações de favorecimento não foram desarticuladas, mas, sim, atomizadas. E continua (2010, p. 4, tradução nossa):



Este tipo de estrutura de convivência não entra em colapso por si mesma. Se o Estado não exerce deliberadamente uma estratégia de desarticulação dos vínculos entre atores delituosos e de poder, estes podem sobreviver às mudanças de regime. Estabelecem novos equilíbrios em função da qualidade de recursos de coação e condicionamento mútuo que os envolvidos podem ter, seja de maneira institucional ou pessoal, condicionados ambos pelas características e fortalezas/debilidades da estrutura política em que se desenvolvem.

Em 2001, as redes do narcotráfico operando no México atingiram uma nova etapa de organização, criando um monopólio conhecido como La Federación, que funcionava como um conselho, com representações dos principais líderes das organizações, e que

dirigiu uma rede de transporte de drogas em grande escala, traficando sua mercadoria ilegal por meio do transporte terrestre, aéreo e marítimo, embarcando toneladas de cocaína na América do Sul e transportando-as pela América Central e pelo México, até finalmente desembarcá-las nos Estados Unidos. (Equipo Bourbaki, 2011, p. 14, tradução nossa).

Essa federação tornou-se responsável pela distribuição de drogas ilícitas nos EUA, desde a entrada dessas mercadorias no território estadunidense até a venda no varejo. Não obstante essa unidade, o mercado das drogas ilícitas no México, como qualquer monopólio, baseia-se também na competição, o que fica demonstrado pelas disputas de praças (*plazas*), em que a disputa entre facções do crime organizado é um indicador decisivo do aumento da violência em dadas regiões.

A expressão *calentar la Plaza* se refere à conflagração de uma situação de violência (com sequestros, assassinatos etc., e com técnicas de guerra convencional, como o uso de explosivos), usada por alguns cartéis para retirar poder de outros, quando um grupo pretende entrar numa região já controlada por outro. A atividade dos cartéis é marcada tanto pela penetração nas instituições como pela disputa por território com outros grupos.

No caso de Tamaulipas, a disputa pelo controle da *plaza* se agravou quando o Cartel do Golfo sofreu uma cisão, no final da década de 1990, e

surgiu o Cartel Los Zetas. Tudo começou quando o Cartel do Golfo cooptou os membros de um grupo de elite das forças armadas mexicanas, chamado Grupo Aeromóvil de Fuerzas Especiales (GAFE), para ser seu braço armado. Esse grupo ganhou autonomia e se tornou um cartel próprio, passando a disputar a *plaza* de Tamaulipas, região estratégica fundamental, não só pela fronteira com o Texas, mas também pelo fato de ser a extremidade final da chamada Rota do Golfo, a maneira mais curta de cortar o México do sul ao norte, entrando numa região estratégica dos EUA.

O massacre dos 72 migrantes, em 2010, pode estar relacionado à disputa da *plaza* de Tamaulipas pelo Cartel do Golfo e por Los Zetas. Correa-Cabrera (2011) apresenta uma periodização das relações de pugnas e conluíus entre os 2 grupos. Uma ruptura definitiva teria se dado em 25 de janeiro de 2010, quando expirou um acordo de divisão de territórios e colaboração que vigorou de 2007 a 2009. Em 2009, registraram-se 90 mortes relacionadas com o tráfico de drogas naquela região; em 2010, esse indicador subiu para 1.209.

Em 2006, o então presidente do México, Felipe Calderón, lançou sua guerra às drogas, monitorada diretamente pela agência estadunidense Drug Enforcement Administration (DEA) e baseada no modelo de “detenção e condenação de pessoas capazes de causar prejuízos, e não de uma visão mais estratégica que reduza as oportunidades de atividade danosa”, métodos esses que “não afetaram, significativamente e de forma mensurável, a amplitude da atividade do crime organizado, enquanto outros fatores, na verdade, exacerbaram os problemas ligados a esse tipo de crime nos Estados Unidos” (Woodiwiss, 2007, p. 208).

Uma das estratégias dessa guerra que demonstra o fortalecimento dos cartéis e o aumento da violência entre eles é a colaboração estatal aproveitando a rivalidade entre os grupos, como ficou evidente no episódio da prisão, em 2012, de dois dos principais líderes do Cartel do Golfo, Jorge Eduardo Costilla Sánchez (El Coss) e Mario Cárdenas Guillén (El Gordo). Os dois representavam facções rivais, dentro do mesmo cartel, que lutavam pelo domínio absoluto deste.

Cárdenas Guillén foi preso por delação de Costilla Sánchez, que estava colaborando com as forças armadas mexicanas. Quando exorbitavam os rumores de que Sánchez era protegido pelas forças armadas, estas o prenderam, e sua confiança na proteção que recebia era tal que não ofereceu resistência ao ser preso. Diz a revista que o *capo* traiu e foi traído. “Os militares o traíram e o capturaram porque cada vez mais pesava contra a Mariinha a acusação de que o protegia” (Carrasco Araizaga, 2012, p. 6, tradução nossa). Correa-Cabrera (2012, p. 24, tradução nossa) aprofunda a análise sobre a relação entre crime organizado e Estado, utilizando ferramentas e conceitos de Weber para mostrar que, no estado de Tamaulipas,

A relação entre possuidores dos meios “legítimos” de força política e a população têm se transformado ao ponto de que o crime organizado parece ter efetivamente suplantado as estruturas governamentais e tem imposto sua racionalidade idiossincrática e operativa sobre a população, transformando efetivamente elementos outrora criminais em mecanismos de controle social.

O que essa autora está mostrando é mais profundo que a mera corrupção de agentes estatais. Trata-se de um enraizamento das estruturas do crime organizado, a tal ponto que as lógicas da governabilidade, da sociabilidade e da estabilização social passam a funcionar somente se essas estruturas estiverem presentes. Em outras palavras, o crime organizado assume o monopólio do uso legítimo da força, exercendo esse poder sobre a população de forma impositiva – incluindo os crimes de sangue –, com atuação intra e extraoficial. E, acrescento, não se pode dizer que o crime organizado age apenas fora da legalidade, porque, atuando dentro de posições estatais, tem o poder de gerar legalidade a seu favor ou de impor códigos de conduta não oficiais. Em outras palavras, tais grupos “não só se envolvem no controle severo e violento e práticas de limpeza, mas também ultrapassam funções do Estado no sentido de segurança e de projeção de poder” (Correa-Cabrera, Nava, 2013, p. 105, tradução nossa).

Em muitas regiões do país, as elites de poder local parecem coincidir com máfias do poder econômico local e mantêm práticas de dominação tra-

dicional, baseadas no patriarcalismo, na informalidade, na hierarquia, na oligarquia agrária ou mercantil e no moralismo conservador. Práticas essas que, de alguma forma, ainda que indireta, estão amalgamadas à vigência da Narco-nação a que se refere Sayak Valencia (2010).

Um grande problema na análise da apropriação de poder político por parte do crime organizado é o raciocínio de que isto ocorreria devido a uma ausência do Estado; a ideia do vazio de poder (ou omissão em governar), que seria preenchido por outras forças. Esse raciocínio não se coaduna com a maneira como os grupos do crime organizado têm exercido o poder, pois eles precisam do próprio Estado para alcançar seus objetivos. Em vez de um Estado ausente, o que há é um Estado presente cuja estrutura interna é ocupada pelo crime organizado. Na expressão de Casillas Ramírez (2012, p. 147, tradução nossa), “a assistemacidade é parte do seu sistema”.

A situação de violência no estado de Tamaulipas não surgiu devido a uma suposta ausência de forças públicas de todas as esferas da federação mexicana; surgiu, sim, em decorrência da maneira especial com que a presença do Estado foi estabelecida ali. Seguindo a política binacional de militarização da região fronteiriça México-EUA, Tamaulipas tornou-se uma das regiões mais militarizadas do país, incluindo a presença ostensiva das forças armadas, o que significa uma situação de pleno controle estatal.

As redes delituosas, em vez de ser hostilizadas pelo controle estatal, servem-se dele por meio da compra das mercadorias políticas (Misse, 2003), dos recursos tecnológicos de monitoramento existentes e, também, das redes de transferência financeira (Casillas Ramírez, 2012). O negócio do tráfico de drogas – e também de pessoas – inclui uma diversidade de atores que repartem seus lucros elevados (Woodiwiss, 2007). Além disso, a atuação dos cartéis e os sequestros de migrantes já eram fatos conhecidos bem antes do massacre de 2010.

## Negócio de sequestrar migrantes

Ao tratar das rotas de migração de centro-americanos pelo México, mostrei que elas estão inseridas num contexto de violência, dadas as condições

de vulnerabilidade da migração indocumentada, incluindo os incidentes durante a viagem sobre os vagões de trem e nos trechos percorridos a pé. Casillas Ramírez (2012) enumera as situações de agressão ou violência que os migrantes indocumentados sofrem ao longo das rotas: assalto e roubo, violência física, violência sexual, sequestro, torturas e amputações, chantagens, tráfico de pessoas para exploração laboral e sexual,<sup>4</sup> reclusão e morte.

Ressalte-se que Casillas não faz distinção entre atos violentos praticados por agentes do crime organizado, por indivíduos isolados ou por funcionários públicos. Ao contrário, mostra que as práticas de violência estão contidas num tecido social em que contribuem, direta ou indiretamente, múltiplos atores.

O documento *Victimas invisibles. Migrantes en movimiento en México*, da Anistía Internacional (2010a), classifica os atos de violência nas seguintes categorias: sequestros, ameaças e agressões; violência contra as mulheres migrantes; desaparecimentos e mortes. Sobre os abusos praticados durante os controles estatais de migração, destaca o uso excessivo da força e as extorsões. A própria atividade estatal de contenção dos fluxos migratórios constitui práticas geradoras de vulnerabilidade e violência, como demonstra um relatório da Casa de Migrantes de Saltillo, ao descrever as consequências de um bloqueio de agentes do Instituto Nacional de Migração (INM) do México na linha férrea:

Geralmente, o INM dispõe seus agentes sobre as linhas do trem, em alguns pontos próximos à estação, e faz com que o trem se detenha para ir ao encontro dos migrantes, usando como vantagem a surpresa. As pessoas no trem que conseguem ver a operação se jogam – quando este ainda está em movimento – e correm, com o objetivo de se esconder e evitar ser apanha-

---

<sup>4</sup> Ao referir-se tanto à exploração laboral como à sexual, Casillas Ramírez usa a expressão trata de personas. Na língua espanhola (assim como na língua inglesa), há uma distinção entre termos que a língua portuguesa traduz apenas como tráfico de pessoas. O tráfico de migrantes corresponde à facilitação e promoção do trânsito e entrada irregular dos migrantes em um país, enquanto a trata de pessoas se refere à utilização das qualidades de uma pessoa em proveito próprio e abusivo, como no sequestro para fins de trabalhos forçados ou de exploração sexual.

das (o que envolveria a sua detenção e posterior expulsão ou repatriação). Nesse momento, inicia-se uma perseguição por parte dos agentes federais, que correm atrás das pessoas migrantes até conseguir agarrá-las por suas roupas, conduzi-las ao carro a isso destinado e, depois, trasladá-las até a estação migratória. Estes agentess são frequentemente acompanhados por elementos do Ejército mexicano, da Policía Federal e, até mesmo, por oficiais das diversas policías municipales. (Belén, Posada del Migrante, 2010, p. 13, tradução nossa).

É importante observar que o bloqueio da passagem do trem para capturar os migrantes é uma prática usada tanto pelos agentes do INM quanto pelas redes delituosas, o que justifica a desconfiança dos migrantes e explica sua reação de evadir-se de qualquer bloqueio. Em minha pesquisa de campo pelas rotas migratórias no México, quando passava pela cidade de Tierra Blanca, em Veracruz, testemunhei, às margens da linha do trem, um grupo de migrantes que denunciava uma tentativa de sequestro ocorrida na madrugada anterior. Os homens e mulheres do grupo, bastante estressados, falavam de maneira exasperada com os membros da caravana que ali chegavam, relatando que o trem tinha sido bloqueado por homens mascarados que desciam de caminhonetes caracterizadas como oficiais:

—¿Cuándo fue?

—Anoche!

—¿Aquí?

—Aquí nomás!

— Nosotros lo que hicimos correr todo pa'tras, todo el grupo, todos para atrás. Ó sí bien complicado. En este camino nosotros lo que estamos haciendo es tratar de unirnos todos. Unirnos todos y siempre venimos pidiendo la fe y orando a Nuestro Señor. Para que no nos vaya pasar nada. Porque... ahora que hace el maleante, se hace pasar como Migración, somos presas fáciles de ellos. La cual una vez ya ellos nos retienen, no nos llevan a Migración, no son Judiciales, ¿Quiénes son? Sólo Dios sabe! Son... contrabandistas de humanos, lo cual a uno nos jodean, porque, se lo digo porque a mi hasta trabajo me ofrecieron! En ese tren. ¿De qué? De andar derrumbando personas, en el tren! ¿Cuanto me ofrecieron? Me ofrecieron mil pesos en Manales. Pero no pude hacer eso, porque — porque todos venimos unidos...

- No hay necesidad de ir al Norte. Se está complicando toda la vía.
- Mira de noche lo que sucedió? Anoche quisieron hacer una redada haciéndose pasar por Migración. Cuando yo enfoqué la cara de ellos, andaban con pasamontañas. Dije un alerta a todos los compañeros para que corrieramos para atrás. Miramos las primeras dos camionetas. Eran camionetas de Migración. Cuando volteamos a ver todos, habían seis camionetas escondidas, en el otro costado. No pudieron hacer nada por la razón de que todos recorrimos hacia atrás. ¿Que sucedió? No era Migración. Eran los que a nosotros nos secuestran. Esto fue en Medias Aguas, a las dos de la mañana. En la mera estación de Medias Aguas. Y por eso les digo que hasta el maquinista está confabulado con ellos. ¿Por que razón? Porque el maquinista tiene derecho para ir en la noche. Se paró precisamente en la mera camioneta!
- ¿Ustedes cuantos eran?
- Nosotros venimos en 200 personas. Ellos eran ocho personas y las otras seis camionetas estaban escondidas, estaba todo rodeado.

Um detalhe semelhante foi revelado pelos informes da Procuradoria Geral da República (PGR) do México, logo depois do massacre de San Fernando, em 2010. Quando os militares chegaram ao local do massacre, encontraram

21 fuzis, seis carabinas M-4 calibre 5.56 milímetros, três fuzis AK-47 calibre 7.62 milímetros, sete espingardas calibre 12, cinco rifles calibre 22, 101 cartuchos para armas de fogo de diferentes calibres, duas fitas rastreadoras de munições calibre 50, seis mil 649 cartuchos de diferentes calibres, quatro coletes à prova de balas, uniformes camuflados, guarnições e um capacete; além disso, quatro camionetes, incluindo uma clonada com matrícula apócrifa da Secretaria da Defesa Nacional. (Procuradoria..., 2010, tradução nossa).

O porte das armas de fogo, os uniformes e capacetes e, especialmente, uma caminhonete caracterizada como as da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA) do México demonstram que os criminosos, no mínimo, passavam-se por agentes estatais. Mais que isso, o detalhe acentua a dúvida – nunca esclarecida pelas instâncias de investigação e processo penal – sobre a participação do Estado mexicano no massacre.

Ao contrário do que declarou o secretário técnico do Gabinete de Segurança Nacional, Alejandro Poiré Romero, as autoridades de Tamaulipas e do país não foram surpreendidas pela brutalidade do massacre de San Fernando, pois estavam cientes da onda de sequestros e assassinatos de migrantes, bem como da atuação dos cartéis do crime organizado no estado. Isso foi o que demonstrou uma série de comunicações diplomáticas dos EUA revelada pela organização National Security Archive em novembro de 2013.

Um ofício da agência central da DEA para suas sucursais nos EUA e no México, emitido em julho de 2009, trazia uma análise sobre a evolução e expansão do Cartel do Golfo e do grupo Los Zetas entre 2001 e 2009. O ofício diz:

A força dos Zetas é sua habilidade para corromper, matar e intimidar, e esses fatores lhes têm dado o poder para conduzir atividades por todo o México, e eles têm estabelecido uma metodologia de mover-se para novos territórios e assegurar o controle sobre aquela geografia. As atividades Zetas têm envolvido desde tráfico de drogas até atividades do crime organizado tradicional. (Drugs..., 2009, p. 2, tradução nossa).

No final, o ofício diz que “os Zetas continuarão a ser um desafio às agências de aplicação da lei e forças militares antidrogas” (Drugs..., 2009, p. 10, tradução nossa).

Um ofício da embaixada dos EUA na Cidade do México informou, em abril de 2010, que as previsões do governo mexicano sobre a queda da violência não haviam levado em conta o aumento desta no nordeste do país, em função dos movimentos do crime organizado para controlar as *plazas* dali:

As organizações de tráfico de drogas têm operado de forma bem aberta e com liberdade de movimento e de operação, com táticas que incluem bloqueio de rodovias, tomadas de cidades, e tragando unidades militares locais e forças de segurança. Em muitos casos eles operaram com impunidade quase total em face de forças de segurança locais comprometidas com eles. (Amembassy Mexico, 2010, p. 2-3, tradução nossa).



O fato de tal correspondência ter sido expedida mais de quatro meses antes do massacre mostra que o nível de organização e atuação dos cartéis em Tamaulipas, bem como a participação de agentes públicos nas redes criminosas, eram plenamente conhecidos pelas autoridades mexicanas. Em maio de 2010, outro telegrama diplomático informava uma série de confrontos entre as forças armadas mexicanas e os criminosos no mesmo estado. Entre eles, um confronto no dia 19 daquele mês, no qual, entre quatro criminosos mortos e outros quatro detidos, estavam membros dos Zetas e *kaibiles* – membros de forças armadas especiais da Guatemala conhecidos pela brutalidade de suas ações (incluindo decapitações) desde a época do conflito armado naquele país.

As falhas e lacunas que se seguiram ao massacre reafirmam a tese de uma participação do Estado na violência contra migrantes, formatando o seu caráter estrutural. As informações oficiais, tanto do governo mexicano quanto da diplomacia estadunidense, tratam dos processos de investigação e punição de maneira incompleta, sem chegar a uma conclusão sobre os autores e as razões do massacre. O que tem motivado, por parte de organizações da sociedade civil, a busca de medidas administrativas e judiciais solicitando a transparência e o dever do Estado de informar.

As fontes oficiais mostraram que, logo após o massacre, houve confronto entre oficiais da Marinha e os supostos sequestradores; que uma pessoa havia sido presa; que cinco pessoas supostamente responsáveis pelo massacre foram encontradas mortas numa rodovia, uma semana depois. Nunca houve uma decisão judicial ou declaração oficial dizendo quem seriam essas pessoas, nem o que supostas investigações teriam concluído sobre a relação delas com o massacre.

Conforme já relatei, foram encontrados no local do massacre um arsenal de armas longas, uniformes militares, coletes, capacetes e quatro caminhonetes – incluindo uma caracterizada como as da SEDENA, ainda que com placa apócrifa. Nunca foi dada uma resposta conclusiva sobre a procedência desses objetos, nem sobre a relação dos autores com forças militares. As investigações estavam a cargo de um promotor de Justiça que

foi assassinado em 27 de agosto do mesmo ano. Durante vários meses, após o massacre, registrou-se em Tamaulipas um estado de guerra.

Uma operação militar realizada entre os dias 1.º e 14 de abril de 2011 encontrou, na mesma localidade de San Fernando, 36 covas com 145 corpos, num contexto em que o sequestro de pessoas retiradas de ônibus de viagem havia se tornado constante, sem que as empresas apresentassem queixas formais. Oficiais da SEDENA informaram a prisão de 17 membros dos Zetas e de 16 (num total de 36) membros da polícia de San Fernando, todos envolvidos com sequestros e assassinatos de passageiros de ônibus. Os agentes de polícia teriam dado proteção às redes criminosas. No mesmo mês, 6 agentes do INM foram presos, acusados do sequestro de pelo menos 4 migrantes, os quais fugiram e os denunciaram. Os agentes federais teriam retirado os migrantes de um ônibus e os entregado aos grupos criminosos.

Retomando ao massacre de 2010, no trânsito entre San Fernando e a Cidade do México, os corpos foram repartidos entre diferentes localidades, para tornar o número total menos óbvio e menos alarmante. Todas as informações do parágrafo anterior foram retiradas de uma mensagem diplomática do consulado dos EUA em Matamoros, enviada em abril de 2011 (Amconsul Matamoros, 2011), que integra uma série de documentos desclassificados da diplomacia estadunidense revelados pela organização da sociedade civil National Security Archive (NSA). A mensagem conclui:

Os oficiais de Tamaulipas parecem estar tentando minimizar tanto as descobertas de San Fernando quanto a responsabilidade estatal sobre elas, até porque uma recente viagem a Ciudad Victoria revelou terem os oficiais pleno conhecimento dos perigos das viagens rodoviárias nessa área. Os oficiais prometem trabalhar com o Governo Federal, mas são rápidos em apontar que as organizações do crime transnacional são um problema federal e que o estado não tem recursos para lidar com eles. A transferência para o Distrito Federal de 105 corpos do necrotério de Matamoros, superlotado e com escassez de pessoal, é compreensível de um ponto de vista prático, mas também ajudará a diminuir a visibilidade da tragédia na própria Tamaulipas. Os oficiais do estado estão preocupados com o impacto no turismo por conta do vindouro período de feriado da Semana Santa,

e estão propagando planos especiais para a segurança rodoviária. Os oficiais federais também estão prometendo maior cooperação e apoio. Promessas semelhantes foram feitas em seguida à descoberta dos 72 migrantes assassinados em agosto de 2010, porém, com poucos resultados concretos. (Amconsul Matamoros, 2011, p. 4, tradução nossa).

Em dezembro de 2011, diante do silêncio dos órgãos estatais, a organização da sociedade civil Artículo 19 enviou requerimento à PGR pedindo informações sobre as averiguações prévias do massacre de San Fernando. Essa agência respondeu que classificava as informações solicitadas como reservadas, contrariando a previsão, constante da legislação mexicana, de que o caráter reservado não pode ser aplicado quando se tratar de investigações de violações graves de direitos fundamentais ou delitos de lesa humanidade.

Tal precedente legal é apoiado pela Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) mexicana, a qual afirma que, em casos como esse, o interesse público em manter a reserva é superado pelo interesse da sociedade em conhecer todas as diligências levadas a cabo para promover a investigação, detenção, julgamento e punição dos responsáveis. Nesses casos, por sua gravidade e pelas repercussões que implicam, não são afetadas apenas as vítimas, mas toda a sociedade, no entender da SCJN.

O Instituto Federal de Acceso a la Información y Protección de Datos (IFAI) foi acionado, mas negou o recurso, alegando que havia dúvidas se, no caso em questão, havia violações graves aos direitos humanos. A organização Artículo 19 recorreu ao Judiciário, que obrigou o IFAI a analisar o caso relatado e concluir se este configurava, ou não, violações graves aos direitos humanos, para, em caso positivo, abrir a informação, privilegiando o direito à verdade. O IFAI, porém, desobedeceu a decisão judicial, alegando que tal avaliação excedia suas competências e que, assim que uma autoridade competente fizesse tal declaração, o órgão retiraria a reserva e abriria as informações.

Ressalta-se a perversidade dos mecanismos da burocracia estatal, uma vez que, no episódio do massacre de San Fernando, a responsabilidade esta-

tal de investigação e o direito à verdade – o que se traduz, na terminologia dos direitos humanos, em direito à verdade e justiça efetiva, que inclui a punição dos responsáveis, o dever de não repetição e a reparação integral às vítimas e à sociedade – são reduzidos a uma discussão sobre a competência para declarar se existe uma violação grave aos direitos humanos, quando um conhecimento mínimo dos fatos já retira qualquer dúvida sobre essa gravidade e demonstra, ante os preceitos da justiça efetiva e instrumental, tratar-se de uma discussão absurda.

Em dezembro de 2013, um mês após a National Security Archive (NSA) ter divulgado documentos da diplomacia estadunidense revelando o pleno conhecimento das autoridades locais sobre a atuação do crime organizado em Tamaulipas, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do México (CNDH) (Comisión..., 2013) lançou uma recomendação conclusiva, declarando que, no caso do massacre dos 72 migrantes, o Estado mexicano havia falhado nas investigações e em aspectos técnicos sobre medicina legal, custódia, conservação e identificação dos corpos.

Entretanto, essa comissão não se manifestou sobre os autores e as razões do massacre e não documentou as versões dos familiares das vítimas, o que motivou um *amparo* (um remédio constitucional equivalente, no Brasil, ao mandado de segurança, porém com aplicação mais ampla) por parte da organização Fundación para la Justicia y el Estado Democrático de Derecho, o qual, até a finalização da nossa pesquisa, seguia pendente de julgamento.

## Significado da violência contra migrantes

As informações já apresentadas são evidentes por si mesmas, ao dar conta das relações entre autoridades públicas e organizações criminosas para o cometimento de violências contra migrantes em trânsito pelo México. Ao se encerrar toda a análise trazida até aqui, articulando a política migratória sobre os migrantes indocumentados com a política de guerra às drogas do Estado mexicano, fica também evidente a política pública como geradora de violência. Resta apenas amarrar, teórica e conceitualmente, as questões da violência contra migrantes como construção social e fato de Estado.

A violência contra migrantes indocumentados em trânsito pelo México se revela como um fato social total, inserido num sistema migratório em que não só a migração é estimulada e auto reproduzida numa construção social, mas também a violência contra migrantes é autoreproduzida num sistema que vincula fluxos migratórios com crime organizado e segurança pública, dentro de uma subjetividade social violenta.

Assim discorre Casillas Ramírez (2012, p. 150, tradução nossa) sobre a matriz estrutural da violência:

A matriz estrutural da violência pode ser observada como um contexto de amplo alcance que mostra seu caráter simbólico, ideológico ou organizativo, e que, frequentemente, é considerada como necessária, porém, nem sempre suficiente. Relacionados a ela, atuam os contextos particulares, que podem apresentar elementos de diferente transcendência conforme afetam indivíduos, grupos pequenos ou comunidades inteiras.

Como explica Casillas (2012), os sequestros são atividades racional e logisticamente organizadas, demandando pessoas e veículos, localização estratégica e deslocamentos para lugares de concentração, bem como casas de segurança onde os migrantes são alimentados de forma precária e sevi-ciados. Todas essas atividades só podem existir com uma ampla (embora invisível) mobilização de recursos humanos. Aos próprios migrantes, quando não podem pagar pelo seu resgate, a colaboração com as redes é oferecida como alternativa para não serem mortos.

Entre os moradores locais, embora muitos ofereçam assistência humanitária aos migrantes, forma-se um silêncio ou inércia social, fortalecida pelo fato de que muitos, de um lado, estranham a presença dos migrantes, e, de outro lado, não são molestados pelas redes delituosas. Ou seja, a violência contra migrantes envolve uma ampla teia de atores sociais, muito além das figuras idealizadas do discurso criminológico.

A violência contra migrantes em Tamaulipas está inserida no contexto social da região, onde, como ressaltam Flores Pérez (2010) e Correa-Cabrera (2012), o crime organizado luta pelo monopólio do uso legítimo da força, por meio de ações violentas e intimidatórias e da penetração no

tecido burocrático do Estado. Ao assumi-lo, o crime organizado recompõe sua posição na sociedade, passando a fazer parte da política e de todos os fenômenos da vida social, de modo a se tornar um pressuposto – e não um obstáculo – para a manutenção da ordem social. Isso explica por “é importante ter em mente que o poder daqueles que cometem crimes contra os migrantes está inserido em certos processos sociais locais; não é uma posse ou uma invasão destes” (Casillas, 2012, p. 161, tradução nossa).

E qual é o sentido de se ter o crime organizado como sujeito político e social no contexto de Tamaulipas? A explicação pode ser refletida a partir do que disse o editorial do jornal *The New York Times*, poucos dias após o massacre dos 72 migrantes. Para esse jornal, as coisas não acontecem de maneira isolada: “Os cartéis da droga do México são nutridos de fora, pelo dinheiro, armas pesadas e vício da América; a leva de imigrantes para o norte é alimentada por nossa demanda por trabalho de baixo salário” (*The New York Times*, 2010, tradução nossa).

O editorial mostra, ainda, que a única resposta dos EUA aos problemas do México era a militarização da fronteira, e que a coerção, sem revisão da legislação migratória, criava apenas uma ilusão de controle. Enquanto o sistema de controle migratório não estivesse em consonância com a demanda de trabalho, iriam proliferar a ilegalidade, a desordem e a morte. E conclui, em primeira pessoa: “Nós temos delegado aos senhores da droga o trabalho de gerenciar nosso fornecimento de imigrantes, assim como eles gerenciam nosso fornecimento de narcóticos. Os resultados são claros” (*The New York Times*, 2010, tradução nossa).

Para que o crime organizado e as ações de violência contra migrantes tenham se enraizado na sociedade, há uma condicionante segundo a qual o envio de trabalhadores estrangeiros para os EUA pode ser lucrativo não só no destino, mas também no trânsito. Assim, é possível responder à pergunta sobre o paradoxo segundo o qual a migração indocumentada para os EUA é restringida e, ao mesmo tempo, permitida. Não só é permitida, mas é estruturada no sistema migratório.

O editorial citado introduz o problema, porém se equivoca ao supor que uma mudança legislativa seria uma alternativa à militarização da fronteira.

O modelo de reforma migratória que vem sendo construído na política estadunidense combina um processo burocrático excludente de regularização da situação migratória com a militarização da fronteira e a deportação massiva. Assim como a violência contra migrantes continuou depois do massacre de 2010, vai continuar nos marcos desse modelo de reforma migratória.

Conforme já abordado em outros capítulos, a migração indocumentada cumpre um papel necessário no mercado internacional da força de trabalho, pois os migrantes preenchem um setor do mercado desenhado para eles e que inclui a precarização das relações de trabalho — assim como explica a teoria do mercado dual de Piore (1979). A violência contra migrantes no México combina esse papel da migração indocumentada com as estratégias de atuação do crime organizado transnacional, em que sequestrar migrantes se torna um negócio lucrativo.

O Estado mexicano, ao importar o modelo de guerra às drogas dos EUA, incorpora o discurso da guerra, do medo e da exceção. Ao mesmo tempo, esse Estado só pode existir, em sua estruturação atual, com a participação dos cartéis do crime organizado nas estruturas de poder. Esse modelo de governabilidade pode ser chamado de necropolítica, uma variação teórica do conceito de biopolítica de Foucault (2004), baseando-se não só no controle dos corpos como instrumento da política de dominação, mas na utilização da morte massiva como estratégia de governabilidade.

Um dos que mostram as limitações de Foucault é Agamben (2008), apontando o campo de concentração nazista como o mais profundo paradigma do espaço social na sociedade contemporânea, ao introduzir um fazer político em que a matança surge não como acidente, mas como estratégia de governabilidade que produz a “fabricação de cadáveres”, como dizia Hannah Arendt (Agamben, 2008): extermínio e genocídio aplicados pelas instituições de poder, com jogos de apoio, justificação científica e utilidade econômica.

Enquanto a biopolítica inova sobre a ciência política moderna demonstrando que o poder soberano assume o papel de “fazer viver e deixar morrer”, a tanatopolítica, ao levar ao extremo essa governabilidade, alcança também o “fazer morrer”: “Uma absolutização sem precedentes do bio-

poder de fazer viver se cruza com uma não menos absoluta generalização do poder soberano de fazer morrer, de tal forma que a biopolítica coincide imediatamente com a tanatopolítica” (Agamben, 2008, p. 89).

Sayak Valencia (2010, p. 147, tradução nossa) complementa essa ideia, mostrando como se pratica uma generalização (ou *sobre-especialização*) da violência com o fim de tirar proveito da morte: “As tecnologias governamentais da biopolítica para subjugar os corpos e as populações, que integra como elemento fundamental a sobre-especialização da violência e tem como objetivo negociar com o processo de matar”. Aplicando a compreensão do necropoder ao caso mexicano, ela mostra como o poder do Estado reflete uma economia dependente dos mercados ilegais do crime organizado, tais como o tráfico de drogas, de pessoas e de armas.

As análises deste capítulo permitiram recolocar as bases da violência simbólica em um nível mais profundo – aplicado ao objeto específico da pesquisa, em que a globalização gera ilegalidade e violência –, e a migração de trânsito aparece como *locus* da vulneração dos corpos dos migrantes e da aplicação de políticas que têm a produção de mortes como parte do jogo de poder. Se a análise de Sayad leva a violência simbólica à compreensão das migrações internacionais, a análise que aqui faço parte de um contexto renovado de migrações internacionais, em que a violência simbólica se conecta com a violência da necropolítica.



## Conclusão

Para finalizar este trabalho, retomo os elementos metodológicos apontados na Introdução, lembrando que o desenvolvimento consistiu na análise do objeto a partir de um percurso teórico, para finalizar com uma nova qualidade ou contribuição ao referido quadro teórico inicial. Ao abordar a violência contra migrantes em trânsito pelo México, lancei as perguntas fundadoras. Embora essas perguntas já estivessem preliminarmente respondidas ao final do percurso teórico, os capítulos seguintes permitiram uma análise que leva as respostas a um novo patamar.

Através da *praxis* da pesquisa sociológica confundida com a própria vida do pesquisador, como propõe Wright Mills (1965), a pesquisa que culmina neste livro incorpora numa só prática o aprendizado com a pesquisa bibliográfica, documental e empírica. O resultado é uma contribuição à pesquisa sociológica sobre as migrações indocumentadas de latino-americanos para os EUA, aplicando a reflexão sobre a violência simbólica na raiz do fenômeno migratório e sobre a relação entre a política de Estado e a violência contra migrantes.

Para tanto, as perguntas que fundaram esta pesquisa não podem ser respondidas de maneira isolada, já que uma auxilia na compreensão da outra. São perguntas que respondem a si próprias, ao lançar relações de causalidade.

dade que estão na raiz da problemática da migração indocumentada para os EUA: relações entre o sujeito e o meio social na decisão de migrar, e relações entre o sistema (que se aproveita da migração indocumentada ao mesmo tempo que a rejeita) e a violência contra os migrantes.

Para compreender as relações entre o sujeito e o meio social na decisão de migrar, foi preciso fazer uma revisão das teorias das migrações internacionais, culminando na teoria dos sistemas migratórios, na compreensão das redes sociais e na *elghorba* como mecanismo contraditório da migração como desígnio inevitável e impossível do sujeito. Essa dupla condição é o que define a violência simbólica na emigração.

Com base na experiência histórica do surgimento da emigração brasileira para os EUA, tomando a região de Governador Valadares como estudo de caso, vários autores mostraram como se formou uma cultura de migrar para o exterior, a partir do contato com elementos simbólicos que representavam os EUA como terra de destino, dos relatos subjetivamente interessados dos que regressavam, assim como da representação – a partir de fatores estruturais verdadeiros – da região de Governador Valadares como terra sem oportunidades.

A cultura de migrar para o exterior, nesse caso, encontra paralelo com a representação que o imigrante de Sayad (1998) faz da sua terra natal. Esse autor mostra que a emigração se manifesta em alguns sujeitos como o único projeto de vida possível. A experiência social, porém, coloca para o emigrante a revelação de que a emigração é uma ilusão, porém uma ilusão socialmente construída. Para o imigrante nos EUA, importa mais a imagem de êxito que ele projeta para o seu meio social do que o êxito propriamente.

Por isso que, ainda que o projeto migratório tenha sido frustrado em muitos casos, como demonstra Siqueira (2009), o sucesso desse projeto aparece em Governador Valadares por meio de muitos elementos simbólicos, em que o migrante e seus familiares representam a migração em si como um elemento agregador de capital social e precisam reproduzir uma versão de êxito no projeto migratório para manter a posição social almejada.

Na minha pesquisa empírica, acrescento um elemento a mais na frustração do projeto migratório, que é a violência no trânsito pelo México. Se,

em Sayad (1998), a desilusão com o sonho aparece na chegada do imigrante à França, sendo a viagem apenas um elemento de tensão, em meu livro a desilusão aparece já durante a viagem, pois o migrante viaja numa condição de risco muito maior, podendo encontrar todos os tipos de violência – incluindo o sequestro, a violação sexual e a morte –, além da prisão e deportação. As representações da migração como *elghorba*, para os emigrantes brasileiros, valem também para os centro-americanos, como ficou demonstrado no caso dos cinco jovens hondurenhos que, tendo sofrido violência na travessia pelo México, decidiram pedir ajuda para retornar a Honduras.

Na pesquisa de campo pelos municípios de Santa Efigênia, Sardoá e Gonzaga, em Minas Gerais, encontrei uma cultura de migrar para o exterior muito mais pulverizada que no núcleo urbano de Governadores Valadares. Aqui está uma contribuição da pesquisa que considero fundamental, pois essa emigração é invisibilizada. Embora esteja demonstrado que a emigração brasileira não é um fato isolado, mas sim uma tendência social e um fenômeno que afeta um grande número de pessoas, há uma tendência, no senso comum, de obscurecer os problemas relacionados à emigração.

Depois da onda de emigração que culminou em 2005 e 2006, o tema foi pouco a pouco desaparecendo das notícias e das representações sociais, como se estivesse desaparecendo como fenômeno. Ganhou espaço uma crença de que o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de um lado, e a crise nos EUA, de outro, fizeram desaparecer, como mágica, a problemática da migração indocumentada de brasileiros para aquele país. Com o massacre dos 72 migrantes no México, em agosto de 2010, essa crença foi rompida, já que entre as vítimas estavam 4 jovens brasileiros. Dois deles, Juliard e Hermínio, eram de Santa Efigênia e Sardoá, respectivamente, e os outros 2, Edilsimar e Natane, da cidade de Rondon do Pará, no sul do Pará.

A realidade das famílias de Juliard e Hermínio, assim como a perspectiva social vigente em Santa Efigênia, Sardoá e Gonzaga, mostram a conexão entre o desenvolvimento social e econômico e a migração para o exterior. Tais cidades oferecem muito menos perspectivas de projetos de vida, sobretudo para os jovens, que a vizinha Valadares. Ao mesmo tempo, em tais cidades – pensando no funcionamento das redes migratórias –, dada uma

conexão mais forte dos laços sociais, a perspectiva da emigração se espalha com mais facilidade e mais força determinante. Sempre haverá um familiar, vizinho(a), namorado(a) ou esposo(a) vivendo fora do país, e o projeto de vida acaba ficando entre um e outro lugar, num dilema indefinível e, ao mesmo tempo, desejado.

A pergunta “porque as pessoas continuam indo para os EUA, se sabem dos riscos da travessia?” pode ser respondida tanto no plano das relações do indivíduo com o meio social como no plano do sistema migratório, e ambos os planos se concatenam com a violência simbólica. No plano da relação do indivíduo com o meio social, a migração é socialmente construída, tanto pelo sujeito, muito antes de se tornar emigrante, como pelas relações sociais que o circundam. Se compreendemos o mito da *elghorba*, de Sayad, podemos entender que a construção da emigração como necessidade supera qualquer receio sobre os riscos da travessia.

Olhando pelo aspecto do funcionamento das redes sociais, também é possível responder à pergunta colocada. A emigração aparece como projeto viável, não só porque é uma construção social e subjetiva, mas porque os sujeitos acreditam que os riscos serão reduzidos por conta das vantagens oferecidas pela rede. Ao ter um destino certo aonde chegar, uma pessoa de contato e um planejamento prévio da viagem, acredita-se que é possível acompanhar minimamente o processo e obter êxito na travessia.

O problema das redes sociais ganha uma nova complexidade quando examinamos o modo como surgiu e se consolidou a rota do México para os brasileiros, com incidência decisiva das redes de agenciamento conectadas com os facilitadores da viagem em todas as etapas da rota (coiotes e cónsules). Há que se fazer aqui uma distinção entre redes sociais —como as redes de solidariedade que apoiam o migrante— e as redes de agenciamento, que funcionam em outro patamar, conectadas em diferentes níveis com as redes do crime organizado transnacional.

Não obstante, as redes sociais se entrelaçam com as redes de agenciamento, colocando a migração indocumentada numa zona cinzenta em que o apoio à viagem (com fim lucrativo ou não) não pode ser qualificado nem integralmente como uma atividade criminosa, nem integralmente como uma

atividade isenta de criminalidade. O que importa, aqui, é perceber como as redes surgem e como elas de fato interferem nos fluxos migratórios, sem anular a subjetividade do migrante como um sujeito que decide migrar por conta própria.

A noção de crime, aqui, é tomada fora da definição legal e estatal, mas pensando na construção sociológica do desvio. O coioite é um sujeito que comete um crime contra o migrante? Ou é um prestador de serviço (já que ambos, coioite e migrante, possuem um objetivo comum, que é lograr a entrada nos EUA)? Essa pergunta soou paradoxal para os migrantes entrevistados, já que todos consideraram que o ato de migrar não é um crime. Para responder, é preciso pensar na construção social da migração como desvio. Como resultado, embora existam condutas criminosas no amplo espectro da migração indocumentada – o que não está em discussão –, é preciso observar que as estratégias de migração indocumentada foram se aprimorando na mesma proporção com que se desenvolveram as restrições à emigração.

É nesse sentido que foram apontadas críticas ao relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Emigração (Congresso Nacional, 2006). Por sua característica de documento com fins políticos determinados pelas forças parlamentares presentes na comissão, e pela situação política nacional e internacional – em que havia uma pressão institucional continental para combater os fluxos migratórios irregulares –, o relatório serviu para a construção da migração como desvio e para aumentar as políticas restritivas a ela, como a retirada, na mesma época, do acordo de isenção de vistos entre México e Brasil.

Voltando à pergunta sobre a persistência dos fluxos migratórios numa situação de violência, é preciso responde-la também no plano da segunda relação de causalidade – a que relaciona o sistema internacional com a violência –, aproveitando tanto a teoria dos sistemas migratórios como as análises das políticas migratórias. A migração persiste, a despeito da violência, incentivada pelas próprias condições estruturais que geram os fluxos migratórios: fatores de desagregação social na região de origem (Germani, 1971); mercado mundial da força de trabalho que demanda a mão de obra imigrante

em países do capitalismo central (Potts, 1990); e segmentação do mercado de trabalho nesses países (Piore, 1979), mantendo a existência de um setor secundário formado pelo trabalho precarizado de migrantes indocumentados.

Assim, a pergunta “por que os Estados impulsionam e criminalizam a migração ao mesmo tempo?” pode ser respondida de várias formas; tanto porque, dentro do mercado de trabalho dual, o trabalho imigrante deve necessariamente ser precarizado, como porque a migração indocumentada não é uma antítese ao sistema migratório, já que o próprio sistema cria a migração indocumentada ao impor restrições à migração regular. A resposta à pergunta está, assim, na construção da migração como desvio, tal como se passou no caso brasileiro. Além disso, existe a violência contra migrantes porque ela também faz parte do sistema.

O mesmo sistema que cria a migração como necessidade cria o risco da travessia, não sendo possível tratar a violência como um acidente de percurso. As questões sobre o vínculo entre política migratória e violência (e sobre por que os Estados restringem os fluxos se há uma demanda pelo seu trabalho) devem ser respondidas a partir do nexo entre migração e segurança, conectando as pesquisas sobre as migrações com os estudos das relações internacionais, no plano do modelo de integração continental americana, e com o salto qualitativo dessas políticas após o 11 de setembro de 2001.

As medidas de controle e militarização da fronteira entre EUA e México atendem aos padrões da transferência da indústria de defesa para aquela região (formando o chamado *Gunbelt*, ou “cinturão das armas”, que concentra a indústria bélica, de defesa e pesada dos Estados Unidos). Além disso, a exteriorização (regionalização) das políticas de segurança dos EUA são a forma de extensão do seu domínio militar (logo, domínio estratégico, econômico e social) para todo o continente. A política do Estado mexicano para os migrantes em trânsito atende à incorporação daquele modelo. A caracterização do Instituto Nacional de Migração (INM) mexicano como instância de segurança nacional é contemporânea da criação do Department of Homeland Security (DHS) estadunidense.

Além disso, há no México uma confluência da política migratória com a política de guerra às drogas, na mesma proporção em que há uma confluên-

cia da atuação das organizações do crime transnacional com os sequestros de migrantes. Os fatos que demonstraram a participação de autoridades públicas nessas organizações e nos sequestros em Tamaulipas são uma evidência cabal de que a violência contra os migrantes é sistemática.

De todas as maneiras, essas práticas de violência corroboram os interesses de governabilidade, tanto do Estado mexicano quanto dos EUA e dos Estados de origem dos migrantes. Há um jogo de exclusão mútua de responsabilidades e, ao mesmo tempo, uma penetração dos negócios ilegais na economia dos Estados. Quando a produção da morte e da violência pode resultar em saldo positivo para a governabilidade, está se tratando da materialização do conceito de necropolítica.

Embora a teoria da migração abordada por Sayad encontre grande aplicação no estudo da temática tratada neste livro, é preciso levar em conta as particularidades da situação contemporânea: o drama do migrante é elevado a um nível mais alto – ou seja, o drama do migrante indocumentado, que sofre violência no próprio trânsito migratório –, assim como a violência simbólica sobe para um nível mais elevado, em que encontra a violência da necropolítica.

Algumas propostas poderiam ser pensadas como saída. Uma, que os EUA retirassem as restrições à migração regular, abrindo suas fronteiras proporcionalmente à demanda de trabalho em seu próprio mercado. Outra, que o México criasse uma figura jurídica humanitária em que a passagem de migrantes por seu território fosse legalizada, o que diminuiria a vulnerabilidade decorrente da própria clandestinidade e afastaria essas pessoas das redes do crime organizado.

As duas propostas, porém, não levam em conta que a violência não está na superfície, e sim na raiz do sistema migratório e dos sistemas políticos dos Estados. Além disso, a violência é legitimada e reproduzida pela própria sociedade, por meio das práticas de distinção e da colaboração, direta ou indireta, com as redes do crime organizado, sendo, por isso mesmo, uma violência simbólica e socialmente construída. A saída, portanto, passa pela mudança na raiz do sistema, e as práticas atuais de luta e solidariedade em favor dos migrantes em trânsito são um caminho para essa mudança.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* [*Homo Sacer III*]. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALMEIDA, Marcony. *I came through Mexico*. Remarkable testimonies from Brazilians that crossed the border of Mexico for the US. Boston: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2010.

ALMEIDA, Thobias. Cidades mineiras recebem corpos de jovens mortos por traficantes no México. *Correio Braziliense*, Brasília, 2 out. 2010. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/10/02/interna\\_brasil,215969/](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/10/02/interna_brasil,215969/)>. Acesso em: 5 jun. 2014.

ALVES, Maria Zenaide. *Ser alguém na vida*. Condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

AMCONSUL MATAMOROS (United States Consulate in Matamoros). *Unclassified document*. 15 Apr. 2011.

AMEMBASSY MEXICO (United States Embassy in Mexico). *Unclassified document*. 16 Apr. 2010.



AMNISTÍA INTERNACIONAL. *Victimas invisibles*. Migrantes en movimiento en México. London, 2010a.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *Viajes de esperanza y temor*. Migrantes en movimiento en México. London, 2010b.

ARAÚJO, Fábio. Narrativa do terror e do sofrimento: relato materno sobre o desaparecimento forçado do filho. *Sociedade e Cultura*, Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 333-344, jul.-dez. 2011.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Estar aqui, estar lá* – uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2002. (Textos NEPO, v. 41).

ASSIS, Gláucia de Oliveira. A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo - as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global. *Cadernos Pagu*, ano 2008, n. 31, p. 219-250. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0104-8333-20080002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-8333-20080002&lng=pt&nrm=iso)>

BACON, David. *Illegal people*. How globalization creates migration and criminalizes immigrants. Boston: Beacon, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida em fragmentos*. Sobre a ética pós-moderna. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BECKER, Howard S. *Oustersiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Belén, Posada del Migrante. *Sexto informe sobre la situación de los derechos humanos de las personas migrantes en tránsito por México*. Saltillo Coahuila, México, 2010.

BENÍTEZ RIVERA, René David. Modernidad, crisis estatal y violencia. In: OSORIO, Jaime (Coord.). *Violencia y crisis del Estado*. Estudios sobre México. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

BÍBLIA. *Novo Testamento*. Ed. Pastoral. São Paulo: Paulinas, 1990.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 2, p. 141-163, nov. 1981.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. Trad. Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. *Política e Sociedade* – Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Trad. Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto: Campo das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. (Coord.). *A miséria do mundo*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo*. Metodologia da pesquisa na sociologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*. Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasileiros no mundo*. Estimativas. Julho de 2008. Disponível em: <[http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros no Mundo - Estimativas.pdf](http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo-%20Estimativas.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasileiros no mundo*. Estimativas. Segunda edição. Setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/brasileiros-no-mundo-2009-estimativas-final.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasileiros no mundo*. Estimativas. Terceira edição. Junho de 2011. Disponível em: <<http://>

[www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros no Mundo 2011 - Estimativas - Terceira Edicao - v2.pdf](http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edicao%20-%20v2.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Diplomacia Consular*, 2007 a 2012. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/diplomacia-consular-2007-a-2012-final.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CAMPOS, Tânia Mara de Araújo; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Leitura sociodemográfica dos dados sobre brasileiros deportados ou impedidos, coletados pela Polícia Federal. In: MARINUCCI, Roberto; FARIAS, Yara; SANTIN, Terezinha. *Trajetórias interrompidas: cidadãos brasileiros deportados e não admitidos*. Brasília: CSEM; IMDH/PBE, 2009.

CARRASCO ARAIZAGA, Jorge. La Marina y “El Coss”: una historia de complicidades y delaciones. *Proceso*, n. 1.872, 19 set. 2012.

CARRASCO ARAIZAGA, Jorge. El Chapo y la larga historia de un emporio. *Proceso*, México, 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/?p=365911>>. Acesso em: 30 fev. 2014.

CARASSOU, Roberto Herrera. *La perspectiva teórica en el estudio de las migraciones*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

CASILLAS RAMÍREZ, Rodolfo. *Una vida discreta, fugaz y anónima: los centroamericanos transmigrantes en México*. Mexico, DF: Comisión Nacional de Derechos Humanos, 2007.

CASILLAS RAMÍREZ. Las rutas de los centroamericanos por México, un ejercicio de caracterización, actores principales y complejidades. *Migración y Desarrollo*, Zacatecas, n. 10, 2008 .

CASILLAS RAMÍREZ. Agresión y abuso de migrantes: un aniversario para la reflexión. *Revista México Social*, ano 1, n. 14, p. 26-29, set. 2011.

CASILLAS RAMÍREZ. Los migrantes indocumentados: su vulnerabilidad y la nuestra. In: CANTO, Natalia Armijo (Org.). *Migración y seguridad: nuevo desafío en México*. México, DF: Casede, 2012.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *La era de la migración*. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. Trad. Luis Rodolfo Morán Quiroz. México, DF: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

CENTRO DE ESTUDIOS MIGRATORIOS. *Síntesis 2013*. Estadística migratoria. Centro de Estudios Migratorios, Instituto Nacional de Migración, México, 2013.

CHOMSKY, Aviva. “*They take our jobs!*” and 20 other myths about migration. Boston: Beacon, 2007.

COMISIÓN NACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS (México). *Informe especial sobre los casos de secuestro en contra de migrantes*. México, DF, 2009.

COMISIÓN NACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS (México). *Informe especial sobre secuestro de migrantes en México*. México, DF, 2011.

COMISIÓN NACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS (México). *Recomendación n. 80/2013*. Caso de privación de la vida de 72 personas migrantes y atentados a la vida de los extranjeros v.73 y v.74, en el municipio de San Fernando, Tamaulipas.

CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração*. Brasília, 2006.

CNN MÉXICO. Familiares de migrantes desaparecidos inician su búsqueda en México. *CNN México*. 01 nov. 2010. Disponível em: <<http://mexico.cnn.com/nacional/2010/11/01/familiares-de-migrantes-desaparecidos-inician-su-busqueda-en-mexico>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

CAROTENUTO, Gennaro Gennaro. La verdad sobre la masacre de Tamaulipas. *Rebellion*. Disponível em: <[www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)> Acesso em: 20 set. 2010.

CORREA-CABRERA, Guadalupe. *Violence on the “forgotten” border: Mexico’s drug war, the State, and paramilitarization of organized crime in Tamaulipas in a “New Democratic Era”*. 2012 Annual Meeting of the American Political Science Association, New Orleans, 2012.

CORREA-CABRERA, Guadalupe; NAVA, José. Informal media as freedom of the press in northern Mexico. In: PAYAN, Tony; STAUDT, Kathleen; KRUSZEWSKI, Z. Anthony (Orgs.). *A war that can’t be won: binational perspectives on the war on drugs*. Tucson: Arizona University Press, 2013.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

DAUVERGNE, Catherine. *Making people ilegal*. What globalization means for migration and law. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DESIDERIO, Edilma de Jesus. *The Berne Initiative*: deficiencias y conflictos en la gestión migratoria. El caso del tránsito irregular de brasileños por México. II Congreso Internacional Migraciones Globales “Experiencias Regionales y enseñanzas para México”. Mesa XVI. Migración y Frontera. Mazatlán, México, 2008.

DIMENSIÓN PASTORAL DE LA MOVILIDAD HUMANA. Conferencia del Episcopado Mexicano. *Informe 2006-2012*. México, DF, 2012.

DRUGS AND ENFORCEMENT AGENCY. *Unclassified DEA Houston Tx*. Assessment of “Los Zetas” evolution and expansion (2001-2009). Jul. 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EQUIPO BOURBAKI. *El costo humano de la guerra por la construcción del monopolio del narcotráfico en México (2008-2009)*. [s.l.], 2011.

ESTÉVEZ LÓPEZ, Ariadna. La relación estructural entre la globalización y la migración: implicaciones para una ciudadanía universal. *Foro Internacional*, Colegio de México, México, v. 49, n. 197, p. 559-594, 2009.

EXPRESSO DA NOTÍCIA. PF faz operação contra esquema de emigração ilegal de brasileiros. 14 set. 2005.

Disponível em: <<http://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/5444/pf-faz-operacao-contra-esquema-de-emigracao-ilegal-de-brasileiros>>. Acesso em: 24 maio 2014.

FERREIRA, Leonardo. Identificado mais um brasileiro morto em naufrágio no Caribe. *Brazilian Voice*, 9 jul. 2013. Disponível em: <[www.brazilianvoice.com](http://www.brazilianvoice.com)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

FLORES, Nancy. Calderón reedita la Guerra Sucia. *Contralínea*, 4 jul. 2010. Disponível em: <[contralinea.info/archivo-revista/index.php/2010/07/04/calderon-reedita-la-guerra-sucia/](http://contralinea.info/archivo-revista/index.php/2010/07/04/calderon-reedita-la-guerra-sucia/)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

FLORES PÉREZ, Carlos Antonio. La protección política en los orígenes del Cártel del Golfo. *Boletín Criminológico*, Instituto Andaluz de Criminología, n. 120, mai. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FUNDACIÓN PARA LA JUSTICIA Y EL ESTADO DEMOCRATICO DE DERECHO. *Las personas migrantes como grupo vulnerable de ejecuciones extrajudiciales*. Informe dirigido al Relator Especial sobre ejecuciones extrajudiciales, sumarias o arbitrarias con motivo de su visita a México en abril de 2013.

GARCÍA BERNAL, Gael; SILVER, Marc. *Los Invisibles*. 2010. Documentário. México.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

GERMANI, Gino. *Sociología de la modernización*. Estudios teóricos, metodológicos y aplicados a América Latina. Buenos Aires: Paidós, 1971

GIDDENS, Anthony. *Dualidade da estrutura*. Agência e estrutura. Oeiras (Portugal): Celta, 2000.

GONÇALVES, Ana Lúcia. O adeus aos mineiros mortos no México. *MG1*, 2 out. 2010. Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=9965>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

HENRÍQUEZ, Élio. Una de las 33 madres de la caravana halla a su hijo encarcelado en Chiapas. *La Jornada*, México, 14 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/11/14/politica/017n1pol>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

HERNÁNDEZ, Anabel. La historia secreta. *Proceso*, México, n. 1.876, 13 out. 2012.

IBARRA, Epigmenio. Morir en México. *El cancerbero de Ulises* (blog). 26 ago. 2010. Disponível em: <[http://elcancerberodeulises.blogspot.com.br/2010\\_08\\_01\\_archive.html](http://elcancerberodeulises.blogspot.com.br/2010_08_01_archive.html)>. Acesso em: 20 mai. 2014.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Características da População e dos Domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas->

populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

INICIATIVA DE BERNA. Resúmen del Presidente. *Conferencia de Berna II*, 16-17 dez. 2004.

ITURBE, Omar; NAVA, Luis Ernesto; SHIMABUKURO, Keisdo. *Entre serpientes y escaleras*. 2013. Documentário. 85 min. México, Guatemala, El Salvador.

JARDIM, Claudia. Outras três pessoas sobreviveram à chacina no México, diz equatoriano. *BBC Brasil*. 3 set. 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100903\\_mexicosobrevivente\\_cj.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100903_mexicosobrevivente_cj.shtml)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

KURZ, Robert. *Raão sangrenta*. São Paulo: Hedra, 2003.

KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: Pastoral dos Migrantes (Org.). *Travessias na desordem global*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

LABICA, Georges. *Violencia dominante, violencia dominada*. La Haine. Trad. S. Seguí. 19 fev. 2009. Disponível em: <[http://www.lahaine.org/est\\_espanol.php/violencia\\_dominante\\_violencia\\_dominada](http://www.lahaine.org/est_espanol.php/violencia_dominante_violencia_dominada)>. Acesso em: 21 jun. 2014.

LALA POMAVILLA, Luis Freddy. *Gama TV*. Equador, 25 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=2Cb5RWo\\_TnY](http://www.youtube.com/watch?v=2Cb5RWo_TnY)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LUXEMBURG, Rosa. *The accumulation of capital*. Trad. Agnes Schwarzschild. New York: Routledge, 2003.

MANHEIM, Karl. *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan, 1952.

MANHEIM, Karl. *Ideología y utopía*. Introducción a la sociología del conocimiento. 2. ed. Trad. Salvador Echavarría. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MARGOLIS, Maxine L. *Goodbye, Brazil*. Emigrantes brasileiros no mundo. Trad. Aurora M. S. Neiva. São Paulo: Contexto, 2013.

MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINUCCI, Roberto. A emigração brasileira para os EUA: tipologia e desafios. *Universitas*, Revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2005.

MARINUCCI, Roberto. *Brasileiros e brasileiras no exterior*. Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2008. Disponível em: [http://www.csem.org.br/2008/roberto\\_marinucci\\_brasileiros\\_e\\_brasileiras\\_no\\_exterior\\_segundo\\_dados\\_do\\_mre\\_junho2008.pdf](http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf). Acesso em: 18 jun. 2014.

MARINUCCI, Roberto; FARIAS, Yara; SANTIN, Terezinha. *Trajetórias interrompidas: cidadãos brasileiros deportados e não admitidos*. Brasília: CSEM; IMDH/PBE, 2009.

MARKUSEN, Ann et al. *The rise of the Gunbelt*. The military remapping of industrial America. New York: Oxford University Press, 1991.

MARTINE, George. A globalização inacabada. Migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul.-set. 2005.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Trad. José Carlos Bruni et al. 4. ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1987.p. 1-157. (Os pensadores, v. 1).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. O processo de produção do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. (Os economistas, v. 1).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. O processo de produção do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. (Os economistas, v. 2).

MASSEY, Douglas et al. Teorías de migración internacional: una revisión y aproximación. Trad. Augusto Aguilar Calahorro. *ReDCE*, n. 10, p. 435-478, jul.-dez. 2008.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro; DE PAULA, Sermano Mendes. Mineração de ferro e enclave. Estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce. In: DE PAULA, João Antonio et al. *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2000. p. 613-636.

MISSE, Michel. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos na



violência. In: BAPTISTA, Marcos et al. (Org.). *Drogas e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003. (V. 2). p. 147-156.

MORALES, Patricia. *Indocumentados mexicanos*. Causas y razones de la migración laboral. México, DF: Grijalbo, 1989.

MOREIRA, Júlio da Silveira. *Direito internacional: para uma crítica marxista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011.

Movimiento Migrante Mesoamericano. *Declaración final de la Caravana de Madres Centroamericanas*. 13 nov. 2011. Disponível em: <<http://cuadernosfem.blogspot.com/2011/11/declaracion-final-de-la-caravana-de.html>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. *El Grupo de Trabajo sobre las desapariciones forzadas o involuntarias concluye su visita a México*. 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=10907&LangID=S>>. Acesso em: 19 out. 2011.

OLIVEIRA, Orlandina de; STERN, Claudio. Notas acerca de la teoria de las migraciones. Aspectos sociológicos. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. Grupo Migración y Desarrollo. *Informe de investigación*. Consideraciones teóricas. 1972. p. 32-44.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. *Perfil Migratório do Brasil 2009*. Geneva (Suíça), OIM, 2010. Disponível em: <[http://publications.iom.int/system/files/pdf/brazil\\_profile2009.pdf](http://publications.iom.int/system/files/pdf/brazil_profile2009.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2014.

PASTORAL dos MIGRANTES (Org.). *Travessias na desordem global*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. Volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul.-set. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Revista Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 7-22, 2006.

PÉREZ-BUSTILLO, Camilo. Ningún ser humano es ilegal. El derecho a tener derechos. Migración y derechos humanos. In: GONZÁLEZ RUIZ, J. E. (Org.). *Balance de los derechos humanos en el "sexenio del cambio"*. México, DF: Grupo Parlamentario del PRD, 2009.

PETRICH, Blanche. Marcha la caravana hacia la frontera con EU en busca de hijos e hijas desaparecidos. *La Jornada*, México, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2012/10/16/politica/019n1pol>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

PIORE, Michael J. *Birds of passage: migrant labour and industrial societies*. New York: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, Alejandro. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, Alejandro (Org.). *The economic sociology of immigration*. Essays on networks, ethnicity and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1995. p. 1-41.

POTTS, Lydia. *The world labour market*. A history of migration. Trad. Terry Bond. London: Zed Books, 1990.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PÓVOA NETO, Hélión. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: FERREIRA, Ademir Pacelli et al. *A experiência migrante*. Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PRIETO TASSIER, Nieves; LÓPEZ CASTILLO, Fernando. *El tren de las moscas*. 2010. Documentário. 14 min. Espanha, México.

PROCURADURÍA GENERAL DE LA REPÚBLICA. *Boletín 1019a*. Conferencia de Prensa que ofrecieron el Dr. Alejandro Poiré y el Lic. Ricardo Nájera. 25 ago. 2010.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 48, n. 2, p. 167-235, jun. 1885.

RIGONI, Flor María. *Reflexiones en el camino del migrante*. Expresiones, gestos y rituales del pueblo indocumentado y refugiado de Centroamérica hacia el Norte. México: Miguel Ángel Porrúa, 2008.

RODRIGUEZ, Robyn Magalit. *Migrants for export: how the Philippine state brokers labor to the world*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

RODRIGUEZ CHÁVEZ, Ernesto; BERUMEN SANDOVAL, Salvador; RAMOS MARTINEZ, Luis Felipe. *Apuntes sobre migración*. Migración centroamericana de tránsito irregular por México. Estimaciones y características

generales. México, DF: Centro de Estudios Migratorios; Instituto Nacional de Migración, 2011.

RUGGIERO, Vincenzo. *Crimes e mercados*. Ensaio em Anticriminologia. Trad. Davi Tangerino et al.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SALES, Teresa. Brasileiros nos Estados Unidos. In: *Brasileiros no Mundo*. I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008. p. 243-262.

SANDOVAL PALACIOS, Juan Manuel. La securitización de la migración y de las fronteras en América del Norte. In: *Aragóns*, Ana María (Coord.). *Mercados de trabajo y migración internacional*. México, DF: Instituto de Investigaciones Económicas; UNAM, 2011. p. 253-288.

SASSAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Teorias das migrações internacionais*. XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, 2000.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Valéria Getúlio de Brito. A violência institucionalizada na encruzilhada da desigualdade e da injustiça. In: OLIVEIRA, Dijaci David; SANTOS, Sales Augusto; SILVA, Valéria Getúlio de Brito (Orgs.). *Violência policial: tolerância zero?* Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: SIMMEL, Georg. *Georg Simmel: Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho (Org.). Trad. Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983. p. 182-188.

SOARES, Weber. *Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense*. 1995. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SOARES, Weber. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de brasileiros. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 64-76, jul.-set. 2005.

SOUSA, Leonardo Gomes de; DIAS, Carlos Alberto. Microrregião de Governador Valadares: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise. XIV SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2010. Disponível em: <[http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A104.pdf](http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A104.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2014.

SIQUEIRA, Sueli. *Aspectos cognitivos da metodologia de survey*. Curso de especialização Ação Social e Cidadania. Governador Valadares: Ed. Univale, 2006.

SIQUEIRA, Sueli. *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno*. Brasil/ Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CAMPOS, Emerson César. *As redes sociais na configuração da migração internacional para os Estados Unidos*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. GT 21 – Migrações Internacionais, 2010. Caxambu, MG. 2010a.

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CAMPOS, Emerson César. As redes sociais e a configuração do primeiro fluxo emigratório brasileiro: análise comparativa entre Criciúma e Governador Valadares. In: ESPINDOLA, Haruf Salmen; ABREU, Jean Luiz Neves (Orgs.). *Território, sociedade e modernização*. Abordagens interdisciplinares. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010b.

SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto. Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares. *Travessia* – Revista do Migrante, Centro de Estudos Migratório, São Paulo, ano XXV, n. 70, jan.- jul. 2012.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

THE NEW YORK TIMES. Massacre in Tamaulipas. Editorial. *New York Edition*, 30 ago. 2010, p. A18. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/08/30/opinion/30mon3.html>>. Acesso em: 19 out. 2011.

THE WORLD BANK GROUP, 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.NETM/>>

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS-Mc LAUGHLIN, Virginia (Org.). *Immigration reconsidered*. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

- TREVISAN, Claudia. Brasileiro clandestino deve ser deportado até o final de semana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 mar. 1997.
- TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. The anthropology of the State in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind. *Current Anthropology*, v. 42, n. 1, fev. 2001.
- TURATI, Marcela. La descomposición nacional. *Proceso*, México, n. 1.798, p. 6-9, 17 abr. 2011.
- ULTRERAS, Pedro. *La Bestia*. 2010. Documentário. 77 min. EUA, El Salvador, Guatemala, México.
- VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1995.
- VALENCIA, Sayak. *Capitalismo gore*. España: Melusina, 2010.
- VERTOVEC, Steven. Transnacionalismo migrante y modos de transformación. In: PORTES, Alejandro; DEWIND, Josh. *Repensando las migraciones*. Nuevas perspectivas teóricas y empíricas. México: Porrúa; INM; Universidad de Zacatecas, 2006.
- VEZZETTI, Hugo. Demanda de memoria. *Página 12*. 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/psicologia/9-129864-2009-08-13.html>>. Acesso em: 08 mar. 2014.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 260-300, jan.-jun. 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WOODIWISS, Michael. *Capitalismo gângster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial*. Trad. C. E. Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A imaginação sociológica*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

## SOBRE O E-BOOK

---

Tipografia: Fournier MT, Fontana  
Publicação: Editora UFG  
Rodovia R2, n. 3.061  
Parque Tecnológico Samambaia  
Câmpus Samambaia - UFG  
CEP: 74690-631 - Goiânia - GO  
Telefone: (62) 3521-2738  
E-mail: [editora@ufg.br](mailto:editora@ufg.br) / [livraria.editora@ufg.br](mailto:livraria.editora@ufg.br)  
<https://editora.ufg.br>

---